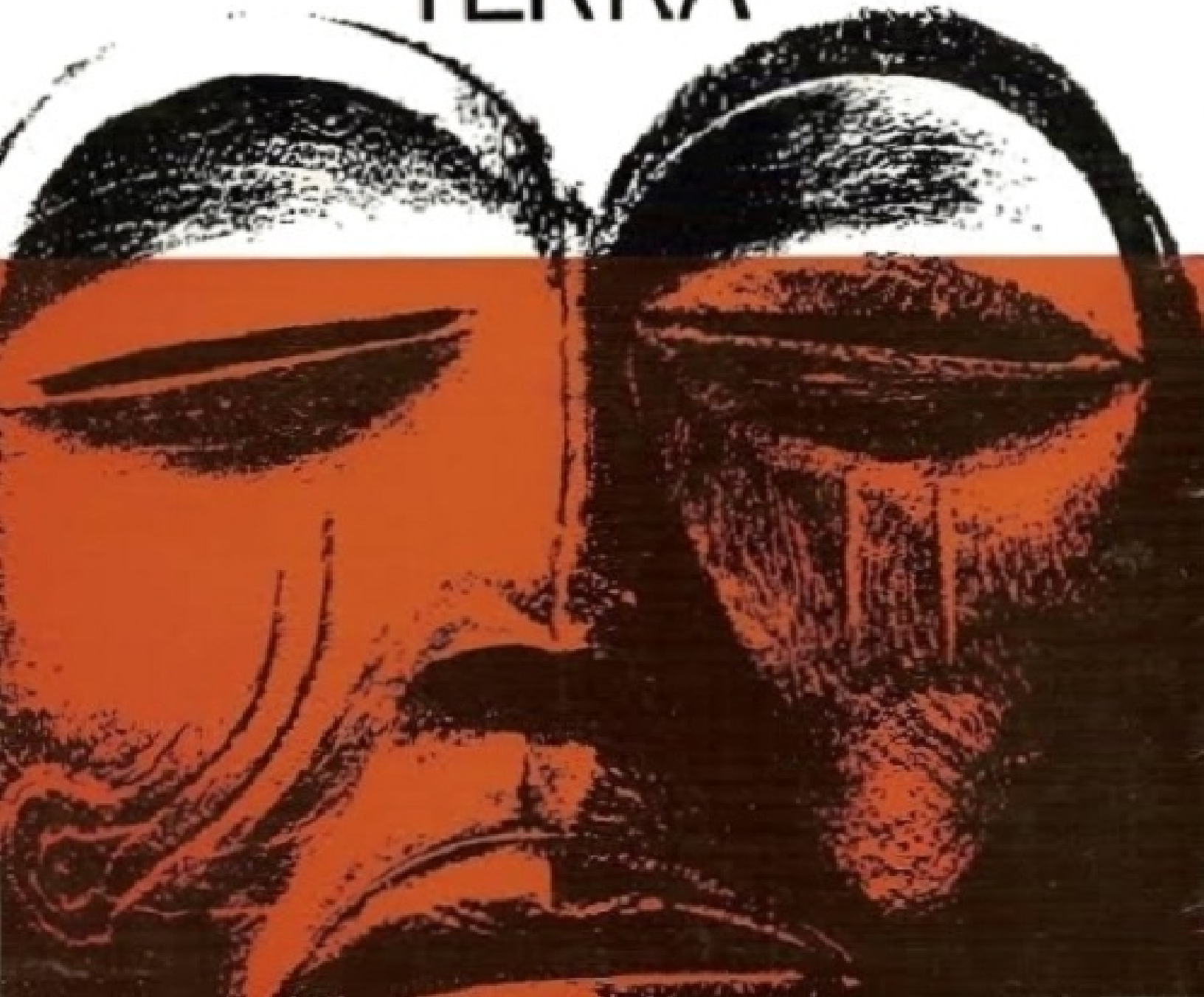
FRANTZ FANON

OS CONDENADOS DA TERRA



DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe ***Le Livros*** e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O ***Le Livros*** e seus parceiros disponibilizam conteúdo de dominio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: ***LeLivros.org*** ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



Os Condenados da Terra

Frantz Fanon

Tradução de Serafim Ferreira

1965

Editora Ulisseia

Lisboa

Índice

Capa
Capa Original
Folha de Rosto
Prefácio de Jean-Paul Sartre
1 . A Violência
    A Violência no Contexto Internacional
2 Grandeza e debilidades da espontaneidade
3. Desventuras da consciência nacional
4. Sobre a cultura nacional
5. Guerra colonial e perturbações mentais
    Série A
    Série B
    Série C: Modificações afectivo-intelectuais e perturbações mentais depois da tortura.
    Série D: Perturbações psicossomáticas.
    A Impulsividade Criminosa do Norte-Africano na Guerra de Libertação Nacional
Conclusão
Notas

Não há muito tempo, a terra estava povoada por dois biliões de habitantes, isto é, quinhentos milhões de homens e mil e quinhentos milhões de indígenas. Os primeiros dispunham do Verbo, os outros tomavam-no por empréstimo. Entre aqueles e estes, reizinhos vendidos, senhores feudais, uma falsa burguesia forjada de uma só peça, serviam de intermediários. Nas colónias, a verdade aparecia nua; as «metrópoles» preferiam-na vestida; era necessário que os indígenas a amassem. Como às mães, em certo sentido. A elite europeia dedicou-se a fabricar uma elite indígena; seleccionaram-se adolescentes, marcaram-lhes na fronte, com ferro em brasa, os princípios da cultura ocidental, introduziram-lhes na boca mordaças sonoras, grandes palavras pastosas que se colavam nos dentes; depois de uma breve passagem pela metrópole, regressavam ao seu país falsificados. Essas mentiras viventes já nada tinham que dizer a seus irmãos; eram um eco. Desde Paris, Londres, Amsterdão, nós lançávamos palavras: «Pártenon! Fraternidade!» e em qualquer parte da África ou da Ásia outros lábios se abriam: «...tenon! ...nidade!» Era a Idade do Ouro.

Tudo se acabou: as bocas abriram-se sós; as vozes, amarelas e negras, continuavam a falar do nosso humanismo, mas apenas para censurar a nossa desumanidade.

Nós escutávamos sem desgosto essas corteses expressões de amargura. Em princípio, com orgulhosa admiração: Como? Eles falam sozinhos? Vede, pois, o que temos feito deles! Não duvidámos de que aceitassem o nosso ideal, pois que nos acusavam de não sermos fiéis; a Europa acreditou na nossa missão: havia helenizado os asiáticos, criado essa espécie nova, os negros greco-latinos. E dissemos, entre nós, com sentido prático: deixá-los gritar, porque isso os acalma; cão que ladra não morde.

Mas veio outra geração que removeu o problema. Seus escritores, seus poetas, com uma incrível paciência, trataram de nos explicar que os nossos valores não se ajustavam à verdade da sua vida, que não podiam rejeitá-los inteiramente nem assimilá-los. O que queria dizer mais ou menos isto: vocês converteram-nos em monstros, o vosso humanismo pretende mostrar-nos que somos universais e as vossas práticas racistas particularizam-nos. Nós escutámo-los, muito tranquilos: aos administradores coloniais não se paga para que leiam Hegel, por isso o lêem pouco, mas não precisam deste filósofo para saber que as consciências infelizes se enredam em contradições. A eficácia é nula. Perpetuemos, pois, a sua infelicidade, ela não surgirá senão do vento. Se existisse, diziam os práticos, a sombra de qualquer reivindicação nos seus lamentos, seria a da integração. Não se tratava de a outorgar, bem entendido: arruinava-se desse modo o sistema que se baseia, como se sabe, na sobrexploração. Mas bastaria fazê-los acreditar no embuste: iriam atrás de nós. E quanto a revoltarem-se, estamos também muito tranquilos: Qual o indígena consciente que mataria os bons filhos da Europa com o único fim de se converter

em europeu como eles? Enfim, alimentávamos essa melancolia e não nos parecia errado, pelo menos uma vez, outorgar o prémio Goncourt a um negro: isto acontecia antes de 1939.

1961. Escutem:

> «Não se perca o tempo em ladainhas, nem em mimetismos nauseabundos. Abandonemos essa Europa que não deixa de falar do homem ao mesmo tempo que o assassina onde quer que o encontre, em todas as esquinas das suas próprias ruas, em todos os pontos do mundo. Há séculos... que em nome de uma falsa «aventura espiritual» se sufoca quase toda a humanidade».

O tom é novo. Quem se atreve a usá-lo? Um africano, homem do Terceiro Mundo, ex-colonizado. Acrescenta:

«A Europa adquiriu uma velocidade louca, desordenada... que vai abrindo um abismo onde se afunda cada vez mais».

Por outras palavras: está perdida. Uma verdade que ninguém gosta de dizer — não é isso, meus caros europeus? —, mas de que todos estamos convencidos.

Há que fazer, porém, uma reserva. Quando um francês, por exemplo, diz a outros franceses: «Estamos perdidos» — o que, pelo que sei, ocorre quase todos os dias desde 1930 —, trata-se de uma frase emotiva, inflamada de coragem e de amor, na qual o orador se inclui a si mesmo com os seus compatriotas. E, depois, geralmente acrescenta: «A menos que...» Todos sabem do que se trata: não se pode cometer mais nenhum erro; se essas recomendações não são seguidas à letra, então, e somente nessa altura, o país se desintegrará. Em resumo: é uma ameaça seguida de um conselho e essas ideias chocam muito mais, porque são o reflexo da inter-subjectividade nacional. Quando Fanon, ao contrário, disse que a Europa se precipita na sua perdição, longe de lançar um grito de alarme, fez um diagnóstico. Este médico não pretende condená-la sem recurso — outros milagres são conhecidos —, nem dar-lhe os meios para se curar; verifica que ela agoniza. Olhando de fora, baseia-se nos sintomas que pôde captar.

E quanto a curá-la, não: ele tem outras preocupações; que a Europa morra ou sobreviva, ele não se importa. Por isso, o seu livro é escandaloso. E se vocês murmuram, um pouco ofendidos e espantados: «Que coisas nos diz!», o verdadeiro sentido desse escândalo escapa-vos: porque Fanon não lhes «diz» absolutamente nada; a sua obra — tão ardente para outros — permanece sem sentido para vós; e, embora com frequência ela fale em vós, nunca vos fala realmente. Acabaram-se os Goncourt negros e os Nobel amarelos: não voltará a época dos colonizados laureados. Um ex-indígena de «língua francesa» adapta essa língua a novas exigências, utiliza-a para se dirigir unicamente aos colonizados: «Indígenas de todos os países subdesenvolvidos, uni-vos!» Que decadência a nossa: para os nossos pais, éramos os únicos interlocutores; os filhos não nos consideram sequer interlocutores válidos: nós somos os objectos do discurso. Claro que Fanon menciona de passagem os nossos crimes famosos, Sétif, Hanói, Madagáscar, mas não se preocupa em condená-los: utiliza-os. Se

descobre as tácticas do colonialismo, o jogo complexo das relações que unem e opõem os colonos aos «metropolitanos», faz isso para os seus irmãos, a sua finalidade é a de ensiná-los a derrotar-nos.

Numa palavra, o Terceiro Mundo descobre-se e expressa-se através dessa voz. Já se sabe que ele é homogéneo e que ainda se encontram dentro desse mundo povos submetidos, outros que adquiriram uma falsa independência, alguns que lutam para conquistar a sua soberania e outros que, não tendo atingido ainda a plena liberdade, vivem debaixo da ameaça de uma agressão imperialista. Essas diferenças nasceram na história colonial, quer dizer, na opressão. Aqui, a Metrópole contentou-se em pagar a alguns feudais; acolá, com o lema de «dividir para vencer», fabricou de uma só peça uma burguesia de colonizados; noutro lado, ela deu um forte golpe: a colónia é o tempo da exploração e do povoamento. Assim, a Europa fomentou as divisões, as oposições, forjou classes e racismos, tentou por todos os meios provocar e aumentar a estratificação das sociedades colonizadas. Fanon não oculta nada: para lutar contra nós, a antiga colónia deve lutar contra si mesma. Ou melhor, ambas as lutas são apenas uma. No fogo do combate, todas as barreiras interiores devem desaparecer, a impotência burguesa dos negociantes e de compradores, o proletariado urbano, sempre privilegiado, o lumpen-proletariat dos bairros pobres, todos devem alinhar na mesma posição das massas rurais, verdadeira fonte do exército nacional e revolucionário; nessas regiões, cujo desenvolvimento foi sufocado deliberadamente pelo colonialismo, o campesinato, quando se revolta, aparece imediatamente como a classeradical: conhece a verdadeira opressão, sofreu muito mais que os trabalhadores das cidades e, para não morrer de fome, necessita de derrubar todas as estruturas. Se triunfa, a revolução nacional será socialista; se consegue sufocar-se o seu ímpeto, se a burguesia colonizada toma o poder, o novo estado, apesar de uma soberania aparente, tomba nas mãos dos imperialistas. O exemplo de Catanga ilustra isso muito bem. Assim, pois, a unidade do Terceiro Mundo não está feita: é uma empresa em vias de realizar-se, que se há-de dar, em cada país, antes ou depois da independência, pela união de todos os colonizados debaixo do mando da classe campesina. Isto é o que Fanon explica aos seus irmãos da África, da Ásia, da América Latina: realizaremos todos juntos e em qualquer parte o socialismo revolucionário ou seremos derrotados um a um pelos nossos antigos tiranos. Não oculta nada, nem as fraquezas, nem as discórdias, nem as mistificações. Aqui, o movimento tem um mau começo; acolá, depois de brilhantes êxitos, perde velocidade, noutro lado detém-se; se se quer agarrar será necessário que os camponeses lancem ao mar a sua burguesia. O leitor é seriamente avisado contra as alienações mais perigosas: o dirigente, o culto da personalidade, a cultura ocidental e, igualmente, o regresso ao passado da cultura africana: a verdadeira cultura é a Revolução, o que quer dizer que ela se forja vivamente. Fanon fala em voz alta; nós, os europeus, podemos escutá-lo: a prova é que têm este livro em vossas mãos; não teme que as potências coloniais tirem proveito da sua sinceridade?

Não. Não teme nada. Os nossos procedimentos estão antiquados: pode demorar ocasionalmente a emancipação, mas não a deterão nunca. E não devemos pensar na modificação dos nossos métodos: o neo-colonialismo, esse sonho indolente das metrópoles, não é mais do que ar; as «Terceiras Forças» não existem ou são formadas pelas bourgeoisies-bidons que o colonialismo colocou no poder. O nosso maquiavelismo tem pouca influência sobre esse mundo, já muito esclarecido, que foi descobrindo as nossas mentiras. O colono não tem mais do que um recurso: a força, quando ele se mantém; ao indígena não lhe resta outra alternativa: a servidão ou a soberania. Que pode importar a Fanon que se leia ou não a sua obra? É aos seus irmãos que ele denuncia as nossas velhas malícias, certo de que não temos outra solução. A eles, diz-lhes: a Europa instalou-se nos nossos continentes, é necessário, pois, que a façamos retirar; o momento é-nos favorável: não acontece nada em Bizerta, em Elisabethville, no campo argelino, sem que o mundo inteiro seja informado; os blocos assumem posições contrárias, respeitam-se mutuamente, aproveitemos essa paralisia, entremos na história e que a nossa irrupção seja universal pela primeira vez; lutemos: na falta de outras armas, bastará termos o necessário sangue-frio.

Europeus, abram este livro, penetrem nele. Depois de alguns passos na noite, encontrarão alguns seres estranhos em redor do fogo, aproximem-se e escutem: discutem a sorte que reservam às vossas feitorias, aos mercenários que as defendem. Eles darão conta da vossa presença, mas continuarão a falar entre si, sem sequer baixar o tom de voz. Essa indiferença fere muito fundo: os vossos pais, sombras escuras, vossas sombras, eram almas mortas, ofereciam-lhe a vida, não falavam senão a vocês e ninguém se ocupava em responder a esses zombis. Os filhos ignoram-vos: ilumina-os e acalenta-os um fogo que não é o vosso e vos faz sentir furtivos, taciturnos, perplexos: a cada um compete o seu dever; das trevas de onde vai surgir outra aurora, os zombis sois vós.

Nesse caso, dirão, atiremos este livro pela janela. Para que o havemos de ler, se não está escrito para nós? Por dois motivos: o primeiro, porque Fanon explica aos seus irmãos como somos e mostra-lhes o mecanismo das nossas alienações. Aproveitem, pois, para revelar a si mesmos a vossa verdade de objectos. Nossas vítimas conhecem-nos pelas suas feridas e pelas algemas: isso torna o seu testemunho irrefutável. Basta que nos mostrem o que temos feito delas para que nos conheçamos a nós próprios. Será útil? Sim, porque a Europa está em perigo de morte. Mas, dirão, nós vivemos na metrópole e reprovamos todos os excessos. Não são colonos, é verdade, mas não valem mais do que eles. São os vossos pioneiros, enviados para as regiões do ultramar, que vos fizeram enriquecer; claro, foram prevenidos: se fizessem correr muito sangue, seriam desautorizados contra vontade. Do mesmo modo, um estado — qualquer que seja — mantém no estrangeiro uma turba de agitadores, de provocadores e de espiões e desautoriza-os quando os surpreende em falta. Vocês, tão liberais, tão humanos, que levam ao preciosismo o amor pela cultura, parecem esquecer que têm colónias e que nelas se mata em vosso nome. Fanon revela aos seus camaradas — a alguns deles, sobretudo, que estão um pouco ocidentalizados— a

solidariedade dos «metropolitanos» com os seus agentes coloniais. Tenham, portanto, a coragem de o ler, porque essa leitura vos envergonhará e a vergonha, como disse Marx, é um sentimento revolucionário. Como vêem, eu também não posso desligar-me dessa ilusão subjectiva. E, por isso, também lhes digo: «Tudo está perdido, a menos que...». Como europeu, apodero-me do livro de um inimigo e converto-o num meio para curar a Europa. Aproveitemo-lo.

★ ★ ★

Eis aqui a segunda razão: se desprezam as tagarelices fascistas de Sorel, compreenderão que Fanon é o primeiro depois de Engels que volta a fazer luz sobre a História. E não creiam que um temperamento muito activo ou uma infância desgraçada o levaram ao gosto singular pela violência: simplesmente, converte-se no intérprete da situação, nada mais. Mas isto basta para que constitua, etapa por etapa, a dialéctica que a hipocrisia liberal nos escondeu e produziu em nós o mesmo que nele.

No século passado, a burguesia tomava os operários como invejosos e desregrados por grosseiros apetites, mas preocupava-se por integrar esses seres brutais na nossa espécie: não os considerando como homens e livres, como poderiam eles vender livremente a força do seu trabalho? Em França e na Inglaterra, o humanismo afirma-se universal.

Com o trabalho forçado, sucede o contrário. Não há contrato. Apesar disso, é necessário intimidar; a opressão resulta de forma evidente. Os nossos soldados, no ultramar, negam o universalismo metropolitano, aplicam ao género humano o numerus clausus: como ninguém pode despojar o seu semelhante sem cometer qualquer crime, sem o submeter ou matar, colocam como princípio que o colonizado não é o semelhante do homem. A nossa força de choque recebeu a missão de converter em realidade esta abstracta certeza: ordena-se e reduz-se os habitantes do território anexado ao nível de macacos superiores, para justificar que o colono os trate como bestas. A violência colonial não se propõe apenas manter, em atitude respeitosa, os homens submetidos, trata também de os desumanizar. Nada será poupado para liquidar as suas tradições, para substituir as suas línguas pelas nossas; o cansaço, claro, embrutecê-los-á. E se resistem ainda, fatigados e doentes, a tarefa será cumprida até ao fim: apontam estouvadamente sobre os camponeses as espingardas; vêm civis que se instalam em sua terra e os obrigam, ao peso do chicote, a cultivá-la para eles. Se resiste, os soldados disparam, um homem é morto; se cede e se degrada, deixa de ser um homem; a vergonha e o medo quebram o seu carácter e desintegram a sua pessoa. Tudo se faz a toque de caixa, por peritos: os «serviços psicológicos» não datam de hoje. Nem a lavagem do cérebro. E, apesar de todos os esforços, não se alcança o fim em nenhum lado. E eu não duvido que seja impossível converter um homem em besta: apenas afirmo que nada se consegue se o mesmo não for debilitado consideràvelmente; não bastam as ameaças, é necessário violentar a sua compleição física. É o mal da servidão: quando se domestica um membro da nossa espécie, diminui-se o seu rendimento e, por pouco que se lhe dê, um

homem de curral acaba por custar mais do que aquilo que produz. Por essa razão, os colonos vêem-se obrigados a deixar em meio a sua tarefa de domesticação: o resultado, nem homem, nem besta, é o indígena. Espancada, subalimentado, enfermo, temeroso, mas somente até certo ponto, tem sempre, quer seja amarelo, negro ou branco, os mesmos rasgos de carácter: é preguiçoso, fingido e ladrão, vive de qualquer coisa e apenas conhece a força.

Pobre colono: a sua contradição vê-se nua. Deveria, como faz o génio, segundo se diz, matar aquele que captura. Mas isso não é possível. Não faz falta porventura que os explore? Por não poder levar a matança até ao genocídio e a servidão até ao embrutecimento animal, perde o «controle», a operação inverte-se, uma implacável lógica o levará à descolonização.

Mas não imediatamente. Primeiro, reina o europeu: já está derrotado, embora não dê conta disso; não sabe que os indígenas são falsos indígenas; faz-lhes ver que o mal existe neles próprios; no fim de três gerações, os seus maus instintos não ressurgirão. Quais instintos? Os que levam o escravo a matar o amo? Como não reconhece a sua própria crueldade dirigida agora contra si mesmo? Como não reconhece na selvageria desses camponeses oprimidos a selvageria do colono que a absorveu por todas as formas e dela se não curou? A razão é simples: esse personagem imperial, enlouquecido pela sua omnipotência e pelo receio de a perder, já não se recorda de que foi um homem: agarra-se ao chicote ou à espingarda; acreditou que a domesticação das «raças inferiores» se consegue através do condicionamento dos seus reflexos. Não toma em linha de conta a memória humana, as recordações inesquecíveis; e, sobretudo, há algo mais que ele nunca quis saber: apenas nos convertemos no que somos mediante a negação íntima e radical do que fizeram de nós. Três gerações? Desde a segunda, apenas abriram os olhos os filhos viram como espancavam seus pais. Em termos de psiquiatria, estão «traumatizados». Para toda a vida. Mas essas agressões cometidas sem parar, longe de o levar a submeter-se situam o europeu numa contradição insuportável que, cedo ou tarde, pagará. Depois disso, mesmo que se lhe ensine a vergonha, a dor e a fome, não se provocará em seus corpos senão uma raiva vulcânica, cuja força é igual à da pressão que se exerce sobre eles. Diziam vocês que somente conheciam a força? É certo. Primeiro, será a do colono e depois, claro, a sua própria: quer dizer, a mesma que incide sobre nós próprios como reflexo que, do fundo de um espelho, se encaminha para nós. Não se iludam; por essa louca manha, por essa bílis e esse fel, pelo constante desejo de nos quererem matar, pela contracção permanente dos seus fortes músculos, eles são homens: pelo colono que os quer escravos e contra ele. Então, cego, abstracto, o ódio é o seu único tesouro: o amo provoca-o, porque quer embrutecê-lo, mas não chega a esgotá-lo porque os seus interesses o detêm; assim, os falsos indígenas são então humanos, pelo poder e a impotência, que se transformam, neles próprios, numa recusa obstinada da condição de animal. O resto, já sabemos; em certo sentido, são perigosos: é a sabotagem. Fingidos, ladrões. Claro! Seus pequenos furtos marcam o começo de uma resistência um pouco desorganizada. Isso não chega: mas há os que se lançam de mãos vazias

contra as armas; são os seus heróis; outros, tornam-se homens depois de assassinarem europeus. Se alguém os mata: bandidos e mártires, o seu sacrifício exalta as massas aterrorizadas.

Aterrorizadas, sim: nesse momento, a agressão colonial entranha-se como terror nos colonizados. Não me refiro somente ao medo que experimentam perante os nossos inesgotáveis meios de opressão mas também ao que lhes inspira o seu próprio furor. Encontram-se encurralados entre as armas que lhes apontamos e esses tremendos impulsos, esses desejos de matar que surgem do fundo do seu coração e que nem sempre reconhecem: porque não é em princípio a sua violência, é a nossa, invertida, que cresce e os despedaça; e o primeiro movimento desses oprimidos é esconder profundamente essa inconfessável cólera, reprovada pela sua moral e pela nossa e que não é, portanto, senão o último reduto da sua humanidade. Leiam Fanon: compreenderão que, no momento de impotência, a loucura homicida é o inconsciente colectivo dos colonizados.

Essa fúria reprimida, ao estalar, gira em redor e enraivece os próprios oprimidos. Para libertar-se dela, acabam por se matar entre si: as tribos lutam umas contra as outras na falta, claro, de poderem enfrentar o verdadeiro inimigo — e, naturalmente, a política colonial fomenta as suas rivalidades; o irmão, ao levantar o cutelo contra seu irmão, pensa destruir de uma vez por todas a imagem odiada do comum envilecimento. Mas essas vítimas expiatórias não apaziguam a sua sede de sangue; não evitarão lançar-se contra as metralhadoras senão fazendo-se nossos cúmplices: eles mesmos vão acelerar a evolução dessa desumanização que repelem. Debaixo do olhar enganoso do colono, protegeram-se contra si próprios com barreiras sobrenaturais, reanimando antigos mitos terríveis ou amarrando-se a ritos meticulosos: assim, a inquietação evade a sua exigência profunda, infligindo-se manias que o ocupam a todo o instante. Dançam: isso é a sua ocupação; desembaraçam os seus músculos dolorosamente contraídos e, além disso, a dança dissimula, secretamente, o «não» que não podem dizer, os assassinatos que não se atrevem a praticar. Em certas regiões utilizam este último recurso: o estado de possesso. O que antes era acto religioso na sua simplicidade, certa comunicação do fiel com o sagrado, convertem-no numa arma contra a desesperança e a humilhação: os zars, as loas, os santos descem sobre eles, governam a sua violência e levam-na até ao esgotamento. Ao mesmo tempo, esses altos personagens dão-lhes protecção: isto quer dizer que os colonizados defendem-se da alienação colonial acrescentando-lhe a alienação religiosa. O único resultado, no fim de contas, é que acumulam ambas as alienações e cada uma se reforça a si mesma ainda mais. Assim, como em certas psicoses, cansados de serem todos os dias insultados, acreditam que algum dia escutarão a voz de um anjo que os saúda; as máculas não se apagam, é verdade: daqui em diante, alternarão com a alegria. É uma defesa e o final da sua aventura: a pessoa está dissociada, o doente encaminha-se para a demência. Há que acrescentar, no caso de alguns infelizes rigorosamente escolhidos, esse outro estado de possesso de que atrás se falou: a cultura ocidental. Em seu lugar,

dirão, eu preferiria os meus zars à Acrópole. Bom, isso quer dizer que compreenderam. Mas não inteiramente, claro, porque vocês não se encontram no lugar deles. Também não. De outra maneira, saberiam que eles não podem escolher: acumulam. Dois mundos, ou melhor, dois estados de possesso: ou bailam toda a noite ou penetram nas igrejas ao alvorecer para ouvir missa; dia a dia, a grilheta dói mais. O nosso inimigo atraiçoa os seus irmãos e faz-se nosso cúmplice; seus irmãos fazem o mesmo. A condição do indígena é uma neurose introduzida e mantida pelo colono entre os colonizados, com o seu consentimento.

Reclamar e negar, ao mesmo tempo, a condição humana: a contradição é explosiva. E todos sabemos bem como explode. Vivemos na época da deflagração: basta que ao aumento dos nascimentos se acrescente a miséria, que os recém-nascidos tenham que temer a vida um pouco mais que a morte, e a torrente da violência rompe todas as barreiras. Na Argélia, mata-se à vista os europeus. É o momento do boomeramg, o terceiro tempo da violência: volta-se contra nós, atinge-nos e, como de costume, não compreendemos que é a nossa. Os «liberais» ficam confusos: reconhecem que não eram bastante corteses com os indígenas, que teria sido mais justo e mais prudente outorgar-lhes certos direitos na medida do possível; não pediam outra coisa senão que fossem admitidos por direito e sem padrinhos nesse clube tão fechado, a nossa espécie: e é aqui que esse ímpeto bárbaro e louco não os respeita de modo diferente como aos maus colonos. A esquerda metropolitana sente-se ofendida: conhece a verdadeira sorte dos indígenas, a opressão sem piedade de que são vitimas e não condena a sua rebeldia, sabendo que se tem feito tudo para a provocar. De qualquer modo, pensa, há limites: esses guerrilheiros deveriam esforçar-se por se mostrarem cavalheirescos; seria o melhor meio de provar que são homens. Às vezes, repreendem-nos: «Vocês vão demasiado longe, não vos apoiaremos mais.» Não lhes importa; porque serve o apoio que lhes convém, já podem fazer com ele o que mais lhes agrada. Desde que começou a guerra, compreenderam essa rigorosa verdade: todos valemos o que somos, todos nos temos aproveitado deles, não têm que provar nada, não farão distinções com ninguém. Um só dever, um único objectivo: expulsar o colonialismo por todos os meios. E os mais conscientes entre nós estariam dispostos, em rigor, a admiti-lo, mas não podem deixar de ver nessa prova de força o meio inumano que os sub-homens assumiram para conseguir que se lhes outorgue uma carta de humanidade: se lhes conceda, o mais depressa possível e que tratem logo, por meios pacíficos, de a merecer. As nossas belas almas são racistas.

Servir-nos-á bem a leitura de Fanon; essa violência irreprimível, demonstra-o plenamente, não é uma absurda tempestade nem a ressurreição de instintos selvagens, nem sequer um efeito do ressentimento: é o próprio homem que se reintegra. Essa verdade, parece-me, temo-la conhecido e esquecido: nenhum doçura apagará os sinais da violência; só a violência os pode destruir. E o colonizado cura-se da neurose colonial expulsando o colono com as armas. Quando a sua ira estala, recupera a transparência perdida, conhece-se na própria

medida em que se faz; de longe, consideramos a sua guerra como o triunfo da barbárie; mas procede por si mesma à emancipação progressiva do combatente, liquida nela e fora dela, progressivamente, as trevas coloniais. Desde que começa, é uma guerra sem piedade. Continua aterrorizado ou toma-se um ser terrível; quer dizer: abandona-se às dissociações de uma vida falseada ou conquista a unidade nacional. Quando os camponeses recebem armas, os velhos mitos morrem, as proibições desaparecem uma por uma; a arma de um combatente é a sua humanidade. Porque, nos primeiros momentos da rebelião, há que matar: matar um europeu é matar dois pássaros de um só tiro, suprimir para sempre um opressor e um oprimido: tombam um homem morto e um homem livre; o sobrevivente, pela primeira vez, sente um solo nacional debaixo dos seus pés. Nesse instante, a nação não se afasta dele: encontra-se em qualquer sítio para onde vá ou onde esteja — nunca mais longe, ela confunde-se com a sua liberdade. Mas, após a primeira surpresa, o exército nacional reage: é necessário unir-se ou fazer matar. As discórdias tribais atenuam-se, tendem a desaparecer; primeiro, porque põem em perigo a Revolução e, mais profundamente, porque elas não teriam outra finalidade senão fazer derivar a violência contra os falsos inimigos. Quando elas persistem — como no Congo — é porque são alimentadas pelos agentes do colonialismo. A nação põe-se em marcha: para cada irmão estão em qualquer lado onde combatam outros irmãos. O seu amor fraternal é o contrário do ódio que vos têm: são irmãos porque cada um deles matou ou pode matar em qualquer momento. Fanon mostra aos seus leitores os limites da «espontaneidade», a necessidade e os perigos da «organização». Mas, qualquer que seja a importância da tarefa, em cada passo se desenvolve a consciência social. Os últimos complexos desaparecem: que nos falem do «complexo de dependência» no soldado da A. L. N.[(1)]. Libertado dos seus antolhos, o camponês toma consciência das suas necessidades: eles matavam, mas ele fazia por os ignorar; agora, descobre-os como exigências infinitas. Nesta violência popular, para se manter por cinco anos, oito anos, como fizeram os argelinos, as necessidades militares, sociais e políticas não podem distinguir-se. A guerra — ainda que se coloque apenas a questão do comando e das responsabilidades — institui novas estruturas que serão as primeiras instituições da paz. Eis aqui, pois, o homem instaurado nas novas tradições, filhas futuras de um horrível presente, eis aqui legitimado por um direito que vai nascer, que nasce cada dia no próprio fogo: com o último colono morto, reembarcado ou assimilado, a espécie minoritária desaparece e cede o seu lugar à fraternidade socialista. E isto não chega: esse combatente destrói as etapas; pensam que ele não arrisca a sua pele para se encontrar ao nível do velho «metropolitano». Tem muita paciência: talvez sonhe por vezes com um novo Dien-Bien-Phu; mas, na realidade, não conta com isso: é um mendigo que luta, na sua miséria, contra os ricos fortemente armados. Esperando as vitórias decisivas e muitas vezes sem esperar nada, atormenta os seus adversários até os exacerbar. Isto não se faz sem perdas espantosas; o exército colonial volta-se feroz: quadrilhas, ratissages, concentrações, expedições punitivas; assassinam-se mulheres e crianças. Ele sabe: esse homem novo começa a sua vida de homem

pelo fim; sabe-se morto em potência. Matá-lo-ão: não só aceita o risco, como tem disso plena certeza; esse morto em potência perdeu a sua mulher e os seus filhos, viu tantas agonias, que prefere vencer do que sobreviver; outros gozarão com a vitória, ele não: está muito cansado. Mas essa fadiga do coração é o sinal de uma inesgotável coragem. Encontramos a nossa humanidade mais aquém da morte e do desespero, ele encontrá-la-á, pelo contrário, além dos suplícios e da morte. Nós temos semeado o vento, ele é a tempestade. Filho da violência, nela encontra a cada momento a sua humanidade: éramos homens à sua custa, ele faz-se homem à nossa custa. Um outro homem: de melhor qualidade.

Aqui se detém Fanon. Ele mostrou o caminho: porta-voz dos combatentes, reclamou a união, a unidade do continente africano contra todas as discórdias e todos os particularismos. O seu fim está atingido. Se quisesse descrever integralmente o facto histórico da colonização, teria que falar de nós: isso não foi, sem dúvida, o seu propósito. Mas, quando fechamos o livro, ele continua presente em nós, apesar do seu autor não querer, porque experimentamos a força dos povos em revolução e respondemos com a força. Há, pois, um novo momento de violência e é necessário voltarmo-nos para nós, porque essa violência nos está mudando na medida em que o falso indígena muda através dela. Cada qual deve conduzir as suas reflexões como entender. Mas é preciso que de facto as reflicta: na Europa de hoje, aturdida pelos golpes que recebe na França, na Bélgica, na Inglaterra, a menor distracção do pensamento é uma cumplicidade criminal com o colonialismo. Este livro não necessitava de prefácio. Sobretudo, porque não se dirige a nós. Escrevi-o, no entanto, para levar a dialéctica às suas últimas consequências: também a nós, europeus, nos estão descolonizando; quer dizer, estão extirpando numa sangrenta operação o colono que habita em cada um de nós. Olhemo-nos bem, se tivermos coragem, e verificaremos que isso existe de facto em nós.

Primeiro, temos que encarar um espectáculo inesperado: o striptease do nosso humanismo. Ei-lo aqui nu e nada formoso: não era senão uma ideologia mentirosa, a esquisita justificação da pilhagem; as suas ternuras e o seu preciosismo justificavam as nossas agressões. Eles têm boa cara, os não-violentos: nem vítimas, nem verdugos! Vamos! Se vocês não são vítimas, quando o governo que aceitaram em plebiscito, quando o exército em que serviram os vossos irmãos, sem vacilação nem remorso, empreenderam um «genocídio», vocês são indubitàvelmente os seus verdugos. E se preferem ser vítimas, arriscar-se a um ou dois dias de prisão, optam simplesmente por retirar uma carta do jogo. Não podem retirá-la: têm que permanecer ali até ao fim. Compreendam isto uma vez: se a violência começa, se a exploração e a opressão não tivessem existido nunca sobre a terra, talvez a apregoada «não-violência» pudesse pôr termo à querela. Mas se o regime inteiro e até as suas ideias sobre a não-violência estão condicionados por uma opressão milenária, a sua passividade não serve senão para os alienar do lado dos opressores.

Sabem bem que somos exploradores. Sabem que nos apoderamos do ouro, dos metais e do petróleo dos «continentes novos» para os conduzir às velhas

metrópoles. Não sem excelentes resultados: palácios, catedrais, capitais industriais; e quando a crise ameaçava, aí estavam os mercados coloniais para a abrandar ou desviar. A Europa, carregada de riquezas, outorgou de jure a humanidade a todos os seus habitantes: um homem quer dizer um cúmplice, dado que todos temos beneficiado com a exploração colonial. Esse continente gordo e macilento acaba por cair naquilo a que Fanon chama justamente «narcisismo». Cocteau irritava-se com Paris, «essa cidade que fala todo o tempo de si própria». E que outra coisa faz a Europa? E esse monstro super-europeu, a América do Norte? Que tagarelice: liberdade, igualdade, fraternidade, amor, honra, pátria, que sei eu? Isto não nos impedia de pronunciar ao mesmo tempo frases racistas, negro sujo, sórdido judeu, maldito raton[2]. Os bons espíritos, liberais e delicados — os neocolonialistas, numa palavra — pretendiam sentir-se ofendidos por essa inconsequência; erro ou má fé: nada mais consequente, entre nós, que um humanismo racista, dado que o europeu não pôde fazer-se homem senão fabricando escravos e monstros. Enquanto existiu a condição de indígena, a impostura não se descobriu; encontrava-se no género humano uma abstracta formulação de universalidade que servia para encobrir práticas mais realistas: havia, do outro lado do mar, uma raça de sub-homens que, graças a nós, em mil anos possivelmente, alcançariam a nossa actual condição. Em resumo, confundia-se o género com a elite. Actualmente, o indígena revela a sua verdade; de um golpe, o nosso clube tão fechado mostra a sua fraqueza: não era mais nem menos do que uma minoria. O que é pior: posto que os outros se fazem homens contra nós, demonstra-se que somos os inimigos do género humano; a elite descobre a sua verdadeira natureza: a de um gang. Os nossos mais queridos valores perdem as suas asas; se os contemplarmos em redor, não encontraremos um só que não esteja manchado de sangue. Necessitam de um exemplo, recordem as grandes frases: Como é generosa a França! Generosos, nós? E Sétif? E essa guerra feroz que durou oito anos e custou a vida a mais de um milhão de argelinos? E a tortura? Mas compreendam que não se censura termos falsificado uma missão: simplesmente porque não tínhamos nenhuma. É a generosidade que mesmo se põe em dúvida; essa formosa palavra não tem mais do que um sentido: estatuto concedido. Para os homens de boa fé, novos e livres, ninguém tem o poder nem o privilégio de dar nada a ninguém. Cada um tem todos os direitos. Sobre todos. E a nossa espécie quando um dia chegue a ser, não se definirá como a soma dos habitantes do globo, mas como a unidade infinita das suas reciprocidades. Aqui me detenho; podem continuar o trabalho sem dificuldade. Basta olhar em frente, pela primeira e última vez, as nossas aristocráticas virtudes: elas morrem; como poderiam sobreviver à aristocracia de sub-homens que as engendraram? Há anos, um comentador burguês — e colonialista — para defender o Ocidente não pôde dizer nada mais do que isto: «Não somos anjos. Mas, pelo menos, temos remorsos.»

Que declaração! Noutra época, o nosso continente tinha outros salva-vidas: o Pártenon, Chartres, os Direitos do Homem, a Suástica. Agora sabemos o que valem: e já não pretendem salvar-nos do naufrágio senão através do sentimento

muito cristão da nossa culpabilidade. É o fim, como poderão ver: a Europa mete água por todos os lados. Que sucedeu? Simplesmente isto: éramos os sujeitos da História e agora somos os seus objectos. A relação de forças inverteu-se, a descolonização está a caminho; tudo o que os nossos mercenários podem fazer é retardar a sua plena realização.

Não faz mal que as velhas «metrópoles» intervenham, comprometam todas as suas forças numa batalha de antemão perdida. Essa velha brutalidade colonial que fez a duvidosa glória dos Bugeaud voltamos a encontrá-la, no fim da aventura, decuplicada mas insuficiente. Envia o exército para a Argélia e ali se mantém durante sete anos sem resultado. A violência mudou de sentido; vitoriosos, exercíamo-la sem que nada nos alterasse: decompunha aos outros e a nós, os homens, o nosso humanismo permanecia intacto; unidos pela ganância, os metropolitanos baptizam de fraternidade e amor a comunidade dos seus crimes; actualmente, bloqueada por todos os lados, volta sobre nós através do nossos soldados, interioriza-se e domina-nos. A involução começa: o colonizado reintegra-se e nós, ultras e liberais, colonos e «metropolitanos» desintegramo-nos. Já a raiva e o medo estão nus: mostram-se a descoberto nas ratonnades de Argel. Onde estão agora os selvagens? Onde está a barbárie? Não falta nada, nem mesmo o tam-tam: os claxons cadenciam «Argélia Francesa», enquanto os europeus queimam vivos os muçulmanos. Não há muito, recorda Fanon, os psiquiatras afligiam-se num congresso pela criminalidade dos indígenas: essa gente mata-se entre si, diziam, e isso não é natural; o córtex cerebral do argelino deve estai subdesenvolvido. Na África Central, outros estabeleceram que «o africano utiliza muito pouco os seus lóbulos frontais». Esses sábios deveriam prosseguir o seu inquérito na Europa e particularmente entre os franceses. Porque também nós, desde há alguns anos, devemos estar afectados de preguiça frontal: os patriotas começam a matar os seus compatriotas; em caso de ausência, fazem ir pelos ares o porteiro e a nossa casa. Não é mais do que o princípio: a guerra civil está marcada para o Outono ou para a próxima Primavera. Os nossos lóbulos parecem, sem dúvida, em perfeito estado: não será antes que, não podendo esmagar o indígena, a violência volta-se contra si mesma, acumula-se no fundo de nós próprios e procura uma saída? A união do povo argelino produz a desunião do povo francês; em todo o território da antiga metrópole, as tribos dançam e preparam-se para o combate. O terror saiu de África para se instalar aqui: porque estão furiosos, querem fazer-nos pagar com o nosso sangue a vergonha de terem sido derrotados pelo indígena e estão os outros, também culpados — depois de Bizerta, depois dos linchamentos de Setembro, quem saiu à rua para dizer: basta? — mas mais sossegados: os liberais, os mais duros dos duros da esquerda moderada. Também a eles sobe a febre e o mau humor. Mas que espanto! Dissimulam a sua raiva com mitos, com ritos complicados; para atrasar o julgamento final e a hora do ajuste de contas, puseram na nossa cabeça um Grande Feiticeiro, cujo ofício é manter-nos por qualquer preço na obscuridade. Nada se consegue; proclamada por uns, rechaçada por outros, a violência gira à volta, em círculo: um dia, explode em

Metz, no dia seguinte em Bordéus; passou por aqui, passará por ali, é como a destreza do furão. À nossa volta, passo a passo, nós percorremos o caminho que conduz à condição de indígena. Mas para nos convertermos inteiramente em indígenas, seria necessário que o nosso solo fosse ocupado pelos antigos colonizados e que morrêssemos de fome. Isto não sucederá: não, é o colonialismo decadente o que nos domina e nos fará cavalgar prontamente; corrompido e soberbo; esse é o nosso zar, a nossa loa. E ao ler o último capítulo de Fanon, convencemo-nos de que vale mais ser um indígena no pior momento da sua desdita, do que um ex-colono. Não é bom que um funcionário da polícia se veja obrigado a torturar durante dez horas diárias: nesse passo, os seus nervos chegarão a esfrangalhar-se, a não ser que se proíba aos verdugos, para seu bem, de fazerem horas suplementares. Quando se quer proteger pelo rigor das leis a moral da nação e do exército, não é bom que este desmoralize sistematicamente aquela. Nem que um país de tradição republicana confie, através de centenas de milhares, os seus jovens aos oficiais putschistes. Não é bom, compatriotas, vós que conheceis todos os crimes cometidos em nosso nome, não é realmente bom que não digam a ninguém uma só palavra, nem sequer à sua própria alma, por medo de terem que julgar-se a si mesmos. Ao princípio, ignoravam, acredito; agora sabem, mas continuam calados. Oito anos de silêncio degradam. E inutilmente: hoje, o deslumbramento solar da tortura está no zénite, ilumina todo o país; debaixo dessa luz, nenhum riso soa bem, não existe uma cara que se não mascare para encobrir a cólera ou o medo, não há um acto que não atraiçoe a nossa repugnância e cumplicidade. Basta que hoje dois franceses se encontrem para que haja entre eles um cadáver. E digo um... A França era antes o nome de um país; temos dúvidas de que não seja, em 1961, o nome de uma neurose.

Curar-nos-emos? Sim. A violência, como a lança de Aquiles, pode cicatrizar as feridas que abriu. Hoje, estamos presos, humilhados, doentes de medo: estamos muito em baixo. Felizmente isto não chega à aristocracia colonialista: ela não pode concluir a sua missão retardatária na Argélia, sem colonizar antes os franceses. Cada dia retrocedemos frente à contenda, mas podem estar certos de que a não evitaremos: eles, os assassinos, precisam dela; seguem revoluteando em redor de nós e espancam a multidão. Assim, acabará o tempo dos bruxos e dos feitiços: terão que ser espancados ou apodrecer nos campos. É o momento final da dialéctica: condenam essa guerra, mas não se atrevem, todavia, a declarar-se solidários com os combatentes argelinos; não tenham medo, os colonos e os mercenários obrigá-los-ão a dar este passo. Talvez, então, encurralados contra a parede, desenfreareis por fim essa violência nova suscitada pelos velhos crimes acumulados. Mas isso, como costuma dizer-se, é outra história. A história do homem. Estou certo de que já se aproxima o momento em que nos uniremos a quem a está fazendo.

Setembro de 1961.
JEAN-PAUL SARTRE

1 . A Violência

Libertação nacional, renascimento nacional, restituição da nação ao povo, Commonwealth(3), quaisquer que sejam as rubricas utilizadas ou as novas fórmulas introduzidas, a descolonização é sempre um fenómeno violento. Em qualquer nível que se estude: encontros entre indivíduos, composição humana dos cocktail-parties, da polícia, dos conselhos de administração, dos bancos nacionais ou privados, a descolonização é simplesmente a substituição de uma «espécie» de homens por outra «espécie» de homens. Sem transição, há uma substituição total, completa, absoluta. Na verdade, poderia mostrar-se igualmente o aparecimento de uma nova nação, a instauração de um novo estado, as suas relações diplomáticas, a sua orientação política e económica. Mas desejamos falar precisamente dessa tábua rasa que define toda a descolonização do seu ponto de partida. A sua importância inusitada é que constitui, desde o primeiro momento, a reivindicação mínima do colonizado. Falando verdade, a prova do êxito reside num panorama social modificado na sua totalidade. A importância extraordinária dessa mudança torna-se desejada, reclamada, exigida. A necessidade dessa mudança existe em estado bruto, impetuoso e constrangido, na consciência e na vida dos homens e mulheres colonizadas. Mas a eventualidade dessa mudança é igualmente vivida na forma de um futuro aterrador na consciência de outra «espécie» de homens e mulheres: os colonos.

A descolonização, que se propõe mudar a ordem do mundo é, como se vê, um programa de desordem absoluta. Mas não pode ser o resultado de uma operação mágica, de uma agitação natural ou de um entendimento amigável. A descolonização, como se sabe, é um processo histórico: quer dizer que não pode ser compreendida e não resulta inteligível, translúcida em si mesma, senão na medida exacta em que se distingue o movimento histórico que lhe dá forma e conteúdo. A descolonização é o encontro de duas forças congènitamente antagónicas que extraem precisamente a sua originalidade dessa espécie de substância que segrega e alimenta a situação colonial. O seu primeiro confronto desenrolou-se debaixo do signo da violência e a sua coabitação — mais precisamente a exploração do colonizado pelo colono — realizou-se com grande reforço de baionetas e de canhões. O colono e o colonizado conhecem-se há muito tempo. E, na realidade, tem razão o colono quando diz conhecê-los. Foi o colono que fez e continua fazendo o colonizado. O colono tira a sua verdade, isto é, os seus bens, do sistema colonial.

A descolonização não passa nunca despercebida, dado que afecta o ser, modifica fundamentalmente o ser, transforma os espectadores esmagados pela falta do essencial em actores privilegiados, amarrados de maneira quase grandiosa pelo correr da História. Introduz no ser um ritmo próprio, provocado pelos novos homens, uma nova linguagem, uma nova humanidade. A descolonização é realmente a criação de homens novos. Mas esta criação não recebe a sua legitimidade de nenhuma força sobrenatural: a «coisa» colonizada

converte-se, no homem, no próprio processo pelo qual ele se liberta.

Na descolonização há, pois, a exigência de uma entrega completa da situação colonial. A sua definição pode encontrar-se, se se quer descrevê-la com precisão, na frase bem conhecida: «os últimos serão os primeiros». A descolonização é a prova exacta dessa frase. Por isso, no plano da descrição, toda a descolonização é um êxito.

Exposta a sua nudez, a descolonização permite adivinhar, através de todos os seus poros, as balas e os cutelos sangrentos. Porque se os últimos devem ser os primeiros, não o podem ser senão através de uma afronta decisiva e mortífera entre os dois protagonistas. Essa vontade firme de fazer passar os últimos para a cabeça da fila, de fazer subir num ritmo (bastante rápido, dizem alguns) os conhecidos escalões que definem uma sociedade organizada, não pode triunfar enquanto não puser em acção todos os meios, incluindo, bem entendido, a violência.

Não se desorganiza uma sociedade, por mais primitiva que seja, com tal programa, se não se estiver decidido, desde o princípio, desde a formulação do próprio programa, a vencer todos os obstáculos que se encontrem no caminho. O colonizado que pensa realizar esse programa, toma-se no seu motor, está disposto a todo o momento para a violência. Desde o seu nascimento, ele sabe que esse mundo estreito, cheio de interdições, apenas pode ser remido pela violência absoluta.

O mundo colonial é um mundo compartimentado. Sem dúvida que é inútil, no plano da descrição, recordar a existência de cidades indígenas e cidades europeias, de escolas para indígenas e escolas para europeus, assim como não adianta nada recordar o apartheid[(4)] na África do Sul. Não obstante, se penetrarmos na intimidade dessa separação em compartimentos, poderemos pelo menos pôr em evidência algumas das linhas de força que ela comporta. Esta visão do mundo colonial, da sua distribuição, da sua disposição geográfica, permite-nos delimitar os ângulos a partir dos quais se reorganizará a sociedade descolonizada.

O mundo colonizado é um mundo dividido em dois. A linha divisória, a fronteira, está indicada pelos quartéis e pelos postos da polícia. Nas colónias, o interlocutor válido e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o polícia e o soldado. Nas sociedades de tipo capitalista, o ensino, religioso ou laico, a formação de princípios morais transmitidos de pais para filhos, a honestidade exemplar de trabalhadores condecorados após cinquenta anos de bons e leais serviços, o amor encorajado pela harmonia e pela prudência, essas formas estéticas do respeito à ordem estabelecida criam em redor do explorado uma atmosfera de submissão e de inibição que diminui consideràvelmente as forças da ordem. Nos países capitalistas, entre o explorado e o poder interpõe-se uma multidão de professores de moral, de conselheiros, de «desorientadores». Nas regiões coloniais, ao contrário, o polícia e o soldado, pelas suas intervenções directas e frequentes, mantêm o contacto com o

colonizado e aconselham-no, com golpes de coronha ou incendiando as suas palhotas, que não faça qualquer movimento. O intermediário do poder utiliza uma linguagem de pura violência. O intermediário não mitiga a opressão, nem encobre mais o domínio. Expõe e manifesta esses sinais com a boa consciência das forças da ordem. O intermediário leva a violência à casa e ao cérebro do colonizado.

A zona habitada pelos colonizados não é complementar da zona habitada pelos colonos. Essas duas zonas opõem-se, mas não ao serviço de uma unidade superior. Regidas por uma lógica puramente aristotélica, obedecem ao princípio de exclusão recíproca: não há conciliação possível, um dos termos está a mais. A cidade do colono é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, onde os caixotes do lixo estão sempre cheios de vestígios desconhecidos, nunca vistos, nem sonhados. Os pés do colono não se vêem nunca, a não ser no mar, mas poucas vezes se podem ver de perto. Pés protegidos por fortes sapatos, apesar das ruas da sua cidade serem limpas, lisas, sem covas, sem pedras. A cidade do colono é uma cidade farta, indolente e está sempre cheia de coisas boas. A cidade do colono é uma cidade de brancos e de estrangeiros.

A cidade do colonizado, a cidade indígena, a cidade negra, o bairro árabe, é um lugar de má fama, povoado por homens também de má fama. Ali, nasce-se em qualquer lado, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer parte e não se sabe nunca de quê. É um mundo sem intervalos, os homens estão uns sobre os outros, as cabanas dispõem-se do mesmo modo. A cidade do colonizado é uma cidade esfomeada, por falta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade agachada, de joelhos, a chafurdar. É uma cidade de negros, uma cidade de ruminantes. O olhar que o colonizado lança sobre a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de desejo. Sonhos de possessão.

Todos os modos de possessão: sentar-se à mesa do colono, deitar-se na cama do colono, com a sua mulher se possível. O colonizado é um invejoso. O colono não o ignora quando, surpreendendo o seu olhar à deriva, comprova amargamente mas sempre alerta: «Querem ocupar o nosso lugar.» É verdade, não há um colonizado que não sonhe, pelo menos uma vez por dia, em instalar-se no lugar do colono.

Esse mundo em compartimentos, esse mundo dividido em dois, está habitado por espécies diferentes. A originalidade do contexto colonial é que as realidades económicas, as desigualdades, a enorme diferença dos modos de vida, não chegam nunca a esconder as realidades humanas. Quando se compreende no seu aspecto imediato o contexto colonial, é evidente que o que divide o mundo é sobretudo o facto de se pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colónias, a infraestrutura é igualmente uma superestrutura. A causa é efeito: se é rico porque é branco, se é branco porque é rico. Por isso, as análises marxistas devem modificar-se ligeiramente sempre que abordam o sistema colonial. Mesmo o

conceito da sociedade pré-capitalista, bem estudado por Marx, teria que ser de novo formulado. O servo é de uma essência diferente da do cavalheiro, mas é necessária uma referência ao direito divino para legitimar essa diferença de classes. Nas colónias, o estrangeiro impôs-se com a ajuda dos seus canhões e das suas máquinas. Apesar da domesticação empreendida e da apropriação, o colono continua a ser sempre um estrangeiro. Não são as fábricas, as propriedades nem a conta no banco que caracterizam principalmente a «classe dirigente». A espécie dirigente é, antes de mais, a que vem de fora, a que não se parece aos autóctones, «aos outros».

A violência que presidiu à constituição do mundo colonial, que ritmou incansavelmente a destruição das formas sociais indígenas, que demoliu sem restrições os sistemas de referências da economia, os modos de aparência, a roupa, será reivindicada e assumida pelo colonizado desde o momento em que, decidida a converter a história em acção, a massa colonizada penetra violentamente nas cidades proibidas. Provocar um estalido no mundo colonial será, no futuro, uma imagem de acção muito clara, compreensível e capaz de ser assumida por cada um dos indivíduos que constituem o povo colonizado. Desviar o mundo colonial não significa que depois da abolição das fronteiras se arranjará comunicações entre as duas zonas. Destruir o mundo colonial é, nem mais nem menos, abolir uma zona, enterrá-la no solo mais fundo ou expulsá-la do território.

A impugnação do mundo colonial pelo colonizado não é um confronto nacional de qualquer ponto de vista. Não é um discurso sobre o universal, mas a afirmação desenfreada de uma originalidade formulada como absoluta. O mundo colonial é um mundo maniqueu. Não basta ao colono limitar fisicamente, quer dizer, com a ajuda da sua polícia e dos seus soldados, o espaço do colonizado. Como para ilustrar o carácter totalitário da exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de quinta-essência do mal(5). A sociedade colonizada não se define apenas como uma sociedade sem valores. Não basta ao colono afirmar que os valores o abandonaram, ou melhor, não habitaram nunca o mundo colonizado. O indígena declarou-se impermeável à ética, ausência de valores, mas também negação de valores. É, atrevemo-nos a dizê-lo, o inimigo dos valores. Neste sentido, é um mal absoluto.

Elemento corrosivo, destruidor de tudo o que o rodeia, elemento deformador, capaz de desfigurar tudo o que se refere à estética ou à moral, depositário de forças maléficas, instrumento inconsciente e irrecuperável de forças cegas. E M. Meyer podia dizer seriamente à Assembleia Nacional Francesa que não havia que prostituir a República fazendo entrar nela o povo argelino. Os valores, com efeito, são irreversivelmente envenenados e infectados quando se põem em contacto com o povo colonizado. Os costumes do colonizado, as suas tradições, os seus mitos, principalmente os seus mitos, são mesmo a marca dessa indigência, dessa depravação constitucional. Por isso, deve pôr-se no mesmo plano o D. D. T., que destrói os parasitas transmissores de enfermidades, e a religião cristã, que extirpa de raiz as heresias, os instintos, o mal. O retrocesso

da febre amarela e os progressos da evangelização fazem parte do mesmo balanço. Mas os comunicados triunfantes das missões informam realmente acerca da importância dos sintomas de alienação introduzidos no seio do povo colonizado. Falo da religião cristã e ninguém tem direito a surpreender-se. A Igreja nas colónias é uma igreja de brancos, uma igreja de estrangeiros. Não chama o homem colonizado ao caminho de Deus, mas ao caminho do branco, do amo, do opressor. E, como se sabe, nesta história são muitos os chamados e poucos os eleitos.

Às vezes esse maniqueísmo chega ao extremo da sua lógica e desumaniza o colonizado. Propriamente falando, animaliza-o. E, na realidade, a linguagem do colono, quando fala do colonizado, é uma linguagem zoológica. Alude-se aos movimentos de réptil do amarelo, às emanações da cidade indígena, às hordas, à peste, ao pululamento, ao formigueiro, às gesticulações. O colono, quando quer descrever e encontrar a palavra justa, refere-se constantemente ao bestial. O europeu poucas vezes utiliza «imagens». Mas o colonizado, que compreende o projecto do colono, o processo exacto que se pretende fazer-lhe seguir, sabe imediatamente em que pensa. Essa demagogia galopante, essas massas histéricas, esses rostos dos quais desapareceu toda a humanidade, esses corpos obesos que já não se assemelham a nada, essa coorte sem cabeça nem cauda, essas crianças que quase não pertencem a ninguém, esses preguiçosos estendidos ao sol, esse ritmo vegetal, tudo isso faz parte do vocabulário colonial. O general De Gaulle fala das «multidões amarelas» e o senhor Mauriac das massas negras, pardas e amarelas que depressa vão rebentar. O colonizado sabe tudo isso e ri cada vez que se descobre como animal nas palavras do outro. Porque sabe que não é um animal. Ao mesmo tempo que descobre a sua humanidade, começa a polir as suas armas para as fazer triunfar.

Quando o colonizado começa a reflectir sobre as suas amarras, a inquietar o colono, enviam-lhe almas boas que, nos «congressos de cultura», lhe expõem as qualidades específicas, as riquezas dos valores ocidentais. Mas cada vez que se trata de valores ocidentais produz-se no colonizado uma espécie de endurecimento, de tetania muscular. No período de descolonização, apela-se para a razão dos colonizados. Propõem-se-lhes valores seguros, explica-se-lhes abundantemente que a descolonização não deve significar regressão, que deve apoiar-se em valores experimentados, sólidos, bem considerados. Mas sucede que quando um colonizado ouve um discurso sobre a cultura ocidental, puxa pelo seu sabre ou pelo menos assegura-se de que ele está ao alcance da sua mão. A violência com que se afirmou a supremacia dos valores brancos, a agressividade que impregnou o confronto vitorioso desses valores com os modos de vida ou de pensamento dos colonizados, fazem com que, por uma justa inversão das coisas, o colonizado os escarneça quando se evocam na sua presença esses valores. No contexto colonial, o colono não se detém no seu trabalho de desancar com violência o colonizado, mesmo quando este último reconheceu em voz alta e inteligível a supremacia dos valores brancos. No período de descolonização, a massa colonizada escarnece desses mesmos valores, insulta-os, vomita-os com

todas as suas forças.

Esse fenómeno dissimula-se geralmente porque durante o período de descolonização certos intelectuais colonizados entabularam um diálogo com a burguesia do país colonialista. Durante esse período, a população autóctone é tomada como massa indistinta. As poucas individualidades autóctones que os burgueses colonialistas tiveram ocasião de conhecer, aqui e além, não pesam suficientemente sobre essa percepção imediata para dar origem a matizes. Pelo contrário, durante o período de libertação, a burguesia colonialista busca febrilmente estabelecer contactos com as elites. É com essas elites que se estabelece o famoso diálogo sobre os valores. A burguesia colonialista, quando adverte a impossibilidade de manter o seu domínio sobre os países coloniais, decide entabular um combate na retaguarda, no terreno da cultura, dos valores, das técnicas, *etc.* Mas o que não deve perder-se nunca de vista é que a grande maioria dos povos colonizados considera-se impermeável a esses problemas. Para o povo colonizado, o valor mais essencial, por ser o mais concreto, é primordialmente a terra: a terra que deve assegurar o pão e, bem entendido, a dignidade da «pessoa humana». Essa pessoa humana ideal, nunca ouviu falar dela. O que o colonizado viu na sua terra é que podia ser preso, espancado ou morrer de fome impunemente; e nunca nenhum professor de moral, nenhum padre, recebeu tais golpes em seu lugar ou repartiu com ele o seu pão. Para o colonizado, ser moralista é, muito concretamente, calar a atitude déspota do colono, quebrar a sua violência posta à prova, numa palavra, é expulsá-lo definitivamente do panorama. O famoso princípio que pretende que todos os homens sejam iguais, encontrará a sua ilustração nas colónias quando o colonizado estabeleça que é igual ao colono. Um passo mais, ele bater-se-á para ser mais que o colono. Na verdade, ele decidiu já substituir o colono, tomar o seu lugar. Como se vê, é todo um universo material e moral que se destrói. O intelectual que tem pelo seu lado, seguindo o colonialista no plano do universal abstracto, vai bater-se para que o colono e o colonizado possam viver em paz num mundo novo. Mas o que não vê, porque o pensamento do colonialismo infiltrou-se nele com todos os seus modos de pensar, é que o colono, quando desaparecer o contexto colonial, não tem já interesse em permanecer, em coexistir. Não é um perigo se, antes mesmo de qualquer negação entre o governo argelino e o governo francês, a minoria europeia chamada «liberal» fez já conhecer a sua posição: reclama, mais ou menos, a dupla cidadania. Acantonando-se no plano abstracto, quer condenar-se o colono a dar um salto muito concreto no desconhecido. Digamo-lo: o colono sabe perfeitamente que nenhuma fraseologia se substitui ao real.

O colonizado, portanto, descobre que a sua vida, a sua respiração, as pulsações do seu coração, são as mesmas que as do colono. Descobre que uma pele de colono não vale mais do que uma pele de indígena. Deve dizer-se que essa descoberta introduz uma agitação essencial no mundo. Toda a segurança nova e revolucionária do colonizado dimana disso. Se, com efeito, a minha vida tem a mesma importância que a do colono, o seu olhar já não me fulmina, já não

me imobiliza, a sua voz não me petrifica. Já não me perturbo na sua presença. Práticamente, eu aborreço-o. A sua presença não me afecta nada, preparo-lhe tais emboscadas que em breve não terá outra saída a não ser a fuga.

O contexto colonial, temos dito, caracteriza-se pela dicotomia que inflige ao mundo. A descolonização unifica esse mundo, arrebatando-o de forma radical à sua heterogeneidade, unificando-o sobre a base da nação ou da raça. Conhecemos essa frase feroz dos patriotas senegaleses, ao evocar as manobras do seu presidente Senghor: «Temos pedido a africanização dos quadros e Senghor africaniza os europeus». Isto quer dizer que o colonizado tem a possibilidade de perceber de forma imediata e absoluta se a descolonização tem lugar ou não: o mínimo exigido é que os últimos sejam os primeiros.

Mas o intelectual colonizado coloca variantes a esta petição e, na verdade, os motivos não parecem faltar-lhe: quadros administrativos, quadros técnicos, especialistas. Mas o colonizado interpreta esses salvo-condutos ilegais como outras tantas manobras de sabotagem e não é raro ouvir, aqui e além, o colonizado declarar: «Não valia a pena, então, ser independente...»

Nas regiões colonizadas, onde se levou a cabo uma verdadeira luta de libertação, onde o sangue do povo correu e a duração da fase armada favoreceu o refluxo dos intelectuais sobre as bases populares, assiste-se a uma verdadeira extirpação da superestrutura sacada por esses intelectuais nos meios burgueses colonialistas. No seu monólogo narcisista, a burguesia colonialista, por intermédio dos seus universitários, havia firmado profundamente no espírito do colonizado que as essências são eternas apesar de todos os erros imputáveis aos homens. As essências ocidentais, bem entendido. O colonizado aceitava a boa intenção destas ideias e em redor do seu cérebro podia descobrir-se uma sentinela vigilante encarregada de defender o pedestal greco-latino. Mas, durante a luta de libertação, quando o colonizado volta a estabelecer contacto com o seu povo, essa sentinela fictícia pulveriza-se. Todos os valores mediterrâneos, triunfo da pessoa humana, da claridade e da beleza, se convertem em adornos sem vida e sem cor. Todos esses argumentos parecem um conjunto de palavras mortas. Esses valores, que pareciam enobrecer a alma, revelam-se inúteis, porque não se referem ao combate concreto que o povo empreendeu.

E, em primeiro lugar, o individualismo. O intelectual colonizado aprendeu pelos seus mestres que o indivíduo deve afirmar-se. A burguesia colonialista introduziu a golpes de pilão, no espírito do colonizado, a ideia de uma sociedade de indivíduos, onde cada qual se encerra na sua subjectividade, onde a riqueza é a do pensamento. Mas o colonizado que tenha a oportunidade de se esconder no povo durante a luta de libertação, vai descobrir a falsidade dessa teoria. As formas de organização da luta vão propor-lhe um vocabulário inabitual. O irmão, a irmã, o camarada, são palavras proscritas pela burguesia colonialista porque, para ela, meu irmão é a minha senha, meu camarada é o meu entendimento. O intelectual colonizado assiste, numa espécie de auto-de-fé, à destruição de todos os seus ídolos: o egoísmo, a recriminação orgulhosa, a imbecilidade infantil

daquele que sempre quer dizer a última palavra. Esse intelectual colonizado, atomizado pela cultura colonialista, descobrirá igualmente a consistência das assembleias das aldeias, a densidade das comissões do povo, a extraordinária fecundidade das reuniões de bairro e de célula. Os assuntos de cada um já não deixarão nunca de ser assuntos de todos, porque, concretamente, todos serão descobertos pelos legionários e assassinados ou todos se salvarão. A «indiferença», essa forma ateia de salvação, está proibida neste contexto.

Fala-se muito, desde há tempos, da autocrítica: saber-se-á, porventura, que foi em princípio uma instituição africana? Seja nos djemaas da África do Norte ou nas reuniões da África Ocidental, a tradição quer que os conflitos que estalam numa aldeia sejam debatidos em público. Autocrítica em comum, sem dúvida, com uma nota de humor, porque todo o mundo está desarmado, porque todos queremos, em último caso, as mesmas coisas. O cálculo, os silêncios insólitos, as reservas, o espírito subterrâneo, o segredo, tudo isso o intelectual abandona à medida que mergulha no povo. E é verdade que, então, se pode dizer que a comunidade triunfa já nesse nível, segrega a sua própria luz, a sua própria razão.

Mas pode suceder que a descolonização se produza em regiões não ainda suficientemente sacudidas pela luta de libertação e ali se encontrem esses mesmos intelectuais hábeis, maliciosos, astutos. Neles se encontram intactas as formas de conduta e de pensamento recolhidas durante a sua ligação com a burguesia colonialista. Ontem, meninos mimados do colonialismo, hoje, da autoridade nacional, organizam a pilhagem de quaisquer recursos nacionais. Desumanos, sobem por combinações ou por roubos ilegais: importação-exportação, sociedades anónimas, jogos de bolsa, privilégios ilegais, sobre essa miséria hoje nacional. Demandam com insistência a nacionalização das empresas comerciais, isto é, a reserva dos mercados e das boas oportunidades somente para os nacionais. Doutrinalmente, proclamam a necessidade imperiosa de nacionalizar o roubo da nação. Nessa aridez do período nacional, na fase chamada de austeridade, o êxito dos seus roubos prova rápidamente a cólera e a violência do povo. Esse povo miserável e independente, no contexto africano e internacional actual, assume a consciência social num ritmo acelerado. As pequenas individualidades não tardarão a compreendê-lo.

Para assimilar a cultura do opressor e aventurar-se, o colonizado teve que dar garantias. Entre outras, teve de fazer suas as formas de pensamento da burguesia colonial. Isso se comprova pela inaptidão do intelectual para dialogar. Porque não sabe fazer-se desnecessário perante o objecto ou a ideia. Pelo contrário, quando milita no seio do povo ele maravilha-se continuamente. Vê-se, em parte, desarmado pela boa fé e pela honestidade do povo. O risco permanente que o espreita, então, é fazer-se populista. Transforma-se numa espécie de bendito seja, que responde a cada frase do povo, convertida para ele em sentença. Mas o fellah,[(6)] o desempregado, o esfomeado, não pretende a verdade. Ele não diz que é a verdade, porque ela está em si mesmo.

O intelectual comporta-se objectivamente, nesta etapa, como um invulgar

oportunista. As suas manobras, com efeito, não cessaram. O povo não pensa em aplaudi-lo ou acorrentá-lo. O que o povo exige é que tudo se tome comum. A inserção do intelectual colonizado na camada popular vai demorar-se devido à existência nele de um curioso culto pela divisão. Não é que o povo seja rebelde ao analisá-lo. O povo gosta que lhe expliquem, gosta de compreender as articulações de um raciocínio, gosta de ver até onde vai. Mas o intelectual colonizado, no princípio da sua coabitação com o povo, dá mais importância ao pormenor e chega a esquecer a derrota do colonialismo, o próprio objecto da luta. Arrastado no movimento multiforme da luta, tem tendência para se fixar em tarefas locais, realizadas com ardor mas quase sempre demasiado solenes. Não vê nunca a totalidade. Introduz a noção de disciplinas, especialidades, campos, nessa terrível máquina de misturar e triturar que é uma revolução popular. Dedicado a alguns pontos precisos da frente, ele chega a perder de vista a unidade do movimento e, em caso de fracasso local, deixa-se dominar pela dúvida e pela decepção. O povo, ao contrário, adopta desde o princípio posições globais. A terra e o pão: que fazer para obter a terra e o pão? Esse aspecto do povo, aparentemente limitado, restrito, é o modelo operatório mais rico e eficaz.

O problema da verdade deve solicitar igualmente a nossa atenção. No seio do povo, desde sempre, a verdade apenas corresponde aos nacionais. Nenhuma verdade absoluta, nenhum argumento sobre a transcendência da alma pode destruir essa posição. À mentira da situação nacional, o colonizado responde com uma mentira semelhante. A conduta é aberta com os nacionais, crispada e ilegível com os colonos. A verdade precipita a deslocação do regime colonial, favorece o despertar da nação. A verdade é que protege os indígenas e perde os estrangeiros. No contexto colonial, não existe uma conduta regida pela verdade. E o bem é simplesmente o que eles fazem do mal.

Compreende-se, então, como o maniqueísmo primário que regia a sociedade colonial se conserva intacto no período da descolonização. É que o colono não deixa de ser nunca o inimigo, o antagonista, precisamente o homem a eliminar. O opressor, na sua zona, faz existir o movimento — movimento de domínio, de exploração, de pilhagem. Na outra zona, a coisa colonizada, enrolada, espoliada, alimenta como pode esse movimento, que vai sem parar desde os limites do território aos palácios e às docas da «metrópole». Nessa zona fixa, a superfície está quieta, a palmeira agita-se frente às nuvens, as ondas do mar rebentam sobre os rochedos, as matérias-primas vão e vêm, legitimando a presença do colono, enquanto que escondido, mais morto que vivo, o colonizado se eterniza num sonho sempre igual. O colono faz a história. A sua vida é uma epopeia, uma odisseia. É o princípio absoluto: «Esta terra, nós a temos feito». É a causa permanente: «Se partimos, tudo está perdido, esta terra voltará à Idade Média». Em face disso, os seres embotados, roídos de dentro pelas febres e os «costumes ancestrais», constituem um marco quase mineral do dinamismo inovador do mercantilismo colonial.

O colono faz a história e sabe que a faz. E como se refere constantemente à história da metrópole, indica com clareza que está aqui como prolongamento

dessa metrópole. A história que escreve não é, pois, a história do país que ele despoja, mas a história da sua nação onde ele rouba, viola e espalha a fome. A imobilidade a que está condenado o colonizado não pode ser impugnada, senão quando o colonizado decide pôr termo à história da colonização, à história da pilhagem, para fazer existir a história da nação, a história da descolonização.

Mundo compartimentado, maniqueu, imóvel, mundo de estátuas: a estátua do general que fez a conquista, a estátua do engenheiro que construiu a ponte. Mundo seguro de si, esmagando com as suas pedras as feridas abertas pelo chicote. Eis aí o mundo colonial. O indígena é um ser encurralado, o apartheid é somente uma modalidade da divisão em compartimentos do mundo colonial. A primeira coisa que o indígena aprende é a colocar-se no seu lugar, não passar dos seus limites. Por isso, os seus sonhos são sonhos musculares, de acção, agressivos. Sonho que salto, que nado, que corro, que brinco. Sonho que estalo de riso, atravesso o rio de um salto, me perseguem muitas viaturas e nunca me alcançam.

Durante a colonização, o colonizado não deixa de libertar-se entre as nove da noite e as seis da manhã.

Essa agressividade sedimentada nos seus músculos, o colonizado manifesta-a primeiro contra os seus. É o período em que os negros se colocam entre si e os polícias, os juízes de instrução não sabem o que fazer perante a criminalidade norte-africana. Mais adiante, veremos o que se deve pensar deste fenómeno[7]. Frente à situação colonial, o colonizado encontra-se num estado de tensão permanente. O mundo do colono é um mundo hostil que rejeita, mas ao mesmo tempo é um mundo que faz inveja. Temos visto como o colonizado sonha sempre em instalar-se no lugar do colono. Não para converter-se no colono, claro, mas para substituí-lo. Esse mundo hostil, pesado, agressivo, porque rejeita com toda a sua força a massa colonizada, representa não o inferno de que devia afastar-se o mais ràpidamente possível, mas um paraíso ao alcance da mão protegida por terríveis cães de guarda.

O colonizado está sempre alerta, decifrando dificilmente os múltiplos signos do mundo colonial; nunca sabe se passou ou não o limite. Frente ao mundo determinado pelo colonialista, o colonizado presume-se sempre culpado. A culpabilidade do colonizado não é uma culpabilidade assumida, é antes uma espécie de maldição, uma espada de Dâmocles. Mas, no mais fundo de si mesmo, o colonizado não reconhece nenhuma instância. Está dominado, mas não domesticado. Está inferiorizado, mas não convencido da sua inferioridade. Espera pacientemente que o colono descuide a sua vigilância para lhe cair em cima. Nos seus músculos, o colonizado está sempre em atitude de expectativa. Não pode dizer-se que esteja inquieto, se encontre aterrorizado. Na realidade, está sempre pronto a abandonar o seu papel de presa e a assumir o de caçador. O colonizado é um perseguido que sonha permanentemente transformar-se em perseguidor. Os símbolos sociais — polícias, clarins que soam nos quartéis, desfiles militares e a bandeira hasteada — servem simultaneamente de inibidores e de excitantes.

Não significam: «Não te movas», mas antes: «Prepara bem o teu golpe». E, de facto, se o colonizado tivesse tendência para se deixar adormecer, esquecer, a altivez do colono e a sua precaução de experimentar a solidez do sistema colonial, recordar-lhe-iam a cada passo que o grande confronto não poderá ser indefinidamente adiado. Esse impulso de tomar o lugar do colono, mantém constantemente a sua tensão muscular. Sabemos, com efeito, que em certas condições emocionais a presença do obstáculo acentua a tendência do movimento.

As relações entre colono e colonizado são relações de massa. Ao número, o colono opõe a sua força. O colono é um exibicionista. O seu desejo de segurança, leva-o a recordar em voz alta ao colonizado que: «Aqui, o amo sou eu». O colono alimenta no colonizado uma cólera que detém ao manifestar-se. O colonizado vê-se amarrado entre as malhas apertadas do colonialismo. Mas já temos visto como, no seu íntimo, o colono obtém apenas uma pseudo-petrificação. A tensão muscular do colonizado liberta-se periodicamente nas explosões sanguinárias: lutas tribais, lutas de çofs, lutas entre indivíduos.

Ao nível dos indivíduos, assistimos a uma verdadeira negação do bom-senso. Enquanto o colono ou o polícia podem, diàriamente, golpear o colonizado, insultá-lo, pô-lo de joelhos, ver-se-á o colonizado puxar do seu cutelo ao mais pequeno olhar hostil de outro colonizado. Porque o último recurso do colonizado é defender a sua personalidade frente ao seu semelhante. As lutas tribais fazem apenas perpetuar velhos rancores não apagados da memória. Ao lançar com todas as forças a sua vingança, o colonizado convence-se de que o colonialismo não existe, que tudo caminha como anteriormente, que a história continua. Observamos com plena claridade, ao nível das colectividades, essas conhecidas formas de conduta e de prevenção, como se mergulhar no sangue fraterno não permitisse ver o obstáculo, adiar até mais tarde a opção inevitável que desemboca na luta armada contra o colonialismo. Autodestruição colectiva muito concreta nas lutas tribais, é, pois, um dos caminhos por onde se liberta a tensão muscular do colonizado. Todos esses compartimentos são reflexos de morte perante o perigo, condutas suicidas que permitem ao colono, cuja vida e domínio resultam mais consolidados, comprovar que esses homens não são racionais. O colonizado igualmente, através da religião, não toma em conta o colono. Pelo fatalismo, retira-se ao opressor toda a iniciativa, a causa dos males, da miséria e do destino está em Deus. O indivíduo aceita assim a dissolução decidida por Deus, rebaixa-se frente ao colono, frente à corte e, por uma espécie de equilíbrio interior, alcança uma serenidade de pedra.

Entretanto, a vida continua e é através dos mitos terríficos, tão prolixos nas sociedades subdesenvolvidas, que o colonizado extrai as inibições da sua agressividade: génios maléficos intervêm sempre que alguém se move, homens leopardos, homens serpentes, cães de seis patas, toda uma gama inesgotável de formas animais ou de gigantes cria em redor do colonizado um mundo de proibições, de barreiras, de impedimentos, muito mais terrível que o mundo colonialista. Esta superestrutura mágica que impregna a sociedade autóctone

cumpre, dentro do dinamismo da economia devassada, funções precisas. Uma das características das sociedades subdesenvolvidas considera que a devassidão é principalmente uma questão de grupo, de família. Conhecemos esse sinal, bem descrito pelos etnólogos, de sociedades onde o homem que sonha ter relações sexuais com uma mulher que não é a sua, deve confessar publicamente esse sonho e pagar o imposto em espécie ou em dias de trabalho ao marido ou à família ofendida. Isto prova, de passagem, que as sociedades chamadas pré-históricas dão grande importância ao inconsciente.

A atmosfera de mito e de magia, ao provocar-me medo, actua como uma realidade indubitável. Ao aterrorizar-me, integra-me nas tradições, na história da minha terra ou da minha tribo, mas ao mesmo tempo assegura-me um estatuto, assinala-me num boletim de registo civil. O plano do segredo, nos países subdesenvolvidos, é um plano colectivo que depende exclusivamente da magia. Ao limitar-me dentro dessa rede inextricável, onde os actos se repetem com uma permanência cristalina, o que se afirma é a perenidade de um mundo meu, de um mundo nosso. Os zombis são mais aterrorizantes, acreditamos, do que os colonos. E o problema não está, então, em pôr-se de acordo com o mundo coberto de ferro do colonialismo, mas em pensá-lo três vezes antes de urinar, cuspir ou sair de noite.

As forças sobrenaturais, mágicas, são forças surpreendentemente moiques. As forças do colono são infinitamente diminuídas, resultam sem utilidade. Não se deve lutar realmente contra elas, dado que o que conta é a terrível adversidade das estruturas míticas. Tudo se resolve, como se vê, num permanente nivelamento no plano fantasmagórico.

De qualquer modo, na luta de libertação, esse povo antes repartido em círculos irreais, presa de um terror indizível, mas feliz por se perder num tormento onírico, desloca-se, reorganiza-se e inventa, com sangue e lágrimas, confrontos muito reais e imediatos. Dar de comer aos moudjahidines, colocar sentinelas, ajudar as famílias mais necessitadas, substituir o marido morto ou encarcerado: são essas as tarefas concretas que deve empreender o povo na luta pela libertação.

No mundo colonial, a afectividade do colonizado mantém-se à flor da pele como uma chaga que se não pode cicatrizar. E o psiquismo retrata-se, oblitera-se e descarrega-se em demonstrações musculares que levaram, homens muito inteligentes a afirmar que o colonizado é um histérico. Esta hiperafectividade, espiada por vigias invisíveis, mas que comunicam directamente com o núcleo da personalidade, vai comprazer-se eròticamente nas dissoluções motrizes da crise.

Noutro ângulo, veremos como a afectividade do colono se esgota em danças mais ou menos tendentes ao êxtase. Por isso, um estudo do mundo colonial deve tentar compreender, forçosamente, o fenómeno da dança e do transe. O relaxamento do colonizado é precisamente essa orgia muscular no curso da qual a agressividade mais aguda, a violência mais imediata, se canalizam, se transformam, se escamoteiam. O círculo da dança é um círculo permissivo.

Protege e autoriza. A horas determinadas, em datas fixas, homens e mulheres encontram-se num determinado lugar e, sob o olhar grave da tribo, lançam-se numa pantomina aparentemente desordenada, mas na realidade muito sistematizada, onde, por múltiplas vias, negações com a cabeça, inclinação da coluna vertebral, inclinação para trás de todo o corpo, se decifra abertamente o esforço grandioso de uma colectividade para se exorcizar, libertar e exprimir. No âmbito da dança... tudo é permitido. O montículo a que subiram está mais perto da lua, a ribanceira em que deslizaram, como para manifestar a equivalência da dança, a ablução, a purificação, são lugares sagrados. Tudo é permitido porque, na verdade, reunem-se para deixar que surja vulcânica-mente a devassidão acumulada, a agressividade reprimida. Mortes simbólicas, cavalgadas figurativas, múltiplos assassinatos imaginários, tudo isso deve sair. Os maus humores derramam-se tumultuosos como torrentes de lava.

Um passo mais e caímos em pleno transe. Na realidade, são sessões de possessão-despossessão que se organizam: vampirismo, possessão pelos djinns(8), pelos zombis, por Legba, o deus ilustre de Vaudou(9). Estas triturações da personalidade, esses desdobramentos, essas dissoluções, cumprem uma função económica primordial na estabilidade do mundo colonizado. Na ida, os homens e as mulheres estavam impacientes, excitados, «nervosos». No regresso, volta à aldeia a calma, a paz, a imobilidade.

No decurso da luta de libertação, assistir-se-á a uma desafectação singular por essas práticas. Encostado ao muro, o cutelo sobre a garganta ou, para ser mais preciso, o eléctrodo sobre as partes genitais, o colonizado vê-se obrigado a não contar histórias.

Depois de anos de irrealismo, de se perder entre os fantasmas mais incríveis, o colonizado, empunhando a metralhadora, enfrenta por fim as únicas forças que negavam o seu ser: as do colonialismo. E o jovem colonizado que cresce numa atmosfera de ferro e fogo pode escarnecer — e não se recusa a fazê-lo — dos ultrapassados zombis, dos cavalos de duas cabeças, dos mortos que ressuscitam, dos djinns que se aproveitam de um bocejo para penetrar no nosso corpo. O colonizado descobre o real e transforma-o em movimento da sua prática, no exercício da violência, no seu projecto de libertação.

Temos visto que durante todo o período colonial esta violência, ainda que à flor da pele, gira no vazio. Vimo-la canalizada pelas descargas emocionais da dança ou do transe. Vimo-la esgotar-se em lutas fratricidas. Agora, coloca-se o problema de captar essa violência no caminho de se orientar. Enquanto anteriormente se expressava nos mitos e se esforçava em descobrir ocasiões de suicídio colectivo, é aqui que as condições novas lhe vão permitir mudar de orientação.

No plano da táctica política e da História, um problema teórico de importância capital se coloca na época contemporânea para a libertação das colónias: quando se poderá dizer que a situação está madura para um movimento de libertação nacional? Qual deverá ser a sua vanguarda? Como as

descolonizações se revestem de formas múltiplas, a razão vacila e coíbe-se de afirmar o que é uma verdadeira descolonização e uma falsa colonização. Veremos que para o homem comprometido é urgente decidir os meios, a táctica, ou melhor, a conduta e a organização. Fora disso, há somente um voluntarismo cego com as eventualidades reaccionárias que suporta.

Quais são as forças que, no período colonial, propõem à violência do colonizado novas vias, novos pólos de inversão? São primeiro os partidos políticos e as elites intelectuais ou comerciais. Mas o que caracteriza certas formas políticas é o facto de que proclamam princípios e se abstêm de dar palavras de ordem. Toda a actividade desses partidos políticos nacionalistas, no período colonial, é uma actividade de tipo eleitoral, uma série de dissertações filosófico-políticas sobre o tema do direito dos povos disporem de si mesmos, do direito dos homens à dignidade e ao pão, a afirmação contínua do princípio «cada homem — um voto». Os partidos políticos nacionalistas não insistem nunca na necessidade da prova de força, porque o seu objectivo não é exactamente a transformação radical do sistema. Pacifistas, legalistas, partidários da ordem... nova, essas formações políticas colocam cruamente à burguesia colonialista o problema que lhes parece essencial: «Dêem-nos mais poder.» Sobre o problema específico da violência, as elites são ambíguas. São violentas nas palavras e reformistas nas atitudes. Quando os quadros políticos nacionalistas burgueses dizem uma coisa, avisam sem rodeios que realmente a não pensam.

Deve interpretar-se essa característica dos partidos políticos nacionalistas quer pela qualidade dos seus quadros, como pela dos seus partidários. Os partidários dos partidos nacionalistas são partidários urbanos. Esses operários, esses mestres, esses pequenos artesãos e comerciantes que começaram — num nível menor, bem entendido — a aproveitar a situação colonial, têm interesses particulares. O que esses partidários reclamam é o melhoramento da sua vida, o aumento dos seus salários. O diálogo entre esses partidos políticos e o colonialismo nunca se rompe. Discutem-se as atitudes a assumir, representação eleitoral, liberdade de imprensa, liberdade de associação. Discutem-se reformas. Não deve ser surpresa, pois, ver-se um grande número de indígenas militar nas formações políticas da metrópole. Esses indígenas lutam por um lema abstracto: «o poder para o proletariado», esquecendo que, na sua terra, devem fundar o combate assente, sobretudo, em lemas de carácter nacionalista. O intelectual colonizado inverteu a sua agressividade na sua vontade, apenas velada, de se assimilar ao mundo colonial. Colocou a sua agressividade ao serviço dos seus próprios interesses, dos seus interesses de indivíduo. Assim, surge fàcilmente uma espécie de classe de escravos forros: o que o intelectual reclama é a possibilidade de multiplicar e de organizar uma autêntica classe de escravos forros. As massas, pelo contrário, não pretendem o aumento das oportunidades de êxito dos indivíduos. O que exigem não é o estatuto do colono, mas o seu lugar. Os colonizados, na sua grande maioria, querem a solidez do colono. Não se trata de competir com ele. Querem de facto o seu lugar.

O campesinato é abandonado sistematicamente pela propaganda da maioria

dos partidos nacionalistas. E é evidente que nos países coloniais somente o campesinato é revolucionário. Não tem nada a perder e tem tudo a ganhar. O camponês, o desclassificado, o esfomeado, é o explorado que depressa descobre apenas importar a violência. Para ele, não há compromissos, não há a possibilidade de arranjos. A colonização ou a descolonização são simplesmente uma relação de forças. O explorado compreende que a sua libertação exige todos os meios de acção e, em primeiro lugar, a força. Quando em 1956, depois da capitulação de Guy Mollet perante os colonos da Argélia, a Frente Nacional de Libertação, num célebre folheto, advertia que o colonialismo cede apenas com o cutelo sobre a garganta, nenhum argelino considerou realmente serem esses termos bastante violentos. O folheto expressava o que todos os argelinos sentiam no mais fundo de si próprios: o colonialismo não é uma máquina de pensar, nem um corpo dotado de razão. É a violência em estado primitivo e não pode submeter-se senão perante uma violência maior.

No momento de explicação decisiva, a burguesia colonialista que permaneceu até então no seu leito de plumas, entra em acção. Introduz esta nova noção que é, falando objectivamente, uma criação da situação colonial: a não- -violência. Na sua forma bruta, essa não-violência significa para as elites intelectuais e económicas colonizadas que a burguesia colonialista tem os mesmos interesses, sendo, pois, necessário e urgente chegar a um acordo em favor da salvação comum. A não-violência é um propósito de ajustar o problema colonial em volta do pano verde de um mesa de jogo, antes de qualquer gesto irrecuperável, qualquer efusão de sangue, qualquer acto lamentável. Mas se as massas, sem atenderem que as cadeiras sejam colocadas em redor da mesa de pano verde, ouvem apenas a sua própria voz e começam os incêndios e os atentados, vê-se então como as «elites» e os dirigentes dos partidos burgueses nacionalistas se precipitam sobre os colonizados para lhes dizerem: «Isto é muito grave! Ninguém sabe como tudo isto acabará. É necessário encontrar uma solução, é preciso encontrar um compromisso.»

Esta ideia do compromisso é muito importante no fenómeno da descolonização, está longe de ser simples. O compromisso, com efeito, refere-se tanto ao sistema colonial como à jovem burguesia colonial. Os defensores do sistema colonial descobrem que as massas correm o risco de tudo destruírem. A sabotagem de pontes, a destruição de herdades, as repressões, a guerra, tudo afecta duramente a economia. Compromisso igualmente para a burguesia nacional que, sem determinar muito bem as possíveis consequências do tufão, teme na verdade ser varrida por essa formidável borrasca e não deixa de afirmar aos colonos: «Nós somos capazes, todavia, de deter o morticínio; as massas têm ainda confiança em nós, devemos preparar-nos para não comprometermos tudo.»

Um passo mais e o dirigente do partido nacionalista mede as distâncias em relação a essa violência. Afirma em voz alta não ter nada a ver com esses Mau-Mau, com esses terroristas, com esses degoladores. No melhor dos casos, entrincheira-se num no man’s land entre os terroristas e os colonos e apresenta-se de bom grado como «interlocutor»: isto significa que, como os colonos não

podem discutir com os Mau-Mau, ele está disposto a facilitar-lhes as negociações. É assim que a retaguarda da luta nacional, essa parte do povo que nunca deixou de estar do outro lado da luta, se encontra situada, devido a essa ginástica, na vanguarda das negociações e do compromisso — porque precisamente se preocupou em não romper o seu contacto com o colonialismo.

Antes da negociação, a maioria dos partidos nacionalistas contenta-se, na melhor das hipóteses, em explicar e tolerar essa «selvajaria». Não reivindicam a luta popular e não é raro que se deixem ir, nos círculos fechados, até condenar esses actos espectaculares declarados odiosos pela imprensa e pela opinião da metrópole. A preocupação de ver as coisas objectivamente, constitui a recusa legítima desta política de imobilidade. Mas essa atitude clássica do intelectual colonizado e dos dirigentes dos partidos nacionalistas não é realmente objectiva. Na verdade, não estão seguros de que essa violência impaciente das massas seja o meio mais eficaz para defender os seus próprios interesses. Além disso, estão convencidos da ineficácia dos métodos violentos. Para eles, não há dúvida: todo o propósito de quebrar a opressão colonial através da força é uma conduta desesperada, uma conduta suicida. É que, em seus cérebros, os tanques dos colonos e os aviões de caça ocupam um lugar enorme. Quando se lhes diz: é preciso actuar, vêem as bombas sobre as suas cabeças, os tanques blindados avançando ao longo dos caminhos, a metralha, a polícia... eles permanecem sentados. Desde o princípio, consideram-se perdidos. A sua incapacidade para triunfar pela violência não necessitam de a demonstrar, pois que a assumem na sua vida quotidiana e nas suas manobras. Mantêm-se na posição pueril que Engels adoptava na sua célebre polémica com essa montanha de puerilidade que era Dühring: «O mesmo que Robinson procurou numa espada, podemos admitir igualmente que «Sexta-feira» apareça um belo dia com um revólver carregado na mão e, então, toda a relação de «violência» se inverte: «Sexta-feira» manda e Robinson vê-se obrigado a trabalhar... Por conseguinte, o revólver vence a espada e mesmo o mais pueril amante de axiomas conceberá sem dúvida que a violência não é um simples acto de vontade, mas que exige, para se pôr em prática, condições prévias muito reais, especialmente instrumentos, o mais perfeito dos quais prevalece sobre o menos perfeito; que, além disso, esses instrumentos devem ser produzidos, o que significa também que o produtor de instrumentos de violência mais perfeitos, falando grosseiramente das armas, prevalece sobre o produtor dos menos perfeitos e que, numa palavra, a violência descansa na produção de armas e esta, por sua vez, na produção em geral, portamto... no «poder económico», no Estado económico, nos meios materiais que estão à disposição da violência[(10)]. Na verdade, os dirigentes reformistas não dizem outra coisa: «Como querem lutar contra os colonos? Com os vossos cutelos? Com as vossas espingardas de caça?»

É verdade que os instrumentos são importantes no campo da violência, dado que tudo descansa definitivamente sobre a divisão desses instrumentos. Mas sucede que, nesse terreno, a libertação dos territórios coloniais produz uma nova luz. Sabemos, por exemplo, que na campanha de Espanha, essa autêntica

guerra colonial, Napoleão, apesar dos efectivos que alcançaram durante as ofensivas da Primavera de 1810 a enorme cifra de 400 000 homens, foi obrigado a retroceder. Não obstante, o exército francês fazia estremecer toda a Europa pelos seus instrumentos bélicos, pelo valor dos seus soldados, pelo génio militar dos seus capitães. Frente aos meios enormes das tropas napoleónicas, os espanhóis, animados por uma fé nacional inquebrantável, descobriram a famosa guerrilha que, vinte e cinco anos antes, as milícias norte-americanas experimentaram contra as tropas inglesas. Mas a guerrilha do colonizado não seria nada como instrumento de violência oposto a outros instrumentos de violência, se não fosse um elemento novo no processo global da competência entre trusts e monopólios.

No princípio da colonização, uma coluna podia ocupar territórios muito grandes: o Congo, a Nigéria, a Costa do Marfim, *etc.* Mas, hoje, a luta nacional do colonizado insere-se numa situação absolutamente nova. O capitalismo, no seu período de ascensão, viu nas colónias uma fonte de matérias-primas que, manufacturadas, podiam ser vendidas no mercado europeu. Depois de uma fase de acumulação de capital, modifica agora a sua concepção da rentabilidade de um negócio. As colónias converteram-se num mercado. A população colonial é uma clientela que compra. Se a guarnição deve ser eternamente reforçada, se o comércio diminui, quer dizer, se os produtos manufacturados e industrializados já não podem ser exportados, isso prova que a solução militar deve ser alargada. Uma dominação cega de tipo esclavagista não é economicamente rentável para a metrópole. A fracção monopolista da burguesia metropolitana não apoia um governo cuja política é apenas a da espada. O que os industriais e financeiros da metrópole esperam do seu governo não é que dizime a população, mas que defenda, com a ajuda de convénios económicos, os seus «legítimos interesses».

Existe, pois, uma cumplicidade objectiva do colonialismo com as forças violentas que estalam no território colonial. Além disso, o colonizado não está sozinho em face do opressor. Existe, bem entendido, a ajuda política e diplomática dos países e povos progressistas. Mas, sobretudo, ele tem a competição, a guerra desapiedada a que se entregam os grupos financeiros. Uma conferência de Berlim pode repartir a África despedaçada entre três ou quatro bandeiras. Hoje, o que importa não é que tal região africana seja território de soberania francesa ou belga: o que importa é que as zonas económicas estejam protegidas. O bombardeio da artilharia, a política da terra queimada, deram lugar à sujeição económica. Hoje, já não se dirige uma guerra de repressão contra qualquer sultão rebelde. A atitude é mais elegante, menos sanguinária e decide-se a liquidação pacífica do regime castrista. Procura estrangular-se a Guiné, suprime-se o Mossadegh. O dirigente nacional que tem medo à violência, engana-se, pois, ao pensar que o colonialismo nos vai «matar a todos». Os militares, bem entendido, continuam a fazer de heróis como nos tempos da conquista, mas os meios financeiros apressam-se a reconduzí-los à realidade.

Por isso, pede-se aos partidos políticos nacionais razoáveis que exponham, o mais claramente possível, as suas reivindicações e procurem com a parte

colonialista, com calma e sem paixão, uma solução que respeite os interesses das duas partes. Se essa reforma nacionalista, que se apresenta com frequência como uma caricatura do sindicalismo, se decide a agir, actuará por meios altamente pacíficos: greves nas poucas indústrias estabelecidas nas cidades, manifestações de massas para aclamar o dirigente político, boicotagem dos autocarros ou dos produtos importados. Todas estas acções servem por sua vez para fazer pressão sobre o colonialismo e evitar que o povo se consuma. Esta prática terapêutica, esta «cura de sono» do povo, pode ter êxito algumas vezes. Na discussão em volta da mesa de pano verde, surge a promoção política que permite a M. M'ba, presidente da república do Gabão, afirmar solenemente à sua chegada em visita oficial a Paris: «O Gabão é independente, mas nada mudou entre o Gabão e a França, tudo continua como outrora.»

Na verdade, a única mudança é que M. M'ba é presidente da república gabonesa e é recebido pelo presidente da república francesa.

A burguesia colonialista é auxiliada no seu trabalho de tranquilizar os colonos pela inevitável religião. Todos os santos que ofereceram a outra face, perdoaram as ofensas, receberam sem estremecer os insultos, são referidos e apontados como exemplos. As elites dos países colonizados, esses escravos com alforria, quando se encontram à cabeça do movimento, acabam inevitavelmente por produzir um ersatz do combate. Utilizam a escravidão dos seus irmãos para provocar a vergonha dos esclavagistas ou para dar um conteúdo ideológico de humanismo ridículo aos grupos financeiros adversários dos seus opressores. Nunca apelam realmente para os escravos, nunca os mobilizam concretamente. Pelo contrário, na hora da verdade, isto é, para eles, na hora da mentira, vibram com a ameaça de uma mobilização de massas como a arma decisiva que provocaria, como por encanto, o «fim do regime colonial». Existe, evidentemente, no seio desses partidos políticos, entre os quadros, revolucionários que voltam, de forma deliberada, as costas à farsa da independência nacional. Mas em seguida as suas intervenções, as suas iniciativas, os seus movimentos de cólera molestam a máquina do partido. Progressivamente, esses elementos são isolados e logo separados de forma definitiva. Ao mesmo tempo, como se houvesse combinação dialéctica, a polícia colonialista cai-lhes em cima. Sem segurança nas cidades, evitados pelos militares, rejeitados pelas autoridades do partido, esses indesejáveis de olhar incendiário vão parar ao campo. Então, percebem, com certo delírio, que as massas campesinas compreendem imediatamente as suas palavras e, sem transição, colocam-lhes a pergunta, para a qual não têm qualquer resposta preparada: «Para quando?».

Este encontro dos revolucionários vindos das cidades com os camponeses, chamará a nossa atenção mais adiante. Convém agora voltar aos partidos políticos para mostrar o carácter progressista da sua acção, apesar de tudo. Nos seus discursos, os dirigentes políticos «nomeiam» a nação. As reivindicações do colonizado recebem assim uma forma. Não há conteúdo, não há programa político e social. Há uma forma vaga, mas apesar disso nacional, um marco, o que

chamamos a exigência mínima. Os políticos que tomam a palavra, que escrevem nos jornais nacionalistas, fazem sonhar o povo. Evitam a subversão, mas introduzem de facto terríveis princípios de subversão na consciência dos ouvintes ou leitores. Com frequência, utilizam a língua nacional ou tribal. Isto é também fomentar o sonho, permitir que a imaginação se liberte da ordem colonial. Às vezes, esses políticos dizem: «Nós os negros, nós os árabes» e esse apelo, carregado de sentido durante o período colonial, recebe uma espécie de consagração. Os políticos nacionalistas brincam com o fogo. Porque, como dizia recentemente um dirigente africano a um grupo de jovens intelectuais: «Reflictam antes de falarem às massas, elas entusiasmam-se rapidamente.» Existe, pois, uma astúcia da História, que actua terrivelmente nas colónias.

Quando o dirigente político convida o povo a um motim, pode dizer-se que há sangue no ar. Sem dúvida, o dirigente, com frequência, preocupa-se sobretudo em «mostrar» as suas forças... para não ter que as utilizar. Mas a agitação assim mantida — ir, vir, ouvir discursos, ver o povo reunido, os polícias vigiando, as demonstrações militares, as prisões, as deportações de dirigentes — tudo isso excita e dá ao povo a impressão de que chegou o momento de fazer alguma coisa. Nesses períodos de instabilidade, os partidos políticos dirigem à esquerda múltiplos apelos de calma, enquanto a direita esquadrinha o horizonte, tratando de decifrar as intenções liberais do colonialismo.

O povo utiliza igualmente, para se manter em forma e conservar a sua capacidade revolucionária, certos aspectos da vida da colectividade. O bandido, por exemplo, que se mantém no campo durante alguns dias frente aos polícias lançados em sua perseguição, aquele que, em combate singular, sucumbe depois de matar quatro ou cinco polícias, aquele que se suicida para não denunciar os seus cúmplices, são para o povo os fachos, os modelos de acção, os «heróis». De nada serve dizer, evidentemente, que esse herói é um ladrão, um crápula ou um depravado. Se o acto por que esse homem é perseguido pelas autoridades colonialistas é um acto dirigido exclusivamente contra uma pessoa ou um bem colonial, a demarcação é clara, flagrante. O processo de identificação é automático.

É necessário assinalar igualmente o papel que desempenha, nesse fenómeno de maturidade, a história de resistência nacional à conquista. As grandes figuras do povo colonizado são sempre as que dirigiram a resistência nacional à invasão. Béhanzin, Soundiata, Samory, Abdel Kader revivem com singular intensidade no período que precede a acção. É a prova de que o povo se dispõe a retomar a marcha, a interromper o tempo morto introduzido pelo colonialismo, a fazer a História.

O ressurgimento da nação nova, a demolição das estruturas coloniais, são o resultado de uma luta violenta do povo independente, ou da acção, que separa o regime colonial da violência periférica assumida por outros povos colonizados.

O povo colonizado não está só. Apesar dos esforços do colonialismo, as suas fronteiras são permeáveis às notícias, aos ecos. Descobre que a violência é

atmosférica, estala aqui e além e aqui e além varre o regime colonial. Esta violência que triunfa tem um papel não apenas informativo mas também funcional para o colonizado. A grande vitória do povo vietnamita em Dien-Bien-Phu não é já, estritamente falando, uma vitória vietnamita. Desde Julho de 1954, o problema que se colocou aos povos colonialistas foi o seguinte: «Que é necessário fazer para realizar um Dien-Bien-Phu? Como começar?». Nenhum colonizado podia duvidar já da possibilidade desse Dien-Bien-Phu. O que constituía problema era a distribuição das forças, a sua organização, o momento de entrar em acção. Esta violência do ambiente não modifica somente os colonizados, mas também os colonialistas que tomam consciência de múltiplos Dien-Bien-Phu. Por isso, um verdadeiro pânico ordenado se apodera dos governos colonialistas. O seu propósito é tomar a dianteira, inclinar para a direita os movimentos de libertação, desarmar o povo: descolonizemos, ràpidamente. Descolonizemos o Congo antes que se transforme numa Argélia. Votemos a lei fundamental para a África, formemos a Comunidade, renovemos esta Comunidade, mas, eu vos explico, descolonizemos, descolonizemos... Descoloniza-se a tal ritmo, que se impõe a independência a Houphouet-Boigny(11). À estratégia do Dien-Bien-Phu, definida pelo colonizado, o colonialista responde com a estratégia do enquadramento... respeitando a soberania dos estados.

Mas voltemos a essa violência atmosférica, a essa violência à flor da pele. Temos visto no desenvolvimento da sua maturidade como é empurrada para a saída. Apesar das metamorfoses que o regime colonial lhe impõe nas lutas tribais ou regionalistas, a violência encaminha-se, o colonizado identifica o seu inimigo, dá um nome a todas as suas desgraças e lança por essa nova via toda a força exacerbada do seu ódio e da sua cólera. Mas como passamos da atmosfera da violência à violência em acção? O que é que provoca a explosão da caldeira? Em primeiro lugar, está o motivo de que esse processo não deixa ilesa a tranquilidade do colono. O colono que «conhece» os indígenas, apercebe-se por diversos indícios de que alguma coisa está mudando. Os bons indígenas vão desaparecendo, faz-se silêncio quando o opressor se aproxima. Em certas ocasiões, os olhares endurecem-se, as atitudes e expressões são abertamente agressivas. Os partidos nacionalistas agitam-se, multiplicam os motins e, ao mesmo tempo, aumentam as forças policiais, chegam reforços do exército. Os colonos, os agricultores, sobretudo, isolados nas suas herdades, são os primeiros a alarmar-se. Reclamam medidas enérgicas.

As autoridades tomam, como efeito, medidas espectaculares, afastam um ou dois dirigentes, organizam desfiles militares, manobras, incursões aéreas. As demonstrações, os exercícios bélicos, o cheiro a pólvora que paira agora na atmosfera, não fazem, contudo, retroceder o povo. Essas baionetas e esses canhões fortalecem a sua agressividade. Uma atmosfera dramática instala-se, cada qual quer provar que está disposto a tudo. É nestas circunstâncias que a coisa estala, porque os nervos se debilitaram, instalou-se o medo e à mais pequena coisa há disposição para pôr o dedo no gatilho. Um incidente banal e a

metralha começa: é Sétif, na Argélia, as Carrières Centrales, em Marrocos, é Moramanga, em Madagáscar.

As repressões, longe de quebrarem o ímpeto, favorecem o avanço da consciência nacional. Nas colónias, as hecatombes, a partir de certo estádio do desenvolvimento embrionário da consciência, fortalecem essa consciência, porque indicam que entre opressores e oprimidos tudo se resolve pela força. É preciso assinalar aqui que os partidos políticos não lançaram a palavra de ordem da insurreição armada, não prepararam essa insurreição. Todas essas repressões, todos esses actos provocados pelo medo, não são desejados pelos dirigentes. Os acontecimentos apanham-nos de surpresa. É então que o colonialismo pode decidir o afastamento dos dirigentes nacionalistas. Mas, hoje, os governos dos países colonialistas sabem perfeitamente que é muito perigoso privar as massas dos seus dirigentes. Porque o povo, já sem rédeas, lança-se à sublevação, aos motins e aos «assassinatos bestiais». As massas dão plena liberdade aos seus «instintos sanguinários» e impõem ao colonialismo a libertação dos dirigentes, aos quais cumprirá a difícil tarefa de restabelecer a calma. O povo colonizado, que tinha investido espontaneamente a sua violência na tarefa grandiosa de destruição do sistema colonial, encontrar-se-á em pleno tempo perante a palavra de ordem inerte, infecunda: «Libertem X ou Y»[(12)]. Então, o colonialismo libertará esses homens e discutirá com eles. Começou a hora das danças populares.

Noutro caso, o aparato dos partidos políticos pode permanecer intacto. Mas depois da repressão colonialista e da reacção espontânea do povo, os partidos são devassados pelos seus militantes. A violência das massas opõe-se vigorosamente às forças militares do ocupante, a situação piora e apodrece. Os dirigentes em liberdade encontram-se numa situação difícil. Convertidos tão depressa em pedras inúteis, com a sua burocracia e o seu programa razoável, intentam, longe dos acontecimentos, a suprema impostura de «falar em nome da nação amordaçada». Em regra, o colonialismo lança-se àvidamente sobre essa oportunidade, transforma esses elementos inúteis em interlocutores e, em breves momentos, outorga-lhes a independência, encarregando-os de restabelecer a ordem.

Adverte-se, pois, que o mundo tem consciência dessa violência e que não se trata de responder sempre com uma maior violência, mas, sim, de resolver a crise.

Que é, portanto, essa violência? Já o temos visto: é a intuição que as massas colonizadas têm de que a sua libertação deve fazer-se e isso não pode acontecer senão pela força. Por que aberração do espírito esses homens sem técnica, esfomeados e debilitados, não conhecendo os métodos de organização, chegam a convencer-se, perante o poderio económico e militar do ocupante, de que apenas a violência poderá libertá-los? Como pode esperar o triunfo?

Porque a violência, e aí está o escândalo, pode constituir, como método, a palavra de ordem de um partido político. Os quadros podem chamar o povo à luta

armada. É necessário reflectir sobre esta problemática da violência. Que o militarismo alemão resolva os seus problemas de fronteiras pela força não nos surpreende, mas que o povo argelino rejeite qualquer método que não seja violento, prova que alguma coisa se passou ou está a passar. Os homens colonizados, esses escravos dos tempos modernos, estão impacientes. Sabem que apenas essa loucura os pode tirar da opressão colonial. Um novo tipo de relações se estabeleceu no mundo. Os povos subdesenvolvidos fazem saltar as suas cadeias e, o mais extraordinário, é que o conseguem. Pode afirmar-se que na época do sputnik é ridículo morrer de fome, mas para as massas colonizadas a explicação é menos lunar. A verdade é que nenhum país colonialista é capaz, hoje, de adoptar a única forma de luta que teria possibilidades de êxito: o estabelecimento prolongado de importantes forças de ocupação.

No plano interior, os países colonialistas enfrentam as contradições, as reivindicações operárias que exigem o emprego das suas forças policiais. Além disso, na actual conjuntura internacional, esses países necessitam das suas tropas para proteger o seu regime. Por último, é bem conhecido o mito dos movimentos de libertação dirigidos de Moscovo. Na argumentação do regime para causar pânico, isso significa: «se isto continua, existe o perigo dos comunistas aproveitarem estas perturbações para se infiltrarem nessas regiões».

Na impaciência do colonizado, o facto de esgrimir contra a ameaça da violência, prova que tem consciência do carácter excepcional da situação contemporânea imediata, o colonizado, que tem a oportunidade de ver a penetração do mundo moderno até aos rincões mais afastados da selva, assume plena consciência do que não possui. As massas, por uma espécie de raciocínio... infantil, convencem-se de que todas essas coisas lhes foram roubadas. Por isso, em certos países subdesenvolvidos as massas caminham muito depressa e compreendem dois ou três anos depois da independência, que foram levadas, «não valia a pena» lutar porque a situação não mudou realmente. Em 1789, após a revolução burguesa, os pequenos agricultores franceses beneficiaram substancialmente dessa transformação. Mas é inútil comprovar a afirmar que na maioria dos casos, para 95 por cento da população dos países subdesenvolvidos, a independência não conduz a uma transformação imediata. O observador atento dá conta da existência de uma espécie de descontentamento larvar, como essas brasas que, depois da extinção do fogo, ameaçam sempre atear-se novamente.

Diz-se, então, que os colonizados querem caminhar muito depressa. Mas não devemos esquecer que não há muito tempo se lamentava a sua lentidão, a sua preguiça, o seu fatalismo. Já se percebe que a violência enfiada por estradas muito precisas no momento da luta da libertação, não se apaga magicamente após a cerimónia do içar da bandeira nacional. Ele extingue-se muito menos porque a construção nacional continua a inscrever-se, no quadro da competição decisiva, entre o capitalismo e o socialismo.

Esta competição dá uma dimensão quase universal às reivindicações mais localizadas. Cada motim, cada acto de repressão, repercute-se no plano

internacional.

Os assassinatos de Sharpeville sacudiram a opinião mundial durante meses. Nos jornais, na rádio, nas conversas privadas, Sharpeville converteu-se num símbolo. Através de Sharpeville, homens e mulheres abordaram o problema do apartheid na África do Sul. E não pode afirmar-se que apenas a demagogia explica o súbito interesse dos grandes pelos pequenos problemas das regiões subdesenvolvidas. Cada rebelião, cada sedição no Terceiro Mundo, insere-se no quadro da guerra fria. Dois homens são massacrados em Salisbury e todo um bloco se comove, fala desses dois homens e, como consequência dessas mortes, coloca-se o problema particular da Rodésia — ligando-o ao conjunto de África e à totalidade dos homens colonizados. Mas o outro bloco mede igualmente, pela amplitude da campanha realizada, as debilidades locais do seu sistema. Os povos colonizados dão conta de que nenhum clã se desinteressa dos incidentes locais. Deixam de limitar-se aos seus horizontes regionais, agarrados como estão nessa atmosfera de agitação universal.

Quando, de três em três meses, nos inteiramos de que a 6.ª ou a 7.ª esquadra se dirige para esta ou para aquela costa, quandoKhrushchev ameaça salvar Fidel de Castro com a cedência de foguetões, quando Kennedy, a propósito do Laos, decide recorrer a soluções extremas, o colonizado ou o recém-independente tem a impressão de que, de bom ou mau grado, é arrastado a uma espécie de marcha desenfreada. Na realidade, já está a marchar. Tomemos, por exemplo, o caso dos governos de países recentemente libertados. Os homens do poder passam dois terços do seu tempo vigiando à sua volta, prevendo o perigo que os ameaça, e o outro terço trabalhando para o seu país. Ao mesmo tempo, procuram apoios. Obedecendo à mesma dialéctica, as oposições nacionais afastam-se com desprezo das vias parlamentares. Procuram aliados que aceitem apoiá-los na sua empresa brutal de sedição. A atmosfera da violência, depois de impregnar a fase colonial, continua a dominar a vida nacional; Porque, como temos dito, o Terceiro Mundo não está excluído. Está, pelo contrário, no centro do tormento. Por isso, nos seus discursos, os homens de estado dos países subdesenvolvidos mantêm indefinidamente o tom de agressividade e de exaltação que deveria ter desaparecido. Da mesma maneira se compreende a falta de cortesia tão frequentemente assinalada aos novos dirigentes. Mas o que menos se compreende é a extrema delicadeza desses mesmos dirigentes nos seus contactos com os seus irmãos ou camaradas. A descortesia é uma forma de conduta com os outros, com os ex-colonialistas que vêm ver e fazer perguntas. O ex-colonizado tem, com demasiada frequência, a impressão de que a conclusão dessas perguntas foi já redigida. A viagem do jornalista é somente uma justificação. As fotografias que ilustram o artigo são a prova de que se sabe do que se está a falar, de que se visitou o próprio local. A pergunta propõe-se comprovar a evidência: tudo caminha mal desde que nós lá não estamos. Os jornalistas queixam-se amiudadamente de que são mal recebidos, de que não podem trabalhar em boas condições, de que tropeçam com um muro de indiferença ou de hostilidade. Tudo isso é normal. Os dirigentes nacionalistas

sabem que a opinião internacional se forja unicamente através da imprensa ocidental. Mas quando um jornalista ocidental nos interroga, nunca é para nos fazer um serviço. Na guerra da Argélia, por exemplo, os repórteres franceses mais liberais deixaram de utilizar títulos ambíguos para caracterizar a nossa luta. Quando se lhes reprova o que fizeram, respondem de boa fé que são objectivos. Para o colonizado, a objectividade vai sempre dirigida contra ele.

Também se compreende esse novo tom que invadiu a diplomacia internacional na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Setembro de 1960. Os representantes dos países coloniais eram agressivos, violentos, excessivos, mas os povos coloniais não compreenderam que exageraram. O radicalismo dos porta-vozes africanos provocou o amadurecimento do abcesso e permitiu ver melhor o carácter inadmissível dos vetos, do diálogo dos «grandes» e, sobretudo, do papel ínfimo destinado ao Terceiro Mundo.

A diplomacia, tal como foi iniciada pelos povos recém-independentes, não está já nos matizes, nos subentendidos, nos passes magnéticos. Porque esses porta-vozes foram designados pelos seus povos para defenderem por sua vez a unidade da nação, o progresso das massas para o bem-estar e do direito dos povos à liberdade e ao pão.

É, pois, uma diplomacia em movimento, furiosa, que contrasta estranhamente com o mundo imóvel e petrificado da colonização. E quando Khrushchev brande o seu sapato na O. N. U. e bate com ele na mesa, nenhum colonizado, nenhum representante dos países subdesenvolvidos ri. Porque o que Khrushchev demonstra aos países colonizados que o contemplam é que ele, o mujique, trata esses miseráveis capitalistas como de facto merecem. Também Fidel de Castro, ao apresentar-se na O. N. U. com uniforme militar, não escandaliza os países subdesenvolvidos. Fidel de Castro demonstra apenas que tem consciência da existência do regime continuador da violência. O que é de espantar é que não haja entrado na O. N. U. com a sua metralhadora. Ter-se-iam oposto a isso? As sublevações, os actos desesperados, os grupos armados com cutelos ou machados encontram a sua nacionalidade na luta implacável que enfrenta mutuamente o capitalismo e o socialismo.

Em 1945, os 45.000 mortos de Sétif podiam passar despercebidos; em 1947, os 90.000 mortos de Madagáscar podiam ser objecto de uma simples notícia nos jornais; em 1952, as 200.000 vítimas da repressão no Quénia podiam não suscitar mais do que uma relativa indiferença. As contradições internacionais não estavam suficientemente definidas. Já a guerra da Coreia e a guerra da Indochina abriram uma nova etapa. Mas sobretudo Budapeste e Suez constituem os momentos decisivos dessa confrontação.

Fortalecidos pelo apoio incondicional dos países socialistas, os colonizados lançam-se com as armas que possuem contra a cidadela inexpugnável do colonialismo. Se essa cidadela é invulnerável aos cutelos e aos punhos fechados, não continua a sê-lo quando se decide ter em conta o contexto da guerra fria.

Nesta nova conjuntura, os norte-americanos levam muito a sério o seu

papel de pioneiros do capitalismo internacional. Numa primeira etapa, aconselham amistosamente os países europeus que devem descolonizar. Numa segunda etapa, não vacilam em proclamar primeiro o respeito e logo o apoio do princípio: a África para os africanos. Os Estados Unidos não temem afirmar oficialmente que são hoje os defensores do direito dos povos à autodeterminação. A última viagem de Mennen-Williams é a ilustração da consciência que os norte-americanos têm de que o Terceiro Mundo não deve ser sacrificado. Compreende-se, então, por que a violência do colonizado não é desesperada, se não quando se compara in abstracto com o aparato militar dos opressores. Pelo contrário, se a situarmos dentro da dinâmica internacional, compreende-se que constitui uma terrível ameaça para o opressor.

A persistência das sublevações e da agitação Mau-Mau desequilibra a vida económica da colónia, mas não põe em perigo a metrópole. O que é mais importante aos olhos do imperialismo é a possibilidade de que a propaganda socialista se infiltre entre as massas e as contamine. Já é um grave perigo durante a fase «fria» do conflito; mas que sucederia em caso de verdadeira guerra, com essa colónia apodrecida pelas guerrilhas assassinas?

O capitalismo compreende que a sua estratégia militar tudo vence no desenvolvimento das guerras nacionais. No marco da coexistência pacífica, todas as colónias são chamadas a desaparecer e, em última instância, a neutralidade fez respeitar-se pelo capitalismo. O que é necessário evitar antes de mais é a insegurança estratégica, o acesso às massas de uma doutrina inimiga, o ódio radical de dezenas de milhões de homens. Os povos colonizados são perfeitamente conscientes desses imperativos que dominam a vida política internacional. E, por isso, mesmo aqueles que se dizem contra a violência, decidem e actuam sempre em função dessa violência universal. Hoje, a coexistência pacífica entre os dois blocos mantém e provoca a violência nos países coloniais. Amanhã, talvez vejamos remover-se esse campo de violência, depois da libertação completa dos territórios coloniais. Talvez se coloque a questão das minorias. Já algumas não vacilam em favorecer os métodos violentos para resolver os seus problemas e não é por acaso se, como se nos afirma, os extremistas negros nos Estados Unidos formam milícias e se armam em consequência disso. Não será também por acaso que, no mundo chamado livre, existem comités de defesa das minorias judias da URSS ou que o general De Gaulle, num dos seus discursos, haja derramado algumas lágrimas pelos milhões de muçulmanos oprimidos pela ditadura comunista. O capitalismo e o imperalismo estão convencidos de que a luta contra o racismo e os movimentos de libertação nacional são pura e simplesmente perturbações dirigidas e fomentadas «do exterior». Assim, decidem utilizar a seguinte táctica eficaz: Rádio-Europa Livre, comité de apoio às minorias dominadas... Fazem anticolonialismo, como os coronéis franceses na Argélia faziam a guerra subversiva com a O. A. S. ou os serviços psicológicos. «Utilizam o povo contra o povo». Já sabemos o resultado disto.

Esta atmosfera de violência, de ameaça, esses foguetões apontados não

assustam nem desorientam os colonizados. Temos visto como toda a história recente os predispõe a «compreender» essa situação. Entre a violência colonial e a violência pacífica em que está mergulhado o mundo contemporâneo, há uma espécie de correspondência cúmplice, uma homogeneidade. Os colonizados estão convencidos de que se joga agora o seu destino. Vivem numa atmosfera de fim do mundo e desejam que nada se lhes escape. Por isso, compreendem muito bem Fuma e Fumi, Lumumba e Tschombé, Ahidjo e Moumié, Kenyatta e os que periodicamente se apressam para os substituir. Compreendem muito bem todos esses homens, porque eles desmascaram as forças que estão por detrás deles. O colonizado e o subdesenvolvido são hoje animais políticos no sentido mais universal da palavra.

A independência levou certamente aos homens colonizados a reparação moral e consagrou a sua dignidade. Mas não teve ainda tempo de formar uma sociedade, de construir e afirmar novos valores. O facho incandescente em que o cidadão e o homem se revelam e se valorizam em horizontes cada vez mais largos, claro que ainda não existe. Situados numa espécie de indeterminação, esses homens convencem-se facilmente de que tudo se decidirá noutro lado e em todo o mundo ao mesmo tempo. Quanto nos dirigentes, frente a esta conjuntura vacilam e optam pelo neutralismo.

Havia muito que dizer sobre o neutralismo. Alguns aproximam-no de uma espécie de mercantilismo infecto que consistiria em aceitar a direita e a esquerda. Ora o neutralismo, essa criação da guerra fria, permite aos países subdesenvolvidos receber ajuda económica das duas partes, mas não permite, por outro lado, que nenhuma dessas partes ajude na medida necessária as regiões subdesenvolvidas. Essas somas literalmente astronómicas que se investem nas manobras militares, esses engenheiros transformados em técnicos da guerra nuclear poderiam aumentar, em quinze anos, o nível de vida dos países subdesenvolvidos em cerca de 60 por cento. É evidente que o interesse desses países não reside na manutenção nem no agravamento da guerra fira. Mas sucede que não se lhes pede a sua opinião. Então, quando têm possibilidade de o fazer, deixam de se comprometer. Mas podem realmente fazê-lo? Eis aqui, para exemplo, que a França experimenta em África as suas bombas atómicas. Se se exceptuam as moções, os motins e as rupturas diplomáticas, não se pode dizer que os povos africanos hajam influenciado, nesse aspecto, a atitude da França.

O neutralismo produz no cidadão do Terceiro Mundo uma atitude de espírito que se traduz na vida corrente por uma intrepidez e um orgulho hierático que se assemelha a um desafio. Essa recusa declarada do compromisso, essa vontade rígida de não se comprometer, recordam o comportamento desses adolescentes orgulhosos e desinteressados, sempre dispostos a sacrificarem-se por uma palavra. Tudo isso espanta os observadores ocidentais. Porque, propriamente falando, há um abismo entre o que esses homens pretendem ser e o que está por detrás deles. Esses países sem caminhos de ferro, sem tropas, sem dinheiro, não justificam a jactância que ostentam. Trata-se, sem dúvida, de uma atitude hipócrita. O Terceiro Mundo dá a impressão, a cada passo, de que se regozija com

o drama e necessita, semanalmente, de uma dose de crise. Esses dirigentes de países vazios, que falam vigorosamente, irritam. Dá vontade de os fazer calar. Faz-se-lhes a corte. Enviam-se-lhes flores. Convidam-se. Numa palavra, disputam-se. Isso é o neutralismo. Iletrados numa percentagem que atinge 98 por cento, existe, sem dúvida, uma grandiosa bibliografia sobre eles. Viajam muito. Os dirigentes dos países subdesenvolvidos, os estudantes dos países subdesenvolvidos são a clientela dourada das companhias de aviação. Os responsáveis africanos e asiáticos têm a possibilidade de frequentar, no mesmo mês, um curso sobre a planificação socialista, em Moscovo, e sobre os benefícios da economia liberal, em Londres ou na Columbia University. Os sindicalistas africanos, por seu turno, avançam num ritmo acelerado. Apenas lhes estão confiados postos nos organismos de direcção, quando decidem agrupar-se em centrais autónomas. Não têm cinquenta anos de prática sindical no quadro de um país industrializado, mas já sabem que o sindicalismo apolítico não tem sentido. Eles não fazem frente à máquina burguesa, não fazem evoluir a sua consciência na luta de classes, mas talvez isso não seja necessário. Talvez. Veremos como essa vontade total, que frequentemente se caricatura em globalismo, é uma das características fundamentais dos países subdesenvolvidos.

Mas voltemos ao combate singular entre o colonizado e o colono. Trata-se, como se viu, da franca luta armada. Os exemplos históricos são: Indochina, Indonésia e, bem entendido, o norte de África. Mas o que se não deve perder de vista é que poderia ter estalado em qualquer outro lado, na Guiné ou na Somália e, apesar de tudo, pode estalar hoje em qualquer território onde o colonialismo pretende ainda durar. A existência da luta armada indica que o povo confia somente nos meios violentos. O povo, a quem se disse sempre que não entendia outra linguagem que não fosse a da força, resolve expressar-se através da força. Na verdade, o colono ensinou-lhe sempre o caminho que havia de ser o seu, se desejava libertar-se. O argumento escolhido pelo colonizado é o que lhe ensinou o colono e, por irónica inversão das posições, é o colonizado que afirma agora ao colonialista que este não conhece senão a linguagem da força. O regime colonial adquire a sua legitimidade da força e em nenhum momento se engana sobre essa natureza das coisas. Cada estátua, a de Faidherbe ou de Lyautey, a de Bugeaud ou a do sargento Blandan, todos estes conquistadores empoleirados sobre o solo colonial não deixam de significar uma e a mesma coisa: «Estamos aqui por força das baionetas...» É fácil completar a frase. Durante a fase de insurreição, cada colono raciocina através de uma aritmética precisa. Esta lógica não surpreende os outros colonos, mas é importante afirmar também que não causa surpresa aos colonizados. E, em primeiro lugar, a afirmação de princípio: «Eles ou nós», não é um paradoxo, dado que o colonialismo é justamente a organização de um mundo maniqueu, de um mundo dividido em compartimentos. Quando ao preconizar os meios precisos, o colono pede a cada representante da minoria opressora que mate 30, 100 ou 200 indígenas, dão conta de que ninguém se indigna e de que, em última análise, o problema consiste em saber se pode fazer-se isso de um só golpe ou por etapas.[(13)]

Este raciocínio, que prevê aritmèticamente a destruição do povo colonizado, não enche o colonizado de indignação. Sempre soube que os seus encontros com o colono se efectuariam num campo cerrado. Por isso, o colonizado não perde tempo em lamentações nem espera nunca que se faça justiça dentro do panorama colonial. Na verdade, se a argumentação do colono enfrenta um colonizado inabalável, é porque este colocou praticamente o problema da sua libertação em idênticos termos. «Devemos formar grupos de duzentos ou de quinhentos e cada grupo se ocupará de um colono». É nesta vontade recíproca que cada um dos protagonistas começa a luta.

Para o colonizado, esta violência representa a prática absoluta. O militante é aquele que trabalha. As perguntas que a organização formula ao militante levam a marca dessa visão das coisas: «Onde trabalhaste? Com quem? Que fizeste?» O grupo exige que cada indivíduo realize um acto irreversível. Na Argélia, por exemplo, onde a quase totalidade dos homens que chamaram o povo à luta nacional estavam condenados à morte ou eram procurados pela polícia francesa, a confiança era proporcional ao carácter desesperado de cada caso. Um novo militante era «seguro» quando já não podia voltar a integrar-se no sistema colonial. Esse mecanismo existiu, parece, no Quénia, entre os Mau-Mau, que exigiam que cada membro do grupo matasse a vítima. Cada um era desse modo responsável pessoalmente pela morte dessa vítima. Trabalhar é trabalhar pela morte do colono. A violência assumida permite por sua vez, aos extraviados e aos proscritos, voltar, recuperar e integrar-se no seu grupo A violência é entendida assim como a mediação real. O homem colonizado liberta-se em e pela violência. Esta prática ilumina o agente porque lhe indica os meios e o fim. A poesia de Césaire atinge, na exacta perspectiva da violência, uma profética significação. É bom recordar uma página significativa da sua tragédia, onde o Rebelde (coisa estranha!) se explica: O REBELDE (àsperamente)

> O meu apelido: ofendido; o meu mime: humilhado; o meu estado civil: rebeldia; a minha idade: a idade da pedra.
>
> A MÃE
>
> A minha raça: a raça humana. A minha religião: a fraternidade...
>
> O REBELDE
>
> A minha raça: a raça abatida. A minha religião... mas não serás tu quem a prepara com o seu desarmamento sou eu com a minha rebeldia e os meus pobres Sim: de morte fecunda e fértil
>
> (muito tranquilo)
>
> Recordo-me de um dia de Novembro; não tinha seis meses (o meu filho) e o patrão entrou na casa fuliginosa como uma lua de Abril e apalpou os seus pequenos membros musculosos, era um patrão muito bom, fazia uma carícia com os seus dedos grossos pela sua carita cheia de leves saliências. Os seus olhos azuis riam e a sua boca dizia doces coisas: será uma boa peça, dizia ele, olhando-

-me, e dizia outras coisas amáveis, o amo, que falava depressa, que vinte anos não eram muito tempo para fazer um bom cristão e um bom escravo, bom súbdito e leal, um bom capataz, com o olhar vivo e o braço firme. E aquele homem especulava sobre o berço do meu filho, um lugar de capataz.

Nós arrastamo-nos com o cutelo na mão...

A MÃE

Ai! Tu morrerás.

O REBELDE

Morto... Eu o matei com as minhas próprias mãos... Sim: de morte fecunda e fértil...

era de noite... Arrastamo-nos por entre as canas de açúcar.

Os cutelos brilhavam debaixo das estrelas, mas não nos importavam as estrelas. As canas pintavam-nos a cara de regatos de folhas verdes.

A MAE

Eu sonhei com um filho que fecharia os olhos de sua mãe.

O REBELDE

Eu decidi abrir, debaixo de outro sol, os olhos de meu filho.

A MÃE

...Oh, meu filho... de morte malvada e perniciosa.

O REBELDE

Mãe, de morte vivaz e sumptuosa...

A MÃE

por haver odiado muito...

O REBELDE

por haver amado muito...

A MÃE

Evita-me tudo isto, asfixiam-me as tuas amarras.

Sangro pelas tuas injúrias.

O REBELDE

E a mim o mundo não me perdoa... Não há no mundo um pobre tipo linchado, um pobre homem torturado, em que eu não me sinta assassinado e humilhado.

A MÃE

Deus do céu, livra-me dele.

O REBELDE

Meu coração, tu não me libertarás das minhas recordações...

Era uma noite de Novembro...

E subitamente os clamores iluminaram o silêncio.

Nós fizemos saltar os escravos; nós, o monturo; nós, as bestas amarradas ao poste da paciência.

Corríamos como arrebatados; soaram tiros... Espancávamos. O suor e o sangue refrescavam-mos. Espancávamos entre gritos e os gritos tornaram-se mais estridentes e um grande clamor se elevou até Leste, eram os barracões que ardiam e a chama iluminava as nossas bochechas.

Então, assaltamos a casa do patrão.

Atiravam-se pelas janelas.

Forçávamos as portas.

A cama do patrão estava aberta, de par em par. A cama do amo estava brilhantemente iluminada e o patrão estava ali muito tranquilo... e os nossos detiveram-se... era o patrão... Eu entrei. És tu, disseme serenamente... Era eu, sim, sou eu, disselhe, o bom escravo, o fiel escravo, o escravo-escravo e, de súbito, os seus olhos pareciam duas alimárias assustadas em dias de chuva... feri-o, o sangue salpicou: é o único baptismo de que hoje me recordo. (14)

Compreende-se como nesta atmosfera o quotidiano se torna simplesmente impossível. Já não se pode ser fellah, rufião ou alcoólico como dantes. A violência do regime colonial e a contra-violência do colonizado equilibram-se mutuamente numa homogeneidade recíproca extraordinária. Esse reino da violência será tanto mais terrível quanto maior for a sobreexploração metropolitana. O desenvolvimento da violência no seio do povo colonizado será proporcional à violência exercida pelo regime colonial impugnado. Os governos da metrópole são, nesta primeira fjuuí da insurreição, escravos dos colonos. Esses colonos ameaçam por sua vez os colonizados e os seus governos. Utilizarão os mesmos métodos contra uns e contra outros. O assassinato do alcaide de Évian, no seu mecanismo e nos Minis motivos, identifica-se com o assassinato de Alí Boumondjel. Para os colonos, a alternativa não está entre uma Argélia argelina e uma Argélia francesa, mas entre uma Argélia independente e uma Argélia colonial. Tudo o resto é literatura ou tentativa de traição. A lógica do colono é implacável e não nos espanta a contra-lógica que só adivinha na conduta do colonizado, mas na medida em que se não descubram prèviamente os mecanismos de reflexão do colono. Desde o momento em que o colonizado escolhe a contra-violência, as represálias policiais provocam mecanicamente represálias das forças nacionais. Não há equivalência de resultados, sem dúvida, porque os ataques aéreos ou os canhões superam em horror e em importância as respostas do colonizado. Esse ir e vir do terror desmistifica definitivamente os mais loucos colonizados. Comprovam no terreno, com efeito, que todos os discursos sobre a igualdade da pessoa humana acumulados uns sobre os outros não escondem essa banalidade que pretende que os sete franceses mortos ou feridos no desfiladeiro de Sakamody despertem a indignação das consciências civilizadas, enquanto que «não contam» a entrada a saque nos aduares de Guergour, da dechm Djerah, a matança de populações em massa que foram

precisamente a causa da emboscada. Terror, contra-terror, violência, contra-violência... Eis aqui o que registam com amargura os observadores quando descrevem o círculo do ódio, tão evidente e tão tenaz na Argélia.

Nas lutas armadas, há o que se podia chamar o limite sem regresso. É quase sempre a enorme repressão que engloba todos os sectores do povo colonizado. Esse limite foi atingido na Argélia, em 1955, com as 12 000 vítimas de Philippeville, em 1956, com a instalação, por Lacoste, das milícias urbanas e rurais(15). Então, torna-se evidente para todo o mundo e mesmo para os colonos que «isso não pode voltar a começar», como dantes. No entanto, o povo colonizado não faz a contabilidade dos seus mortos. Regista os enormes vazios causados nas suas fileiras como uma espécie de mal necessário. Porque tal como decidiu responder à violência, admite todas as suas consequências. Somente exige que não se lhe peça para fazer a contabilidade dos mortos dos outros. À fórmula «Todos os indígenas são iguais», o colonizado responde: «Todos os colonos são iguais»(16). O colonizado, quando é torturado, quando matam a sua mulher ou a violam, não se queixa a ninguém. O governo que oprime poderia nomear cada dia comissões de inquérito e de informação. Aos olhos do colonizado, essas comissões não existem. De facto, passados sete anos de crimes na Argélia, nem um só francês foi levado a tribunal pelo assassinato de um argelino. Na Indochina, em Madagáscar, nas colónias, o indígena soube sempre que nada tinha a esperar do outro lado. O trabalho do colono é tornar impossível todos os sonhos de liberdade do colonizado. O trabalho do colonizado é imaginar todas as combinações eventuais para aniquilar o colono. No plano do raciocínio, o maniqueísmo do colono produz o maniqueísmo do colonizado. À teoria do «indígena como mal absoluto», responde a teoria do «colono como mal absoluto».

A aparição do colono significou sensorialmente a morte da sociedade autóctone, letargia cultural, petrificação dos indivíduos. Para o colonizado, a vida pode surgir somente do cadáver em decomposição do colono. Tal é, pois, essa correspondência estrita dos dois raciocínios.

Mas sucede que para o povo colonizado esta violência, como constitui o seu único trabalho, reveste caracteres positivos, formativos. Esta prática violenta é totalizadora, dado que cada um se converte num malho violento da grande cadeia, do grande organismo violento aparecido como reacção à violência primária do colonialista. Os grupos reconhecem-se entre si e a nação futura já é indivisível. A luta armada mobiliza o povo, isto é, lança-o numa mesma direcção, num sentido único.

A mobilização das massas, quando se realiza como motivo da guerra de libertação, introduz em cada consciência a noção da causa comum, do destino nacional, da história colectiva. Assim, a segunda fase, a da construção da nação, facilita-se pela existência dessa mistura feita de sangue e de cólera. Então, compreende-se melhor a originalidade do vocabulário utilizado nos países subdesenvolvidos. Durante o período colonial, convidava-se o povo a lutar contra

a opressão. Depois da libertação nacional, convida-se a lutar contra a miséria, o analfabetismo, o subdesenvolvimento. A luta, afirma-se, continua. O povo comprova que a vida é um interminável combate.

A violência do colonizado, temos dito, unifica o povo. Efectivamente, o colonialismo é, pela sua estrutura, separatista e regionalista. O colonialismo não se contenta em comprovar a existência de tribos; fomenta-as, distingue-as. O sistema colonial alimenta os chefes locais e reaviva as velhas confrarias de religiosos muçulmanos. A violência na sua prática é totalizadora e nacional. Por isso, leva consigo a eliminação do regionalismo e do tribalismo. Os partidos nacionalistas mostram-se particularmente desapiedados com os caids[17] e com os chefes tradicionais. A eliminação dos caids e dos chefes é uma condição prévia para a unificação do povo.

Ao nível dos indivíduos, a violência desintoxica. Alivia o colonizado do seu complexo de inferioridade, das suas atitudes contemplativas ou desesperadas. Torna-o intrépido, reabilita-o perante os seus próprios olhos. Ainda que a luta armada seja simbólica ou desmobilizada por uma rápida descolonização, o povo tem tempo de se convencer que a libertação foi trabalho de todos e de cada um, que o dirigente não tem mérito especial. A violência eleva o povo à altura do dirigente. Daí essa espécie de reticência agressiva atirada sobre o aparato diplomático e protocolar que os novos governos se apressam a instalar. Quando participaram, através da violência, na libertação nacional, as massas não permitem a ninguém que se apresente como «libertador». Mostram-se zelosas do resultado da sua acção e procuram não entregar a um deus vivo sem futuro, sem destino, a sorte da pátria. Totalmente irresponsáveis ontem, querem agora compreender e decidir tudo. Iluminada pela violência, a consciência do povo revolta-se contra qualquer pacificação. Os demagogos, os oportunistas, os mágicos, tropeçam numa tarefa difícil. A prática que as lançou num corpo -a-corpo desesperado, confere às massas um gosto voraz pelo concreto. A empresa de mistificação converte-se, a longo prazo, em alguma coisa pràticamente impossível.

Repetidas vezes assinalamos nas páginas anteriores que, nas regiões subdesenvolvidas, o responsável político está sempre a chamar o seu povo ao combate. Combate contra o colonialismo, contra a miséria e o subdesenvolvimento, contra as tradições esterilizantes. O vocabulário que utiliza nas suas chamadas é um vocabulário de chefe de estado maior: «mobilização das massas», «frente da agricultura», «frente do analfabetismo», «derrotas sofridas», «vitórias conseguidas». A jovem nação independente evolui durante os primeiros anos numa atmosfera de campo de batalha. É que o dirigente político de um país subdesenvolvido mede com espanto o caminho imenso que deve percorrer o seu país. Chama o povo e diz-lhe: «É necessário apertarmos o cinturão e trabalhar.» O país, tenazmente acometido de uma espécie de loucura criadora, lança-se num esforço gigantesco e desproporcional. O programa não é somente passar adiante, mas alcançar as demais nações com os meios possíveis. Se os povos europeus, pensa-se, chegaram a esta fase de desenvolvimento, foi devido aos seus próprios esforços. Provemos, pois, ao mundo e a nós mesmos que somos capazes das mesmas realizações. Esta maneira de colocar o problema da evolução dos países subdesenvolvidos não nos parece justa nem razoável.

Os europeus fizeram a sua unidade nacional num momento em que as burguesias nacionais haviam concentrado em suas mãos a maioria das riquezas. Comerciantes e artesãos, intelectuais e banqueiros, monopolizavam no marco nacional as finanças, o comércio e as ciências. A burguesia representava a classe mais dinâmica, a mais próspera. O seu acesso ao poder permitia-lhe lançar-se em operações decisivas: industrialização, desenvolvimento das comunicações e muito depressa procurar mercados no «ultramar».

Na Europa, com excepção de certos matizes (a Inglaterra, por exemplo, atingiu um certo avanço), os diferentes estados, no momento em que se realizava a sua unidade nacional, conheciam uma situação económica mais ou menos uniforme. Na verdade, nenhuma nação, pelas características do seu desenvolvimento e da sua evolução, insultava as outras.

Actualmente, a independência nacional, a formação nacional nas regiões subdesenvolvidas, reveste aspectos totalmente novos. Nessas regiões, com excepção de algumas realizações espectaculares, os diferentes países apresentam a mesma falta de infraestrutura. As massas lutam contra a mesma miséria, debatem-se com os mesmos gestos e desenham com os seus estômagos reduzidos o que poderia chamar-se a geografia da fome. Mundo subdesenvolvido, mundo de miséria e inumano. Mas também um mundo sem médicos, sem engenheiros, sem funcionários. Frente a esse mundo, as nações europeias chafurdam na opulência mais ostentosa. Esta opulência europeia é literalmente escandalosa porque foi construída sobre as costas dos escravos, alimentou-se do sangue dos escravos, vem directamente do solo e do subsolo desse mundo

subdesenvolvido. O bem-estar e o progresso da Europa foram construídos com o suor e os cadáveres dos negros, dos árabes, dos índios e dos amarelos. Isso, nós decidimos não esquecer. Quando um país colonialista, incomodado pelas reivindicações de independência duma colónia, proclama aos dirigentes colonialistas: «Se querem a independência, tomem-na e voltem à Idade Média», o povo recém-inde- pendente propende a aceitar e a recolher o desafio. E, efectivamente, o colonialismo retira os seus capitais e os seus técnicos e coloca ao novo estado um mecanismo de pressão económica(18). A apoteose da independência transforma-se em maldição da independência. A potência colonial afirma claramente: «Se querem a independência, tomem-na e rebentem.» Os dirigentes nacionalistas não têm outro recurso senão acudir ao seu povo e pedir-lhe um enorme esforço. A esses homens esfomeados exige-se-lhes um regime de austeridade, a esses músculos atrofiados pede-se-lhes um trabalho desprorporcionado. Um regime autárquico institui-se e cada estado, com os miseráveis meios de que dispõe, trata de responder à imensa fome nacional, à grande miséria nacional. Assistimos à mobilização de um povo que se esfalfa e se esgota perante uma Europa farta e desdenhosa.

Outros países do Terceiro Mundo recusam essa prova e aceitam as condições da antiga potência tutelar. Utilizando a sua posição estratégica, posição que lhes outorga um privilégio na luta dos blocos, esses países assinam acordos, comprometem-se. O antigo país dominado transforma-se em país economicamente dependente. A ex-potência colonial que manteve intactos e reforçou mesmo os circuitos comerciais de tipo colonialista, aceita alimentar mediante pequenas injecções o desejo da nação independente. Então, compreende como o acesso à independência dos países coloniais coloca o mundo frente a um problema importante: a libertação nacional dos países colonizados revela e toma mais insuportável a sua situação real. A confrontação fundamental, que parecia ser a do colonialismo e anticolonialismo, isto é, capitalismo e socialismo, perde a sua importância. O que conta agora, o problema que fecha o horizonte, é a necessidade de uma redistribuição das riquezas. A humanidade, sob pena de se ver sacudida, deve responder a este problema.

Geralmente, pensou-se que havia chegado a hora, para o mundo e principalmente para o Terceiro Mundo, de escolher entre o sistema capitalista e o sistema socialista. Os países subdesenvolvidos, que utilizaram a competição feroz existente entre os dois sistemas, para assegurar o triunfo da sua luta de libertação nacional, devem recusar-se, sem dúvida, a participar nessa competição. O Terceiro Mundo não deve contentar-se em definir a sua posição perante valores prévios. Os países subdesenvolvidos, pelo contrário, devem esforçar-se por descobrir valores próprios, métodos e um estilo específicos. O problema real perante o qual nos encontramos não é da opção entre socialismo e capitalismo, tal como foi definida por homens de continentes e épocas diferentes. Sabemos, de facto, que o regime capitalista não pode, como modo de vida, permitir-nos realizar a nossa tarefa nacional e universal. A exploração capitalista, os trusts e monopólios, são os inimigos dos países subdesenvolvidos. Por outro

lado, a escolha de um regime dirigido à totalidade do povo, baseado no princípio de que o homem é o bem mais precioso, permitir-nos-á ir mais rápida e harmoniosamente impossibilitar assim essa caricatura de sociedade onde uns tantos possuem todos os poderes económicos e políticos, sujeitando a totalidade nacional.

Mas para que este regime possa funcionar de forma válida, para que possamos a todo o momento respeitar os princípios em que nos inspiramos, é necessário algo mais do que o investimento humano. Certos países subdesenvolvidos fazem um esforço colossal nesta direcção. Homens e mulheres, jovens e velhos, entregam-se com entusiasmo a um verdadeiro trabalho forçado e proclamam-se escravos da nação. A sua própria vontade, o desprezo de toda a preocupação que não seja colectiva, criam uma moral nacional que entusiasma o homem, dá-lhe confiança no destino do mundo e desarma os observadores mais reticentes. Acreditamos, sem dúvida, que semelhante esforço não poderá prolongar-se por muito tempo nesse ritmo infernal. Esses jovens países aceitaram o desafio depois da retirada incondicional do antigo país colonial. O país encontra-se em mãos de uma nova equipa, mas há necessidade de recomeçar e de reformular tudo. O sistema colonial interessava-se, com efeito, por certas riquezas, por certos recursos, precisamente os que alimentavam as suas indústrias. Nenhum balanço sério se havia feito até então do solo e do subsolo. A jovem nação independente vê-se obrigada a prosseguir os circuitos económicos estabelecidos pelo regime colonial. Claro, pode exportar para outros países, para outras zonas monetárias, mas a base das suas exportações fundamentalmente não se modifica. O regime colonial cristalizou determinados circuitos e, portanto, há necessidade de os limitar, sob pena de sofrer uma catástrofe no caso de os manter. Havia que recomeçar tudo talvez, mudar a natureza das exportações e não apenas o seu destino, sondar novamente o solo, os rios e talvez o Sol. Mas, para o fazer, é necessário mais do que o investimento humano. Fazem falta capitais, técnicos, engenheiros, mecânicos, etc... Deve dizer-se: acreditamos que o esforço colossal a que os povos subdesenvolvidos são obrigados pelos seus dirigentes, não dará os resultados previstos. Se as condições de trabalho não se modificam, hão-de passar séculos para humanizar esse mundo animalizado pelas forças imperialistas[(19)].

A verdade é que não devemos aceitar essas condições. Devemos recusar a situação a que querem condenar-nos os países ocidentais. O colonialismo e o imperialismo não saldarão as suas contas connosco quando retirarem dos nossos territórios as suas bandeiras e as suas forças policiais. Durante séculos, os capitalistas comportaram-se no mundo subdesenvolvido como verdadeiros criminosos de guerra. As deportações, os massacres, o trabalho forçado, a escravidão, foram os principais meios utilizados pelo capitalismo para aumentar as suas reservas em ouro e em diamantes, as suas riquezas e para estabelecer o seu poder. Há pouco tempo, o nazismo transformou toda a Europa numa verdadeira colónia. As riquezas das diversas nações europeias exigiram reparações e ordenaram a restituição em dinheiro e em trabalho das riquezas

que lhes haviam sido roubadas: obras culturais, quadros, esculturas, vitrais, foram devolvidos aos seus proprietários. Uma única frase se escutava na boca dos europeus em 1945: «A Alemanha pagará.» Por seu lado, Adenauer, quando se iniciou o processo Eichmann, em nome do povo alemão, pediu perdão uma vez mais ao povo judeu. Adenauer renovou o compromisso do seu país de pagar ao estado de Israel as enormes somas que devem constituir a compensação pelos crimes nazis(20).

Dizemos igualmente que os estados imperialistas cometeriam um grave erro e uma injustiça inclassificável se se contentassem em retirar do nosso território as coortes militares, os serviços administrativos e de intendência, cuja função é descobrir riquezas, extrai-las e expedi-las para as metrópoles. A reparação moral da independência nacional não nos ilude, não nos satisfaz. A riqueza dos países imperialistas é também a nossa riqueza. No plano do universal, esta afirmação não significa absolutamente que nos sintamos afectados pelas criações da técnica ou das artes ocidentais. Muito concretamente, a Europa inchou-se de maneira desmesurada com o ouro e as matérias-primas dos países coloniais: América Latina, China, África. De todos esses continentes, perante os quais a Europa de hoje ergue a sua torre opulenta, partem desde há séculos para essa mesma Europa os diamantes e o petróleo, a seda e o algodão, as madeiras e os produtos exóticos. A Europa é, literalmente, a criação do Terceiro Mundo. As riquezas que a abafam são as que foram roubadas aos povos subdesenvolvidos. Os portos da Holanda e Liverpool, os molhes de Bordéus e de Liverpool, especializados no comércio de negros, devem o seu renome aos milhões de escravos deportados. E quando escutamos um chefe de estado europeu declarar, com a mão sobre o coração, que é necessário prestar auxílio aos infelizes povos subdesenvolvidos, não estremecemos de agradecimento. Pelo contrário, nós dizemos, «é uma justa reparação que nos vai ser feita». Não aceitaremos que a ajuda aos países subdesenvolvidos seja um programa de «Irmãs de Caridade». Essa ajuda deve ser a consagração de uma dupla tomada de consciência, tomada de consciência para os colonizados de que as potências capitalistas lhe devem e, para estas, de que efectivamente têm de pagar(21). Se por falta de inteligência — não falemos de ingratidão — os países capitalistas se negaram a pagar, então a dialéctica implacável do seu próprio sistema se encarregaria de os asfixiar.

As jovens nações, é um facto, atraem pouco os capitais privados. Múltiplas razões legitimam e explicam esta reserva dos monopólios. Quando os capitalistas sabem, e são evidentemente os primeiros a sabê-lo, que o seu governo se dispõe a descolonizar, apressam-se a retirar da colónia a totalidade dos seus capitais. A evasão espectacular de capitais é um dos fenómenos mais constantes da descolonização.

As companhias privadas, para investirem nos países independentes, exigem condições que a experiência considera inaceitáveis ou irrealizáveis. Fiéis ao princípio de rentabilidade imediata, que suspendem quando actuam no «ultramar», os capitalistas mostram-se prudentes sobre qualquer investimento a longo prazo. São rebeldes e com frequência abertamente hostis aos programas

de planificação das jovens equipas no poder. Em rigor, aceitariam gostosamente emprestar dinheiro aos jovens estados, mas com a condição de que esse dinheiro servisse para comprar produtos manufacturados, máquinas, isto é, se destinasse a manter activas as fábricas da metrópole.

Na verdade, a desconfiança dos grupos financeiros ocidentais explica-se pelo seu desejo de não correr qualquer risco. Exigem, além disso, uma estabilidade política e um clima social tranquilo que é impossível obter se se tem em conta a situação lamentável da população global imediatamente depois da independência. Então, na procura dessa garantia, que não pode assegurar a ex-colónia, exigem a manutenção de certas tropas ou a entrada do novo estado em pactos económicos ou militares. As companhias privadas fazem pressão sobre o seu próprio governo para que, pelo menos, as bases militares sejam instaladas nesses países com a missão de assegurar a protecção dos seus interesses. Em último caso, essas companhias exigem ao seu governo a garantia dos investimentos que decidem fazer nesta ou naquela região subdesenvolvida.

Acontece que poucos países satisfazem as condições oxigidas pelos trusts e pelos monopólios. Os capitais, privados de mercados seguros, continuam bloqueados na Europa e imobilizam-se. E imobilizam-se mais porque os capitalistas se negam a investir no seu próprio território. A. rentabilidade nesse caso é, com efeito, irrisória e o «controle» fiscal desespera os mais audazes.

A situação é catastrófica a longo prazo. Os capitais não circulam ou encontram consideravelmente diminuída a sua circulação. Os bancos suíços recusam os capitais, a Europa sufoca. Apesar das somas grandiosas que se empregam nos gastos militares, o capitalismo internacional encontra-se agonizante.

Mas outro perigo o ameaça. Na medida em que o Terceiro Mundo está abandonado e condenado à regressão ou à estagnação, pelo egoísmo e pela imoralidade das nações ocidentais, os povos subdesenvolvidos decidiram evoluir como autarquia colectiva. As indústrias ocidentais ficarão ràpidamente privadas dos seus mercados no ultramar. As máquinas amontoar-se-ão nos depósitos e, no mercado europeu, desenvolver-se-á uma luta inexorável entre os grupos financeiros e os trusts. Encerramento de fábricas, devassidão ou desemprego, conduzirão o proletariado europeu a desencadear uma luta aberta contra o regime capitalista. Os monopólios compreenderão, nessa altura, que o seu interesse, bem entendido, consiste em ajudar maciçamente e sem muitas condições os países subdesenvolvidos. Vemos, pois, que as novas nações do Terceiro Mundo não devem ser objecto de risco para os países capitalistas. Somos fortes por direito próprio e pela justiça das nossas posições. Pelo contrário, devemos afirmar e explicar aos países capitalistas que o problema fundamental da época contemporânea não é a guerra entre eles e o regime socialista. É preciso pôr fim a essa guerra fria que não leva a parte nenhuma, deter os preparativos da destruição nuclear do mundo, intervir generosamente e ajudar por meios técnicos as regiões subdesenvolvidas. A sorte do mundo depende da

resposta que se possa dar a esta questão.

E que os regimes capitalistas não tratem de ligar aos regimes socialistas a «sorte da Europa» perante as multidões de cor e esfomeadas. A proeza do cosmonauta Gagarine, ainda que desgoste o general De Gaulle, não é um triunfo «que honre a Europa». Desde há algum tempo que os chefes de estado dos regimes capitalistas, os homens de cultura, olham de forma ambivalente a União Soviética. Depois de haver coligado todas as suas forças para aniquilar o regime socialista, compreendem agora que devem contar com ele. Então, tornam-se amáveis, multiplicam as manobras de sedução e recordam a cada passo ao povo soviético que ele «pertence à Europa».

Agitando o Terceiro Mundo como uma maré que ameaçara engolir toda a Europa, não se conseguirá dividir as forças progressistas que procuram conduzir a humanidade à felicidade. O Terceiro Mundo não pretende organizar uma imensa cruzada de fome contra a Europa. O que espera, de quem o manteve na escravidão durante séculos, é que o ajudem a reabilitar o homem, a fazer triunfar o homem em todos os lados, de uma vez por todas.

Mas é claro que a nossa ingenuidade não chega a acreditar que isto poderá fazer-se com a cooperação e a boa vontade dos governos europeus. Esse trabalho colossal, que consiste em reintegrar o homem no mundo, o homem total, far-se-á com a decisiva ajuda das massas europeias que, é necessário que o reconheçam, se aliena ram quanto aos problemas coloniais nas posições de nossos amos comuns. Por isso, será necessário primeiro que as massas europeias despertem, sacudam o cérebro e abandonem o jogo irresponsável da bela dormindo no bosque.

2 Grandeza e debilidades da espontaneidade

As reflexões sobre a violência levaram-nos a tomar consciência da existência frequente de um desequilíbrio, de uma diferença de ritmo entre os quadros do partido nacionalista e as massas. Em toda a organização política ou sindical existe classicamente um abismo entre as massas que exigem a melhoria imediata e total da sua situação e os quadros que, medindo as dificuldades criadas pelos patrões, limitam e restringem as suas reivindicações. Por isso, se adverte com frequência um descontentamento tenaz das massas a respeito dos quadros. Depois de cada jornada de reivindicação, quando os quadros celebram a vitória, as massas têm a impressão de haverem sido traídas. É a multiplicação das manifestações reivindicativas, a multiplicação dos conflitos sindicais, que provocará a politização dessas massas. Um sindicalista politizado é aquele que sabe que um conflito local não é uma explicação decisiva entre ele e o patronato. Os intelectuais colonizados que estudaram nas suas respectivas metrópoles o funcionamento dos partidos políticos, criam formações semelhantes com o fim de mobilizar as massas e de fazer pressão sobre a administração colonial. O aparecimento de partidos nacionalistas nos países colonizados é contemporâneo da constituição de uma elite intelectual e comerciante. As elites atribuirão uma importância fundamental à organização como tal e o feiticismo da organização prevalecerá frequentemente sobre o estudo racional da sociedade colonial. A noção de partido é uma noção importada da metrópole. Esse instrumento das lutas modernas é colocado sobre uma realidade proteiforme, desequilibrada, onde coexistem ao mesmo tempo a escravidão, a servidão, a troca, o artesanato e as operações da bolsa.

A debilidade dos partidos políticos não reside somente na utilização mecânica de uma organização que dirige a luta do proletariado no seio de uma sociedade capitalista altamente industrializada. No plano limitado do tipo de organização, deveriam ter surgido inovações e adaptações. O grande erro, o vício congénito da maioria dos partidos políticos nas regiões subdesenvolvidas, foi ter-se dirigido, segundo o esquema clássico, principalmente às elites mais conscientes: o proletariado das cidades, os artesãos e os funcionários, quer dizer, uma ínfima parte da população que não representa muito mais do que um por cento.

Mas se esse proletariado compreendia a propaganda do partido e lia a sua literatura, estava muito menos preparado para responder às eventuais palavras de ordem da luta implacável pela libertação nacional. Muitas vezes se assinalou: nos territórios coloniais, o proletariado é o núcleo do povo colonizado mais acariciado pelo regime colonial. O proletariado embrionário das cidades é relativamente privilegiado. Nos países capitalistas, o proletariado não tem muito que perder, eventualmente, teria tudo a ganhar. Representa, com efeito, a fracção do povo colonizado: ferroviários, mineiros, estivadores, intérpretes, enfermeiros, etc.... São esses elementos os partidários mais fiéis dos partidos

nacionalistas e que, pelo lugar privilegiado que ocupam no sistema colonial, constituem a fracção «burguesa» do povo colonizado.

Assim se compreende que os partidários dos partidos políticos nacionalistas sejam a fracção principalmente urbana: capatazes, operários, intelectuais e comerciantes que residem essencialmente nas cidades. O seu tipo de pensamento leva já a muitos pontos a marca do meio técnico e relativamente acomodado em que se desenvolvem. Aqui, o «modernismo» é rei. São esses mesmos meios que lutarão contra as tradições obscurantistas, reformarão os costumes, entrando assim em luta aberta contra o velho pedestal de granito que constitui a herança nacional.

Os partidos nacionalistas, na sua grande maioria, sentem uma grande desconfiança pelas massas rurais. Essas massas dão-lhe, com efeito, a impressão de deslizarem na inércia e na infecundidade. Rapidamente, os membros dos partidos nacionalistas (operários das cidades e intelectuais) formam sobre o campesinato o mesmo juízo pejorativo que os colonos. Mas se se trata de compreender as razões dessa desconfiança dos partidos políticos pelas massas rurais, deve recordar-se o facto de que o colonialismo fortaleceu ou assentou frequentemente o seu domínio, organizando a petrificação dos campos. Enquadradas pelos mostrengos, bruxos e chefes tradicionais, as massas rurais vivem, no entanto, na época feudal, alimentada a omnipotência dessa estrutura medieval pelos agentes administrativos ou militares colonialistas.

A jovem burguesia nacional, sobretudo comerciante, vai entrar em competição com esses senhores feudais em sectores múltiplos: monstrengos e bruxos que fecham o caminho aos enfermos que poderiam consultar o médico, djemaas que julgam, considerando inúteis os advogados, cadis que utilizam o seu poder político e administrativo para lançar um comércio ou uma linha de transportes, chefes tradicionais que se opõem em nome da religião e da tradição à introdução de negócios e de novos produtos.

A jovem classe de comerciantes e negociantes colonizados requer, para se desenvolver, o desaparecimento dessas proibições e barreiras. A clientela indígena que representa a caça guardada dos senhores feudais e à qual se inibe mais ou menos a compra de produtos novos, constitui, pois, um mercado que é objecto de disputa.

Os quadros feudais são um écran entre os jovens nacionalistas ocidentalizados e as massas. Cada vez que as elites fazem um esforço dirigido às massas rurais, os chefes das tribos, os chefes das confrarias, as autoridades tradicionais, multiplicam as advertências, as ameaças, as excomunhões. Essas autoridades tradicionais que são confirmadas pela potência ocupante vêem com desgosto como se desenvolvem as tentativas de infiltração das elites no campo. Sabem que as ideias susceptíveis de serem introduzidas por esses elementos vindos das cidades contestam o próprio princípio da perenidade do feudalismo. O seu inimigo não é a potência de ocupação, mas esses modernistas que procuram desarticular a sociedade autóctone e, desse modo, tirar-lhe o pão da boca.

Os elementos ocidentalizados experimentam pelas massas camponesas sentimentos que lembram os que se encontram no seio do proletariado dos países industrializados. A história das revoluções burguesas e a história das revoluções proletárias demonstraram que as massas camponesas formam, com frequência, o freio da revolução. As massas rurais nos países industrializados são, geralmente, os elementos menos conscientes, menos organizados e também os mais anarquistas. Apresentam todo um conjunto de heroísmos, individualismo, indisciplina, amor ao lucro, aptidão para os grandes ódios e os profundos desânimos, que definem uma conduta objectivamente reaccionária.

Já temos visto como os partidos nacionalistas decalcam os seus métodos e as suas doutrinas dos partidos ocidentais e, na maior parte dos casos, não orientam a sua propaganda até essas massas. Na realidade, a análise racional da sociedade colonizada, se se fizesse, havia de demonstrar-lhes que os camponeses colonizados vivem num meio tradicional, cujas estruturas permaneceram intactas, enquanto nos países industrializados é esse meio tradicional gretado pelos progressos da industrialização. É no seio do proletariado embrionário que encontramos, nas colónias, comportamentos individualistas. Ao abandonar o campo, onde a demografia coloca problemas insolúveis, os camponeses sem terra, que constituem o lumpen-proletariat, dirigem-se até às cidades, amontoam-se nos bairros miseráveis da periferia e procuram infiltrar-se nos portos e cidades criadas pelo domínio colonial. As massas camponeses continuam a viver num quadro imóvel e as bocas que estão a mais não têm outra solução que não seja a de emigrar para as cidades. O camponês que defende no seu lugar as suas tradições na sociedade colonizada, representa o elemento disciplinado cuja estrutura social continua a ser comunitária. É verdade que esta vida imóvel, situada em pólos rígidos, pode dar origem momentâneamente a movimentos baseados no fanatismo religioso, a guerras tribais. Mas na sua espontaneidade, as massas rurais continuam sendo disciplinadas, altruístas. O indivíduo retrai-se perante a comunidade.

Os camponeses desconfiam do homem da cidade. Vestido como um europeu, falando a sua língua, trabalhando com ele, vivendo por vezes no mesmo bairro, é considerado pelos camponeses como um desertor que abandonou tudo o que formava o património nacional. Os habitantes da cidade são «traidores, vendidos», que parecem dar-se bem com o ocupante e tratam de triunfar dentro do sistema colonial. Por isso, ouvimos os camponeses afirmarem frequentemente que a gente da cidade precisa de moral. Encontramo-nos em presença da clássica oposição entre o campo e a cidade. É a oposição entre o colonizado, excluído das vantagens do colonialismo, e aquele que se ajusta para tirar partido da exploração colonial.

Os colonialistas utilizam esta oposição na sua luta contra os partidos nacionalistas. Mobilizam os montanheses, os habitantes do bled,[(22)]contra os habitantes da cidade. Colocam o interior contra as costas, reactivam as tribos e não deve causar surpresa que Kalondji se faça coroar rei do Kasai, como não surpreendia nada, há alguns anos atrás, ver a assembleia de chefes do Gana

pagando caro o seu apoio a Kwame Nkrumah.

Os partidos políticos não conseguem implantar a sua organização no campo. Em vez de utilizar as estruturas existentes para lhes dar um conteúdo nacionalista ou progressista, tratam de transtornar a realidade tradicional dentro do quadro do sistema colonial. Acreditam na possibilidade de imprimir um impulso à nação, quando reflectem sobre as pesadas malhas do sistema colonial. Não vão ao encontro das massas. Não colocam os seus conhecimentos teóricos ao serviço do povo, mas tentam enquadrar as massas segundo um esquema a priori.Da capital enviam às aldeias, como paraquedistas, dirigentes desconhecidos ou muito jovens que, investidos pela autoridade central, tratam de manejar o lugar ou a aldeia como uma célula de empresa. Os chefes tradicionais são ignorados, por vezes molestados. A história da nação futura esmaga, com singular desenvoltura, as pequenas histórias locais, quer dizer, a única actualidade nacional da aldeia, quando havia de inserir harmoniosamente a história da aldeia, a história dos conflitos tradicionais dos clãs e das tribos na acção decisiva para a qual se chama o povo. Os velhos, rodeados e respeitados nas sociedades tradicionais e, geralmente, revestidos de uma autoridade moral indiscutível, são publicamente ridicularizados. Os serviços do ocupante não deixam de utilizar esses rancores e estão ao corrente das mais pequenas decisões adoptadas por essa caricatura de autoridade. A repressão policial, bem dirigida, porque se baseia em informações precisas, abate-se. Os dirigentes paraquedistas e os membros importantes da nova assembleia são eliminados.

Os fracassos sofridos confirmam «a análise teórica» dos partidos nacionalistas. A experiência desastrosa do propósito de enquadramento das massas rurais fomenta a sua desconfiança e cristaliza a sua agressividade contra essa parte do povo. Depois do triunfo da luta de libertação nacional, os mesmos erros renovam-se, alimentando as tendências descentralizadoras e autónomas. O tribalismo da fase colonial é substituído pelo regionalismo da fase nacional, com a sua expressão institucional: o federalismo.

Mas acontece que as massas rurais, apesar da escassa influência que sobre elas têm os partidos nacionalistas, intervêm de forma decisiva no processo de maturação da consciência nacional, para completar a acção dos partidos nacionalistas ou, mais raramente, para suprir pura e simplesmente a esterilidade desses partidos.

A propaganda dos partidos nacionalistas encontra sempre um eco no seio das massas camponesas. A recordação do período anticolonial permanece viva nas aldeias. As mulheres, todavia, murmuram ao ouvido dos meninos as canções que acompanharam os guerreiros que resistiam à conquista. Aos 12 ou 13 anos, os pequenos aldeãos conhecem o nome dos velhos que assistiram à última insurreição e os sonhos nos lugares e nas aldeias não são sonhos de luxo ou de sucesso nos exames dos meninos das cidades; pelo contrário, são sonhos de identificação com este ou aquele combatente, o relato de cuja morte heróica faz hoje cair abundantes lágrimas.

No momento em que os partidos nacionalistas procuram organizar a classe operária embrionária das cidades, no campo produzem-se explosões aparentemente inexplicáveis. Assim, por exemplo, lembramos a famosa insurreição de 1947 em Madagáscar. Os serviços colonialistas são formais: trata-se de uma revolta camponesa. Na realidade, sabemos hoje que as coisas foram, como sempre, muito mais complicadas. No decurso da Segunda Guerra Mundial, as grandes companhias coloniais estenderam o seu poder e apoderaram-se da totalidade das terras então livres. Sempre nessa mesma época se falou da implantação eventual na ilha de refugiados judeus, kabyles,[(23)]antilhanos. Correu igualmente o rumor da próxima invasão da ilha, com a cumplicidade dos colonos, pelos brancos da África do Sul. Depois da guerra, os candidatos da lista nacionalista foram triunfalmente eleitos. Imediatamente, organizou-se a repressão contra as células do partido M. D. R. M. (Movimento Democrático da Renovação Malgache). O colonialismo, para atingir os seus fins, utilizou os meios mais clássicos: múltiplas prisões, propaganda racista entre as tribos è criação de um partido com os elementos desorganizados do lumpen-proletariat. Esse partido, chamado dos Deserdados de Madagáscar (P.A.D.E.S.M.) daria à autoridade colonial, com as suas provocações decisivas, o pretexto legal para a manutenção da ordem. Mas essa operação banal da liquidação de um partido, preparada de antemão, toma aqui proporções gigantescas. As massas rurais, na defensiva desde há três ou quatro anos, sentem-se subitamente em perigo de morte e decidem opor-se ferozmente às forças colonialistas. Armado de azagaias e mais amiúde de pedras e de paus, o povo lança-se na insurreição generalizada em favor da libertação nacional. Já se conhecem os resultados.

Essas insurreições armadas representam apenas um dos meios utilizados pelas massas rurais para intervir na luta nacional. Algumas vezes, os camponeses relevam a agitação urbana, quando o partido nacionalista das cidades é objecto da repressão policial. As notícias chegam ao campo alteradas, demasiadamente alteradas: dirigentes presos, múltiplos metralhamentos, o sangue dos negros inunda à cidade, os pequenos colonos banham-se em sangue árabe. Então, o ódio acumulado, exacerbado, estala. O posto de polícia mais próximo é assaltado, os guardas são despedaçados, o professor é assassinado, o médico só conserva a vida porque se encontrava ausente, etc... Colunas de pacificação são enviadas para o local, a aviação bombardeia. O estandarte da rebelião manifesta-se, ressurgem então as velhas tradições guerreiras, as mulheres aplaudem, os homens organizam-se e tomam posição nas montanhas, começam as guerrilhas. Espontâneamente, os camponeses criam a insegurança generalizada, o colonialismo assusta-se, empreende a guerra ou transige.

Como reagem os partidos nacionalistas perante esta irrupção decisiva das massas camponesas na luta nacional? Temos visto como a maioria dos partidos nacionalistas não inscreveu na sua propaganda a necessidade da acção armada. Não se opõem à persistência da insurreição, mas contentam-se em confiar na espontaneidade dos camponeses. Em geral, comportam-se em relação a este novo elemento como se se tratasse de um maná caído do céu, pedindo à sorte

que continue. Exploram esse maná, mas não procuram organizar a insurreição. Não enviam ao campo quadros para politizar as massas, para aclarar as consciências, para elevar o nível do combate. Esperam que, arrebatada pelo seu próprio movimento, a acção dessas massas não se deterá. Não há contaminação do movimento rural pelo movimento urbano. Cada um evolui segundo a sua própria dialéctica.

Os partidos nacionalistas não tentam introduzir palavras de ordem nas massas rurais, que nesse momento se encontram inteiramente disponíveis. Não lhes propõem um objectivo, esperam com naturalidade que esse movimento se perpetue indefinidamente e que os bombardeios não acabarão com ele. Nem sequer nesta ocasião, pois, os partidos nacionalistas exploram a possibilidade que se lhes oferece de se integrarem nas massas rurais, de politizá-las, de elevar o nível da sua luta. Mantém-se a posição criminal da desconfiança perante o campo.

Os quadros políticos metem-se nas cidades, dão a entender ao colonialismo que nada têm a ver com os insurrectos ou partem para o estrangeiro. Quase nunca sucede que eles se liguem ao povo das montanhas. No Quénia, por exemplo, durante a insurreição Mau-Mau, nenhum nacionalista conhecido reivindicou a sua adesão a esse movimento nem defendeu esses homens.

Não há uma explicação fecunda, não se produz um confronto entre as diferentes capas da nação. No momento da independência, que se produz depois da repressão exercida sobre as massas rurais e o acordo entre o colonialismo e os partidos nacionalistas, a incompreensão acentua-se ainda mais. Os camponeses mostram-se reticentes sobre as reformas de estrutura propostas pelo governo bem como das inovações sociais, ainda que sejam objectivamente progressistas, porque precisamente os actuais responsáveis do regime não explicaram à totalidade do povo, durante o período colonial, os objectivos do partido, a orientação nacional, os problemas internacionais, etc...

A desconfiança que os camponeses e os feudais tinham sobre os partidos nacionalistas durante a fase colonial, continua uma semelhante hostilidade no período nacional. Os serviços secretos colonialistas, que não se dissolveram após a independência, mantêm o descontentamento e chegam mesmo a criar graves dificuldades aos novos governos. Em resumo, o governo somente faz pagar a sua preguiça do período de libertação e o seu habitual desprezo pelos camponeses. A nação poderá ter uma cabeça racional, mesmo progressista, mas o corpo imenso permanecerá débil, rebelde, incapaz de cooperar.

Então, surgirá a tentação de quebrar esse corpo, centralizando a administração e enquadrando firmemente o povo. Esta é uma das razões pela qual se escuta com frequência que nos países subdesenvolvidos faz falta certa dose de ditadura. Os dirigentes desconfiam das massas rurais. Mas essa desconfiança pode tomar formas graves. É o caso, por exemplo, de certos governos que muito tempo depois da independência nacional consideram o interior do país como uma região não pacificada, onde o chefe do estado e os

ministros não se aventuram a ir, a não ser como motivo de manobras do exército nacional. Essa parte do país assemelha-se pràticamente a um desconhecido. Paradoxalmente, o governo nacional recorda, no seu comportamento junto das massas rurais, certos rasgos do poder colonial. «Não se sabe bem como essas massas reagirão» e os jovens dirigentes não se cansam de dizer: «Faz falta o garrote, se se quer tirar o país da Idade Média». Mas, como temos visto, a desenvoltura com que actuaram os partidos políticos em relação às massas rurais durante a fase colonial, não podia ser senão prejudicial para a unidade nacional, para o impulso acelerado da nação.

Algumas vezes o colonialismo tenta diversificar e deslocar o impulso nacionalista. Em vez de incitar os xeques e os chefes contra os «revolucionários» das cidades, as repartições de assuntos indígenas organizam as tribos e as seitas em partidos. Frente ao partido urbano que começava a «incarnar a vontade nacional» e a constituir um perigo para o regime colonial, surgem pequenos grupos, tendências, partidos com base étnica ou regionalista. É a tribo integralmente que se transforma em partido político aconselhado junto dos colonialistas. Pode começar a mesa redonda. O partido unitário será afogado em proporção às tendências. Os partidos tribais opõem-se à centralização, à unidade, denunciam a ditadura do partido unitário.

Mais tarde, essa táctica será utilizada pela oposição nacional. Entre os dois ou três partidos nacionalistas que realizaram a luta de libertação, o ocupante escolheu. As modalidades dessa selecção são clássicas: quando um partido conseguiu a unanimidade nacional e se impôs ao ocupante como único interlocutor, o ocupante multiplica as manobras e atrasa sempre a hora das negociações. Esse atraso será utilizado para esmagar as exigências desse partido ou obter da direcção o afastamento de certos elementos «extremistas».

Se, pelo contrário, nenhum partido se impôs realmente, o ocupante contenta-se em favorecer aquele que lhe parece mais «razoável». Os partidos nacionalistas que não participaram nas negociações lançam-se então numa denúncia do acordo estabelecido entre o outro partido e o ocupante. O partido que recebe o poder do ocupante, consciente do perigo que constituem as posições estritamente demagógicas e confusas do partido rival, procura dissolvê-lo e condená-lo à ilegalidade. O partido perseguido não tem outro recurso que não seja refugiar-se na periferia das cidades e no campo. Trata de levantar as massas rurais contra os «vendidos da costa e os corrompidos da capital». Então, utilizam-se todos os pretextos: argumentos religiosos, disposições inovadoras tomadas pela nova autoridade nacional e rompem com a tradição. Explora-se a tendência obscurantista, das massas camponesas. A doutrina chamada revolucionária descansa no carácter retrógrado, emocional e espontâneo do campo. Aqui e além murmura-se que há movimento na serra, que há descontentamento no campo. Afirma-se que em certa zona os polícias abriram fogo contra os camponeses, que foram enviados reforços, que o regime está prestes a desmoronar-se. Os partidos de oposição, sem programa definido, sem outro fim que não seja o de substituir a equipa dirigente, colocam o seu destino nas mãos espontâneas e obscuras das

massas camponesas.

Inversamente, sucede que a oposição não se apoia já nas massas rurais senão nos elementos progressistas, os sindicatos da jovem nação. Nesse caso, o governo recorre às massas para resistir às reivindicações dos trabalhadores, denunciadas então como manobras de aventureiros antitradicionalistas. As constatações que temos tido oportunidade de fazer ao nível dos partidos políticos encontram-se, mutatis mutandis, ao nível dos sindicatos. Ao princípio, as formações sindicais nos territórios coloniais são quase sempre ramificações locais dos sindicatos metropolitanos e as palavras de ordem respondem como eco às da metrópole.

A fase decisiva da luta de libertação determina-se quando alguns sindicatos indígenas decidem a criação de sindicatos nacionais. A antiga formação, importada da metrópole, será objecto de uma deserção em massa pelos indígenas. Esta criação sindical é para a população urbana um novo elemento de pressão sobre o colonialismo. Temos dito que o proletariado nas colónias é embrionário e representa a fracção do povo mais favorecida. Os sindicatos nacionais aparecidos na luta organizam-se nas cidades e o seu programa é antes de mais um programa político, um programa nacionalista. Mas esse sindicato nacional nascido no decurso da fase decisiva do combate pela independência é, na verdade, o enquadramento legal dos elementos nacionalistas conscientes e dinâmicos.

As massas rurais, desprezadas pelos partidos políticos, continuam a manter-se isoladas. Haverá bem entendido, um sindicato de trabalhadores agrícolas, mas esta criação contenta-se por corresponder à necessidade formal de «apresentar uma frente unida ao colonialismo». Os responsáveis sindicais, que se prepararam no âmbito das formações sindicais da metrópole, não sabem organizar as massas urbanas. Perderam todo o contacto com o campesinato e preocupam-se em primeiro lugar com o enquadramento dos operários metalúrgicos, dos estivadores, dos empregados de gás e electricidade, etc...

Durante a fase colonial, as formações sindicais nacionalistas constituem uma espectacular força de pressão. Nas cidades, os sindicatos podem imobilizar ou estagnar em qualquer momento a economia colonialista. Como a população europeia está frequentemente acantoada nas cidades, as repercussões psicológicas das manifestações são consideráveis nessa população: não há electricidade, falta o gás, não se recolhem os desperdícios, as mercadorias apodrecem nos cais.

Esses ilhéus metropolitanos que constituem as cidades no quadro colonial resistem profundamente à acção sindical. A fortaleza do colonialismo, representada pela capital, suporta dificilmente esses golpes. Mas «o interior» (as massas rurais) permanece alheio a este confronto.

Assim, como se vê, existe uma desproporção desde o ponto de vista nacional entre a importância dos sindicatos e o resto da nação. Depois da independência, os operários enquadrados nos sindicatos têm a impressão de se

moverem no vazio. O objectivo limitado em que se tinham fixado, no próprio momento em que se alcança, aparece muito precário em relação com a imensidão da tarefa de construção nacional. Frente à burguesia nacional, cujas relações com o poder são com frequência muito estreitas, os dirigentes sindicais descobrem que não podem restringir-se já à agitação proletária. Congènitamente isolados das massas rurais, incapazes de difundir palavras de ordem além dos bairros limítrofes, os sindicatos adoptam posições cada vez mais políticas. Na verdade, os sindicatos são candidatos ao poder. Tratam por todos os meios de encurralar a burguesia: protestos contra a manutenção de bases estrangeiras no território nacional, denúncia dos acordos comerciais, tomadas de posição contra a política exterior do governo nacional. Os operários agora «independentes» giram no vazio. Os sindicatos compreendem no dia seguinte à independência que as reivindicações sociais, se fossem expressas, escandalizariam o resto da nação. Os operários são, com efeito, os favorecidos pelo regime. Representam a fracção mais acomodada do povo. Uma agitação tendente a melhorar as condições de vida dos operários e dos estivadores não seria apenas impopular, como correria o risco de provocar a hostilidade das massas deserdadas do campo. Os sindicatos, aos quais se impede todo o sindicalismo, acabam por patear.

Este mal-estar traduz a necessidade objectiva de um programa social que interesse, por fim, a totalidade da nação. Os sindicatos descobrem depressa que o interior do país deve ser igualmente instruído e organizado. Mas como nunca se preocuparam por estabelecer meios de comunicação entre eles e as massas camponesas, e dado que precisamente essas massas constituem as únicas forças espontâneamente revolucionárias do país, os sindicatos comprovarão a sua ineficácia e descobrirão o carácter anacrónico do seu programa.

Os dirigentes sindicais, submersos na agitação político-operária, chegam mecanicamente à preparação de um golpe de estado. Mas, também se exclui, então, o interior. É uma explicação limitada entre a burguesia nacional e o operariado sindical. A burguesia nacional, retomando as velhas tradições do colonialismo, mostra as suas forças militares e policiais, enquanto os sindicatos organizam motins, mobilizam dezenas de milhares de membros. Os camponeses, frente a esta burguesia nacional e a estes operários que, em resumo, comem muito bem, encolhem os ombros porque dão conta de que uns e outros os consideram como uma força de apoio. Os sindicatos, os partidos ou o governo, numa espécie de maquiavelismo imoral, utilizam as massas camponesas como força de manobra, inerte e cega. Como força bruta.

Em certas circunstâncias, pelo contrário, as massas camponesas intervêm de maneira decisiva, tanto na luta de libertação nacional como nas perspectivas que adopte a nação futura. Este fenómeno reveste uma importância fundamental para os países subdesenvolvidos; por isso, nos propomos estudá-lo em detalhe.

Temos visto como, nos partidos nacionalistas, a vontade de romper com o colonialismo está unida a outra vontade: a de se entender amigàvelmente com ele. Dentro desses partidos produzem-se algumas vezes dois processos. Primeiro,

elementos intelectuais que procederam a uma análise apoiada pela realidade colonial e pela situação colonial, começaram a criticar o vazio ideológico do partido nacional e a sua indigência táctica e estratégica. Colocam incansàvelmente aos dirigentes problemas cruciais: «Que é o nacionalismo? Que colocam por detrás dessa palavra? Que contém esse vocábulo? Independência para quê? E, em primeiro lugar, como a conseguem?», exigindo que os problemas metodológicos sejam abordados com vigor. Vão sugerir que aos meios eleitorais se acrescentem «outros meios». Nas primeiras polémicas, os dirigentes desembaraçam-se ràpidamente dessa efervescência que qualificam de juvenil. Mas, como essas reivindicações não são a expressão de uma agitação nem um sinal de juventude, os elementos revolucionários que defendem essas posições vão ser prontamente isolados. Os dirigentes, revestidos da sua experiência, rejeitarão implacàvelmente «esses aventureiros, esses anarquistas».

A máquina do partido mostra-se rebelde a qualquer inovação. A minoria revolucionária encontra-se sozinha, frente a uma direcção assustada e angustiada perante a ideia de que poderia ser arrastada por um tormento, cujo aspecto e força de orientação nem sequer imagina. O segundo processo refere-se aos quadros dirigentes ou subalternos que, pelas suas actividades, tropeçaram com as perseguições policiais colonialistas. O que é interessante assinalar é que esses homens chegaram às esferas dirigentes do partido pelo seu trabalho obstinado, o seu espírito de sacrifício e um exemplar patriotismo. Esses homens, vindos da base, são frequentemente simples manobras, trabalhadores eventuais e, muitas vezes, autênticos desempregados. Para eles, militar num partido nacional não é fazer política, é escolher o único meio de passar da condição animal à condição humana. Esses homens, limitados pelo legalismo exacerbado do partido, revelarão nos limites das actividades que lhes confiam um espírito de iniciativa, um valor e um sentido da luta que quase mecânicamente lhes confiam as forças de repressão do colonialismo. Detidos, condenados, torturados, amnistiados, aproveitam o período da prisão para confrontar as suas ideias e fortalecer a sua vontade. Nas greves de fome, na solidariedade violenta dos calabouços comuns da prisão, vivem a sua libertação como uma oportunidade para desencadear a luta armada. Mas ao mesmo tempo, do outro lado, o colonialismo que começa a ser fustigado de todas as partes, faz insinuações aos nacionalistas moderados.

Assistimos, pois, a uma separação próxima da ruptura entre a tendência ilegalista e a tendência legalista do partido. Os ilegais sentem-se indesejáveis. Evitam-se. Tomando infinitas precauções, os ilegais do partido prestam-lhe ajuda, mas já se sentem alheios. Esses homens vão entrar em contacto com os elementos intelectuais cujas posições tinham podido apreciar alguns anos atrás. Um partido clandestino, à margem do partido legal, consagra este encontro. Mas a repressão contra esses elementos irrecuperáveis intensifica-se à medida que o partido legal se aproxima do colonialismo, procurando modificá-lo «a partir de dentro». A parte ilegal encontra-se, então, num histórico beco sem saída.

Afastados das cidades, esses homens agrupam-se, em princípio, nos

subúrbios periféricos. Mas a rede policial encontra-os e obriga-os a abandonar definitivamente as cidades, a afastar-se dos locais onde se desencadeia a luta política. Voltam para o campo, para a montanha, para junto das massas camponesas. No primeiro contacto, as massas fecham-se em si mesmas, escondem-nos dos olhos da polícia. O militante nacionalista, em vez de jogar às escondidas com os polícias nos centros urbanos, decide colocar o seu destino nas mãos das massas camponesas e não o perde mais. O manto camponês cobre-o com uma ternura e um vigor insuspeitos. Verdadeiros exilados no interior, separados do meio urbano onde tinham conhecido as noções de nação e de luta política, esses homens converteram-se de facto em guerrilheiros. Obrigados constantemente a mudar de sítio para escapar aos polícias, caminhando de noite para não darem nas vistas, terão ocasião de percorrer o país e conhecê-lo. Esquecem, então, os cafés, as discussões sobre as próximas eleições, a maldade daquele polícia. Os seus ouvidos escutam a verdadeira voz do país, e os seus olhos contemplam a grande e infinita miséria do povo. Dão conta do tempo precioso que perderam em inúteis comentários sobre o regime colonial. Compreendem, finalmente, que a mudança não será uma reforma, não será uma melhoria. Compreendem, numa espécie de loucura que não deixará de os atormentar, que a agitação política nas cidades será sempre impotente para modificar e destruir o sistema colonial.

Esses homens habituam-se a falar com os camponeses. Descobrem que as massas rurais não deixaram de colocar nunca o problema da sua libertação em termos de violência, de recuperação da terra em mãos estrangeiras, de luta nacional, de insurreição armada. Tudo se simplifica. Esses homens descobrem um povo coerente que se perpetua numa espécie de imobilidade, mas que conserva intactos os seus valores morais, a sua lealdade à nação. Descobrem um povo generoso, disposto ao sacrifício, desejoso de se entregar, impaciente e de um orgulho de pedra. Compreende-se que o encontro desses militantes maltratados pela polícia e dessas massas agitadas e de espírito rebelde possa produzir uma mistura destoante de inusitada força. Os homens procedentes das cidades acolhem-se na escola do povo e, ao mesmo tempo, leccionam aí a formação política e militar. O povo prepara as suas armas. Na realidade, os cursos não duram muito tempo porque as massas, restabelecendo o contacto com o mais fundo dos seus músculos, conduzem os dirigentes para precipitarem as coisas. A luta armada desencadeia-se.

A insurreição desorienta os partidos políticos. A sua doutrina, com efeito, afirmou sempre a ineficácia de qualquer prova de força e a sua própria existência é uma constante condenação de toda a insurreição. Secretamente, alguns partidos políticos compartilham do optimismo dos colonos e congratulam-se por se encontrarem além dessa loucura que, segundo se afirma, será reprimida de forma sangrenta. Mas uma vez ateado o fogo, este propaga-se ao resto do país como uma epidemia galopante. Os tanques blindados e os aviões não atingem os êxitos esperados. Frente à amplitude do mal, o colonialismo começa a reflectir. No seio do próprio povo opressor, escutam-se vozes que chamam a atenção para

a gravidade da situação.

O povo, nas suas choças e nos seus sonhos, põe-se em comunicação com o novo ritmo nacional. Em voz baixa, do fundo do seu coração, canta hinos intermináveis aos gloriosos combatentes. A insurreição invadiu já a nação. Agora, devem isolar-se dos partidos.

Portanto, os dirigentes da insurreição tomam consciência, hoje ou amanhã, da necessidade de estender essa insurreição às cidades. Essa tomada de consciência não é fortuita. Ela consagra a dialéctica que preside ao desenvolvimento de uma luta armada de libertação nacional. Ainda que o campo represente inesgotáveis reservas de energia popular e os grupos armados façam reinar ali a insegurança, o colonialismo não duvida, realmente, da solidez do seu sistema. Não se sente fundamentalmente em perigo. O dirigente da insurreição decide, então, levar a guerra ao inimigo, isto é, às cidades tranquilas e imponentes.

A entrada da insurreição nas cidades coloca à direcção problemas difíceis. Temos observado como a maioria dos dirigentes, nascidos ou formados nas cidades, abandonarão o seu meio natural ao serem perseguidos pela polícia colonialista e não serem compreendidos pelos quadros prudentes e razoáveis dos partidos políticos. A sua retirada do campo foi uma fuga perante a repressão e um indício de desconfiança para com as velhas formações políticas. As antenas urbanas naturais desses dirigentes são os nacionalistas conhecidos dentro dos partidos políticos. Mas, precisamente, temos visto como a sua história recente se desenvolveu, à margem desses dirigentes tímidos e irritados, numa reflexão ininterrupta sobre os males do colonialismo.

Além disso, as primeiras tentativas que os homens das guerrilhas realizam junto dos seus antigos amigos, precisamente aqueles que consideram mais voltados à esquerda, confirmarão as suas apreensões e perderão mesmo o desejo de retomar velhas relações. A insurreição, aparecida no campo, penetrará nas cidades por intermédio do campesinato bloqueado na periferia urbana, o qual não pôde encontrar ainda um osso para roer no sistema colonial. Os homens obrigados pela crescente população do campo e pela exploração colonial a abandonar a sua terra natal, giram incansàvelmente em volta das bonitas cidades, esperando que algum dia possam penetrar nelas. É nessa massa, nesse povo dos bairros de miséria, das casas de lata, no seio do lumpen-proletariat, que a insurreição encontrará a sua ponta de lança urbana. O lumpen-proletariat, coorte de esfomeados, destribalizados, descolonizados, constitui uma das forças mais espontâneas e radicalmente revolucionárias de um povo colonizado.

No Quénia, nos anos que precederam a rebelião dos Mau-Mau, as autoridades coloniais britânicas multiplicaram as medidas de intimidação contra o lumpen-proletariat. Forças de polícia e missionários coordenaram os seus esforços, nos anos de 1950-1951, para responder como convinha à afluência enorme de jovens quenienses vindos do campo e da selva e que, não podendo colocar-se na zona de trabalho, roubavam, entregavam-se ao vício, ao

alcoolismo, etc.... A delinquência juvenil nos países colonizados é o produto directo da existência do lumpen-proletariat. Igualmente, no Congo, foram tomadas medidas draconianas a partir de 1957 para fazer regressar ao campo os «jovens vadios» que perturbavam a ordem estabelecida. Criaram-se campos de recuperação e confiaram-nos às missões evangélicas, debaixo da protecção, claro, do exército belga.

A constituição de um lumpen-proletariat é um fenómeno que obedece a uma lógica própria, nem a actividade desdobrada dos missionários nem as ordens do poder central podem impedir o seu desenvolvimento. Esse lumpen-proletariat, como um ninho de ratos, apesar das patadas, das pedradas, continua a roer as raízes da árvore.

A zona de miséria consagra a decisão biológica do colonizado invadir, por qualquer maneira e se for necessário pelas vias mais subterrâneas, a cidadela inimiga.

O lumpen-proletariat constituído e pesando com todas as suas forças sobre a «segurança» da cidade, significa a podridão irreversível, a gangrena, instaladas no centro do domínio colonial. Então, os rufiões, os vadios, os desempregados, os operários sem trabalho, lançam-se na luta de libertação como bons trabalhadores. Esses desempregados, desclassificados, encontrarão, pelo canal da acção militante e decisiva, o caminho da nação. Não se reabilitam em relação à sociedade colonial, nem através da moral do dominador. Pelo contrário, assumem a sua incapacidade para penetrar na cidade a não ser pela força da granada ou do revólver. Esses desempregados e esses sub-homens reabilitam-se em relação a si próprios e à história. Também as prostitutas, as criadas que ganham dois mil francos[(24)], as desesperadas, todas e todos que oscilam entre a loucura e o suicídio se reequilibrarão quando actuarem e participarem de maneira decisiva na grande procissão da nação que desperta.

Os partidos nacionalistas não compreendem este novo fenómeno que precipita a sua desintegração. A irrupção da insurreição nas cidades modifica a fisionomia da luta. Enquanto as tropas colonialistas se dirigiam na sua totalidade até ao campo, daqui refluíam precipitadamente até às cidades para proteger a segurança das pessoas e dos seus bens. A repressão despende as suas forças, o perigo está presente em todos os lados. É o território nacional, o conjunto da colónia que está em jogo. Os grupos camponeses armados vêem como se estende a pressão militar. A insurreição nas cidades é um inesperado balão de oxigénio.

Os dirigentes da insurreição que vêem como o povo entusiasta e ardente dá golpes decisivos na máquina colonialista, aumentam a sua desconfiança sobre a política tradicional. Cada êxito obtido, legitima a sua hostilidade a respeito do que chamarão o gargarismo, o verbalismo, a «blagologie», a agitação estéril. Odeiam a «política», a demagogia. Por isso, assistimos em princípio a um verdadeiro triunfo do culto da espontaneidade.

As múltiplas sublevações aparecidas no campo são a prova, onde quer que estalem, oblíqua e geralmente densa da nação. Cada colonizado em armas é um

pedaço da nação viva. Essas sublevações camponesas põem em perigo o regime colonial, mobilizam as suas forças e dispersam-nas, ameaçam asfixiá-lo a todo momento. Obedecem a uma doutrina simples: fazem com que a nação exista. Não há programa, não há discursos, não há resoluções, não há tendências. O problema é claro: é necessário que os estrangeiros partam. Deve constituir-se uma frente comum contra o opressor e fortalecer essa frente através da luta armada.

Enquanto durar a inquietação do colonialismo, a causa nacional progride e converte-se na causa de cada um. A empresa de libertação desenha-se e afecta já a totalidade do país. Nesta fase, reina o espontâneo. A iniciativa é localizada. Em cada piton constitui-se um governo em miniatura que assume o poder. Nos vales e nos bosques, na selva e nas aldeias, em todos os lados encontra-se uma autoridade nacional. Cada um, através da sua acção, faz existir a nação e compromete-se a fazê-la triunfar em cada local. Encontramo-nos perante uma estratégia de dependência imediata, totalitária e radical. No fim, o programa de cada grupo espontâneamente constituído é a libertação local. Se a nação está em toda a parte, está também aqui. Um passo mais e está apenas aqui.

A táctica e a estratégia confundem-se. A arte política transforma-se simplesmente em arte militar. O militante político é o combatente. Fazer a guerra e fazer política é uma e a mesma coisa.

Esse povo deserdado, habituado a viver no círculo estreito das lutas e das rivalidades, vai proceder, numa solene atmosfera, à limpeza e purificação do aspecto local da nação. Num verdadeiro êxtase colectivo, famílias inteiras decidem apagar e esquecer tudo. As reconciliações multiplicam-se. Os ódios tenazes e escondidos despertam para serem mais seguramente extirpados. A assunção da nação faz progredir a consciência. A unidade nacional é em primeiro lugar a unidade do grupo, o desaparecimento das velhas querelas e a liquidação definitiva das reticências. Ao mesmo tempo, a purificação englobará aos poucos os indígenas que pelas suas actividades, pela sua cumplicidade com o ocupante, desonraram o país. Os traidores, os vendidos, serão julgados e castigados. O povo, nessa marcha contínua que empreendeu, legisla, descobre-se, quer ser soberano. Cada ponto conquistado ao sonho colonial atinge uma temperatura insuportável. Um efusão permanente reina nas aldeias, uma generosidade espectacular, uma bondade que desarma, uma vontade nunca desmentida de morrer pela «causa». Tudo isto evoca uma seita, uma igreja, uma mística. Nenhum indígena pode permanecer indiferente a este novo ritmo que arrasta a nação. Enviam-se emissários às tribos vizinhas. Constituem o primeiro elo de ligação da insurreição e levam ritmo e movimento às regiões sempre imóveis. Tribos cuja rivalidade obstinada é, sem dúvida, bem conhecida, abandonam a luta e, no meio da alegria e das lágrimas, prometem ajuda e apoio. Num «coude-à-coude» fraternal, na luta armada, os homens aproximam-se dos seus inimigos de ontem. O círculo nacional enriquece-se e são novas emboscadas que saúdam a entrada em cena de novas tribos. Cada aldeia se descobre agente absoluta. A solidariedade entre as tribos, entre as aldeias, a solidariedade nacional adivinha-

se primeiro na multiplicação dos golpes dados no inimigo. Cada novo grupo que se forma, cada nova descarga que estala, indicam que cada um fustiga o inimigo, que cada um lhe faz frente.

Esta solidariedade vai manifestar-se muito claramente no decurso do segundo período, que se caracteriza pelo desencadeamento da ofensiva inimiga. As forças coloniais, depois da explosão, reagrupam-se, reorganizam-se e põem em prática métodos de combate correspondentes à natureza da insurreição. Esta ofensiva vai transformar em tortura a atmosfera eufórica e paradisíaca do primeiro período. O inimigo lança o ataque e concentra em pontos estratégicos numerosas forças. O grupo local é muito ràpidamente devassado, porque resolve encarar de frente o combate. O optimismo que reinou na primeira fase torna o grupo intrépido, isto é, inconsciente. O grupo, que está convencido de que o seu pitem é a nação, não aceita a razão de se desarmar, não suporta ter de se retirar. As perdas são numerosas e a dúvida infiltra-se maciçamente nos espíritos. O grupo aguenta o assalto local como uma prova decisiva. Comporta-se literalmente como se a sorte do país se jogasse aqui e agora.

Mas, como se compreende, esta impetuosidade voluntária que pretende decidir imediatamente a sorte do sistema colonial está condenada, como doutrina de instantaneidade, a negar-se. O realismo mais quotidiano, mais prático, substitui as efusões de ontem e a ilusão da eternidade. A lição dos factos, os corpos atravessados pela metralha, provocam uma reinterpretação global dos acontecimentos. O simples instinto de sobrevivência determina uma atitude mais dinâmica, mais movimentada, a utilização da técnica das guerrilhas.

Na guerrilha, com efeito, a luta não é onde se está, mas sim onde se vai. Cada combatente leva a pátria em guerra entre as suas mãos vazias. O exército de libertação nacional não é o que enfrenta sempre o inimigo, mas o que se desloca de aldeia em aldeia, que se concentra na selva e salta de júbilo quando se apercebe das colunas do adversário a avançarem por entre nuvens de poeira. As tribos põem-se em movimento, os grupos deslocam-se, mudam de terreno. Os do norte dirigem-se para oeste, os da planície sobem à montanha. Nenhuma posição estratégica é privilegiada. O inimigo imagina perseguir-nos, mas sempre nos ajustamos para marchar sobre os seus talhões, fustigando-o no próprio instante em que nos pensa ter aniquilado. Futuramente, somos nós que o perseguimos. Com toda a sua técnica e a sua capacidade de fogo, o inimigo dá a impressão de se embrulhar e de se perder em areias movediças. Nós cantamos, nós cantamos.

Entretanto, porém, os dirigentes da insurreição compreendem que é preciso ensinar os grupos, instruí-los, doutriná-los, criar um exército, centralizar a autoridade. O desfazamento da nação, que manifestava a nação em armas, exige ser corrigido e superado. Os dirigentes que limparam a atmosfera da inútil política das cidades, redescobrem a política, não já como técnica de adormecimento ou de mistificação, mas como meio único de intensificar a luta e de preparar o povo para a lúcida direcção do país. Os dirigentes da insurreição

apercebem-se de que as sublevações camponesas, ainda que muito importantes, têm de ser controladas e orientadas. Os dirigentes acabam por negar o movimento enquanto sublevação camponesa, transformando-o assim em guerra revolucionária. Descobrem que o êxito da luta exige a claridade dos objectivos, a precisão da metodologia e sobretudo o conhecimento pelas massas da dinâmica temporal dos seus esforços. É possível suportar-se três dias ou mesmo três meses utilizando a dose de ressentimento contida nas massas, mas não se triunfa numa guerra nacional, não se decompõe a terrível máquina do inimigo, não se transformam os homens se se esquece de elevar a consciência do combatente. Nem a coragem encarniçada, nem a beleza dos «slogans» é suficiente.

O desenvolvimento da guerra de libertação encarrega-se, portanto, de dar um golpe decisivo na fé dos dirigentes. O inimigo modifica a sua táctica. À política brutal de repressão liga oportunamente os gestos espectaculares do gatilho, as manobras de divisão, «a acção psicológica».' Procura com êxito, aqui e além, reviver as lutas tribais, utilizando provocadores, fazendo o que se chama a contra-subversão. O colonialismo, para atingir os seus objectivos, empregará dois tipos de indígenas. Em primeiro lugar, os colaboradores tradicionais, os chefes,caids, feiticeiros. As massas camponesas submersas, como temos visto, na repetição sem história de uma existência insignificante, continuam a venerar os chefes religiosos, os descendentes das velhas famílias. A tribo, como um só homem, segue o caminho que determina o chefe tradicional. À custa de prebendas, a preço de ouro, o colonialismo obterá os serviços desses homens de confiança.

O colonialismo encontrará igualmente no lumpen-proletariat uma massa considerável propícia para a manobra. Todo o movimento de libertação nacional deve prestar a máxima atenção a esse lumpen-proletariat. Este responde sempre à chamada para a insurreição, mas se a insurreição faz por os ignorar, essa massa de esfomeados e desclassificados, lançar-se-á na luta armada, participará no conflito, mas ao lado do opressor. O opressor, que nunca perde a ocasião de chamar a si os negros, utilizará com singular alegria a inconsciência e a ignorância que são os defeitos do lumpen-proletariat. Esta reserva humana disponível, se não é organizada prontamente pela insurreição, encontrar-se-á como mercenária ao lado das tropas colonianistas. Na Argélia, o lumpen-proletariat integrou os harkis e os messalistes; em Angola, chegam os contingentes que abrem o caminho, precedendo as colunas armadas portuguesas; no Congo, encontra-se o lumpen-proletariatnas manifestações regionais de Kasai e Catanga, enquanto que na cidade de Leopoldville foi utilizado pelos inimigos do Congo para organizar motins «espontâneos» contra Lumumba.

O adversário, que analisa as forças da insurreição, que estuda cada vez melhor o inimigo global que constitui o povo colonizado, dá conta da debilidade ideológica, da instabilidade espiritual de certas camadas da população. O adversário descobre, junto de uma vanguarda insurrecta, rigorosa e bem estruturada, uma massa de homens, cuja participação pode ser posta em perigo constante por um hábito demasiado grande da miséria fisiológica, das

humilhações e da irresponsabilidade. O adversário utilizará essa massa, para evitar males maiores. Criará a espontaneidade a golpes de baioneta ou de castigos exemplares. Os dólares e os francos belgas espalham-se sobre o Congo, enquanto em Madagáscar se multiplicam as exacções anti-Hova e na Argélia são enrolados recrutas, autênticos reféns, nas forças francesas. Literalmente, o chefe da insurreição vê soçobrar a nação. Tribos inteiras constituem-se em harkis e, apetrechadas com armas modernas, tomam o caminho da guerra e atacam a tribo rival, classificada, pelas conveniências do momento, como nacionalista. A unanimidade no combate, tão fecunda e grandiosa nas primeiras horas da insurreição encontra-se num momento decisivo. A politização das massas é reconhecida, então, como necessidade histórica.

Este voluntarismo espectacular que pretendia conduzir, de um só golpe, o povo colonizado à soberania absoluta, esta certeza que se tinha de arrastar, no mesmo passo e com igual claridade, todos os sectores da nação, essa força que se fundava na esperança, revela-se, com a experiência, como uma grande fraqueza. Enquanto imaginava poder passar sem transição da situação de colonizado à de cidadão soberano de uma nação independente, enquanto se desejava admirar pela miragem imediata dos seus músculos, o colonizado não fazia progressos no caminho do conhecimento. A sua consciência continuava a ser rudimentar. O colonizado entrega-se à luta com paixão, já o afirmámos, sobretudo se essa luta é armada. Os camponeses lançaram-se na insurreição com mais entusiasmo, porque não deixaram nunca de ter um modo de vida praticamente anticolonial. Desde sempre e como consequência de múltiplas astúcias, de equilíbrios que evocam as proezas do prestidigitador, ou camponeses preservaram relativamente a sua subjectividade da imposição colonial. Chegaram a acreditar que o colonialismo não era realmente vencedor. O orgulho do camponês, a sua relutância para descer às cidades, para se relacionar com o mundo edificado pelo estrangeiro, os seus perpétuos movimentos de retrocesso frente à aproximação dos representantes da administração colonial, não deixavam de significar que opunham à dicotomia do colono a sua própria dicotomia.

O racismo anti-racista, a vontade de defender a própria pele que caracteriza a resposta do colonizado à opressão colonial, representam evidentemente razões suficientes para se entregar à luta. Mas não se aguenta uma guerra, não se sofre uma dura repressão, não se assiste ao desaparecimento de toda a família, para fazer triunfar o ódio ou o racismo. O racismo, o ódio, o ressentimento, «o legítimo desejo de vingança», não podem alimentar uma guerra de libertação. Esses relâmpagos da consciência que lançam num onirismo quase patológico, onde o rosto do outro me convida à vertigem, onde o meu sangue chama o sangue do outro, essa grande paixão das primeiras horas desloca-se, claro, se deseja nutrir-se da sua própria substância. É verdade que as intermináveis exacções das forças colonialistas reintroduzem os elementos emocionais na luta, dão ao militante novos motivos de ódio, novas razões de sair em busca do colono «para o matar». Mas o dirigente compreende, de dia para dia, que o ódio não poderá constituir um programa. Não se pode, a não ser por perversão, confiar no

adversário que evidentemente se desembaraça sempre para multiplicar os crimes, aprofundar o «abismo», colocando assim a totalidade do povo ao lado da insurreição. Em todo o caso, o adversário, como temos assinalado, trata de ganhar a simpatia de certos grupos da população, de determinadas regiões, de diversos chefes. No decorrer da luta, dão palavras de ordem aos colonos e às forças de polícia. O comportamento modifica-se, «humaniza-se». Chegará mesmo a introduzir, nas relações entre colono e colonizado, tratamentos tais como Senhor ou Senhora. Multiplicar-se-ão as cortesias, as delicadezas. Concretamente, o colonizado tem a impressão de assistir a uma mudança.

O colonizado, que não tomara somente as armas porque morria de fome e contemplava a desintegração da sua sociedade, mas também porque o colono o considerava como um animal, o tratava como um animal, mostra-se muito sensível a essas medidas. O ódio é desviado através desses achados psicológicos. Os tecnólogos e os sociólogos iluminam as manobras colonialistas e multiplicam os estudos sobre os «complexos»: complexo de frustração, complexo belicoso, complexo de «colonizabilidade». Promove-se o indígena, procura-se desarmá-lo através da psicologia e, naturalmente, com algumas moedas. Essas medidas miseráveis, esses rebocos de fachada, sàbiamente doseados por outro lado, chegam a dar certos resultados. A fome do colonizado, a fome de qualquer coisa que o humanize — ainda que limitadamente — é até tal ponto incoercível, que essas esmolas conseguem fazê-lo vacilar. A sua consciência é tão precária e opaca, que responde à menor faísca. A grande sede de luz indistinta do começo, vê-se ameaçada a todo o instante pela mistificação. As exigências violentas e globais que raiavam o céu recuam, fazem-se modestas. O lobo impetuoso que queria devorar tudo, que desejava realizar uma autêntica revolução, pode tornar-se, se a luta dura, e ela dura, desconhecido. O colonizado corre o risco, constantemente, de se deixar desarmar por qualquer concessão.

Os dirigentes da insurreição descobrem com receio essa instabilidade do colonizado. Desorientados primeiro, compreendem, por este novo desvio, a necessidade de explicar e de realizar o resgate radical da consciência. Porque a guerra continua, o inimigo organiza-se, fortalece-se, adivinha a estratégia do colonizado. A luta de libertação nacional não consiste em transpor um espaço de uma única pisada. A epopeia é quotidiana, difícil e os sofrimentos que se suportam superam os sofrimentos conhecidos no período colonial. Em baixo, nas cidades, parece que os colonos mudaram. Os nossos são mais felizes. Respeitam-se. Os dias sucedem-se aos dias e é preciso que os colonizados comprometidos na luta e no povo continuem a dar o seu apoio, não se deixem quebrar. Não devem pensar que alcançaram o fim. Não devem imaginar, quando se lhes determinem os reais objectivos da luta, que isso não é possível. Uma vez mais, é necessário explicar que o povo veja para onde vai, até onde pode chegar. A guerra não é uma batalha, mas uma sucessão de combates locais em que, na verdade, nenhum é decisivo.

É necessário, pois, cuidar das próprias forças, não as colocar de um só golpe na balança. As reservas do colonialismo são mais ricas, mais importantes que as

do colonizado. A guerra prolonga-se, o adversário defende-se. A grande explicação não será para hoje, nem para amanhã. Na verdade, começou desde o primeiro dia e não terminará porque não exista adversário, mas simplesmente porque este último, por múltiplas razões, dará conta de que interessa acabar essa luta e reconhecer a soberania do povo colonizado. Os objectivos da luta não devem permanecer na indiferença dos primeiros dias. Se não se tem cuidado, corre-se o risco de a todo o momento o povo perguntar, perante a mais pequena concessão do inimigo, as razões da continuação da guerra. Existe até tal ponto o hábito do desprezo do ocupante, da sua vontade firme de manter a qualquer preço a sua opressão, que toda a iniciativa de aspecto generoso, toda a boa disposição manifestada, é saudada com surpresa e alegria. O colonizado tem tendência, então, para cantar. É necessário estender as explicações e fazer compreender ao militante que as concessões do adversário não o devem cegar. Essas concessões, que são apenas concessões, não afectam o essencial e, na perspectiva do colonizado, pode afirmar-se que uma concessão não se refere ao essencial quando não afecta o regime colonial no que este tem de essencial.

É evidente que as formas brutais de presença do ocupante podem desaparecer perfeitamente. Na verdade, este desaparecimento espectacular revela-se como um alívio dos gastos do ocupante e uma medida positiva contra a disseminação de forças. Mas este desaparecimento vai ser pago de forma muito cara. Exactamente pelo preço de um enquadramento mais coercivo do destino do país. Alguns exemplos históricos serão evocados e o povo poderá convencer-se de que a máscara da concessão, a aplicação do princípio de concessão a todo o preço, saldou-se em certos países por uma servidão mais discreta, mas mais total. O povo, a totalidade dos militantes, deverão conhecer essa lei histórica que estipula que certas concessões são, na realidade, novas cadeias. Quando o trabalho de clarificação não se fez, surpreende a facilidade com que os dirigentes de certos partidos políticos estabelecem inumeráveis compromissos com o antigo colonizador. O colonizado deve convencer-se de que o colonialismo não lhe oferece qualquer regalia. O que o colonizado obtém pela luta política ou armada não é o resultado da boa vontade ou do bom coração do colono, mas o que se traduz pela sua impossibilidade de demorar as concessões. Mais ainda, o colonizado deve saber que essas concessões não são dadas pelo colonialismo, mas por ele mesmo. Quando o governo britânico decide outorgar à população africana mais alguns lugares na Assembleia do Quénia, era necessário muito impudor ou inconsciência para afirmar que o governo britânico fez concessões. Não é evidente que o povo do Quénia é que faz concessões? É preciso que os povos colonizados, os povos que foram despojados, percam a atitude mental que os tem caracterizado. Em rigor, o colonizado pode aceitar uma transacção com o colonialismo, mas nunca um compromisso.

Todas estas explicações, estas iluminações sucessivas da consciência, este encaminhamento pela via do conhecimento da história das sociedades, não são possíveis senão no quadro de uma organização, de um enquadramento do povo. Esta organização é formada mediante o emprego dos elementos revolucionários

procedentes das cidades no princípio da insurreição e dos que voltam ao campo à medida que a luta se desenrola. É esse núcleo o que constitui o organismo político embrionário da insurreição. Mas, por seu lado, os camponeses que elaboram os seus conhecimentos no contacto directo com a experiência, mostrar-se-ão aptos para dirigir a luta popular. Estabelece-se uma corrente de edificação e enriquecimento recíproco entre a nação em pé de guerra e os seus dirigentes. As instituições tradicionais são reformadas, aprofundadas e algumas vezes transformadas. O tribunal de conflitos, as djemaas, as assembleias das aldeias, transformam-se em tribunal revolucionário, em comité político- -militar. Em cada grupo de combate, em cada aldeia, aparecem legiões de comissários políticos. O povo, que começa a encontrar muita incompreensão, será esclarecido por esses comissários políticos. Por isso, estes últimos não temeram abordar os problemas que, se não fossem esclarecidos, contribuiriam para desorientar o povo. O militante em armas irrita-se, com efeito, ao verificar como muitos indígenas continuam a fazer a sua vida nas cidades como se fossem alheios ao que se passa nas montanhas, como se ignorassem que o movimento essencial já começou. O silêncio das cidades, a continuação do ramerrame quotidiano, dão ao camponês a amarga impressão de que todo um sector da nação se contenta em fazer contas. Estes factos repugnam aos camponeses e fortalecem a sua tendência para desprezar e condenar inteiramente os citadinos. O comissário político deverá conseguir que mudem essa posição, fazendo-os tomar consciência de que certas camadas da população possuem interesses particulares que nem sempre coincidem com o interesse nacional. O povo compreende, então, quo a independência nacional descobre múltiplas realidades que, algumas vezes, são divergentes e antagónicas. A explicação, nesse momento da luta, é decisiva porque faz passar o povo do nacionalismo global e indiferenciado a uma consciência social e económica. O povo, que no princípio da luta adoptou o maniqueísmo primitivo do colono: brancos e negros, árabes eroumis,[(25)] percebe que há negros que são mais brancos que os brancos e que a eventualidade de uma bandeira nacional, a possibilidade de uma nação independente, não conduzem automàticamente certas camadas da população a renunciar aos seus privilégios ou aos seus interesses. O povo apercebe-no que outros indígenas não perdem quaisquer vantagens, mas, pelo contrário, parecem aproveitar-se da guerra para melhorar a sua posição material e o seu poder nascente. Os indígenas traficam e obtêm verdadeiros benefícios de guerra a expensas do povo que, como sempre, se sacrifica sem restrições e rega com o seu sangue o solo nacional. O militante que enfrenta, com meios rudimentares, a máquina bélica do colonialismo, dá conta do que, ao mesmo tempo que destrói a opressão colonial, contribui para construir outro aparato de exploração. Esta descoberta é desagradável, dolorosa e repugnante. Tudo era tão simples: de um lado, os maus, do outro, os bons. À claridade idílica e irreal do princípio, substitui-se uma penumbra que desvia a consciência. O povo descobre que o fenómeno iníquo da exploração pode apresentar uma aparência negra ou árabe. Clama que existe uma traição, mas é necessário corrigir esse grito. A traição não é nacional, é uma traição social, deve ensinar-se ao povo a denunciar o ladrão. Na sua marcha

laboriosa até ao conhecimento racional, o povo deverá também abandonar o simplismo que caracteriza a sua percepção do dominador. A espécie decompõe-se ante os seus olhos. Em redor, ele constata que certos colonos não participam na histeria criminal, que se distinguem da espécie. Estes homens, que eram postos de lado no bloco monolítico da presença estrangeira, condenam a guerra colonial. O escândalo estala realmente quando alguns protótipos desta espécie se passam do outro lado, se convertem em negros ou árabes e aceitam os sofrimentos, a tortura, a morte.

Estes exemplos mostram o ódio global que o colonizado sentia a respeito da população estrangeira. O colonizado rodeia esses homens de um afecto caloroso e tende, por uma espécie de acentuado afecto, a outorgar-lhes a sua confiança de uma forma absoluta. Na metrópole, concebida como madrasta implacável e sanguinária, numerosas vozes e por vezes ilustres tomam posição, condenam sem reserva a política de guerra do seu governo e aconselham a tomar em conta finalmente fileiras colonialistas, outros negam-se a lutar abertamente contra a liberdade do povo, são encarcerados e sofrem em nome do direito desse povo à independência e à direcção dos seus próprios interesses.

O colono não é já simplesmente o homem que é necessário matar. Os membros da massa colonialista mostram-se mais perto, infinitamente mais perto, da luta nacionalista que alguns filhos da nação. O nível racial e racista é superado nos dois sentidos. Já não se entrega uma patente de autenticidade a todos os negros ou a todos os muçulmanos. Já não se procura a espingarda ou o machado ante o aparecimento de qualquer colono. A consciência descobre laboriosamente verdades parciais, limitadas, instáveis. Tudo isto, sem dúvida, é muito difícil. A tarefa de converter o povo em adulto será facilitada pelo rigor da organização e pelo nível ideológico dos seus dirigentes. A força do nível ideológico elabora-se e cresce à medida que se desenvolve a luta, as manobras do adversário, as vitórias e os reveses. A direcção revela a sua força e a sua autoridade denunciando os erros, aproveitando cada retrocesso da consciência para obter uma lição, para assegurar novas condições de progresso. Cada refluxo local será aproveitado para retomar a questão à escala de todas as aldeias, de todas as redes. A insurreição prova a si mesma a sua racionalidade, expressa a sua maturidade cada vez que um caso faz avançar a consciência do povo. Apesar do ambiente, que se inclina algumas vezes a pensar que os matizes constituem perigos e introduzem fendas no bloco popular, a direcção permanece firme sobre os princípios fixados na luta nacional e na luta geral que o homem realiza para sua libertação. Existe uma brutalidade e um desprezo das subtilezas e dos casos individuais tipicamente revolucionária, mas existe outra forma de brutalidade semelhante à primeira e que é tipicamente contra-revolucionária, aventureira e anarquista. Esta brutalidade pura, total, se não for prontamente combatida, provoca inevitavelmente a derrota do movimento no fim de algumas semanas.

O militante nacionalista que fugiu da cidade, ferido, pelas manobras demagógicas e reformistas dos dirigentes, decepcionado pela «política», descobre na prática concreta uma nova política que não se parece em nada com a antiga.

Esta política é uma política de responsáveis, de dirigentes integrados na História que assumem com os seus músculos e os seus cérebros a direcção da luta da libertação. Esta política é nacional, revolucionária, social. Esta nova realidade que o colonizado vai conhecer agora não pode existir senão pela acção. É a luta que, ao fazer estalar a antiga realidade colonial, revela facetas desconhecidas, faz surgir significações novas e põe o dedo sobre as condições disfarçadas por esta realidade. O povo que luta, o povo que, graças à luta, dispõe desta nova realidade e a conhece, avança, libertado do colonialismo, prevenido para avançar contra todos os propósitos de mistificação, contra todos os hinos à nação. Apenas a violência exercida pelo povo, violência organizada e esclarecida pela direcção, permite às massas decifrar a realidade social, dá-lhe a chave desta. Sem essa luta, sem esse conhecimento na prática, há somente carnaval e estribilhos. Um mínimo de readaptação, algumas reformas por alto, uma bandeira e, lá em baixo, a massa indivisa sempre «medieval», que continua o seu movimento perpétuo.

3. Desventuras da consciência nacional

Que o combate anticolonialista não se inscreve de repente numa perspectiva nacionalista é o que a história nos ensina. Durante muito tempo o colonizado dirige os seus esforços até à supressão de certas injustiças: trabalho forçado, sanções corporais, desigualdade nos salários, limitação dos direitos políticos, etc.... Este combate pela democracia contra a opressão do homem vai progressivamente sair da confusão neo-liberal universalista para desembocar, às vezes laboriosamente, na reivindicação nacional. Mas a falta de preparação das elites, a ausência de ligação orgânica entre elas e as massas, a sua preguiça e, deve dizer-se, a cobardia no momento decisivo da luta, vão dar origem a trágicas desventuras.

A consciência nacional, em vez de ser a cristalização coordenada das aspirações mais íntimas da totalidade do povo, em vez de ser o produto imediato mais palpável da mobilização popular, não será em todo o caso senão uma forma sem conteúdo, frágil, grosseira. As falhas que se descobrem nela explicam amplamente a facilidade com a qual, nos jovens países independentes, se passa da nação à etnia, do estado à tribo. São essas fendas que explicam os retrocessos, tão penosos e prejudiciais para o desenvolvimento e unidade nacionais. Veremos como essas debilidades e os perigos graves que encerram são o resultado histórico da incapacidade da burguesia nacional dos países subdesenvolvidos para racionalizar a prática popular, isto é, descobrir a sua razão.

A debilidade clássica, quase congénita, da consciência nacional dos países subdesenvolvidos não é apenas a consequência da mutilação do homem colonizado pelo regime colonial. É também o resultado da preguiça da burguesia nacional, da sua limitação, da formação profundamente cosmopolita do seu espírito.

A burguesia nacional, que toma o poder no fim do regime colonial, é uma burguesia subdesenvolvida. O seu poder económico é quase nulo e, em todo o caso, sem semelhança com o da burguesia metropolitana que pretende substituir. No seu narcisismo voluntarista, a burguesia nacional convenceu-se fàcilmente de que podia substituir com vantagem a burguesia metropolitana. Mas a independência que a coloca literalmente contra a parede vai desencadear nela reacções catastróficas e vai obrigá-la a lançar angustiosas chamadas à antiga metrópole. Os quadros universitários e os comerciantes que constituem a fracção mais esclarecida do novo estado caracterizam-se, com efeito, pelo seu escasso número, a sua concentração na capital, o tipo das suas actividades: negócios, explorações agrícolas, profissões liberais. No seio desta burguesia nacional não existem industriais nem financeiros. A burguesia nacional dos países subdesenvolvidos não se orienta pela produção, pelos inventos, pela construção, pelo trabalho. Canaliza-se inteiramente para as actividades do tipo intermédio.

Estar no circuito, nas combinações, parece ser a sua profunda vocação. A burguesia nacional tem uma psicologia de homem de negócios não de capitães de indústria. E é verdade que a avidez dos colonos e o sistema de embargo estabelecido pelo colonialismo não lhe permitirão escolher.

No sistema colonial, uma burguesia que acumula capital é impossível. Mas, precisamente, parece que a vocação histórica de uma burguesia nacional autêntica num país subdesenvolvido é negar-se como burguesia, negar-se enquanto instrumento do capital e escravizar-se absolutamente ao capital revolucionário que constitui o povo.

Num país subdesenvolvido, uma burguesia nacional autêntica deve converter em dever imperioso a traição da vocação a que estava destinada, ir à escola do povo, quer dizer, pôr à disposição do povo o capital intelectual e técnico que extraiu da sua passagem pelas universidades coloniais. Veremos como, desgraçadamente, a burguesia nacional se desvia com frequência desse caminho heróico e positivo, fecundo e justo para empreender, com a alma tranquila, o caminho terrível, por ser antinacional, de uma burguesia clássica, de uma burguesia burguesa, vazia, estúpida, cinicamente burguesa.

O objectivo dos partidos nacionalistas a partir de certa época é, já o temos visto, estritamente nacional. Mobilizam o povo em redor da palavra de ordem de independência e, quanto ao resto, esperam pelo futuro. Quando se interrogam esses partidos sobre o programa económico do estado que defendem, sobre o regime que se propõem instaurar, mostram-se incapazes de responder porque precisamente ignoram em absoluto tudo o que se refere à economia do seu próprio país.

Esta economia desenvolveu-se sempre à margem desses partidos. Dos recursos actuais e potenciais do solo e do subsolo do seu país têm apenas um conhecimento livresco e aproximado. Não podem, pois, falar disso a não ser num plano abstracto e geral. Depois da independência, esta burguesia subdesenvolvida, numèricamente reduzida, sem capitais, que recusa a forma revolucionária, vai estagnar-se lamentavelmente. Não pode dar livre curso ao seu génio que, um pouco por alto, podia afirmar ter sido coartado pelo domínio colonial. A precaridade dos seus meios e a escassez dos seus quadros, reduzem-na durante anos a uma economia de tipo artesanal. Na sua perspectiva inevitàvelmente muito limitada, uma economia nacional é uma economia baseada no que se chamam os produtos locais. Pronunciar-se-ão grandes discursos sobre o artesanato. Na impossibilidade em que se encontra de montar fábricas mais rentáveis para o país e para si mesma, a burguesia rodeará o artesanato de uma ternura chauvinista que coincide com a nova dignidade nacional e, além disso, procurará obter substanciais lucros. Esse culto em volta dos produtos locais, essa impossibilidade de criar novas direcções, manifestar-se-ão igualmente pelo afundamento da burguesia nacional na produção agrícola característica do período colonial.

A economia nacional do período de independência não é reorientada.

Preocupa-se sempre com a colheita do amendoim, do cacau, da azeitona. Nenhuma modificação se introduz tão-pouco na elaboração dos principais produtos. Nenhuma indústria se instala no país. Continua-se a exportar as matérias-primas, continua-se no plano de pequenos agricultores da Europa, de especialistas em produtos brutos.

Não obstante, a burguesia nacional não deixa de exigir a nacionalização da economia e dos sectores comerciais. É que, para ela, nacionalizar não significa pôr a totalidade de economia ao serviço da nação, satisfazer todas as necessidades da nação. Para ela, nacionalizar não significa ordenar o estado em função de relações sociais novas, cuja eclosão se deve facilitar. Nacionalização significa exactamente para essa burguesia, transferir para os autóctones os privilégios herdados da fase colonial.

Como a burguesia não possui meios materiais nem meios intelectuais suficientes (engenheiros, técnicos), limitará as suas pretensões ao manejo dos escritórios e das casas comerciais ocupadas antes pelos colonos. A burguesia nacional ocupa o lugar da antiga população europeia: médicos, advogados, comerciantes, representantes, agentes gerais, agentes aduaneiros. Deseja ocupar, pela dignidade do país e da sua própria segurança, todos esses postos. De futuro, exigirá que as grandes companhias estrangeiras recorram a ela, quer para se manterem no país ou penetrarem nele. A burguesia nacional descobre a missão histórica de servir de intermediária. Como se vê, não se trata de uma vocação de transformar a nação, mas, prosaicamente, servir de correia de transmissão a um capitalismo disfarçado e que se cobre agora com a máscara neocolonialista. A burguesia nacional vai comprazer-se, sem complexos e com muita dignidade, com o papel de agente de negócios da burguesia ocidental. Esse papel lucrativo, essa função de pequeno financeiro, essa estreiteza de visão, essa ausência de ambição, simbolizam a incapacidade da burguesia nacional para cumprir o seu papel histórico de burguesia. O aspecto dinâmico e pioneiro, o aspecto de inventor e descobridor de mundos que se encontra em toda a burguesia nacional, está aqui lamentavelmente ausente. No seio da burguesia nacional dos países coloniais domina o espírito de possuidor. É que no plano psicológico essa burguesia identifica-se com a burguesia ocidental, cujos ensinamentos assimilou. Segue a burguesia ocidental no seu aspecto negativo e decadente, sem superar as primeiras etapas de exploração e invenção que são, em todo o caso, um mérito dessa burguesia ocidental. No princípio, a burguesia nacional dos países coloniais identifica-se com a burguesia ocidental nos seus fins. Não se deve acreditar que ela destrói as fases. Na realidade, começa pelo fim. Já está na velhice sem conhecer a petulância, a intrepidez, o voluntarismo da juventude e a adolescência.

No seu aspecto decadente, a burguesia nacional será consideràvelmente ajudada pelas burguesias ocidentais que se apresentam como turistas enamorados do exotismo, da caça, dos casinos. A burguesia nacional organiza centros de repouso e de recreio, curas de prazer para a burguesia ocidental. Esta actividade será designada por turismo e assimilar-se-á por circunstância a uma

indústria nacional. Se se quer uma prova desta eventual transformação dos elementos da burguesia ex-colonial em organizadores de festas para a burguesia ocidental, vale a pena evocar o que se passou na América Latina. Os casinos de Havana, do México, as praias do Rio, as jovens brasileiras ou mexicanas, as mestiças de treze anos, Acapulco, Copacabana, são as cicatrizes da atitude dessa burguesia nacional. Como não possui ideias, como está fechada em si mesma, isolada do povo, minada por uma incapacidade congénita para pensar na totalidade dos problemas em função da totalidade da nação, a burguesia nacional assumirá o papel de gerente das empresas ocidentais e converterá o seu país, pràticamente, num lupanar da Europa.

Uma vez mais deve ter-se presente nos nossos olhos o espectáculo lamentável de certas repúblicas da América Latina. Por detrás da cortina, os homens de negócios dos Estados Unidos, os grandes banqueiros, os tecnocratas, desembarcam «nos trópricos» e durante oito ou dez dias entregam-se à doce depravação que lhes oferecem as suas «reservas».

O comportamento dos proprietários rurais nacionais identifica-se com o da burguesia das cidades. Os grandes agricultores exigiram, desde a proclamação da independência, a nacionalização das propriedades agrícolas. Com ajuda de múltiplas combinações, conseguiram apoderar-se das herdades pertencentes antes aos colonos; reforçando assim o seu domínio sobre a região. Mas não tratam de renovar a agricultura, de a intensificar ou de a integrar dentro de uma economia realmente nacional.

Na realidade, os proprietários agrícolas exigirão dos poderes públicos que centupliquem a seu favor as facilidades e os privilégios de que beneficiavam antes os colonos estrangeiros. A exploração dos operários agrícolas será reforçada e legitimada. Manipulando dois ou três «slogans», estes novos colonos vão exigir dos trabalhadores agrícolas um trabalho enorme, em nome, bem entendido, do esforço nacional. Não haverá modernização da agricultura, não haverá plano de desenvolvimento, não haverá iniciativas, porque as iniciativas, que implicam um mínimo de riscos, causam pânico nesses meios e desorientam a burguesia rural vacilante, prudente, que submerge cada vez mais nos circuitos criados pelo colonialismo. Nessas regiões, as iniciativas devem-se ao governo. É o governo quem as ordena, as alimenta, as financia. A burguesia agrícola nega-se a correr o mais pequeno risco. É contrária ao azar, à aventura. Não quer trabalhar sobre a areia. Exige solidez, rapidez. Os benefícios que embolsa, enormes se se tem em conta o ingresso nacional, não são novamente investidos. Uma economia avarenta domina a psicologia desses proprietários rurais. Algumas vezes, sobretudo nos anos que se seguem à independência, a burguesia não vacila em confiar aos bancos estrangeiros os benefícios que obtém no território nacional. Por outro lado, importantes somas são utilizadas em gastos de aparato militar, em automóveis, em mansões, caracterizados pelos economistas como típicos da burguesia subdesenvolvida.

Temos dito que a burguesia colonizada que chega ao poder, emprega a sua

agressividade de classe para monopolizar os postos conquistados antes pelos estrangeiros. Imediatamente após a independência, com efeito, esbarra com os bandos humanos do colonialismo: advogados, comerciantes, proprietários rurais, médicos, funcionários superiores. Vai combater implacàvelmente essa gente «que insulta a dignidade nacional». Condena enèrgicamente as ideias de nacionalização e de africanização dos quadros. Na verdade, a sua atitude tinge-se cada vez mais de racismo. Brutalmente, coloca ao governo um problema claro: necessitamos desses postos. E não descansam, claro, enquanto os não ocupam na sua totalidade.

Por seu lado, o proletariado das cidades, a massa de desempregados, os pequenos artesãos, a que costuma chamar-se pequenos ofícios, unem-se a essa atitude nacionalista, mas deve fazer-se-lhes justiça: não fazem mais do que decalcar a sua atitude da atitude burguesa. Se a burguesia nacional entra em competição com os europeus, os artesõos e os pequenos ofícios, desencadeiam a luta contra os africanos não nacionais. Na Costa do Marfim, são os motins propriamente racistas contra os daomeanos ou os naturais de Volta. Os daomeanos e os volteanos que ocupavam importantes sectores no pequeno negócio são objecto, logo após a independência, de manifestações de hostilidade por parte dos indígenas da Costa do Marfim. Do nacionalismo passamos ao ultra-nacionalismo, ao chauvinismo, ao racismo. Exige-se a retirada desses estrangeiros, queimam-se as suas tendas, destroem-se os seus postos, lincham-se e, efectivamente, o governo da Costa do Marfim incita-os a sair para satisfazer, desse modo, os nacionais. No Senegal, são as manifestações anti-sudanesas que fazem Mamadou Dia afirmar: «Na verdade, o povo senegalês não adoptou a mística do Mali, senão por apego aos seus dirigentes. A sua adesão ao Mali não tem outro valor que o de um acto de fé na política desses últimos. O território senegalês não estava menos vivo, tanto mais que a presença sudanesa em Dacar se manifestava com evidente indiscrição para o fazer esquecer. É este facto que explica, longe de manifestar lamentações, que o fim da Federação haja sido acolhido pelas massas populares como um alívio e que em nenhuma parte se tenha manifestado um opinião tendente a mantê-la»[(26)]

Enquanto certas camadas do povo senegalês aproveitam a ocasião que lhes oferecem os seus próprios dirigentes para se desembaraçarem dos sudaneses que os incomodavam, seja no sector comercial ou no da administração, os congoleses, que assistiam sem acreditar à retirada em massa dos belgas, decidem fazer pressão sobre os senegaleses instalados em Leopoldville e em Elizabethville para que abandonem o território.

Como se vê, o mecanismo é idêntico nos dois tipos de fenómenos. Se os europeus limitam a voracidade dos intelectuais e da burguesia dos negócios da jovem nação, para a massa popular das cidades a competição está representada principalmente pelos africanos de uma nação diferente. Na Costa do Marfim são os daomeanos, em Gana, os nigerianos, no Senegal, os sudaneses.

Quando a exigência de negrificação ou arabização dos quadros apresentada

pela burguesia não procede de uma empresa autêntica de nacionalização, mas que corresponde simplesmente ao desejo de confiar à burguesia o poder conquistado até então pelo estrangeiro, as massas colocam ao seu nível a mesma reivindicação, mas restringindo aos limites territoriais a noção de negro ou de árabe. Entre as afirmações vibrantes sobre a unidade do continente e esse comportamento inspirado às massas pelos quadros, podem descrever-se muitas atitudes. Assistimos a um vaivém permanente entre a unidade africana, que se desvanece cada vez mais, e o regresso desesperante ao chauvinismo mais odioso, mais arisco.

> «Pelo lado senegalês, os dirigentes que foram os principais teóricos da unificação africana e que, por mais de uma vez, sacrificaram as suas organizações políticas locais e as suas posições pessoais a esta ideia, têm de boa fé, claro, inegáveis responsabilidades. O seu erro, o nosso erro, foi, sob pretexto de lutar contra a balcanização, não tomar em consideração esse facto pré-colonial que é o territorialismo. O nosso erro foi o de não haver prestado suficiente atenção nas nossas análises a esse fenómeno, fruto do colonialismo, mas também facto sociológico que uma teoria sobre a unidade, por mais louvável e simpática que seja, não pode abolir. Deixámo-mos seduzir pela miragem da elaboração mais satisfatória para o espírito e, tomando o nosso ideal como uma realidade, acreditámos que bastava condenar o territorialismo e o seu produto natural, o micro-nacionalismo, para os suprimir e assegurar o êxito da nosso quimérica empresa»(27).

Do chauvinismo senegalês ao tribalismo ouolof(28), a distância não é muito grande. E, na verdade, onde quer que a burguesia nacional pelo seu comportamento mesquinho e a imprecisão das suas posições doutrinais não haja podido conseguir esclarecer a totalidade do povo, colocar os problemas principalmente em função do povo, onde quer que essa burguesia nacional se mostre incapaz de alargar suficientemente a sua visão do mundo, assistimos a um refluxo até às posições tribalistas; assistimos, irados, ao triunfo exacerbado das distinções raciais. Como a única palavra de ordem da burguesia é a deve substituir os estrangeiros e em todos os sectores fazer justiça e tomar os seus lugares, os outros nacionais, menos elevados — motoristas de táxi, vendedores de doçarias, engraxadores—, exigirão do mesmo modo que os daomeanos saiam do país ou, indo mais longe, que os Foulbés ou Peuhls(29) regressem à selva ou às montanhas.

Nesta perspectiva deve interpretar-se o facto de que, nos jovens países independentes, triunfa aqui e além o federalismo. O domínio colonial privilegiou, como se sabe, certas regiões. A economia da colónia não está integrada na totalidade da nação. Ela está sempre disposta em relações de complementaridade com as diferentes metrópoles. O colonialismo não explora sempre a totalidade do país. Contenta-se com alguns recursos naturais que extrai e exporta para as indústrias metropolitanas, permitindo assim uma relativa riqueza por sectores,

enquanto o resto da colónia continua, sem aprofundar outros meios, o seu subdesenvolvimento e a sua miséria.

Depois da independência, os nacionais que habitam nas regiões prósperas tomam consciência da sua sorte e por um reflexo visceral e primário negam-se a alimentar o resto dos nacionais. As regiões ricas em amendoim, cacau, diamantes, destacam-se perante o panorama vazio que constitui a outra parte da nação. Os nacionais dessas regiões observam com ódio os outros, descobrindo neles a inveja, o apetite, os impulsos homicidas. As velhas rivalidades anticoloniais, os velhos ódios interraciais ressuscitam. Os balubas negam-se a alimentar os luluas. Catanga denomina-se estado independente e Albert Kalondji faz-se coroar rei do Kasai do Sul.

A unidade africana, fórmula vaga a que os homens e mulheres de África se haviam ligado emocionalmente e cujo valor funcional consistia em fazer terrível pressão sobre o colonialismo, revela o seu verdadeiro rosto e desmembra-se em regionalismos dentro de uma mesma realidade nacional, A burguesia nacional, como pensa apenas nos seus interesses imediatos, como não vê para lá do seu nariz, mostra-se incapaz de realizar a simples unidade nacional, incapaz de edificar a nação sobre bases sólidas e fecundas. A frente nacional, que havia feito retroceder o colonialismo, desintegra-se e consome a sua derrota.

Esta luta implacável que livra as raças e as tribos, esta preocupação agressiva para ocupar os postos que caíram livres com a partida do estrangeiro, vão dar origem igualmente a competições religiosas. No campo e na selva, as pequenas seitas, as religiões locais, os cultos muçulmanos voltam a possuir vitalidade e reiniciarão o ciclo das excomunhões. Nas grandes cidades, ao nível dos quadros administrativos, assistiremos ao confronto entre as duas grandes religiões reveladas: islamismo e catolicismo.

O colonialismo, que estremeceu frente ao aparecimento da unidade africana, recupera as suas dimensões e trata agora de quebrar essa vontade, utilizando todas as debilidades do movimento. O colonialismo mobilizará os povos africanos, revelando-lhes a existência de rivalidades «espirituais». No Senegal, é o periódico Afrique Nouvelle que cada semana destilará o ódio do Islão e dos Árabes. Os libaneses, que possuem na costa ocidental a maioria do pequeno comércio, são indicados à vingança nacional. Os missionários recordam oportunamente às massas que grandes impérios negros, muito antes da chegada do colonialismo europeu, foram destruídos pela invasão árabe. Não teme mesmo em afirmar que foi a ocupação árabe que preparou o caminho do colonialismo europeu; fala-se do imperialismo árabe e denuncia-se o imperialismo cultural do Islão. Os muçulmanos são afastados geralmente dos postos de chefia. Noutras regiões, produz-se o fenómeno inverso e os indígenas cristalizados são assinalados como inimigos objectivos e conscientes da independência nacional.

O colonialismo utiliza sem vergonha todos os seus cordéis, certo de colocar uns contra os outros africanos que ontem se haviam ligado a ele. A noite de S. Bartolomeu ressuscita em certos espíritos e o colonialismo escarnece quando

escuta as magníficas declarações sobre a unidade africana. Dentro de uma mesma nação, a religião divide o povo e estabelece a discórdia entre ele e as comunidades espirituais mantidas e fortalecidas pelo colonialismo e pelos seus instrumentos. Fenómenos totalmente inesperados irrompem aqui e além. Nos países com predomínio católico ou protestante, as minorias muçulmanas demonstram uma devoção desusada. As festas islâmicas são estimuladas, a religião muçulmana defende-se do absolutismo violento da religião católica. Alguns sacerdotes afirmam, então, que se esses indivíduos não estão contentes, podem retirar-se para o Cairo. Algumas vezes, o protestantismo norte-americano transporta para o território africano os seus prejuízos anticatólicos e fomenta rivalidades tribais através da religião.

No plano continental, esta tensão religiosa pode revestir a forma do racismo mais vulgar. Divide-se a África numa parte branca e numa parte negra. Os termos de substituição: África do Sul ou ao norte do Saara, não conseguem dissimular esse racismo latente. Aqui, afirma-se que a África Branca tem uma tradição cultural milenária, que é mediterrânica, prolonga a Europa, participa na cultura greco-latina. Concebe-se a África Negra com uma região inerte, brutal, não civilizada... selvagem. Ali, escutam-se todo o dia reflexões odiosas sobre a violação de mulheres, sobre a poligamia, sobre o suposto desprezo dos árabes pelo sexo feminino. Todas estas reflexões recordam pela sua agressividade as que se atribuem tão frequentemente ao colono. A burguesia nacional de cada uma dessas duas grandes regiões, que assinalaram as raízes mais apodrecidas do pensamento colonialista, substitui os europeus e estabelece no continente uma filosofia racista terrivelmente prejudicial para o futuro de África. Pela sua preguiça e pelo seu mimetismo, favorece a implantação e o fortalecimento do racismo que caracterizava a fase colonial. Não causa surpresa, pois, num país que se diz africano, escutar reflexões racistas e comprovar a existência de compartimentos paternalistas que deixam a amarga impressão de que se encontra em Paris, em Bruxelas ou em Londres.

Em certas regiões de África os balidos paternalistas a respeito dos negros, a idade obscena tomada da cultura ocidental de que o negro é impermeável à lógica e às ciências, reinam em toda a sua nudez. Algumas vezes mesmo tem a ocasião de comprovar-se que as minorias negras se encontram confinadas numa semi-escravidão que justifica essa espécie de circunspecção, de desconfiança, que os países da África Negra sentem pelos países da África Branca. Não é estranho que um cidadão da África Negra, ao visitar uma grande cidade da África Branca, oiça as crianças chamarem-lhe «preto» ou ser tratado como «pretito» pelos funcionários.

Não, infelizmente não é raro que os estudantes da África Negra, inscritos nos colégios ao norte do Saara, escutem perguntas dos seus companheiros do colégio sobre se existem casas no seu país, se conhecem a electricidade, se na sua família praticam a antropofagia. Não, desgraçadamente não é raro que em algumas regiões no norte do Saara, africanos procedentes de países situados ao sul do Saara se encontrem com indivíduos que lhes pedem para «os levar a

qualquer lado onde existam negras». Igualmente, em certos estados da África Negra, parlamentares e ministros afirmam sèriamente que o perigo não está numa nova ocupação do seu país pelo colonialismo, mas na eventual invasão «dos árabes vândalos, vindos do Norte».

Como se vê, as limitações da burguesia não se manifestam somente no plano económico. Depois de chegar ao poder em nome de um nacionalismo mesquinho, em nome da raça, a burguesia, apesar das formosas declarações formais inteiramente desprovidas de sentido, manejando com absoluta irresponsabilidade frases saídas directamente dos tratados de moral ou de filosofia política da Europa, darão prova da sua incapacidade para fazer triunfar um reduzido catecismo humanista. A burguesia, quando é forte, quando dispõe o mundo em função do seu poder, não vacila em afirmar ideias democráticas com pretensão universalista. A burguesia ocidental, ainda que fundamentalmente racista, consegue quase sempre disfarçar esse racismo multiplicando os matizes, o que lhe permite conservar intacta a sua proclamação da eminente dignidade humana.

A burguesia ocidental levantou suficientes barreiras e pontes para não temer realmente a competição daqueles a quem explora e despreza. O racismo burguês ocidental a respeito do negro e do bicot é um racismo de desprezo; é um racismo que minimiza. Mas a ideologia burguesa, que proclama uma igualdade essencial entre os homens, desembaraça-se para permanecer em regra consigo mesma, convidando os sub-homens a humanizarem-se através do tipo de humanidade ocidental que ela incarna.

O racismo da jovem burguesia nacional é um racismo defensivo, um racismo baseado no medo. Não difere essencialmente do vulgar tribalismo, quer dizer, das rivalidades entre çofs ou seitas. É compreensível que os observadores internacionais perspicazes não tenham levado a sério as grandes fanfarronices sobre a unidade africana. É que o número de fendas perceptíveis é de tal ordem que se pressente claramente terem de resolver-se todas estas contradições, antes de soar a hora dessa unidade.

Os povos africanos descobriram recentemente e decidiram, em nome do continente, ponderar de forma radical sobre o regime colonial. Mas as burguesias nacionalistas que se apressam, região após região, a entabular a sua própria luta e a criar um sistema nacional de exploração, multiplicam os obstáculos para a realização dessa «utopia». As burguesias nacionais, perfeitamente conscientes dos seus objectivos, estão decididas a fechar o caminho a essa unidade, a esse esforço coordenado de duzentos milhões de homens para vencer ao mesmo tempo a ignorância, a fome, a desumanidade. Por isso é necessário saber que a unidade africana não pode fazer-se senão sob o impulso e a direcção dos povos, quer dizer, desprezando os interesses da burguesia.

No plano interno e no marco institucional, a burguesia nacional demonstrará igualmente a sua incapacidade. Em certo número de países subdesenvolvidos, o jogo parlamentar é fundamentalmente falsificado.

Econòmicamente impotente, sem poder criar relações sociais coerentes, fundadas no princípio do seu domínio como classe, a burguesia escolhe a solução que lhe parece mais fácil, a do partido único. Não possui, todavia, essa boa consciência e essa tranquilidade que apenas o poder económico e o domínio do sistema estatal poderiam conferir-lhe. Não cria um estado que tranquilize o cidadão, mas um que, pelo contrário, o inquieta.

O estado que, pela sua robustez e ao mesmo tempo pela sua discrição, deveria dar confiança, desarmar, adormecer, impõe-se ao contrário espectacularmente, exibe-se, maltrata, molesta, fazendo ver ao cidadão que está em perigo permanente. O partido único é a forma moderna da ditadura burguesa sem máscara, sem escrúpulos, cínica.

Esta ditadura, claro, não vai muito longe. Não deixa de segregar a sua própria contradição. Como a burguesia não tem os meios económicos para assegurar o seu domínio e distribuir algumas migalhas por todo o país; como, além disso, está ocupada em encher ràpidamente os bolsos, mas também o mais prosaicamente, o país submerge-se cada vez mais no marasmo. E para esconder esse marasmo, para disfarçar essa regressão, para se tranquilizar e apresentar motivos de orgulho, não resta à burguesia outro recurso senão construir na capital grandiosos edifícios, fazer o que se chama despesas de prestígio.

A burguesia nacional volta as costas cada vez mais ao interior, às realidades do país baldio e olha para a antiga metrópole, para os capitalistas estrangeiros que procuram os seus serviços. Como não divide os seus benefícios com o povo e não lhe permite aproveitar as prebendas que lhe outorgam as grandes companhias estrangeiras, descobrirá a necessidade de um dirigente popular ao qual caberá o duplo papel de estabilizar o regime e perpetuar o domínio da burguesia. A ditadura burguesa dos países subdesenvolvidos obtém a sua solidez da existência de um dirigente. Nos países evoluídos, como se sabe, a ditadura burguesa é o produto do poder económico da burguesia. Nos países subdesenvolvidos, pelo contrário, o «leader» representa a força moral ao abrigo da qual a burguesia fraca e desprotegida da jovem nação resolve enriquecer.

O povo que, durante anos, o viu e ouviu falar, que de longe, numa espécie de sonho, seguiu as relações do dirigente com a potência colonial, outorga espontaneamente a sua confiança a esse patriota. Antes da independência, o dirigente incarnava em geral as aspirações do povo: independência, liberdades políticas, dignidade nacional. Mas, após a independência, longe de incarnar concretamente as necessidades do povo, longe de se converter no promotor da verdadeira dignidade do povo, o dirigente vai revelar a sua função particular: ser o presidente principal da sociedade de usufrutuários impacientes por disfrutar, que constitui a burguesia nacional.

Apesar da sua frequente honestidade e das suas sinceras declarações, o dirigente é objectivamente o defensor encarniçado dos interesses, agora conjugados, da burguesia nacional e das antigas companhias coloniais. A sua honestidade, que era um puro estado de alma, desvanece-se progressivamente.

O contacto com as massas é tão irreal que o dirigente chega a convencer-se de que querem atentar contra a sua autoridade e porem em dúvida os serviços que prestou à pátria. O dirigente julga duramente a ingratidão das massas e situa-se cada dia um pouco mais resolutamente no campo dos exploradores. Transforma-se, então, com conhecimento de causa, em cúmplice da nova burguesia que mergulha na corrupção e no prazer.

Os circuitos económicos do jovem estado submergem irreversivelmente na estrutura neocolonialista. A economia nacional, antes protegida, é agora literalmente dirigida. O orçamento alimenta-se de empréstimos e doações. Cada trimestre, os mesmos chefes de estado ou as delegações governamentais dirigem-se às antigas metrópoles ou a outros países, à caça de capitais.

A antiga potência colonial multiplica as exigências, acumula concessões e garantias, tomando cada vez menos precauções para disfarçar a sujeição em que mantém o poder nacional. O povo estagna lamentavelmente numa miséria insuportável e pouco a pouco perde consciência da traição inqualificável dos seus dirigentes. Essa consciência é tanto mais aguda quanto mais a burguesia é incapaz de se constituir em classe. A distribuição das riquezas que organiza não se distingue em sectores múltiplos, não é escalonada, não se hierarquiza por meios tons. A nova casta torna-se insultosa e revoltante, dado que a imensa maioria, as nove décimas partes da população, continuam a morrer de fome. O enriquecimento escandaloso, rápido, implacável dessa classe, faz acompanhar-se pelo despertar decisivo do povo, de uma tomada de consciência prometedora de violências futuras. A casta burguesa, essa parte da nação que soma à sua ganância a totalidade das riquezas do país, por uma espécie de lógica vai formular sobre os outros negros ou os outros árabes juízos pejorativos que recordam bastante a doutrina racista dos antigos representantes da potência colonial. É ao mesmo tempo a miséria do povo, o enriquecimento desordenado da casta burguesa, o seu desprezo pelo resto da nação o que vai endurecer as ideias e as atitudes.

Mas as ameaças que estalam vão provocar o fortalecimento da autoridade e a aparição da ditadura. O dirigente, que tem atrás de si uma vida de militante e de patriota dedicado, ao caucionar a actividade dessa casta e fechar os olhos perante a sua insolência, perante a mediocridade e a imoralidade arreigadas desses burgueses, actua como anteparo entre o povo e a burguesia rapinante. Contribui para refrear a tomada de consciência do povo. Ajuda a casta, esconde ao povo as suas manobras e converte-se assim no artesão mais zeloso da obra de mistificação e de embrutecimento das massas. Cada vez que fala ao povo recorda a sua vida, que foi com frequência heróica, os combates que conduziu em nome do povo, fazendo assim acreditar às massas que devem continuar a ter confiança. Abundam os exemplos de patriotas africanos que introduziram na luta política precavida dos seus maiores um estilo decisivo de carácter nacionalista. Esses homens vieram da selva. Diziam, com grande escândalo do dominador e grande vergonha dos nacionais da capital, que vinham dessa selva e que falavam em nome dos negros. Esses homens, que cantaram a raça, assumiram todo o

passado, a degeneração e a antropofagia, encontram-se agora à cabeça de uma equipa que volta as costas à selva e proclama que a vocação do seu povo é seguir, seguir ainda e sempre os outros.

O dirigente apazigua o povo. Anos depois da independência, incapaz de convidar o povo para uma obra concreta, incapaz de abrir realmente o futuro do povo, de lançar o povo pelo caminho da formação da nação, por consequência da sua própria construção, vemos como o dirigente ressuscita a história da independência, recorda a união sagrada da luta de libertação. O dirigente, como se nega a romper com a burguesia nacionalista, solicita ao povo que retroceda até ao passado e se embriague com a epopeia que o conduziu à independência. O dirigente — objectivamente — detém o povo e dedica-se a expulsá-lo da História ou a impedir que penetre nela. Durante a luta de libertação, o dirigente despertava o povo e prometia-lhe uma marcha heróica e radical. Agora, multiplica os esforços para o adormecer e três ou quatro vezes por ano pede-lhe que se recorde da época colonial e aprecie o imenso caminho percorrido.

Mas, deve dizer-se, as massas mostram uma incapacidade total para apreciar o caminho percorrido. O camponês que continua a arranhar a terra, o desempregado que não deixa de o ser, não conseguem convencer-se, apesar das festas e das bandeiras novas, de que alguma coisa mudou realmente para as suas vidas. A burguesia no poder pode intensificar as manifestações, mas as massas não se deixam iludir. As massas têm fome e os comissários de polícia, agora africanos, não lhes merecem muita confiança. As massas começam a enfadar-se, a desviar-se, a desinteressar-se por essa nação que não lhes reserva nenhum lugar.

De tempos a tempos, sem dúvida, o «leader» mobiliza-se, fala pela rádio, faz uma visita para apaziguar, acalmar, mistificar. O dirigente é mais necessário quando não tem partido. Existiu durante o período da luta pela independência um partido que o dirigente actual dirigiu. Mas, lamentàvelmente, o partido dispersou-se a partir dessa altura. Agora, apenas subsiste formalmente, nominalmente, pelo seu emblema e pela sua divisa. O partido orgânico, que devia facilitar a livre circulação de um pensamento elaborado com as necessidades reais das massas, transformou-se num sindicato de interesses individuais. Depois da independência, o partido não ajuda já o povo a formular as suas reivindicações, a atingir maior consciência das suas necessidades a assentar melhor o seu poder. O partido, actualmente, tem como missão fazer chegar ao povo as instruções que emanam de cima. Já não existe esse vaivém fecundo da base até cima e de cima até à base que funda e garante a democracia num partido. Pelo contrário, o partido constituiu-se um anteparo entre as massas e a direcção. Já não existe a vida de partido. As células criadas durante a fase colonial encontram-se agora num estado de desmobilização total.

O militante destrói o seu freio. É então que se compreende a justeza das posições assumidas por certos militantes durante a luta de libertação. Na verdade, no momento do combate, vários militantes pediram aos organismos

dirigentes a elaboração de uma doutrina, a precisão dos objectivos, a formulação de um programa. Mas, com o pretexto de salvaguardar a unidade nacional, os dirigentes negaram-se categoricamente a abordar essa tarefa. A doutrina, repetia-se, é a união nacional contra o colonialismo. E andava-se para a frente, levando como arma um impetuoso lema convertido em doutrina, limitando-se toda a actividade ideológica a uma série de variantes sobre o direito dos povos a disporem de si mesmos, arrastados pelo vento da história que irreversivelmente fará desaparecer o colonialismo. Quando os militantes pediam que se analisasse um pouco mais em que consistia o vento da história, os dirigentes opunham-lhes a esperança, a descolonização necessária e inevitável, etc....

Depois da independência, o partido submerge-se numa letargia espectacular. Já não se mobilizam os militantes, a não ser para as manifestações chamadas populares, as conferências internacionais, as festas da independência. Os quadros locais do partido são designados para os postos administrativos, o partido converte-se em administração, os militantes entram na ordem e recebem o insignificativo título de cidadãos.

Agora que cumpriu a sua missão histórica, que era levar a burguesia ao poder, são convidados com firmeza a retirarem-se para que a burguesia possa cumprir tranquilamente a sua própria missão. No fim de alguns anos, a desintegração do partido manifesta-se e qualquer observador, mesmo superficial, pode dar conta de que o antigo partido, agora esquelético, serve apenas para imobilizar o povo. O partido, que durante o combate atraiu para si toda a nação, decompõe-se. Os intelectuais que em vésperas da independência se tinham filiado no partido confirmam com o seu comportamento actual que essa filiação não teve outro fim senão participar na distribuição do bolo da independência. O partido converte-se em meio de êxito individual.

Não obstante, existe dentro do novo regime uma desigualdade no enriquecimento e no monopólio. Alguns comem «a dois carrinhos» e mostram-se brilhantes especialistas em oportunismo. Os privilégios multiplicam-se, triunfa a corrupção, os costumes corrompem-se. Os corvos são agora muito numerosos e vorazes, dada a magreza do espólio nacional. O partido, verdadeiro instrumento do poder nas mãos da burguesia, fortalece o aparelho do estado e determina o enquadramento do povo, da sua imobilização. O partido auxilia o poder para deter o povo. É cada vez mais um instrumento de coerção e nitidamente antidemocrático. O partido é objectivamente, e às vezes subjectivamente, o cúmplice da burguesia mercantil. Mesmo que escamoteie a burguesia nacional na sua fase de construção para se entregar ao prazer, no plano institucional salva a etapa parlamentar e escolhe uma ditadura de tipo nacional-socialista. Agora que sabemos que essa caricatura de fascismo triunfou durante meio século na América Latina é o resultado dialéctico do estado semicolonial da fase de independência.

Nesses países pobres, subdesenvolvidos, onde a maior riqueza, regra geral, se coloca ao lado da maior miséria, o exército e a polícia são os pilares do

regime. Um exército e uma polícia que — outra regra que deve recordar-se — estão aconselhados por peritos estrangeiros. A força dessa polícia, o poder desse exército, são proporcionais ao marasmo em que se submerge o resto da nação. A burguesia nacional vende-se cada vez mais abertamente às grandes companhias estrangeiras. À base de prebendas, o estrangeiro obtém concessões, os escândalos multiplicam-se, os ministros enriquecem, as suas mulheres convertem-se em «cocottes», os deputados manobram e até o agente de polícia ou o agente aduaneiro participa nessa grande caravana da corrupção.

A oposição torna-se mais agressiva e o povo compreende por meias palavras a sua propaganda. A hostilidade a respeito da burguesia é evidente. A jovem burguesia, que parece afectada de senilidade precoce, não toma em conta os conselhos que se lhe prodigalizam e mostra-se incapaz de compreender que lhe convém velar, ainda que seja igualmente, a sua exploração.

O periódico muito cristão La Semaine Africaine, de Brazzaville, escreveu, dirigindo-se aos príncipes do regime:

«Homens situados nos mais altos postos e vossas esposas, estais agora enriquecidos com o vosso conforto, talvez com a vossa instrução, com a vossa formosa casa, com as vossas relações, com as múltiplas missões que vos são outorgadas e vos abrem novos horizontes. Mas toda a vossa riqueza constrói uma carapaça que impede de ver a miséria que vos rodeia. Tende cuidado.»

Esta chamada de atenção de La Semaine Africaine, dirigida aos colaboradores de M. Youlou, não tem, como se pode adivinhar, nada de revolucionário. O que La Semaine Africaine quer dizer aos exploradores do povo congolês é que Deus castigará a sua conduta:

«Se não existe lugar no vosso coração para aqueles que estão abaixo de vós, não haverá lugar para vós na casa de Deus.»

É claro que a burguesia nacional não se inquieta com tais acusações. Enraizada na Europa, está firmemente resolvida a aproveitar a situação. Os enormes benefícios que obtém da exploração do povo são exportados para o estrangeiro. A nova burguesia nacional desconfia mais depressa do regime que instaurou do que das companhias estrangeiras. Nega-se a investir no território nacional e comporta-se cara a cara com o estado que a protege e a alimenta com uma ingratidão notável, que vale a pena assinalar. Nos mercados europeus adquire valores bolseiros estrangeiros e vai passar o fim de semana a Paris ou a Hamburgo. Pelo seu comportamento, a burguesia nacional de certos países subdesenvolvidos recorda aos membros de um gang que, depois de cada ataque, escondam a sua parte dos outros participantes e preparem com prudência a retirada. Este comportamento revela que, mais ou menos conscientemente, a burguesia nacional julga-se derrotada a longo prazo. Adivinha que essa situação não durará indefinidamente mas quer aproveitá-la ao máximo. No entanto, tal exploração e tal desconfiança a respeito do estado desencadeiam inevitàvelmente o descontentamento das massas. Nessas condições, o regime endurece. Então, o exército converte-se no sustentáculo indispensável de uma repressão

sistematizada. À falta de um parlamento, é o exército que se torna árbitro. Mas, cedo ou tarde, descobrirá a sua importância e fará pesar sobre o governo o risco sempre presente de um pronunciamento.

Como se vê, a burguesia nacional de alguns países subdesenvolvidos não aprendeu nada nos livros. Se houvesse observado bem os países da América Latina, teria identificado, sem dúvida, os perigos que a espreitavam. Chegamos, pois, à conclusão de que esta micro-burguesia, que faz tanto barulho, está condenada ao esmagamento. Nos países subdesenvolvidos, a fase burguesa é impossível. Haverá, bem entendido, uma ditadura policial, uma casta de usufrutuários, mas a criação de uma sociedade burguesa está destinada ao fracasso. O grupo de usufrutuários agaloados, que fazem os seus levantamentos sobre os fundos de um país miserável, será mais tarde ou mais cedo um feixe de palha nas mãos do exército habilmente manejado por peritos estrangeiros. Assim, a antiga metrópole pratica a administração indirecta através dos burgueses a quem alimenta e de um exército nacional formado pelos seus peritos que procuram suster, imobilizar e aterrorizar o povo.

Estas observações que temos feito sobre a burguesia nacional conduzem-nos a uma conclusão que não deveria surpreender-nos. Nos países subdesenvolvidos, a burguesia não deve encontrar condições para a sua existência e desenvolvimento. Por outras palavras, o esforço conjugado das massas enquadradas num partido e dos intelectuais perfeitamente conscientes e guiados por princípios revolucionários, deve fechar o caminho a essa burguesia prejudicial e inútil.

A questão teórica que se coloca desde há cinquenta anos, quando se aborda a história dos países subdesenvolvidos, é a de saber se deve passar-se por cima ou não da fase burguesa, se deve resolver-se no plano da acção revolucionária e não mediante um raciocínio. A etapa burguesa nos países subdesenvolvidos não se justificaria, senão na medida em que a burguesia nacional fosse suficientemente poderosa, económica e tècnicamente, como para edificar uma sociedade burguesa, criar as condições de desenvolvimento de um importante proletariado, industrializar a agricultura, enfim, uma autêntica cultura nacional.

Uma burguesia tal como se desenvolveu na Europa, pôde elaborar, fortalecendo o seu próprio poder, uma ideologia. Esta burguesia dinâmica, instruída, laica, realizou plenamente a sua empresa de acumulação do capital e deu à nação um mínimo de prosperidade. Nos países subdesenvolvidos, temos visto que não existe uma verdadeira burguesia, mas sim uma espécie de pequena casta com os dentes afiados, ávida e voraz, dominada pelo espírito usurário, que se contenta com os dividendos assegurados pela antiga potência colonial. Esta burguesia caricatural é incapaz de possuir grandes ideias, de ter inventiva. Recorda-se do que leu nos manuais ocidentais e imperceptivelmente transforma-se, não já em réplica da Europa, mas na sua caricatura.

A luta contra a burguesia dos países subdesenvolvidos está longe de ser uma posição teórica. Não se trata de decifrar a condenação pronunciada contra

ela pelo juízo da História. Não se deve combater a burguesia nacional nos países subdesenvolvidos porque ameaça refrear o desenvolvimento global e harmónico da nação. Deve opor-se resolutamente a ela porque, literalmente, não serve para nada. Essa burguesia, medíocre nos seus ganhos, nas suas realizações, no seu pensamento, procura disfarçar essa mediocridade através de construções de prestígio no plano individual, pelos cromados dos automóveis norte-americanos, férias na Riviera, fins de semana nos centros nocturnos plenos de néon.

Esta burguesia, que se desvia cada vez mais do povo, em geral não chega sequer a arrancar concessões espectaculares ao Ocidente: investimentos interessantes para a economia do país, criação de algumas indústrias. Pelo contrário, as fábricas de montagem multiplicam-se, consagrando desse modo o padrão neocolonialista em que se debate a economia nacional. Não se deve dizer, pois, que a burguesia nacional atrasa a evolução do país, lhe faz perder o tempo ou que ameaça conduzir a nação por becos sem saída. Na verdade, a fase burguesa na história dos países subdesenvolvidos é uma etapa inútil. Quando essa casta for aniquilada, devorada pelas suas próprias contradições, advertir-se-á que não sucedeu nada desde a independência, que é necessário recomeçar tudo, se deve partir de zero. A reconversão não se realizará ao nível das estruturas criadas pela burguesia durante o seu reinado, porque essa casta não fez outra coisa senão recolher intacta a herança da economia, do pensamento e das instituições coloniais.

É tanto mais fácil neutralizar esta classe burguesa dado que ela é, como temos visto, numérica, intelectual e economicamente débil. Nos territórios colonizados, a casta burguesa, depois da independência, obtém a sua força principalmente dos acordos contraídos com a antiga potência colonial. A burguesia nacional terá maiores oportunidades de substituir o opressor colonialista se lhe tiver dado a oportunidade de entabular negociações com a ex-potência colonial. Mas profundas contradições agitam as fileiras dessa burguesia, o que dá ao observador atento uma impressão de instabilidade. Não existe, no entanto, homonogeidade de classe. Muitos intelectuais, por exemplo, condenam esse regime baseado no domínio de uns quantos. Nos países subdesenvolvidos, existem intelectuais, funcionários, elites sinceras, que sentem necessidade de uma planificação da economia, da expulsão dos usufrutuários, de uma proibição rigorosa da mistificação.

Esses homens lutam, cada vez mais, para a participação maciça do povo na gestão dos assuntos públicos.

Nos países subdesenvolvidos que obtêm a independência, existe quase sempre um pequeno número de intelectuais honestos, sem ideias políticas muito precisas que, instintivamente, desconfiam dessa correria aos postos e às prebendas, sintomática da fase posterior à independência nos países colonizados. A situação particular desses homens (apoios de família numerosa) ou a sua história (experiências difíceis, formação moral rigorosa) explica esse desprezo tão evidente pelos manobreiros e pelos usufrutuários. É preciso saber utilizar esses

homens no combate decisivo que se quer empreender para uma orientação sadia da nação. Fechar o caminho à burguesia nacional, a degradação dos costumes, o bloqueio do país pela corrupção, significa que podem evitar-se as contingências dramáticas posteriores à independência, as desventuras da unidade nacional, a degradação dos costumes, a miséria do país através da corrupção, a regressão económica e, a curto prazo, um regime antidemocrático fundado na força e na intimidação. Mas é também escolher o único meio de avançar.

O que atrasa a decisão e torna tímidos os elementos profundamente democráticos e progressistas da jovem nação é a aparente solidez da burguesia. Nos países subdesenvolvidos recém-independentes, no seio das cidades construídas pelo colonialismo, fervilha a totalidade dos quadros. A falta de análise da população global induz os observadores a acreditar na existência de uma burguesia poderosa e perfeitamente organizada. Na verdade, agora o sabemos, não existe burguesia nos países subdesenvolvidos. O que cria a burguesia não é o espírito, o gosto ou as maneiras. Não são sequer as esperanças. A burguesia é antes de mais o produto directo de realidades económicas objectivas.

Mas, nas colónias, a realidade económica é uma realidade burguesa estrangeira. Através dos seus representantes, é a burguesia metropolitana a que está presente nas cidades coloniais. A burguesia nas colónias é, antes da independência, uma burguesia ocidental, verdadeira sucursal da burguesia metropolitana e que obtém a sua legitimidade, a sua força, a sua estabilidade, dessa burguesia metropolitana. Durante o período de agitação que precede a independência, elementos intelectuais e comerciantes indígenas, no seio dessa burguesia importada, procuram identificar-se com ela. Existe entre os intelectuais e os comerciantes indígenas uma vontade permanente de identificação com os representantes burgueses da metrópole.

Esta burguesia que adoptou sem reservas e com entusiasmo os mecanismos de pensamento característicos da metrópole, que alienou maravilhosamente o seu próprio pensamento e fundou a sua consciência em bases tipicamente estranhas, vai aperceber-se, com a garganta seca, de que lhe falta o essencial que faz uma burguesia, isto é, o dinheiro. A burguesia dos países subdesenvolvidos é uma burguesia em espírito. Não é o seu poder económico nem o dinamismo dos seus quadros, nem a envergadura das suas concepções, que lhe asseguram a sua qualidade de burguesia. Também é em princípio e durante muito tempo uma burguesia de funcionários. São os postos que ocupam na nova administração nacional que lhe darão serenidade e solidez. Se o poder lhe deixa tempo e possibilidades, essa burguesia chegará a acumular pequenos aforros que fortalecerão o seu domínio. Mas mostrar-se-á sempre incapaz de dar origem a uma autêntica sociedade burguesa com todas as consequências económicas e industriais que ela supõe.

A burguesia nacional orienta-se desde o princípio para actividades de tipo intermediário. A base do seu poder reside no seu sentido do comércio e do pequeno negócio, na sua aptidão para suportar as incumbências. Não é o seu

dinheiro que funciona, mas o seu sentido dos negócios. Não investe, não pode realizar essa acumulação do capital necessária para a eclosão e o desenvolvimento de uma autêntica burguesia. Neste ritmo, seriam precisos séculos para criar um embrião de industrialização. Em todo o caso, tropeçará na oposição implacável da antiga metrópole que, no quadro dos convénios neocolonialistas, tomou todas as suas precauções.

Se o poder quer tirar o país da estagnação e conduzi-lo a grandes passos para o desenvolvimento e progresso tem, em primeiro lugar, de nacionalizar o sector terciário. A burguesia que quer fazer triunfar o espírito de lucro e de prazer, as suas atitudes depreciativas com a massa e o aspecto escandaloso do proveito — do roubo, deveria dizer-se — investe maciçamente, com efeito, neste sector. O domínio terciário outrora dominado pelos colonos será usurpado pela jovem burguesia nacional. Numa economia colonial o sector terciário é de longe o mais importante. Se quer progredir alguém deve resolver, nas primeiras horas, nacionalizar este sector. Mas é claro que essa nacionalização não deve revestir-se do aspecto de um rígido estatismo. Não se trata de situar à cabeça dos serviços cidadãos não formados politicamente. Cada vez que este procedimento seja adoptado compreende-se que o poder contribuiu, com efeito, para o triunfo de uma ditadura de funcionários formados pela antiga metrópole que se mostravam ràpidamente incapazes de pensar na nação como um todo. Esses funcionários começam muito depressa a sabotar a economia nacional, a deslocar os organismos e a corrupção, a prevaricação, o desvio das reservas, o mercado negro instala-se. Nacionalizar o sector terciário é organizar democràticamente as cooperativas, interessando as massas na gestão dos assuntos públicos. Tudo isto, como se vê, não se pode realizar sem politizar o povo. Antes, advertia-se a necessidade de clarificar de uma vez por todas um problema capital. Hoje, de facto, o princípio de uma politização das massas é geralmente sustentado nos países subdesenvolvidos. Mas não parece assimilar-se autênticamente essa fundamental tarefa. Quando se afirma a necessidade de politizar o povo, decide-se exprimir ao mesmo tempo que se quer o apoio do povo e para o povo. Não deve ser uma linguagem destinada a camuflar uma direcção burguesa. Os governos burgueses dos países capitalistas superaram desde há muito tempo essa fase infantil do poder. Friamente, governam com a ajuda das suas leis, do seu poder económico e da sua polícia. Não estão obrigados, agora que o seu poder está sòlidamente estabelecido, a perder o seu tempo com atitudes demagógicas. Governam no seu próprio interesse e têm a coragem que lhes dá o seu poder. Eles criaram uma legitimidade e confiam no seu direito.

A casta burguesa dos países há pouco independentes não possuem, todavia, o cinismo nem a serenidade fundados sobre o poder das velhas burguesias. Daí certa preocupação para dissimular as suas convicções profundas, para enganar, numa palavra, para se mostrar popular. A politização das massas não é a mobilização três ou quatro vezes por ano de dezenas ou centenas de milhares de homens e mulheres. Esses motins, essas assembleias espectaculares, assemelham-se com a velha táctica anterior à independência, quando se exibiam

as próprias forças para se provar a si próprios e aos outros que tinham o apoio popular. A politização das massas propõe-se não infantilizar as massas mas torná-las adultas.

Isto conduz-nos a determinar o papel do partido político num país subdesenvolvido. Temos visto nas páginas anteriores como com muita frequência alguns espíritos simplistas, pertencentes aliás à burguesia nascente, não deixam de repetir que num país subdesenvolvido a direcção dos assuntos por um poder forte, uma ditadura, é uma necessidade. Nesta perspectiva, encarrega-se o partido de uma missão de vigilância das massas. O partido intensifica a administração e a polícia e controla as massas, não para assegurar a sua participação real nos assuntos da nação, mas para lhes recordar a cada passo que o poder espera a sua obediência e disciplina. Esta ditadura que se pensa apoiada pela história, que se julga indispensável depois da independência, simboliza na realidade a decisão da classe burguesa de dirigir o país subdesenvolvido com a ajuda do povo e depois contra ele. A transformação progressiva do partido num serviço de informações é o indício de que o poder se encontra cada vez mais na defensiva. A massa informe do povo é concebida como a forma cega que é preciso controlar constantemente, seja pela mistificação seja pelo medo que lhe inspiram as forças da polícia. O partido serve de barómetro, de serviço de informações. Transforma-se o militante em delator. Confiam-se-lhes missões punitivas nas aldeias. Os embriões de partidos de oposição são liquidados com paus e pedras. Os candidatos da oposição vêem as suas casas incendiadas. A polícia multiplica as provocações. Nessas condições, bem entendido, o partido é único e 99,99 por cento dos votos correspondem ao candidato governamental. Devemos dizer que em África certo número de governos comporta-se de acordo com este modelo. Todos os partidos de oposição, aliás, geralmente progressistas, que favoreciam uma maior influência das massas na gestão dos assuntos públicos, que desejavam pôr termo à burguesia desprezível e mercantil, foram condenados ao silêncio e à clandestinidade pela força dos golpes e da prisão.

O partido político em muitas regiões africanas agora independentes conhece uma inflacção terrivelmente grave. Perante um membro do partido, o povo cala-se, torna-se «carneiro» e manifesta alguns elogios ao governo e ao dirigente. Mas na rua, pela noite, no sossego da aldeia, no café ou junto do rio, deve ouvir-se essa amarga decepção do povo, essa desesperança, mas também essa raiva contida. O partido, em vez de favorecer a expressão das queixas populares, em vez de fixar como missão fundamental a livre circulação das ideias do povo para a direcção, forma um anteparo e impede. Os dirigentes do partido comportam-se como vulgares ajudantes e recordam constantemente ao povo que «é preciso guardar silêncio nas fileiras». Esse partido que afirmava ser o servidor do povo, que pretendia favorecer o desenvolvimento do povo, desde que o poder colonial lhe entregou o país, apressa-se em conduzir outra vez o povo para a caverna. No plano da unidade nacional, o partido multiplicara igualmente os seus erros. É assim que o partido chamado nacional procede como um partido racial. É uma verdadeira tribo constituída em partido. Este partido que se proclama

voluntariamente nacional, que afirma falar em nome de todo o povo, organiza às vezes, aberta e secretamente, uma autêntica ditadura racial. Presenciamos não já uma ditadura burguesa, mas uma ditadura tribal. Os ministros, os chefes de gabinete, os embaixadores, os prefeitos, são escolhidos na tribo do dirigente, algumas vezes mesmo directamente na sua família. Esses regimes de tipo familiar parecem restabelecer as velhas leis da endogamia(30), sentem não a cólera mas a vergonha perante tanta tolice, tanta impostura, tanta miséria intelectual e espiritual. Esses chefes de governo são os verdadeiros traidores da África, porque a vendem ao mais terrível dos seus inimigos: a ignorância. Essa tribalização do poder provoca sem dúvida o espírito regionalista, o separatismo. As tendências descentralizadoras surgem e triunfam, a nação desintegra-se, desmembra-se. O dirigente que gritava «Unidade africana» e que pensava na sua pequena família, desperta um belo dia com cinco tribos que também querem ter os seus embaixadores e os seus ministros; e sempre irresponsável, sempre inconsciente, sempre miserável, ele denuncia «a traição».

Temos assinalado repetidas vezes o papel nefasto do dirigente. É que o partido, em algumas regiões, está organizado como um gangonde o indivíduo mais duro assumirá a direcção. Fala-se do descendente desse «leader», da sua força e não se vacila em afirmar, num tom cúmplice e ligeiramente admirativo, que faz estremecer os seus mais próximos colaboradores. Para evitar esses múltiplos escolhos, é necessário lutar tenazmente para que o partido não se converta nunca num instrumento dócil nas mãos de um «leader». «Leader», do verbo inglês que significa conduzir. O condutor do povo já não existe. Os povos não são rebanhos e não têm necessidade de ser conduzidos. Se o «leader» me conduz, quero que ele saiba, ao mesmo tempo, que eu o conduzo. A nação não deve ser um assunto dirigido por um manitu(31). Assim se compreende o pânico que se apodera das esferas dirigentes cada vez que um dos seus «leaders» se encontra doente.

A questão que os aflige é o problema da sucessão. Que acontecerá ao país se o «leader» desaparece? As esferas dirigentes que abdicaram perante o dirigente, irresponsáveis, inconscientes, preocupadas essencialmente pela boa vida que levam, os cocktails organizados, as viagens pagas e a produtividade das combinações, descobrem depressa o vazio espiritual no coração da nação.

Um país que quer responder realmente às questões que lhe coloca a História, que quer desenvolver as suas cidades e o cérebro dos seus habitantes, deve possuir um verdadeiro partido. O partido não é um instrumento nas mãos do governo. Pelo contrário, o partido é um instrumento nas mãos do povo. É este que determina a política que o governo aplica. O partido não é, não deve ser nunca a simples repartição política onde se encontram . bem instalados todos os membros do governo e os grandes dignitários do regime. O departamento político, com muita frequência por desgraça, constitui todo o partido e os seus membros residem permanentemente na capital. Num país subdesenvolvido, os membros dirigentes do partido têm de fugir da capital como da peste. Devem residir, com excepção de alguns, nas regiões rurais. Deve evitar centralizá-lo todo

na grande cidade. Nenhuma recusa de ' tipo administrativo pode legitimar essa efervescência de uma capital já superpovoada e superdesenvolvida em relação com as restantes nove partes do território. O partido deve ser descentralizado até ao extremo. É o único meio de activar as regiões mortas que, todavia, não despertam para a vida.

Pràticamente, haverá pelos menos um membro do partido político em cada região e evitar-se-á nomeá-lo chefe regional. Não terá nas suas mãos o poder administrativo. O membro do partido regional não deve ocupar o mais alto cargo no sistema administrativo regional. Não deve fazer parte, obrigatoriamente, do poder. Para o povo, o partido não é a autoridade mas o organismo através do qual exerce a sua autoridade e a sua vontade como povo. Quanto menor for a confusão e a dualidade de poderes, melhor desempenhará o partido o seu papel de guia e constituirá para o povo a garantia decisiva. Se o partido se confunde com o poder, ser militante do partido equivale a tomar o caminho mais curto para atingir fins egoístas, para obter um posto na administração, para subir de posto, mudar de escalão, fazer carreira.

Num país subdesenvolvido, a criação de direcções regionais dinâmicas detém o processo de macrocefalia das cidades. A criação, desde os primeiros dias da independência, de direcções regionais numa região com plena competência para a despertar, fazê-la viver, acelerar a tomada de consciência dos cidadãos, é uma necessidade a que não poderia escapar um país desejoso de progredir. Aliás, em redor do «leader», amontoam-se os responsáveis do partido e os dignitários do regime. As administrações engrossam-se, não porque se desenvolvam e se diferenciem, mas porque novos elementos e novos militantes esperam um lugar para se infiltrarem na engrenagem. E o sonho de qualquer cidadão é chegar à capital, obter a sua parte do queijo. As localidades são abandonadas, as massas não enquadradas, não educadas, não defendidas, afastam-se de uma terra mal trabalhada e dirigem-se para a periferia das cidades, engrossando desmesuradamente o lumpen-proletariat.

A hora de uma nova crise nacional não está longe. Pensemos, pelo contrário, que o interior do país deveria ser privilegiado. Em última instância, não haveria nenhum inconveniente em que o governo tivesse a sua sede fora da capital. É necessário desconsagrar a capital e mostrar às massas deserdadas que é para elas que se quer trabalhar. Em certo sentido, foi o que o governo brasileiro procurou fazer em Brasília. A altivez do Rio de Janeiro era um insulto para o povo brasileiro. Mas, desgraçadamente, Brasília é uma nova capital tão monstruosa como a primeira. O único interesse dessa realização é que, hoje, existe já uma estrada através da selva. Não, nenhum motivo sério pode opor-se à eleição doutra capital, à deslocação do governo para uma das regiões mais desfavorecidas. A capital dos países subdesenvolvidos é uma noção comercial herdada do período colonial. Mas nos países subdesenvolvidos, teremos de intensificar os contactos com as massas rurais. Teremos de fazer uma política nacional, quer dizer, antes de mais uma política para as massas. Não se deve perder nunca o contacto com o povo que lutou pela sua independência e pelo

melhoramento concreto da sua existência.

Os funcionários e os técnicos indígenas não devem perder-se nos diagramas e estatísticas, mas no coração do povo. Não devem eriçar-se cada vez que se trata de uma deslocação para «o interior». Já não devem dar importância às jovens esposas dos países subdesenvolvidos que ameaçam os seus maridos com o divórcio se não conseguem evitar a nomeação para um posto rural. Por isso, o departamento político do partido deve defender as regiões deserdadas, e a vida da capital, vida fictícia, superficial, sobreposta à realidade nacional como um corpo estranho, deve ocupar menor lugar na vida da nação, que é fundamental e sagrada.

Num país subdesenvolvido, o partido deve organizar-se de tal maneira que não se contente apenas em manter contacto com as massas. O partido deve ser a expressão directa das massas. O partido não é uma administração encarregada de transmitir as ordens do governo. É o porta-voz enérgico e o defensor incorruptível das massas. Para chegar a esta concepção do partido, é necessário sobretudo desembaraçar-se da ideia muito ocidental, muito burguesa e, portanto, muito depreciativa, de que as massas são incapazes de se dirigirem. A experiência prova, na verdade, que as massas compreendem perfeitamente os problemas mais complicados. Um dos maiores serviços que a revolução argelina prestou aos intelectuais argelinos foi permitir-lhes o contacto com o povo, permitir-lhes contemplar a extrema e inefável miséria do povo e, ao mesmo tempo, assistir ao despertar da sua inteligência, aos progressos da sua consciência. O povo argelino, essa massa de esfomeados e analfabetos, esses homens e mulheres submersos durante séculos na obscuridade mais terrível, resistiram contra os tanques e os aviões, contra as bombas incendiárias e os serviços psicológicos, mas principalmente contra a corrupção e a lavagem do cérebro, contra os traidores e os exércitos «nacionais» do general Bellounis. Esse povo resistiu apesar dos débeis, dos vacilantes, dos aprendizes de ditadores. Este povo resistiu porque durante sete anos a sua luta lhe abriu perspectivas, cuja existência não suspeitava. Hoje, algumas armarias trabalham em pleno djebel[(32)] vários metros abaixo da terra, os tribunais do povo funcionam em todos os níveis, as comissões locais de planificação organizam o desmembramento das grandes propriedades, elaboram a Argélia de amanhã. Um homem isolado pode mostrar-se rebelde na compreensão de qualquer problema, mas o grupo, a aldeia, compreende-o ràpidamente. É verdade que, se se tem o cuidado de empregar uma linguagem apenas compreensível para os licenciados em direito ou em ciências económicas, provar-se-á com facilidade que as massas devem ser dirigidas. Mas se se fala numa linguagem clara, se se não está obcecado pela vontade perversa de confundir as cartas, de se desembaraçar do povo, então se perceberá que as massas compreendem tudo, captam todas as astúcias. Recorrer a uma linguagem técnica significa que se quer considerar as massas como profanas. Essa linguagem dissimula mal o desejo dos conferencistas de enganar o povo, de o deixar de fora. A empresa de obscurantismo da linguagem é uma máscara por detrás da qual se perfila uma mais ampla empresa de espoliação.

Pretende-se ao mesmo tempo arrebatar ao povo os seus bens e a sua soberania. Tudo se pode explicar ao povo em condições, para que ele compreenda realmente. E se se pensa que não se necessita dele, que pelo contrário ameaça romper a boa marcha das múltiplas sociedades privadas e de responsabilidade limitada, cujo fim é tornar o povo ainda mais miserável, o problema, então, está truncado.

Se se pensa que pode dirigir-se perfeitamente um país sem que o povo meta o nariz, se se pensa que o povo com a sua presença perturba o jogo, seja porque o atrasa ou porque pela sua natural inconsciência o sabote, não deve haver nenhuma dúvida: é necessário afastar o povo. Ora acontece que o povo, quando é convidado para a direcção do país, não atrasa mas acelera o movimento. Nós, os argelinos, temos tido, no decurso da guerra, a oportunidade e a sorte de apalpar as coisas. Em certas regiões rurais, os responsáveis político-militares da revolução enfrentaram, com efeito, situações que exigiram soluções radicais. Abordaremos algumas dessas situações.

No decurso dos anos de 1956-1957, o colonialismo francês proibiu certas zonas, e a circulação das pessoas nessas regiões estava estritamente regulamentada. Os camponeses não tinham, pois, a possibilidade de se dirigirem à cidade para renovar as suas provisões. Os merceeiros somaram grandes lucros durante esse período. O chá, o café, o açúcar, o tabaco e o sal alcançaram preços exorbitantes. O mercado negro triunfava com singular insolência. Os camponeses que não podiam pagar em dinheiro, hipotecavam as suas colheitas, as suas terras ou desfaziam em pedaços o património familiar e, numa segunda fase, já trabalhavam por conta do merceeiro. Os comissários políticos, quando tomaram consciência desse perigo, reagiram de forma imediata. Assim, restituiu-se um sistema racional de abastecimento: o merceeiro que vai à cidade está obrigado a fazer as suas compras nos armazéns de donos nacionalistas, que lhe passam uma factura com a indicação dos preços das mercadorias. Quando o retalhista chega ao aduar deve apresentar-se antes de mais ao comissário político, que controla a factura, fixa a margem dos lucros e determina o preço de venda. Os preços estabelecidos são anunciados na tenda e um membro do aduar, uma espécie de inspector, está presente para informar o fellah sobre os preços por que devem ser vendidos os produtos. Mas o retalhista descobre ràpidamente uma forma de lucro e, após três ou quatro dias, declara que se esgotaram as suas existências. À socapa, ele retoma o seu negócio e continua a venda no mercado negro. A reacção da autoridade político- -militar foi radical. Formularam-se importantes sanções; as multas recolhidas e pagas no cofre da aldeia serviram para obras sociais ou de interesse colectivo. Algumas vezes, foi decidido encerrar durante algum tempo o comércio. E, em caso de reincidência, os fundos do comércio eram imediatamente embargados e elegia-se um comité de gestão para administrar, entregando ao ex-proprietário uma mensalidade.

A partir destas experiências, explicou-se ao povo o funcionamento das grandes leis económicas baseando-se em casos concretos. A acumulação do capital deixou de ser uma teoria para se converter num comportamento muito

real e presente. O povo compreendeu como a partir do comércio se pode enriquecer e valorizar esse comércio. Apenas, então, os camponeses contarão como esse merceeiro os servia e quais as taxas de usura; outros recordarão como foram expulsos das suas terras e como deixaram de ser donos para passarem a ser criados. À medida que o povo compreende melhor, faz-se mais vigilante, mais consciente de que tudo depende dele e de que a sua salvação reside na sua coesão, no conhecimento dos seus interesses e na identificação dos seus inimigos. O povo compreende que a riqueza não é o fruto do trabalho, mas o resultado de um roubo organizado e protegido. Os ricos deixam de ser homens respeitáveis, tornam-se bestas carnívoras, chacais e corvos que chafurdam no sangue do povo. Noutra perspectiva, os comissários políticos decidiram que já ninguém trabalha para ninguém. A terra é de quem a trabalha. É um princípio que se converteu em lei fundamental da revolução argelina. Os proprietários que ocupavam trabalhadores agrícolas foram obrigados a dar participação aos seus antigos trabalhadores.

Verificou-se, então, que o rendimento por hectare triplicava, apesar dos assaltos numerosos dos franceses, dos bombardeios aéreos e da dificuldade de aquisição de adubos. Os fellahs que, no momento da colheita, podiam apreciar e pesar os produtos obtidos, compreenderam esse fenómeno. Descobriram fàcilmente que o trabalho não é uma simples noção, que a escravidão não permite o trabalho, que o trabalho supõe a liberdade, a responsabilidade e a consciência.

Nessas regiões onde pudemos realizar experiências edificantes, onde assistimos à construção do homem pela instituição revolucionária, os camponeses compreenderam muito claramente o princípio que estabelece que se trabalha com mais gosto quando se compromete mais lucidamente no esforço. Pode-se fazer entender às massas que o trabalho não é um dispêndio de energias, nem o funcionamento de certos músculos, mas que se trabalha mais com o cérebro e com o coração do que com os músculos e o suor. Igualmente, nessas regiões libertadas e ao mesmo tempo excluídas do antigo circuito comercial, houve necessidade de modificar a produção, dirigida antes sòmente para as cidades e para exportação. Estabeleceu-se uma produção de consumo para o povo e para as unidades do exército de libertação nacional. Quadruplicou-se a produção de lentilhas e organizou-se o fabrico de carvão. Os legumes e o carvão dirigiam-se das regiões do norte para o sul através das montanhas, enquanto as zonas do sul enviavam carne para o norte. Foi a F. L. N. que formou essa coordenação e implantou o sistema de comunicações. Não tínhamos técnicos nem planificadores vindos das grandes escolas ocidentais. Mas nessas regiões libertadas, a ração diária alcançava a cifra até então desconhecida de 3.200 calorias. O povo não se contentou em triunfar desse modo. Ele colocou problemas teóricos. Por exemplo: por que não viam certas regiões uma laranja antes da guerra de libertação, quando anualmente se expediam milhares de toneladas para o estrangeiro? Por que eram as uvas desconhecidas para um grande número de argelinos, quando milhões de cachos faziam as delícias dos povos europeus? O povo possui agora

uma noção mais exacta do que lhe pertence. O povo argelino sabe agora que é o proprietário exclusivo do solo e do subsolo do seu país. E se alguns não compreendem a decisão da F. L. N. de não tolerar nenhuma violação dessa propriedade e a sua feroz vontade de recusar qualquer transacção por uma questão de princípios, uns e outros fariam bem em recordar que o povo argelino é hoje um povo adulto, responsável, consciente. Em resumo, o povo argelino é um povo dono de si próprio.

Se temos utilizado o exemplo argelino para esclarecer os nossos pontos de vista, não é para enaltecer o nosso povo, mas simplesmente para mostrar a importância que teve a sua luta até chegar a uma verdadeira tomada de consciência. É, claro que outros povos chegaram a outros resultados por vias diferentes. Na Argélia, agora o sabemos melhor, a prova de força era inevitável, mas outras regiões conduziram os seus povos aos mesmos resultados através da luta política e do trabalho de consciencialização realizado pelo partido. Na Argélia, compreendemos que as massas estão à altura dos problemas que as preocupam. Num país-subdesenvolvido, a experiência demonstra que o importante não é que trezentas pessoas concebam e realizem, mas que todos, ainda que o tempo dispendido se torne no dobro ou no triplo, compreendam e realizem. Na verdade, o tempo perdido em explicar, o tempo «perdido» em humanizar o trabalhador, será recuperado na execução. As gentes devem saber para onde vão e por que razões. O político não deve ignorar que o futuro permanecerá fechado enquanto a consciência do povo for rudimentar, primária, opaca. Nós, políticos africanos, devemos ter ideias muito claras sobre a situação do nosso povo. Mas essa lucidez deve ser profundamente dialéctica. O despertar de todo o povo não se fará de uma só vez, a sua dedicação radical à obra de edificação nacional será linear, primeiro porque as vias de comunicação e os meios de transmissão estão pouco desenvolvidos e depois porque a temporalidade deve deixar de ser a do instante ou a da próxima colheita para se converter na do mundo; porque, por fim, o desânimo instalado muito profundamente no cérebro pelo domínio colonial encontra-se sempre à flor da pele. Mas não devemos ignorar que a vitória sobre os laços de menor resistência, heranças do domínio material e espiritual do país, é uma necessidade que nenhum governo poderia dissipar. Vejamos o exemplo do trabalho no regime colonial. O colono não deixou nunca de afirmar que o indígena é vagaroso. Agora, em alguns países independentes, ouvimos os quadros repetir essa acusação. Na verdade, o colono queria que o escravo fosse entusiasta. Queria, por uma espécie de mistificação que constitui a mais sublime alienação, persuadir o escravo de que a terra que trabalha lhe pertence, que as minas onde perde a sua saúde são sua propriedade. O colono esquecia que ia enriquecendo com a agonia do escravo. Praticamente, o colono dizia ao colonizado: «Mata-te, mas que eu enriqueça». Agora, devemos proceder de outra maneira. Não devemos dizer ao povo: «Mata-te, mas que o país se enriqueça.» Se desejamos aumentar o produto nacional, diminuir a importação de certos produtos inúteis ou nocivos, aumentar a produção agrícola e lutar contra o analfabetismo, temos de explicar.

É necessário que o povo compreenda a importância do que está em jogo. A causa pública deve ser a causa do público. Desemboca-se, pois, na necessidade de multiplicar as células de base. Com muita frequência, é verdade, instalam-se no cume e sempre na capital organismos nacionais: a União das Mulheres, a União dos Jovens, os sindicatos, etc.... Faz falta uma base, células que dão precisamente o conteúdo e o dinamismo. As massas devem poder reunir-se, discutir, propor, receber instruções. Os cidadãos devem ter a possibilidade de falar, de se expressarem, de inventar. A reunião da célula, a reunião do comité, é um acto litúrgico. É uma oportunidade soberba que o homem tem para ouvir e dizer. Em cada reunião, o cérebro multiplica as suas vias de associação, descobre-se um panorama cada vez mais humanizado.

A grande proporção de jovens nos países subdesenvolvidos coloca ao governo problemas específicos que é necessário abordar com lucidez. A juventude urbana inactiva e frequentemente analfabeta, entrega-se a todo o género de experiências dissolventes. À juventude subdesenvolvida oferecem-se quase sempre as distracções dos países industrializados. Normalmente, com efeito, existe homogeneidade entre o nível mental e material dos membros de uma sociedade e os prazeres de que beneficia essa sociedade. Mas, nos países subdesenvolvidos, a juventude dispõe de distracções pensadas para os países capitalistas: romances policiais, máquinas caça-níqueis,fotografias obscenas, literatura pornográfica, filmes proibidos aos menores de dezasseis anos, e sobretudo, o álcool.... No Ocidente, o agregado familiar, a escolaridade, o nível de vida relativamente elevado das massas trabalhadoras, servem de barreira à acção nefasta destas distracções. Mas num país africano, onde o desenvolvimento mental é diferente, onde o choque violento dos mundos quebrou consideràvelmente as velhas tradições e deslocou o universo da percepção, a afectividade do jovem africano, a sua sensibilidade, estão à mercê das diferentes agressões contidas na cultura ocidental. A família mostra-se a cada passo incapaz de opor a essas violências a estabilidade e a homogeneidade.

Neste campo, o governo deve servir de filtro e de medianeiro. Os comissários encarregados da juventude nos países subdesenvolvidos cometem frequentemente erros. Concebem o seu papel à maneira dos comissários encarregados da juventude nos países já evoluídos. Falam de fortalecer a alma, de desenvolver o corpo, de facilitar a prática de qualidades desportivas. Em nossa opinião, devem cuidar desta concepção. A juventude de um país subdesenvolvido é habitualmente uma juventude preguiçosa. Primeiro, deve dar-se-lhe ocupação. Por isso, o comissário para a juventude deve depender institucionalmente do ministério do trabalho. Este ministério, que é uma necessidade num país subdesenvolvido, funciona em estreita colaboração com o ministério de planificação, outra necessidade num país subdesenvolvido. A juventude africana não se deve dirigir aos estádios, mas ao campo e às escolas. O estádio não é esse sítio de exibição instalado nas cidades, mas um espaço no meio das terras que se cultivam, que se trabalha e se oferece à nação. A concepção capitalista do desporto é fundamentalmente diferente da que deveria existir num país

subdesenvolvido. O político africano não se deve preocupar em formar desportistas, mas homens conscientes que, aliás, sejam desportistas. Se o desporto não se integra na vida nacional, isto é, na construção nacional, se se formam desportistas nacionais e não homens conscientes, depressa se verificará a ambição do desporto pelo profissionalismo e pelo comércio. O desporto não deve ser um jogo, uma distracção para brindar a burguesia das cidades. A tarefa mais importante é compreender a todo o momento aquilo que se passa no país. Não devemos cultivar o excepcional, procurar o herói, outra forma de «leader». É necessário elevar o povo, consciencializá-lo, enriquecê-lo, distingui-lo, humanizá-lo.

Voltamos a cair na obsessão que gostaríamos ver compartilhada por todos os políticos africanos, a necessidade de esclarecer o esforço popular, de iluminar o trabalho, de o desembaraçar da sua opacidade histórica. Ser responsável num país subdesenvolvido é saber que tudo descansa em definitivo na educação das massas, na elevação do pensamento, no que costuma chamar-se, um pouco apressadamente, a politização.

Acredita-se, com frequência e com criminosa leviandade, que politizar as massas é dirigir-lhes episodicamente um grande discurso político. Pensa-se que basta o «leader» ou um dirigente falar em tom doutoral das grandes coisas da actualidade para cumprir esse imperioso dever de politização das massas. Mas politizar é abrir o espírito, despertar o espírito, dar luz ao espírito. É, como dizia Césaire: «inventar almas». Politizar as massas não é, não pode ser, fazer apenas um discurso político. É contribuir com todas as forças para a compreensão das massas de que tudo depende delas, que se nós estagnamos é por sua culpa e se avançamos também é por elas, que não" há demiurgo, que não há qualquer homem ilustre responsável por tudo, que o demiurgo é o povo e que as mãos mágicas são unicamente as mãos do povo. Para realizar essas coisas, para as incarnar verdadeiramente, é necessário descentralizar em extremo. A circulação do alto à base e da base ao alto deve ser um princípio rígido, não por preocupação de formalismo, mas porque simplesmente o respeito desse princípio é a garantia da salvação. É da base que sobem as forças que dinamizam o alto e lhe permitem dialècticamente dar um novo passo mais adiante. Também neste caso os argelinos compreenderam ràpidamente estas coisas porque nenhum membro colocado no alto teve a possibilidade de se revestir de qualquer missão de salvação. É a base que se estabelece na Argélia e essa base não ignora que sem o seu combate quotidiano, heróico e difícil, o alto não se suportaria. Como sabe também que sem o alto e sem uma direcção a base se dispersaria na incoerência e na anarquia. O alto tira o seu valor e a sua solidez da existência do povo no combate. Literalmente, é o povo que se entrega livremente ao alto e não este que tolera o povo.

As massas devem saber que o governo e o partido estão ao seu serviço. Um povo digno, isto é, consciente da sua dignidade, é um povo que não esquece nunca essas evidências. Durante a ocupação colonial, disse-se ao povo que era necessário dar a sua vida pelo triunfo da dignidade. Mas os povos africanos

compreenderam depressa que a sua dignidade não era somente impugnada pelo ocupante. Os povos africanos compreenderam seguidamente que havia uma equivalência absoluta entre a dignidade e a soberania. Na verdade, um povo digno e livre é um povo soberano. Um povo digno é um povo responsável. E de nada serve «demonstrar» que os povos africanos são infantis ou débeis. Um governo e um partido têm o povo que merecem. E, num prazo mais ou menos longo, também o povo tem o governo que merece.

A experiência concreta em certas regiões comprova estas posições. No decurso de reuniões, acontece por vezes que alguns militantes, para resolverem os problemas difíceis, referem-se à fórmula: «não existe mais do que...» Nesta redução voluntarista, onde culminam perigosamente espontaneidade, sincretismo simplificador, falta de elaboração intelectual, triunfa-se com frequência. Cada vez que encontramos esta abdicação da responsabilidade num militante não basta dizer-lhe que está equivocado. É necessário fazê-lo responsável, convidá-lo a chegar ao fim do seu raciocínio e fazer-lhe compreender o carácter atroz, inumano e estéril desse «não existe mais do que...»

Ninguém possui a verdade, nem o militante nem o dirigente. A procura da verdade nas situações locais é assunto colectivo. Alguns têm uma experiência mais rica, elaboram mais ràpidamente o seu pensamento, puderam estabelecer no passado um maior número de associações mentais. Mas devem evitar sufocar o povo, porque o êxito da decisão adoptada depende da participação coordenada e consciente de todo o povo. Ninguém pode retirar o seu alfinete do jogo. Todos serão mortos ou torturados e no quadro da nação independente todos terão fome e participarão do marasmo. O combate colectivo supõe uma responsabilidade colectiva na base e uma responsabilidade directiva no alto. Sim, é preciso comprometer todo o mundo no combate pela comum salvação. Não existem mãos puras, não há inocentes, não há espectadores. Fazemos todos por meter as mãos nos pântanos do nosso solo e no vazio tremendo dos nossos cérebros. Todo o espectador é um cobarde ou um traidor.

O dever de uma direcção é ter as massas com ela. Ora, a adesão supõe a consciência, a compreensão da missão a cumprir, uma intelectualização ainda que seja embrionária. Não se deve enfeitiçar o povo, não é preciso dispensá-lo na emoção e na confusão. Apenas os países subdesenvolvidos dirigidos por elites revolucionárias saídas do povo podem permitir, hoje, o acesso das massas ao cenário da história. Mas, uma vez mais, devemos opor-nos vigorosa e definitivamente ao ressurgimento de uma burguesia nacional, de uma classe de privilegiados. Politizar as massas é tomar presente a nação inteira em cada cidadão. É fazer da experiência da nação a experiência de cada cidadão. Como o recordou muito oportunamente o presidente Sekou Touré na sua mensagem ao Segundo Congresso de Escritores Africanos: «No campo do pensamento, o homem pode pretender ser o cérebro do mundo, mas no plano da vida concreta, onde qualquer intervenção afecta o ser físico e espiritual, o mundo é sempre o cérebro do homem, porque é nesse nível que te encontram a totalização das potências e unidades pensantes, as forças dinâmicas do desenvolvimento e do

aperfeiçoamento, é ali onde se opera a fusão das energias «onde se inscreve em definitivo a soma dos valores intelectuais do homem.»

A experiência individual, por ser nacional, maillon da existência nacional, deixa de ser individual, limitada, restrita e pode desembocar na verdade da nação e do mundo. Do mesmo modo que na fase de luta cada combatente tinha a nação ao alcance das mãos, na fase da construção nacional cada cidadão deve continuar, na acção de todos os dias, associado à totalidade da nação, incarnando a verdade constantemente dialéctica da nação, propugnando aqui e agora pelo triunfo do homem total. Se a construção de uma ponte não enriquece a consciência dos que nela trabalham, vale mais que não He construa a ponte, que os cidadãos continuem a atravessar o rio a nado ou em barcaças. A ponte não deve cair de um pára-quedas, não deve ser imposta por um deus ex machina no panorama social, mas deve surgir, pelo contrário, dos músculos e do cérebro dos cidadãos. E, bem entendido, farão falta talvez engenheiros e arquitectos estrangeiros, mas os responsáveis locais do partido devem estar presentes para que a técnica se infiltre no deserto cerebral do cidadão, para que a ponte, nos seus pormenores e no seu conjunto, seja desejada, concebida e assumida. É preciso que o cidadão se aproprie da ponte. Apenas, nessa altura, tudo é possível.

Um governo que se proclama nacional deve assumir a totalidade da nação e nos países subdesenvolvidos a juventude representa um dos sectores mais importantes. Deve, pois, elevar-se e esclarecer-se a consciência dos jovens. É essa juventude que encontramos no exército nacional. Se o trabalho de explicação se fez ao nível dos jovens, se a União Nacional da Juventude cumpriu a sua tarefa de integrar a juventude na nação, poderão evitar-se, então, os erros que hipotecaram e minaram o futuro das repúblicas da América Latina. O exército não é nunca uma escola de guerra, mas uma escola de civismo, uma escola política. O soldado de uma nação adulta não é um mercenário, mas um cidadão que defende a nação através das armas. Por isso, é fundamental que o soldado saiba que está ao serviço de um país e não de um oficial, por mais prestigioso que este seja. Deve aproveitar-se o serviço nacional, civil e militar, para elevar o nível da consciência nacional, para destribalizar e unificar. Num país subdesenvolvido deve fazer-se, o mais ràpidamente possível, por mobilizar homens e mulheres. O país subdesenvolvido deve abster-se de perpetuar as tradições feudais que consagram a prioridade do elemento masculino sobre o elemento feminino. As mulheres receberão um lugar idêntico ao dos homens, não apenas nos artigos da constituição política, mas na vida quotidiana, na fábrica, na escola, nas assembleias. Se nos países ocidentais se aquartelam os militares, isso não quer dizer que seja sempre a melhor fórmula. Não é indispensável militarizar os recrutas. O serviço pode ser civil ou militar e de todas as maneiras é recomendável que cada cidadão capaz e apto possa ingressar, em qualquer momento, numa unidade de combate e defender as conquistas nacionais e sociais.

As grandes obras de interesse colectivo deverão ser executadas pelos soldados. É um meio prodigioso para activar as regiões inertes, para dar a

conhecer a um maior número de cidadãos as realidades do país. Deve evitar-se que a conversão do exército num corpo autónomo que cedo ou tarde, ocioso e sem missão, se dedicará a «fazer política» e a ameaçar o poder. Os generais de salão, à força do frequentarem as antecâmaras do poder, sonham com os pronunciamentos. O único meio de o evitar é politizar o exército, quer dizer, nacionalizá-lo. Igualmente, é urgente multiplicar as milícias. No caso de guerra, é a nação inteira que combate e trabalha. Não deve haver soldados do ofício e o número de oficiais de carreira deve reduzir-se ao mínimo. Primeiro, porque com muita frequência os oficiais são escolhidos entre os quadros universitários que poderiam ser muito mais úteis noutro lado: um engenheiro é mil vezes mais indispensável à nação que um oficial. Depois, porque deve evitar-se a cristalização do um espírito de classe. Temos visto nas páginas anteriores que o nacionalismo, esse canto magnífico que sublevou as massas contra o opressor, se desintegra após a independência. O nacionalismo não é uma doutrina política, não é um programa. Se se quer poupar realmente no país esse retrocesso, essas interrupções, essas falhas, deve passar-se rapidamente da consciência nacional à consciência política e social. A nação não existe em nenhum lado, se não é um programa elaborado por uma direcção revolucionária e recolhido lucidamente e com entusiasmo pelas massas. Deve situar-se constantemente o esforço nacional no quadro geral dos países subdesenvolvidos. A frente da fome e a obscuridade, a frente da miséria e a consciência embrionária devem estar presente no espírito e nos músculos dos homens e das mulheres. O trabalho das massas, a sua vontade de vencer as calamidades que as excluiram da história do pensamento humano durante séculos, devem fundar-se sobre todos os povos subdesenvolvidos. As notícias que interessam aos povos do Terceiro Mundo não são as que se referem ao matrimónio do rei Balduíno ou aos escândalos da burguesia italiana. O que queremos saber são as experiências dos argentinos ou dos birmaneses no quadro da luta contra o analfabetismo ou contra as tendências ditatoriais dos dirigentes. Estes são elementos que nos fortalecem, nos instruem e decuplicam a nossa eficácia. Como se vê, um governo que queira de facto libertar política e socialmente o povo, necessita de um programa. Programa económico, mas também doutrina sobre a distribuição das riquezas e sobre as relações sociais. Na verdade, faz falta uma concepção do homem, uma concepção do futuro da humanidade. O que quer dizer que nenhuma fórmula demagógica, nenhum cumplicidade com o antigo ocupante, substitui qualquer programa. Os povos, em princípio inconscientes, mas cada vez mais lúcidos, exigirão vigorosamente esse programa. Os povos africanos, os povos subdesenvolvidos — ao contrário do que possa acreditar-se— edificam com rapidez a sua consciência política e social. O que pode ser grave é que com muita frequência chegam a essa consciência social antes do período nacional. Assim é possível encontrar nos países subdesenvolvidos a exigência violenta de uma justiça social que, paradoxalmente, está aliada a um tribalismo talvez primitivo. Os povos subdesenvolvidos têm um comportamento de gente esfomeada. O que significa que os dias de quem se diverte em África estão rigorosamente contados. Queremos afirmar com isto que o seu poder não poderia prolongar-se por mais

tempo. Uma burguesia que dá às massas o único alimento do nacionalismo, fracassa na sua missão e enreda-se necessàriamente numa sucessão de desventuras. O nacionalismo, se não se toma explícito, se não se enriquece e se aprofunda, se não se transforma ràpidamente em consciência política e social, em humanismo, conduz a um beco sem saída. A direcção burguesa dos países subdesenvolvidos limita a consciência nacional num formalismo esterilizante. Apenas a dedicação maciça dos homens e mulheres em tarefas inteligentes e fecundas dá conteúdo e densidade a esta consciência. Se não for assim, a bandeira e o palácio do governo deixam de ser símbolos da nação. A nação alheia-se desses sítios iluminados e fictícios e refugia-se no campo, onde se reveste de vida e dinamismo. A expressão viva da nação é a consciência dinâmica de todo o povo. É a prática coerente e inteligente de homens e mulheres. A construção colectiva de um destino supõe uma responsabilidade à altura da história. De outro modo, é a anarquia, a repressão, o aparecimento de partidos tribalizados, do federalismo, *etc.* O governo nacional, se quer ser nacional, deve governar pelo povo e para o povo, pelos deserdados e para os deserdados. Nenhum «leader», qualquer que seja o seu valor, pode substituir a vontade popular, e o governo nacional deve, antes de se preocupar com o prestígio internacional, devolver a dignidade a cada cidadão, povoar os cérebros, encher os olhos de coisas humanas, desenvolver um panorama verdadeiramente humano, habitado por homens conscientes e soberanos.

> «Não basta escrever um canto revolucionário para participar na revolução africana; é necessário fazer essa revolução com o povo e os cantos virão sós e por si mesmos.
> Para realizar uma autêntica acção, deve fazer-se parte viva de África e do seu pensamento, um elemento dessa energia popular mobilizada inteiramente para a libertação, o progresso e a felicidade de África. Não existe lugar, fora desse único combate, nem para o artista nem para o intelectual que não esteja comprometido e totalmente mobilizado com o povo no grande combate de África e da humanidade que sofrer».
>
> SÉKOU TOURÉ(33)

Cada geração, dentro de uma relativa opacidade, tem de descobrir a sua missão, cumpri-la ou atraiçoá-la. Nos países subdesenvolvidos, as gerações anteriores resistiram ao trabalho de corrosão realizado pelo colonialismo e, ao mesmo tempo, prepararam a maturidade das lutas actuais. Deve abandonar-se o costume, agora que estamos no coração do combate, de reduzir ao mínimo a acção de nossos pais ou fingir incompreensão perante o seu silêncio e a sua passividade. Eles lutaram como puderam, com as armas que então possuíam e se os ecos da sua luta não repercutiram na esfera internacional, deve saber-se que isso não se verificou por falta de heroísmo, mas pela situação internacional muito diferente. Foi necessário que mais de um colonizado dissesse «isto já não pode continuar», que mais de uma tribo se revoltasse, mais de uma sublevação camponesa dominada, mais de uma manifestação reprimida, para que hoje pudéssemos levantar a cabeça com esta certeza de vitória.

A nossa missão histórica, para nós que temos tomado a decisão de romper as malhas do colonialismo, é ordenar todas as rebeldias, todos os actos desesperados, todas as tentativas abortadas ou afogadas em sangue.

Analisaremos neste capítulo o problema, que nos parece fundamental, da legitimidade da reivindicação de uma nação. Deve reconhecer-se que o partido político que mobiliza o povo não se preocupa muito com o problema da sua legitimidade. Os partidos políticos partem da realidade vivida e decidem a acção

em nome dessa realidade, em nome dessa actualidade que pesa sobre o presente e sobre o futuro dos homens e das mulheres. O partido político pode falar em termos comovedores da nação, mas o que lhe interessa é que o povo que o escuta compreenda a necessidade de participar no combate se deseja simplesmente existir.

Hoje sabemos que na primeira fase da luta nacional, o colonialismo procura descartar a reivindicação nacional fazendo economia. Desde as primeiras reivindicações, o colonialismo simula a compreensão em reconhecimento com uma humildade ostentosa que o território sofre um grave subdesenvolvimento, que exige um esforço económico e social importante.

E, de facto, algumas medidas espectaculares, obras para combater o desemprego abertas aqui e além, atrasam em alguns anos a cristalização da consciência nacional. Mas, tarde ou cedo, o colonialismo previne que não é possível realizar um projecto de reformas económico-sociais que satisfaça as aspirações das massas colonizadas. Ainda no plano do estômago, o colonialismo apresenta provas da sua congénita impotência. O estado colonialista descobre muito depressa que pretender desarmar os partidos nacionais no campo estritamente económico, equivaleria a fazer nas colónias o que não quis fazer no seu próprio território. E não é um azar se hoje floresce, um pouco por todos os lados, a doutrina do cartiérisme.

A amargura desiludida de Cartier perante a obstinação da França por procurar gente que deverá alimentar, enquanto muitos franceses vivem em más condições, traduz a impossibilidade em que se encontra o colonialismo para se transformar em programa desinteressado de ajuda e de apoio. Por isso, uma vez mais, não deve perder o tempo a repetir que vale mais fome com dignidade do que pão com servidão. Deve convencer-se, pelo contrário, de que o colonialismo é incapaz de procurar para os povos colonizados as condições materiais susceptíveis de lhes fazer esquecer o seu desejo de dignidade. Uma vez que o colonialismo compreendeu onde o levaria a sua táctica de reformas sociais, vemos como recupera os seus velhos reflexos, fortalece as suas forças policiais, envia tropas e instala um regime de terror mais adequado aos seus interesses e à sua psicologia.

Dentros dos partidos políticos, quase sempre paralelamente a estes, aparecem homens de cultura colonizados.

Para estes homens, a reivindicação de uma cultura nacional, a afirmação da existência dessa cultura representa um campo de batalha privilegiado. Enquanto os políticos inscrevem a sua acção na realidade, os homens de cultura situam-se no marco da história. Frente ao intelectual colonizado que decide responder agressivamente à teoria colonialista de uma barbárie anterior à fase colonial, o colonialismo apenas vai reagir. Ele reagirá muito menos quando as ideias reveladas pela jovem intelligentzia colonizada forem amplamente professadas pelos especialistas da metrópole. É vulgar, com efeito, verificar que há várias décadas numerosos investigadores europeus reabilitaram, em geral, as

civilizações africanas, mexicanas ou peruanas. Temos podido surpreender a paixão dedicada pelos intelectuais colonizados para defender a existência de uma cultura nacional. Mas os que condenam essa paixão exacerbada esquecem singularmente que a sua mentalidade, se se abrigam comodamente atrás de uma cultura francesa ou alemã, já foi demonstrada e ninguém a põe em dúvida.

Concedo que, no plano da existência, o facto de que tenha existido uma civilização asteca não muda grande coisa o regime alimentar do camponês mexicano de hoje. Concedo que todas as provas que poderiam apresentar-se da existência de uma prodigiosa civilização songhai,[(34)] não afecta nada que os songhais de hoje se encontrem subalimentados, analfabetos, deitados entre céu e água, com a cabeça vazia, com os olhos vazios. Mas, já o temos afirmado algumas vezes, esta procura apaixonada de uma cultura nacional mais além da fase colonial legitima-se pela preocupação que compartem os intelectuais colonizados de fixar distâncias em relação com a cultura ocidental em que correm o perigo de se submergir. Porque compreendem que estão a ponto de se perderem, de se perderem para o seu povo, esses homens, com raiva no coração e o cérebro enlouquecido, encarniçam-se por restabelecer o contacto com a seiva mais antiga, a mais anticolonial do seu povo.

Vamos mais longe: talvez essas paixões e essa ira sejam mantidas ou pelos menos orientadas pela secreta esperança de descobrir, além dessa miséria actual, desse desprezo por si mesmo, dessa demissão e dessa negação, uma época muito formosa e resplandecente que nos reabilite, tanto perante nós próprios como perante os outros. Digo que estou decidido a ir mais longe. Inconscientemente talvez os intelectuais colonizados, frente à impossibilidade de se enamorarem da história presente do seu povo oprimido, de se maravilharem com a história das suas barbaridades actuais, decidiram ir mais longe, descer mais baixo e, não o duvidamos, com excepcional alegria descobriram que o passado não era de vergonha mas de dignidade, de glória e de solenidade. A reivindicação de uma cultura nacional passada não reabilita apenas, não justifica unicamente uma cultura nacional futura. No plano do equilíbrio psico-afectivo, provoca no colonizado uma mutação de importância fundamental. Não se demonstrou talvez suficientemente que o colonialismo não se contenta em impor a sua lei ao presente e ao futuro do país dominado. O colonialismo não se contenta em apertar nas suas redes o povo, em esvaziar o cérebro colonizado de qualquer forma e conteúdo. Por uma espécie de perversão da lógica, orienta-se para o passado do povo oprimido, distorce-o, desfigura-o, aniquila-o. Essa empresa de desvalorização da história anterior à colonização adquire hoje a sua significação dialéctica.

Quando se reflecte acerca dos esforços despendidos para realizar a alienação cultural, tão característica da época colonial, compreende-se que nada se fez ao acaso e que o resultado global procurado pelo domínio colonial era efectivamente convencer os indígenas de que o colonialismo vinha arrancá-los da noite. O resultado, conscientemente perseguido pelo colonialismo, era meter na cabeça dos indígenas que a saída do colono significaria para eles o regresso à

barbárie, ao aviltamento, à animalização. No plano do inconsciente, o colonialismo não queria ser compreendido pelo indígena como uma mãe que impede sem cessar que o seu filho, extremamente perverso, caia no suicídio, lance à rédea solta os seus instintos maléficos. A mãe colonial defende o seu contra si mesma, contra a sua fisiologia, a sua biologia, a sua desgraça ontológica.

Nesta situação, a reivindicação do intelectual colonizado não é um luxo, mas uma exigência de programa coerente. O intelectual colonizado que situa a sua luta no plano da legitimidade, que quer apresentar provas, que aceita despir-se para exibir melhor a história do seu corpo, está condenado a essa submersão nas entranhas do seu povo.

Essa submersão não é especificamente nacional. O intelectual colonizado que decide combater as mentiras colonialistas, procederá à escala continental. O passado é valorizado. A cultura, que é arrancada do passado para ser mostrada em todo o seu esplendor, não é a do seu país. O colonialismo, que não variou os seus esforços, não deixou de afirmar que o negro é um selvagem e o negro não era para ele nem o angolano nem o nigeriano.

Falava do Negro. Para o colonialismo, esse vasto continente era um covil de selvagens, um país infestado de superstições e fanatismo, merecedor do desprezo, com o peso da maldição de Deus, país de antropófagos, país de negros. A condenação do colonialismo é continental. A afirmação do colonialismo de que a noite humana caracterizou o período pré-colonial refere-se a todo o continente africano. Os esforços do colonizado para se reabilitar e escapar à mordedura colonial inscrevem-se, logicamente, na mesma perspectiva que os do colonialismo. O intelectual colonizado que partiu da cultura ocidental e decide proclamar a existência de uma cultura, não o faz nunca em nome de Angola ou do Daomé. A cultura que se afirma é a cultura africana. O negro, que nunca foi tão negro como desde que está dominado pelo branco, quando decide provar a sua cultura, fazer cultura, compreende que a história lhe impõe um terreno preciso, que a história lhe indica uma perspectiva exacta e tem de manifestar uma cultura negra.

E é verdade que os grandes responsáveis desse racismo do pensamento, ou pelo menos dos passos que dará o pensamento, são e continuam a ser os europeus que não deixaram de opor a cultura branca às outras inculturas. O colonialismo não acreditou ser necessário perder o seu tempo para negar, uma após outra, as culturas das diferentes nações. A resposta do colonizado será também subitamente continental. Em África, a literatura colonizada dos últimos vinte anos não é uma literatura nacional, mas uma literatura de negros. O conceito de «negritude» por exemplo, era a antítese afectiva, senão lógica, desse insulto que o homem branco fazia à humanidade. Essa «negritude» oposta ao desprezo do branco revelou-se em certos sectores como a única capaz de suprimir proibições e maldições. Como os intelectuais da Guiné ou do Quénia se viram confrontados antes de mais com o ostracismo global, com o desprezo

sincrético do dominador, a sua reacção foi a de admirar e elogiar. À afirmação incondicional da cultura europeia, sucedeu a afirmação incondicional da cultura africana. Em geral, os poetas negros opuseram a velha Europa à jovem África, a razão aborrecida à poesia, a lógica opressiva à natureza gritante; por um lado, rigidez, cerimónia, protocolo, cepticismo, por outro, ingenuidade, petulância, liberdade, mesmo exuberância. Mas também irresponsabilidade.

Os cantores da «negritude» não vacilaram em transcender os limites do continente. Desde a América, vozes negras vão repetir esse hino com uma crescente amplitude. O «mundo negro» surgirá e Busia, do Gana, Birago Diop, do Senegal, Hampaté Ba, do Sudão, Saint-Clair Drake, de Chicago, não temeram em afirmar a existência de laços comuns, de linhas de força idênticas.

O exemplo do mundo árabe poderia colocar-se igualmente aqui. Sabe-se que a maioria dos territórios árabes estiveram submetidos ao domínio colonial. O colonialismo empregou nessas regiões os mesmos esforços para arreigar no espírito dos indígenas que a sua história anterior à colonização era uma história dominada pela barbárie. A luta de libertação nacional foi acompanhada de um fenómeno cultural conhecido com o nome de despertar do Islão. A paixão posta pelos autores árabes contemporâneos em recordar ao seu povo as grandes páginas da história árabe, é uma resposta às mentiras do ocupante. Os grandes nomes da literatura árabe foram enumerados e o passado da civilização árabe foi enaltecido com o mesmo entusiasmo, o mesmo ardor das civilizações africanas. Os dirigentes árabes procuraram ressuscitar essa famosa Dar El Islam, que irradiou tão brilhantemente nos séculos XII, XIII e XIV.

Agora, no plano político, a Liga Árabe concretiza essa vontade de recolher a herança do passado e fazê-la culminar. Agora, médicos e poetas árabes interpelam-se através das fronteiras, esforçando-se por lançar uma nova cultura árabe, uma nova civilização árabe. Em nome do «arabismo», esses homens reúnem-se e em seu nome esforçam-se por pensar. De todos os modos, no mundo árabe, o sentimento nacional conservou, mesmo debaixo do domínio colonial, uma vivacidade que não se encontra em África. Na Liga Árabe não se manifesta essa comunhão espontânea de cada um com todos. Pelo contrário, paradoxalmente, cada um procura cantar as realizações da sua nação. Como o fenómeno cultural se desligou da diferenciação que o caracterizava no mundo africano, os árabes não conseguem sempre apagar-se perante o objecto. A vivência cultural não é nacional, mas árabe. O problema não é todavia assegurar uma cultura nacional, captar o movimento das nações, mas assumir uma cultura árabe ou africana perante a condenação global expressa pelo dominador. No plano africano, como no plano árabe, verifica-se que a reivindicação do homem da cultura do país colonizado é sincrética, continental universalista no caso dos árabes.

Esta obrigação histórica em que se encontram os homens de cultura africanos, de racializar as suas reivindicações, de falar mais da cultura africana do que da cultura nacional, vai conduzi-los a um beco sem saída. Tomemos, por

exemplo, o caso da Sociedade Africana de Cultura. Esta sociedade foi criada por intelectuais africanos que desejavam conhecer-se, permutar as suas experiências e as suas investigações. O fim desta sociedade era, pois, afirmar a existência de uma cultura africana, incluir esta cultura no quadro das nações já definidas, revelar o dinamismo interno de cada uma das culturas nacionais. Mas, ao mesmo tempo, esta sociedade correspondia a outra exigência: a de participar na Sociedade Europeia de Cultura, que ameaçava transformar-se em Sociedade Universal de Cultura. Existia, portanto, na raiz desta decisão a preocupação de estar presente na reunião universal com todas as armas, com uma cultura surgida das entranhas do continente africano. Mas, ràpidamente, esta sociedade vai mostrar a sua incapacidade para assumir essas diversas tarefas e limitar-se-á a manifestações exibicionistas: mostrar aos europeus que existe uma cultura africana, opor-se aos europeus ostentosos e narcisistas, esse será o comportamento habitual dos membros desta sociedade. Demonstramos que essa atitude era normal e se justificava pela mentira propagada pelos homens de cultura ocidental. Mas a degradação dos fins desta sociedade vai aprofundar-se na elaboração do conceito de «negritude». A Sociedade Africana vai converter-se na sociedade cultural do mundo negro e terá de incluir a diaspora[(35)] negra, quer dizer, as dezenas de milhões de negros distribuídos pelo continente americano.

Os negros que se encontram nos Estados Unidos, na América Central ou na América do Sul, necessitavam, na verdade, de se ligarem a uma matriz cultural. O problema que se lhes colocava não era fundamentalmente diferente do que enfrentavam os africanos. A respeito deles, os brancos da América também não se comportaram de ' maneira distinta à dos que dominavam os africanos. Temos visto como os brancos se acostumaram a colocar todos os negros no mesmo saco. No primeiro congresso da Sociedade Africana de Cultura, que se efectuou em Paris em 1956, os negros norte-americanos formularam espontâneamente os seus problemas no mesmo plano do dos seus irmãos africanos. Os homens de cultura africanos, ao falarem de civilizações africanas, reconheciam uma condição civil racional aos antigos escravos. Mas, progressivamente, os negros norte-americanos compreenderam que os problemas existenciais que se lhes apresentavam não coincidiam com os que enfrentavam os negros africanos. Os negros de Chicago não se assemelhavam aos nigerianos nem aos habitantes do Tanganica, senão na medida exacta em que todos se definiam em relação com os brancos. Mas após os primeiros confrontos, quando a subjectividade se tranquilizou, os negros norte-americanos preveniram que os problemas objectivos eram fundamentalmente heterogéneos. Os autocarros da liberdade, onde negros e brancos norte-americanos procuram fazer retroceder a discriminação racial, têm nos seus princípios e nos seus objectivos relações com todas as lutas de libertação de qualquer povo colonizado. Assim, no decorrer do segundo congresso da Sociedade Africana de Cultura, os negros norte-americanos decidiram a criação de uma sociedade americana de homens de cultura negros.

A «negritude» encontrou o seu primeiro limite nos fenómenos que explicam

a historização dos homens. A cultura negra, a cultura negro-africana fraccionava-se porque os homens que se propunham incarná-la compreendiam que toda a cultura é primeiro nacional e que os problemas que mantinham alerta Richard Whright ou Langston Hughes eram fundamentalmente diferentes dos que podiam preocupar Leopold Senghor ou Jomo Kenyatta. Igualmente, alguns estados árabes que entoaram, sem dúvida, o canto prestigioso da renovação árabe, deviam perceber que a sua posição geográfica, a interdependência económica da sua região, eram mais fortes que o passado que se queria reviver. Assim, encontramos hoje os estados árabes orgânicamente ligados às sociedades mediterrânicas de cultura. É que esses estados estão submetidos a modernas pressões, a novos circuitos comerciais, enquanto as redes que dominavam na época do esplendor árabe desapareceram. Mas sobretudo existe o facto de que os regimes políticos de certos estados árabes são até certo ponto heterogéneos, alheios uns aos outros, que um encontro, ainda que fosse apenas cultural entre esses estados, carecia de sentido.

Verifica-se, pois, que o problema cultural, tal como se coloca às vezes nos países colonizados, pode dar lugar a graves ambiguidades. A incultura dos negros, a barbárie congénita dos árabes, proclamadas pelo colonialismo, deviam conduzir logicamente a uma exaltação dos fenómenos culturais não já nacionais, mas continentais e singularmente racializados. Na África, a orientação de de um homem de cultura é uma orientação negro-africana ou árabe-muçulmana. Não é especificamente nacional. A cultura está cada vez mais separada da actualidade. Encontra refúgio num lugar emocionalmente incandescente e abre dificilmente caminhos concretos que seriam, sem dúvida, os únicos susceptíveis de procurar os atributos de fecundidade, de homogeneidade e de densidade.

Se a empresa do intelectual colonizado é historicamente limitada contribui, sem dúvida, em grande medida para apoiar e legitimar a acção dos políticos. E é verdade que a actividade do intelectual colonizado assume algumas vezes o aspecto de um culto, de uma religião. Mas se se quer analisar como é necessária esta atitude, verifica-se que se traduz no colonizado a tomada de consciência do perigo que lhe acarreta romper as últimas amarras do seu povo. Esta fé proclamada na existência de uma cultura nacional é, na realidade, um retorno ardente, desesperado, para qualquer coisa. Para assegurar a sua .salvação, para escapar à supremacia da cultura branca, o colonizado sente a necessidade de voltar para raízes ignoradas, de se perder, aconteça o que acontecer, nesse povo bárbaro. Porque se sente alienado, isto é, sente-se o centro vivente de contradições que ameaçam ser insuperáveis, o colonizado desprende-se do pântano em que corria o perigo de se afundar e resolve, de corpo e alma, aceitar, assumir e confirmar. O colonizado descobre que deve responder por tudo e por todos. Não é somente o defensor, aceita também ocupar o seu lugar ao lado dos outros e, doravante, pode rir-se da sua cobardia passada.

Esta arrancada penosa e dolorosa é, porém, necessária. Por não a realizar produzir-se-ão mutilações psico-afectivas extremamente graves. Indivíduos sem rédeas, sem limites, sem cor, apátridas, desenraizados, anjos. Do mesmo modo,

não será surpresa ouvir alguns colonizados declarar: «É entre tantos senegaleses e franceses... É entre tanto argelino e francês... que eu falo». Escorado sobre a necessidade, se quer ser verídico, em vez de assumir duas nacionalidades, duas determinações, o intelectual árabe e francês, o intelectual nigeriano e inglês escolhe a negação de uma destas determinações. Quase sempre, não desejando ou não podendo escolher, esses intelectuais recolhem todas as determinações históricas que as condicionaram e situam-se radicalmente numa «perspectiva universal».

É que o intelectual colonizado lançou-se com avidez à cultura ocidental. Parecido aos filhos adoptivos, que não abandonam as suas investigações do novo agregado familiar senão no momento em que se cristaliza na sua mentalidade um núcleo mínimo de segurança, o intelectual colonizado procurará tomar sua a cultura europeia. Não se contentará em conhecer Rabelais ou Diderot, Shakespeare ou Edgar Poe, colocará o seu cérebro em tensão para conseguir a mais extrema cumplicidade com esses homens,

A dama não estava só
Ela tinha um marido
Um marido muito elegante
Que citava Racine e Comeille
E Voltaire e Rousseau
E o Pai Hugo e o jovem Mussét
E Gide e Valéry
E tantos outros autores(36).

Mas quando os partidos nacionalistas mobilizam o povo em nome da independência nacional, o intelectual colonizado pode rejeitar algumas vezes essas aquisições, que sente de súbito como alienatórias. Contudo, é mais fácil proclamar do que rejeitar realmente. Esse intelectual que, por intermédio da cultura, se havia infiltrado na civilização ocidental, que havia chegado a formar um só corpo com a civilização europeia, quer dizer, a mudar de corpo, vai aperceber-se que a matriz cultural, que queria assumir por desejo de originalidade, não lhe oferece figuras que possam suportar a comparação com aquelas, numerosas e prestigiosas, da civilização do ocupante. A história, bem entendido, escrita aliás por ocidentais e dirigida aos ocidentais, poderá episòdicamente valorizar certos períodos do passado africano. Mas, frente ao presente do seu país, observando lucidamente, «objectivamente» a situação actual do continente que desejaria tomar seu, o intelectual assusta-se perante o vazio, a ignorância, a selvajaria. Sente ter de sair dessa cultura branca, procurar noutro lado, em qualquer lado, e não encontrando um alimento cultural à medida do panorama glorioso ostentado pelo dominador, o intelectual colonizado retrocederá com frequência sobre posições emocionais e desenvolverá uma psicologia dominada por uma sensibilidade, uma sensitividade, uma susceptibilidade excepcionais. Este movimento que procede primeiro de uma petição de princípios, no seu mecanismo interno e na sua fisionomia evoca todo

um reflexo, uma contracção muscular.

Assim se explica suficientemente o estilo dos intelectuais colonizados que decidem exprimir esta fase da consciência em vias de se libertar. Estilo cheio de contrastes, de imagens, porque a imagem é a ponte levadiça que permite às energias inconscientes dispersar-se pelos campos vizinhos. Estilo nervoso, animado por ritmos, povoado por uma vida eruptiva. Colorido também, bronzeado, ensolarado e violento. Esse estilo, que num dado momento surpreendeu os ocidentais, não é como se quis afirmar um carácter racial, mas traduz antes de mais um corpo a corpo, revela a necessidade em que se encontra esse homem de se lastimar, de sangrar realmente sangue vermelho, de se libertar de uma parte do seu ser que já encerrava os germes da podridão. Combate doloroso, rápido, onde inevitàvelmente o músculo devia substituir o conceito.

Se no plano poético esta tendência alcança alturas imprevistas, no plano da existência intelectual desemboca frequentemente num beco sem saída. Quando, no apogeu do amor pelo seu povo, qualquer que fosse e qualquer que seja, o intelectual decide reencontrar o caminho da continuidade, não restabelece na sua aventura senão fórmulas terrivelmente infecundas. Elogia os costumes, as tradições, os modos de aparecer e a sua procura forçada, dolorosa, apenas faz evocar uma banal intenção de exotismo. É a fase em que os intelectuais cantam as menores determinações do panorama autóctone, o boubou consagra-se, o calçado francês ou italiano é abandonado em favor das chinelas. A linguagem do dominador esfola com frequência os lábios. Reencontrar o seu povo é algumas vezes, neste período, querer ser negro, não um negro como os outros, mas um negro verdadeiro, um cão negro, como deseja o branco. Reencontrar o seu povo é fazer-se boubou, tornar-se o mais autóctone possível, o mais irreconhecível, é cortar as asas que havia deixado crescer.

O intelectual colonizado decide proceder ao inventário das más maneiras aprendidas no mundo colonial e apressa-se a recordar as boas maneiras do povo, desse povo que se pensava deter toda a verdade. O escândalo que desencadeia esta atitude nas fileiras dos colonialistas instalados no território fortalece a decisão do colonizado. Quando os colonialistas, que saborearam a sua vitória sobre esses assimilados, dão conta de que esses homens, a quem pensavam ter defendido, começam a dispersar-se na negralha, todo o sistema vacila. Cada colonizado vencido, cada colonizado que serviu de testemunho, quando resolve perder-se é não apenas um fracasso para a empresa colonial, mas simboliza também a inutilidade e a falta de profundidade do trabalho realizado. Cada colonizado que ultrapassa a linha, é uma condenação radical do método e do regime e o intelectual colonizado encontra no escândalo que provoca uma justificação da sua demissão e um estímulo para a preservar.

Se quiséssemos encontrar através das obras dos escritores colonizados as diferentes fases que caracterizam essa evolução, veríamos perfilar-se perante os nossos olhos um panorama em três tempos. Numa primeira fase, o intelectual

colonizado prova que assimilou a cultura do ocupante. As suas obras correspondem ponto por ponto às dos seus homólogos metropolitanos. A inspiração é europeia e fàcilmente se podem ligar essas obras a uma corrente bem definida na literatura metropolitana. É o período de assimilação integral. Encontrar-se-ão nesta literatura do colonizado parnasianos, simbolistas e surrealistas.

Numa segunda fase, o colonizado movimenta-se e procura recordar-se. Este período de criação corresponde aproximadamente à imersão que acabamos de descrever. Mas como o colonizado não está integrado no seu povo, contenta-se somente em recordar. Velhos episódios da infância serão recolhidos do fundo da memória, velhas lendas serão interpretadas em função de uma estética emprestada e de uma concepção do mundo descoberta debaixo de outros céus. Algumas vezes essa literatura, anterior ao combate, estará dominada pelo bom-humor e pela alegoria. Período de angústia, de mal-estar, experiência da morte, experiência da náusea. Vomita-se, mas já, por debaixo, se prepara o riso.

Por último, numa terceira fase, chamada de luta, o colonizado — depois de haver tentado colocar-se entre o povo, transforma-se no que desperta o povo. No decorrer contrário, o povo. Em vez de favorecer a letargia do povo, transforma-se no que desperta o povo. No decorrer desta fase, um grande número de homens e mulheres, que antes nunca pensaram em fazer uma obra literária, encontram-se agora em situações especiais, na prisão, na guerrilha ou em vésperas de serem executados, sentem a necessidade de expressar a sua nação, de compor a frase que exprima o povo, de se converterem em porta- -vozes de uma nova realidade em acção.

O intelectual colonizado dará conta, sem dúvida, mais tarde ou mais cedo, de que não se prova a nação com a cultura, mas que esta se manifesta na luta que o povo realiza contra as forças de ocupação. Nenhum colonialismo recebe a sua legitimidade da inexistência cultural dos territórios que domina. Nunca se envergonhará o colonialismo manifestando perante o seu olhar tesouros culturais desconhecidos. O intelectual colonizado, no preciso momento em que se inquieta por realizar uma obra cultural, não dá conta de que utiliza técnicas e uma língua tomadas ao ocupante. Contenta-se em revestir esses instrumentos por um tom que deseja ser nacional, mas que lembra estranhamente o exotismo. O intelectual colonizado, que regressa ao seu povo através das obras culturais, comporta-se de facto como um estrangeiro. Algumas vezes não vacilará em utilizar os dialectos para manifestar a sua vontade de estar o mais perto possível do povo, mas as ideias que exprime, as preocupações que o dominam, nada têm de comum com a situação concreta que conhecem os homens e as mulheres do seu país. A cultura para a qual se inclina o intelectual não é com frequência senão um amontoado de particularismos. Querendo aliar-se ao povo, alia-se a um revestimento visível. Mas esse revestimento é apenas o reflexo de uma vida subterrânea, densa, em perpétua renovação. Essa objectividade, que salta à vista e parece caracterizar o povo, não é na verdade senão o resultado inerte e já negado da adaptações múltiplas e nem sempre coerentes com uma substância

mais fundamental que está em plena renovação. O homem de cultura, em vez de ir à procura dessa substância, deixar-se-á hipnotizar por esses andrajos mumificados que, estabilizados, significam pelo contrário a negação, a superação, a invenção. A cultura não possui nunca a translucidez do costume. A cultura invade eminentemente toda a simplificação. Em sua essência, opõe-se ao costume que é sempre uma deterioração da cultura. Querer apegar-se à tradição ou reactualizar as tradições abandonadas é não somente ir contra a História, mas também contra o seu povo. Quando um povo sustenta uma luta armada ou ainda política contra um colonialismo implacável, a tradição muda de significado. O que era técnica de resistência passiva pode ser radicalmente condenado neste período. Num país subdesenvolvido, em fase de luta, as tradições são fundamentalmente instáveis e rasgadas por correntes centrífugas. Por isso, o intelectual corre o risco, frequentemente, de ir contra a corrente. Os povos que lutaram são cada vez mais impermeáveis à demagogia e se se sentem seguidos em demasia mostram-se, como um vulgar oportunista, como um retardatário.

No plano das artes plásticas, por exemplo, o criador colonizado, que a todo o custo quer fazer uma obra nacional, limita-se a uma reprodução estereotipada dos detalhes. Esses artistas que aprofundaram, sem dúvida, as técnicas modernas e que participaram nas grandes correntes da pintura ou da arquitectura contemporânea, voltam as costas, contestam a cultura estrangeira e caminhando em procura da verdade nacional favorecem o que consideram as constantes de uma arte nacional. Mas também esquecem que as formas de pensamento, a alimentação, as técnicas modernas de informação, de linguagem e de vestuário, organizaram dialècticamente o cérebro do povo e as constantes que foram fundamentais durante o período colonial estão sofrendo mutações terrivelmente radicais.

Esse criador que descreve a verdade nacional, volta-se paradoxalmente para o passado, para o inactual. O que procura na sua profunda intencionalidade são as dejecções do pensamento, as aparências, os cadáveres, o saber definitivamente estabilizado. Mas o intelectual colonizado que quer realizar uma obra autêntica, deve saber que a verdade nacional está primeiro do que a realidade nacional.

Tem de chegar ao núcleo em ebulição onde se prefigura o saber.

Antes da independência, o pintor colonizado era insensível ao panorama nacional. Preferia a arte não-figurativa ou, com maior frequência, especializava-se nas naturezas mortas. Depois da independência, a sua preocupação para se aproximar do povo confiná-lo-á à representação da realidade nacional ponto por ponto. Trata-se de uma representação não ritmada, serena, imóvel, que não evoca a vida, mas a morte. Os meios esclarecidos extasiam-se perante essa verdade bem conseguida, mas temos direito a perguntar se essa verdade real, se realmente não é superada, negada, impugnada pela epopeia através da qual o povo abre o caminho da história.

No plano da poesia, poderíamos fazer as mesmas demonstrações. Depois da

fase de assimilação da poesia rimada, estala o ritmo do tam-tam poético. Poesia de rebeldia, mas também poesia analítica, descritiva. O poeta deve compreender, sem dúvida, que nada substitui o compromisso racional e irreversível ao lado do povo em armas. Uma vez mais, citamos Depestre:

A dama não estava só
Tinha um marido
Um marido que sabia tudo
Mas a falar verdade não sabia nada
Porque a cultura não se faz sem concessões
Uma concessão da carne e do sangue
Uma concessão de si mesmo e dos outros
Uma concessão que vale o
Classicismo e o romantismo
E tudo aquilo que sacia o nosso espírito.(37)

O poeta colonizado que se preocupa em fazer uma obra nacional, que se obstina por descrever o seu povo, fracassa inteiramente porque não faz antes essa concessão fundamental de que fala Depestre. O poeta francês René Char compreendeu isso quando recordou que: «o poema surge de uma imposição subjectiva e de uma escolha objectiva. O poema ê uma assembleia em movimento de valores originais determinantes, em relações contemporâneas com alguém a quem esta circunstância primeiro importa»(38).

Sim, o primeiro dever do poeta colonizado é determinar claramente o tema popular da sua criação. Não pode avançar-se resolutamente, a não ser quando se toma consciência primeiro da alienação. Por outro lado, não nos dá nada sem nos inclinarmos, por mil caminhos, na sua direcção; sem nos iludirmos, seduzirmos e apressarmo-nos através de dez mil artifícios, de cem mil astúcias. Tomar é também, em muitos aspectos, ser tomado. Não basta tratar de desprender-se, acumulando as proclamações ou as negações. Não basta unir-se ao povo nesse passado, onde já não se encontra senão esse movimento oscilante que acaba de esboçar e a partir do qual, subitamente, tudo irá ser impugnado. Devemos dirigir-nos a esse sítio oculto de desequilíbrio, sem o duvidar, porque aí se cobre a sua alma e se iluminam a sua percepção e a sua respiração.

Keita Fodeba, agora Ministro do Interior da República da Guiné, quando era director dos Bailados Africanos, não mistificou nunca a realidade que lhe oferecia o povo da Guiné. Numa perspectiva revolucionária, reinterpretou todas as imagens rítmicas do seu país. Mas fez mais. Na sua obra poética, pouco conhecida, encontramos uma constante preocupação por fixar o momento histórico da luta, por delimitar o campo em que se desenvolverá a acção, as ideias em torno das quais se cristalizará a vontade popular, Eis aqui um poema de Keita Fodeba, autêntico convite à reflexão, à desmistificação, ao combate.

AMANHECER AFRICANO

(Música de guitarra)

Era o amanhecer. A pequena aldeia que dançou durante metade da noite ao som dos tam-tams, despertava pouco a pouco. Os pastores, seminus e tocando flauta, conduziam os rebanhos para o vale. As raparigas, muito presumidas, caminhavam uma por uma pelo carreiro tortuoso do fontenário. No pátio da mesquita, um grupo de rapazes cantarolava em coro versículos do Alcorão.

(Música de guitarra)

Era o amanhecer. Combate de dia e de noite. Mas esta, cansada, não podia mais e expirava lentamente. Alguns raios de sol, sinal que antecipava a vitória do dia, arrastavam, todavia, tímidas e pálidas, no horizonte, as últimas estrelas que deslizavam suavemente debaixo das nuvens, flamejantes em flor.

(Música de guitarra)

Era o amanhecer. E, além, no fundo da vasta planura de contornos de púrpura, uma silhueta de homem curvado cavava a terra: silhueta de Naman, o cultivador. A cada golpe da sua daba, os pássaros assustados voavam até às aprazíveis ribeiras do Djoliba, o grande rio da Nigéria. As suas calças de algodão cinzento, húmidas de orvalho,sacudiam a erva sobre os flancos. Suava, infatigável, sempre curvado, manejando habilmente a sua ferramenta; era necessário que as suas sementes estivessem semeadas antes das próximas chuvas.

(Música de coro)

Era o amanhecer. Sempre o amanhecer. Os pintassilgos, revoluteavam nas folhagens anunciando o dia. Na terra húmida da planura, um rapaz, trazendo na bandoleira o seu pequeno saco de flechas, corria esbaforido na direcção de Naman. Disselhe: «Irmão Naman, o chefe da aldeia pede para que compareça debaixo da árvore das conversações».

(Música de coro)

Surpreendido perante uma chamada tão matinal, o cultivador deixou a ferramenta e caminhou para a aldeia, que brilhava agora ao resplendor do sol nascente. Já os Anciães, mais graves do que nunca, estavam sentados. Ao lado deles, um homem de uniforme, um agente impassível, fumava tranquilamente o seu cachimbo.

(Música de coro)

Naman sentou-se sobre uma pele de carneiro. A voz do chefe ouviu-se para transmitir à assembleia a vontade dos Anciães: «Os brancos enviaram um agente para solicitar que um homem da aldeia vá lutar pelo seu país. Os brancos de respeito, depois de deliberar, decidiram designar o jovem mais representativo da nossa raça para que mostre na batalha dos Brancos a coragem que sempre caracterizou o nosso Mandinga.

(Música de guitarra)

Naman, cuja imponente estatura e aparência muscular as raparigas elogiavam todas as noites em estrofes harmoniosas, foi designado para essa tarefa. A doce Kadia, sua jovem mulher, comovida pela notícia, deixou de repente de moer, pôs o almofariz no celeiro e, sem dizer palavra, fechou-se na cabana para chorar a sua desgraça entre soluços prolongados. A morte arrebatou-lhe o seu primeiro marido e não podia conceber que os Brancos lhe arrebatassem Naman, em quem descansavam todas as suas novas esperanças.

(Música de guitarra)

No dia seguinte, apesar das suas lágrimas e das suas queixas, o som grave dos tam-tams de guerra acompanhou Naman até ao pequeno porto da aldeia, onde embarcou num lanchão com destino ao lugar 'principal da região. Pela noite, em vez de dançarem na praça pública como era costume, as raparigas vieram velar para a antecâmara de Naman, onde conversaram até de manhã em redor de uma fogueira.

(Música de guitarra)

Passaram-se alguns meses sem que qualquer notícia de Namam, chegasse à aldeia. A pequena Kadia estava tão inquieta que recorreu ao esperto feiticeiro da aldeia vizinha. Os mesmos Anciães realizaram sobre o assunto um breve conciliábulo secreto, mas nada se soube dessa reunião.

(Música de coro)

Um dia, finalmente, chegou à aldeia uma carta de Naman dirigida a Kadia. Esta, preocupada pela situação do seu marido, foi nessa mesma noite, suportando penosas horas de caminho, ao lugar principal da região para arranjar um 'tradutor que lhe lesse a carta.

Naman estava na África do Norte, com boa saúde e pedia noticias da colheita, das festas della mare, das danças, da árvore das conversações, da aldeia...

(Balafong)

Essa noite, as comaidres permitiram que a jovem Kadia assistisse, no pátio das mais velhas, às suas habituais práticas da noite. O chefe da aldeia, contente pela notícia, ofereceu um grande banquete aos mendigos dos arredores.

(Balafong)

Passaram-se mais alguns meses e todos voltaram a ficar inquietos, porque não sabiam nada de Naman. Kadia pensava novamente consultar o feiticeiro quando recebeu uma segunda carta. Naman, depois da Córsega e da Itália, estava agora na Alemanha e congratulava-se por ter sido já condecorado.

(Balafong)

Depois, veio outra carta informando simplesmente que Naman havia caído prisioneiro dos alemães. Esta noticia pesou muito sobre a aldeia. Os Anciães reuniram-se em conselho e decidiram que Naman estava autorizado a dançar o Douga, essa dança sagrada do abutre que ninguém dança sem realizar uma acção importante, essa dança dos imperadores malinkés[(39)] onde cada passo é uma etapa da história do Mali. Kadia ficou consolada por verificar como elevavam o seu marido à dignidade dos heróis do país.

(Música de guitarra)

O tempo passou-se... Decorreram dois anos... Naman continuava na Alemanha. Já não escrevia.

(Música de guitarra)

Um belo dia, o chefe da aldeia recebeu de Dacar uma mensagem que anunciava a próxima chegada de Naman. Em seguida, vibraram os tam-tams. Dançou-se e cantou-se até ao amanhecer. As raparigas arranjaram novas vestes para a recepção, porque as que antes usavam não diziam, nada do Douga, essa célebre dança do Mandinga.

(Tam-tams)

Mas, um mês mais tarde, o cabo Moussa, um grande amigo de Naman, escreveu esta trágica carta a Kadia: «Era ao amanhecer. Estávamos em Tiaroye-sur-Mer. No decorrer de uma contenda contra os nossos chefes brancos de Dacar, uma bala fez cair Naman. Descansa em terra senegalesa».

(Música de guitarra)

Na verdade, era o amanhecer. Os primeiros raios do sol roçavam apenas a superfície do mar, douravam as suas pequenas vagas encrespadas. Ao sopro da brisa, as palmeiras, como levadas por esse combate matinal, inclinavam suavemente os seus troncos para o oceano. Os corvos, em ruidosos bandos, vinham anunciar aos arredores, com os seus grasnidos, a tragédia que ensanguentava o amanhecer de Tiaroye... E, no azul incendiado, precisamente por cima do cadáver de Naman, um gigantesco abutre esvoaçava pesadamente. Parecia dizer-lhe: «Naman! Não bailaste essa dança que tem o meu nome. Outros a dançarão».

(Música de coro)

Se escolhi este longo poema, foi pelo seu incontestável valor pedagógico. Aqui as coisas são claras. É uma exposição precisa, progressiva. A compreensão do poema não é apenas uma actividade intelectual, mas uma actividade política. Compreender esse poema é compreender o papel que deve desempenhar, reconhecer o próprio caminho, polir as armas. Não há um colonizado que não receba a mensagem contida neste poema. Naman, herói dos campos de batalha da Europa, Naman que não deixa de assegurar à metrópole poder e perenidade,

Naman metralhado pelas forças de polícia no momento em que volta a estabelecer contacto com a terra natal, é Sétif em 1945, Fort-de-France, Saigão, Dacar, Lagos. Todos esses negros e todos esses bicots que se bateram para defender a liberdade da França ou a civilização britânica, identificam-se nesse poema de Keita Fodeba.

Mas Keita Fodeba vê mais longe. Nos países colonizados, o colonialismo depois de utilizar os indígenas nos campos de batalha, utiliza-os como ex-combatentes para romper os movimentos de independência. As associações de antigos combatentes são nas colónias uma das forças mais anticolonialistas. O poeta Keita Fodeba preparava o Ministro do Interior da República da Guiné para desmascarar os «complots» organizados pelo colonialismo francês. Foi, com efeito, com a ajuda dos antigos combatentes que os serviços secretos franceses planeavam, entre outros meios, quebrar a nova independência da Guiné.

O homem colonizado que escreve para o seu povo, quando utiliza o passado deve fazê-lo com a intenção de abrir o futuro, de convidar à acção, de criar a esperança. Mas para assegurar a esperança, para lhe dar densidade, é necessário participar na acção, comprometer-se de corpo e alma na luta nacional. Pode falar-se de tudo, mas quando se resolve falar de uma coisa única na vida de um homem que representa de facto o abrir do horizonte, de levar luz à própria terra, de se levantar a si mesmo e ao seu povo, então deve colaborar-se muscularmente.

A responsabilidade do homem de cultura colonizado não é uma responsabilidade frente à cultura nacional, mas uma responsabilidade global perante a nação como um todo, de que a cultura não é, em definitivo, senão um aspecto. O homem de cultura colonizado não deve preocupar-se em escolher o nível da sua luta, o sector onde decide travar o combate nacional. Lutar pela cultura nacional é, em primeiro lugar, lutar pela libertação da nação, matriz material a partir da qual resulta possível a cultura. Não existe um combate cultural que se desenvolva paralelamente à luta popular. Por exemplo, todos esses homens e mulheres que lutam de punhos cerrados contra o colonialismo francês na Argélia não são alheios à cultura nacional argelina. A cultura nacional argelina cria corpo e consistência no decorrer desses combates, no cárcere, frente à guilhotina, nos postos militares franceses sitiados e destruídos.

Não deve contentar-se, portanto, em mergulhar no passado do povo para encontrar nele elementos de coerência para enfrentar as empresas falsificadoras e pejorativas do colonialismo. Deve trabalhar-se, lutar com o mesmo ritmo que o povo para conseguir o futuro, preparar o terreno onde crescem já rebentos poderosos. A cultura nacional não é o folclore, onde um populismo abstracto quis descobrir a verdade do povo. A cultura nacional, nos países subdesenvolvidos, deve situar-se, pois, no centro da própria luta de libertação que esses países realizam. Os homens de cultura africana que lutam, todavia, em nome da cultura negro-africana, que multiplicaram os congressos em nome da unidade dessa cultura, devem compreender, hoje, que a sua actividade se reduziu a examinar

algumas peças ou a comparar alguns sarcófagos.

Não existe comunidade de destino das culturas nacionais senegalesa e guineense, mas comunidade de destino das nações guineense e senegalesa dominadas pelo mesmo colonialismo francês. Se se deseja que a cultura nacional senegalesa se pareça com a cultura nacional da Guiné, não basta que os dirigentes dos dois povos decidam colocar os problemas em perspectivas semelhantes: problema da libertação, problemas sindicais, problemas económicos. Mesmo nessa altura não poderia haver identidade absoluta, porque o ritmo do povo e o dos dirigentes não são uniformes.

Não poderia haver culturas rigorosamente idênticas. Imaginar que se vai formar uma cultura negra é esquecer singularmente que os negros estão em vias de desaparecer, dado que aqueles que os criaram estão contemplando a dissolução da sua supremacia económica e cultural.(40) Não haverá cultura negra, porque nenhum político pensa ter vocação para dar origem a repúblicas negras. O problema está em saber o local que esses homens pensam reservar para o seu povo, o tipo de relações sociais que resolvem instaurar, a concepção que têm do futuro da humanidade. Isso é o que conta. Tudo o mais é literatura e mistificação.

Em 1959, os homens de cultura africanos, reunidos em Roma, não deixaram de falar da unidade. Mas um dos maiores cantores dessa unidade cultural, Jacques Rabemananjara, é hoje ministro do governo malgaxe e, como tal, resolveu com o seu governo tomar posição contra o povo argelino na Assembleia Geral das Nações Unidas. Rabe, se fosse fiel a si mesmo, devia apresentar a sua demissão a esse governo, denunciar os homens que pretendem incarnar a vontade do povo malgaxe. Os 90 mil mortos de Madagáscar não deram a Rabe a missão de se opor, na Assembleia Geral das Nações Unidas, às aspirações do povo argelino.

A cultura negro-africana condensa-se em torno da luta dos povos e não em redor dos cantos, dos poemas ou do folclore; Senghor, que é igualmente membro da Sociedade Africana de Cultura e que trabalhou connosco nesta questão de cultura africana, não vacilou tão-pouco em ordenar à sua delegação que apoiasse as teses francesas sobre a Argélia. A adesão à cultura negro-africana, à unidade cultural de África, exige primeiro um apoio incondicional à luta de libertação dos povos. Não pode desejar-se o esplendor da cultura africana, se não se contribui concretamente para a existência de condições dessa cultura, quer dizer, para a libertação do continente.

Afirmo que nenhum discurso, nenhuma proclamação sobre a cultura, nos desviarão das nossas tarefas fundamentais, que são a libertação do território nacional, uma luta constante contra as novas formas do colonialismo e uma negação obstinada de não nos deixarmos iludir.

Fundamentos Recíprocos da Cultura Nacional e das Lutas de Libertação

O domínio colonial, por ser total e simplificador, tende imediatamente a desintegrar de forma espectacular a existência cultural do povo submetido. A

negação da realidade nacional, as relações jurídicas de novo introduzidas pela potência ocupante, a recusa à periferia pela sociedade colonial, dos indígenas, as expropriações, a submissão sistemática de homens e de mulheres, tomam possível essa obliteração cultural.

Há três anos demonstrei, no nosso primeiro congresso, que o dinamismo é substituído muito depressa, na situação colonial, por uma substantivação das atitudes. A área cultural é delimitada então por muros, por postes indicativos. São outros tantos mecanismos de defesa do tipo mais elementar, assimiláveis por mais de um motivo ao simples instinto de conservação. O interesse deste período é que o opressor chegue a não se contentar já com a inexistência objectiva da nação e da cultura oprimida. Fazem-se todos os esforços para levar o colonizado a confessar abertamente a inferioridade da sua cultura transformada em condutas instintivas, a reconhecer a irrealidade da sua nação e, em último caso, o carácter desorganizado e não elaborado da sua própria estrutura biológica.

Em face desta situação, a reacção do colonizado não é inequívoca. Enquanto as massas mantêm intactas as tradições mais heterogéneas a respeito da situação colonial, enquanto o estilo artesanal se solidifica num formalismo cada vez mais estereotipado, o intelectual lança-se frenèticamente numa aquisição furiosa da cultura do ocupante, preocupando-se em caracterizar pejorativamente a sua cultura nacional, ou limita-se à enumeração circunstanciada, metódica, passional e ràpidamente estéril desta cultura.

O carácter comum dessas duas tentativas é que desembocam uma e outra em contradições insuportáveis. Desertor ou substancialista, o colonizado é ineficaz porque precisamente a análise da situação colonial não é realizada com rigor. A situação colonial paralisa, quase totalmente, a cultura nacional. Não há, não poderia haver cultura nacional, vida cultural nacional, inventos culturais ou transformações culturais no quadro de uma dominação colonial. Aqui e além, surgem por vezes intenções audazes de reanimar o dinamismo cultural, de reorientar os temas, as formas, as tonalidades. O interesse imediato, palpável, evidente desses sobressaltos é nulo. Mas, levando as suas consequências ao extremo limite, percebe-se que se prepara uma despacificação da consciência nacional, uma impugnação da opressão, uma abertura sobre a luta de libertação.

A cultura nacional é, debaixo do domínio colonial, uma cultura destruída de maneira sistemática e muito ràpidamente condenada à clandestinidade. Esta noção de clandestinidade é percebida imediatamente nas reacções do ocupante, que interpreta a complacência nas tradições como uma fidelidade ao espírito nacional, como uma negação a submeter-se. Esta persistência de formas culturais condenadas pela sociedade colonial é já uma manifestação nacional. Mas esta manifestação obedece às leis da inércia. Não existe ofensiva, não existe nova definição das relações. Há crispação num núcleo cada vez mais estreito, cada vez mais inerte, cada vez mais vazio.

No fim de um ou dois séculos de exploração, produz-se um verdadeiro empobrecimento do panorama cultural nacional. A cultura nacional converte-se

num acervo de hábitos motrizes, de tradições de vestimenta, de instituições despedaçadas. Percebe-se a escassa mobilidade. Não existe verdadeira criatividade, não há efervescência. Miséria do povo, opressão nacional e inibição da cultura, são uma e a mesma coisa. Através de um século de domínio colonial, encontra-se uma cultura rígida em demasia, sedimentada, mineralizada. A deterioração da realidade nacional e a agonia da cultura nacional mantêm relações de dependência recíproca. Por isso, é essencial seguir a evolução dessas relações no decorrer da luta de libertação. A negação cultural, o desprezo pelas manifestações nacionais motrizes ou emocionais, a proscrição de qualquer especialidade de organização, contribuem para engendrar condutas agressivas no colonizado. Mas esses comportamentos são de carácter reflexo, mal diferenciadas, anárquicas, ineficazes. A exploração colonial, a miséria, a fome endémica empurram cada vez mais o colonizado para a luta aberta e organizada. Progressivamente e de maneira imperceptível a necessidade de um afrontamento decisivo torna-se urgente e é experimentada pela grande maioria do povo. As tensões, antes inexistentes, multiplicam-se. Os acontecimentos internacionais, o desmoronamento em grandes pedaços dos impérios coloniais, as contradições inerentes ao sistema colonialista sustentam e fortalecem a combatividade, promovem e dão força à consciência nacional.

Essas novas tensões, presentes em todas as fases da realidade colonial, repercutem-se no plano cultural. Na literatura, por exemplo, existe relativa superprodução. De réplica menor do dominador que era, a produção autóctone distingue-se e converte-se em vontade particular. Essencialmente consumidora durante o período de opressão, a intelligentzia torna-se produtora. Esta literatura limita-se em princípio, voluntàriamente, ao género poético e trágico. Parece existir uma espécie de organização interna, uma lei de expressão que quer que as manifestações poéticas escasseiem à medida que se definem os objectivos e os métodos da luta de libertação. Os temas renovam-se fundamentalmente. Na realidade, cada vez se encontram menos essas recriminações amargas e desesperadas, essas violências abertas e sonoras que, em definitivo, tranquilizam o ocupante. Os colonialistas, no período anterior, encorajaram essas tentativas, facilitaram a sua existência. As denúncias exacerbadas, as misérias evidentes, a paixão expressa são, com efeito, assimiladas pelo ocupante numa operação de catarse. Facilitar essas operações é, em certo sentido, evitar a dramatização, aliviar a atmosfera.

Mas esta situação não pode ser senão transitória. Na verdade, o progresso da consciência nacional no povo modifica e define as manifestações literárias do intelectual colonizado. A coesão persistente do povo constitui para o intelectual um convite para ir mais além do grito. O lamento dá a vez à acusação e à chamada. No período seguinte, aparece a palavra de ordem. A cristalização da consciência nacional transformará os géneros e os temas literários e, simultâneamente, criará um novo público. Enquanto no princípio o intelectual colonizado produzia exclusivamente para o opressor, seja para o atrair ou para o denunciar através de categorias étnicas ou subjectivistas, adopta

progressivamente o hábito de se dirigir ao seu povo.

Somente a partir desse momento se pode falar de literatura nacional. Existe, no plano da criação literária, reformulação e clarificação dos temas tipicamente nacionalistas. É a literatura de combate propriamente dita, no sentido em que convoca o povo inteiro para a luta pela existência nacional. Literatura de combate, porque informa a consciência nacional, dá-lhe forma e contornos e abre-lhe novas e ilimitadas perspectivas. Literatura de combate, porque se responsabiliza, porque é vontade temporalizada.

Noutro nível, a literatura oral, os contos, as epopeias, os cantos populares antes transcritos e decorados, começam a transformar-se. Os contistas que recitavam episódios sem vida, animam-nos e introduzem modificações cada vez mais fundamentais. Existe o propósito de actualizar os conflitos, de modernizar as formas de luta evocadas, os nomes dos heróis, o tipo das armas. O método alusivo faz-se com mais frequência. À fórmula: «Há muito tempo», substitui-se outra mais ambígua: «O que vamos contar passou-se em qualquer lado, mas poderia passar-se aqui hoje ou amanhã». O exemplo da Argélia é significativo a este respeito. A partir de 1952-53 os narradores de contos, estereotipados e fatigantes para os ouvintes, transformaram totalmente os seus métodos de exposição e o conteúdo dos seus relatos. O público, antes escasso, aparece agora em maior número. A epopeia, com as suas categorias de tipificação, reaparece. É um autêntico espectáculo que recupera valor cultural. O colonialismo não se enganou quando, desde 1955, procedeu à prisão sistemática destes narradores.

O contacto do povo com a nova atitude, suscita um novo ritmo respiratório, tensões musculares esquecidas e desenvolve a imaginação. Cada vez que o narrador expõe perante o seu público um episódio novo, assistimos a uma verdadeira invocação. Revela-se ao público a existência de um novo tipo de homem. O presente não está já fechado sobre si mesmo, mas aquartelado. O narrador liberta a sua imaginação, inventa, faz obra criadora. Sucede até que figuras mal preparadas para esta transmutação, bandidos de grandes caminhos ou vagabundos mais ou menos insociáveis, sejam recolhidas e reformadas. Deve seguir-se passo a passo, num país colonizado, o aparecimento da imaginação, da criação nas canções e nos relatos épicos populares. O contista responde por aproximações sucessivas à expectativa do povo e marcha, aparentemente sozinho, mas na realidade apoiado pela sua ajuda, em busca de modelos novos, de modelos nacionais. A comédia e a farsa desaparecem ou perdem o seu atractivo. Quanto à dramatização, não se situa já no plano da consciência em crise do intelectual. Perdendo os seus sintomas de desespero e de rebeldia, converteu-se na sorte comum do povo, em parte de uma acção em preparação ou já a decorrer.

No plano artesanal, as formas sedimentadas e adormecidas relaxam-se progressivamente. O trabalho em madeira, por exemplo, que reeditava por milhares certas caras ou certas posições, diferencia-se. A máscara inexpressiva ou transtornada anima-se e os braços tendem a afastar-se do corpo, a esboçar a

acção. A composição de dois, três, cinco personagens aparece. As escolas tradicionais são convidadas à criação com o aparecimento em avalanche de amadores ou dissidentes. Este novo vigor nesse sector da vida cultural passa com frequência despercebido. Sem dúvida, a sua contribuição para a luta nacional é importante. Ao animar caras e corpos, ao tomar como tema de criação um grupo aparafusado sobre o mesmo pedestal, o artista convida ao movimento organizado.

Se se estudam as repercussões do despertar da consciência nacional no campo da cerâmica ou da olaria, podem assinalar-se as mesmas observações. As criações abandonam o seu formalismo. Cântaros, jarras, bandejas variam, primeiro de forma imperceptível e depois de modo brutal. As cores, antes limitadas em número e que obedeciam a leis harmónicas tradicionais, multiplicam-se e sofrem o contra-golpe do impulso revolucionário. Alguns ocres, alguns azuis, proibidos de aparecerem sempre dentro de uma certa área cultural, impõem-se sem escândalo. Igualmente a não-figuração do rosto humano característica, segundo os sociólogos, de regiões perfeitamente delimitadas, converte-se depressa em algo absolutamente relativo. O especialista metropolitano, o etnólogo, percebem ràpidamente essas mutações. Em geral, todas essas mutações são condenadas em nome de um estilo artístico codificado, de uma vida cultural desenvolvida dentro da situação colonial. Os peritos colonialistas não reconhecem essa nova forma e apoiam as tradições da sociedade autóctone. Recordamos perfeitamente, e o exemplo reveste certa importância porque não se trata totalmente de uma realidade colonial, as reacções dos especialistas brancos dojazz quando, depois da Segunda Guerra Mundial, cristalizaram de maneira estável novos estilos, como o be-bop. É que o jazz não deve ser senão a nostalgia quebrada e desesperada de um velho negro tomado por cinco whiskies, a sua própria maldição e o ódio racista dos brancos. Quando o negro se comprende a si mesmo e concebe o mundo de uma maneira distinta, faz nascer a esperança e impõe um retrocesso ao universo racista, é claro que o seu trompete tende a libertar-se e a sua voz a perder a rouquidão. Os novos estilos em matéria de jazz não surgem apenas da competição económica. Deve ver-se neles, sem dúvida, uma das consequências da derrota, inevitável ainda que lenta, do mundo sulista dos Estados Unidos. E não é utópico supor que daqui a cinquenta anos a categoria jazz-gríto, soluçada por um pobre negro maldito, será defendida somente pelos brancos fiéis à imagem estereotipada de um tipo de relações, de uma forma de «negritude».

Poderíamos igualmente procurar e encontrar, no plano da dança, do canto melódico, dos ritos, das cerimónias tradicionais, o mesmo impulso, notar as mesmas mutações, a mesma impaciência. Muito antes da fase política ou armada da luta nacional, um leitor atento pode sentir, pois, e ver como se manifesta o novo vigor, a luta próxima. Formas de expressão pouco usuais, temas inéditos e dotados de uma força não já de invocação, mas de agrupamento, de convocação «com um fim». Tudo concorre para despertar a sensibilidade do colonizado, para tomar inactuais, inaceitáveis, as atitudes contemplativas ou de fracasso. Ao

renovar as intenções e a dinâmica do artesanato, da dança e da música, da literatura e da epopeia oral, o colonizado estrutura de novo a sua percepção. O mundo perde o seu carácter maldito. Criam-se as condições para o inevitável confronto.

Temos assistido à aparição do movimento nas manifestações culturais. Temos visto como esse movimento, essas novas formas estavam ligadas à maturidade da consciência nacional. Mas esse movimento tende cada vez mais a objectivar-se, a institucionalizar-se. Daí a necessidade de uma existência nacional custe o que custar.

Um dos erros, dificilmente suportável pelos outros, é de experimentar novas criações culturais, tratar de revalorizar a cultura autóctone dentro do quadro do domínio colonial. Por isso, chegamos a uma tese aparentemente paradoxal: num país colonizado, o nacionalismo mais elementar, o mais brutal, o mais indiferenciado, é a forma mais ardente e mais eficaz de defesa da cultura nacional. A cultura é, em primeiro lugar, expressão de uma nação, das suas preferências, dos seus tabus, dos seus modelos. Em todos os níveis da sociedade global constituem-se outros tabus, outros valores, outros modelos. A cultura nacional é a soma de todas essas apreciações, a consequência das tensões internas e externas na sociedade global e nas diferentes camadas dessa sociedade. Na situação colonial, a cultura, privada do duplo apoio da nação e do estado, deteriora-se e agoniza. A condição de existência da cultura é, portanto, a libertação nacional, o renascimento do estado.

A nação não é apenas condição da cultura, da sua profundidade. É também uma exigência. É, em primeiro lugar, o combate pela existência nacional que levanta o bloqueio da cultura, que abre as portas da criação. Mais tarde, a nação reúne para a cultura os diferentes elementos indispensáveis, os únicos que podem conferir-lhe confiança, validade, dinamismo, criatividade. É igualmente o seu carácter nacional que fará a cultura permeável às demais culturas e lhe permitirá influir, penetrar noutras culturas. O que não existe não pode actuar sobre a realidade, nem sequer influenciar essa realidade. É necessário sobretudo que o restabelecimento da nação dê vida, no sentido mais biológico do termo, à cultura nacional.

Temos seguido, pois, o rompimento cada vez mais essencial dos velhos sedimentos culturais e temos compreendido, em vésperas do combate decisivo pela libertação nacional, a renovação da expressão, o florescimento da imaginação.

Resta-nos apenas colocar um problema fundamental. Quais as relações que existem entre a luta, o conflito — político ou armado — e a cultura? Durante o conflito, a cultura fica suspensa? A luta nacional é uma manifestação cultural? Deve afirmar-se, finalmente, que o combate libertador, ainda que fecundo a posteriori para a cultura, é em si mesmo uma negação da cultura? A luta de libertação é ou não um fenómeno cultural?

Pensamos que a luta organizada e consciente empreendida por um povo

colonizado para restabelecer a soberania da nação, constitui a manifestação mais plenamente cultural que existe. Não é unicamente o triunfo da luta que dá validade e vigor à cultura, não existe hibernação da cultura durante o combate. A luta, no seu desenvolvimento, no seu processo interno, faz progredir as diferentes direcções da cultura e esboça outros caminhos. A luta de libertação não restitui à cultura nacional o seu valor e os seus antigos contornos. Esta luta, que tende para uma redistribuição fundamental das relações entre os homens, não pode deixar intactas as formas nem os conteúdos culturais desse povo. Depois da luta não desaparece apenas o colonialismo, mas desaparece também o colonizado.

Esta nova humanidade, para si e para os outros, não pode deixar de definir um novo humanismo. Nos objectivos e nos métodos da luta, desenha-se esse novo humanismo. Uma luta que mobiliza todas as camadas do povo, que não teme apoiar-se quase exclusivamente nesse povo, é necessàriamente vitoriosa. O valor desse tipo de luta é que realiza o máximo de condições para o desenvolvimento e a criação culturais. Depois da libertação nacional, obtida nessas condições, não existe essa indecisão tão dolorosa que se encontra em certos países recém-independentes. É que a nação, na sua forma de chegada ao mundo, nas suas modalidades de existência, influi fundamentalmente na cultura. Uma nação aparecida da acção combinada do povo, que incarna as reais aspirações do povo, que modifica o estado, não pode existir senão dentro de excepcionais formas de fecundidade cultural.

Os colonizados que se inquietam pela cultura do seu país e querem dar-lhe a dimensão universal, não devem confiar, pois, unicamente, no princípio da independência inevitável e sem aviso, na consciência do povo para realizar essa tarefa. A libertação nacional como objectivo é uma coisa; os métodos e o conteúdo popular da luta são outra coisa. Parece-nos que o futuro da cultura, a riqueza de uma cultura nacional, verificam-se igualmente em função de valores que definiram a luta libertadora.

E chegou o momento de denunciar o farisaísmo de alguns. A reivindicação nacional, diz-se aqui e além, é uma fase que a humanidade já superou. A hora é para os grandes conjuntos e os antiquados do nacionalismo devem corrigir, por isso mesmo, os seus erros. Pensamos, pelo contrário, que o erro, pleno de consequências, consistiria em querer salvar a fase nacional. Se a cultura é a manifestação da consciência nacional, não duvidaria em afirmar, no caso que nos ocupa, que a consciência nacional é a forma mais elaborada da cultura.

A consciência de si mesmo não é uma barreira à comunicação. A reflexão filosófica ensina-nos, pelo contrário, que é a sua garantia. A consciência nacional, que não é o nacionalismo, é a única que nos dá a dimensão internacional. Este problema da consciência nacional, da cultura nacional adquire em África perspectivas singulares. O aparecimento da cultura nacional em África sustenta, com a consciência africana, relações de estrita contemporaneidade. A responsabilidade do africano perante a sua cultura nacional é também

responsabilidade perante a cultura negro-africana. Esta responsabilidade conjunta não se deve a um princípio metafísico, mas é a consciência de uma lei trivial que postula que toda a nação independente, em África, onde o colonialismo continua arreigado, seja uma nação sitiada, frágil, em perigo permanente.

Se o homem é aquilo que faz, afirmaremos que o mais urgente, neste momento, para o intelectual africano, é a formação da sua nação. Se essa construção é verdadeira, quer dizer, se traduz a vontade evidente do povo, se revela, na sua impaciência, os povos africanos, então a construção nacional vai acompanhada necessàriamente do descobrimento e da promoção de valores universais. Longe de se afastar, pois, das outras nações, é a libertação nacional que a torna presente no cenário da História. É no coração da consciência nacional que se eleva e se aviva a consciência internacional. E esse duplo nascimento não é, definitivamente, senão o núcleo de toda a cultura.

Comunicação dirigida ao Segundo Congresso de Escritores e Artistas Negros, Roma, 1959.

5. Guerra colonial e perturbações mentais

Mas a guerra continua. E teremos de curar, durante muitos anos, as feridas múltiplas e às vezes indeléveis Infligidas aos nossos povos pela ruptura com o colonialismo.

O imperialismo, que agora luta contra uma autêntica libertação dos homens, abandona aqui e além germes de podridão que temos de descobrir implacàvelmente e extirpar das nossas terras e dos nossos cérebros.

Ocupamo-nos, aqui, do problema das perturbações mentais nascidas da guerra de libertação nacional que conduz o povo argelino.

Talvez pareçam inoportunas e deslocadas num livro como este algumas notas sobre psiquiatria. Não podemos evitá-lo de nenhuma maneira.

Não dependeu de nós que nesta guerra diversos fenómenos psiquiátricos, transtornos do comportamento e do pensamento tivessem obtido importância entre os actores da «pacificação» como na população «pacificada». A verdade é que a colonização, em essência, apresentava-se já como uma grande provedora dos hospitais psiquiátricos. Em diversos trabalhos científicos chamámos a atenção dos psiquiatras franceses e internacionais, desde 1954, sobre a dificuldade de «curar» correctamente o colonizado, isto é, de fazê-lo totalmente homogéneo num meio social de tipo colonial.

Como é uma negação sistemática do outro, uma decisão furiosa de privar o outro de qualquer atributo de humanidade, o colonialismo leva o povo dominado a perguntar-se constantemente: «Quem sou eu na realidade?»

As posições defensivas surgidas deste confronto violento do colonizado com o sistema colonial organizam-se numa estrutura que revela a personalidade colonizada. Basta simplesmente para compreender esta «sensitividade» apreciar o número e a profundidade das feridas sofridas por um colonizado durante um único dia no regime colonial. Deve recordar-se, em todo o caso, que um povo colonizado não é apenas um povo dominado. Debaixo da ocupação alemã, os franceses não deixaram de ser homens. Na Argélia, não há somente dominação, mas literalmente decisão de ocupar um território. Os argelinos, as mulheres de véu, as palmeiras e os camelos formam o panorama, o pano de fundo natural da presença humana francesa.

A natureza hostil, indócil, profundamente rebelde, está representada efectivamente nas colónias pela selva, os mosquitos, os indígenas e as febres. A colonização tem êxito quando toda essa natureza indócil for, por fim, amortecida. Caminhos de ferro através da selva, secagem dos pântanos, inexistência política e económica da população autóctone, são na realidade uma e a mesma coisa.

No período de colonização não impugnada pela luta armada, quando a soma de excitações nocivas passa um certo limite, as posições defensivas dos

colonizados desmoronam-se e estes chegam em grande número aos hospitais psiquiátricos. Existe, pois, nesse período tranquilo da colonização triunfante uma patologia mental permanente e regular produzida directamente pela opressão.

Actualmente, a guerra de libertação nacional que conduz o povo argelino desde há sete anos, por abarcar a totalidade do povo, converteu-se em terreno favorável para a eclosão de perturbações mentais(41). Aqui, mencionamos alguns casos de enfermos argelinos e franceses tratados por nós e que nos parecem particularmente expressivos. Não publicamos — será inútil prevenir — um trabalho científico. Evitamos toda a discussão semiológica, nosológica ou terapêutica. Os escassos termos técnicos utilizados aqui servem simplesmente de guia. li: necessário insistir, sobretudo, em dois pontos: Em geral, a psiquiatria clínica reúne os diferentes transtornos apresentados pelos nossos enfermos debaixo da rubrica «psicoses reactivas». Ao fazê-lo, dá-se maior importância ao acontecimento que desencadeou a enfermidade mesmo que, aqui e além, se mencione o papel do terreno em que se produz (a história psicológica, afectiva o biológica do sujeito) e do meio. Parece-nos que nos casos aqui apresentados, o acontecimento que desencadeia tudo principalmente a atmosfera sanguinária, desapiedada, a generalização de práticas desumanas, a impressão tenaz que têm os indivíduos de assistirem a um verdadeiro apocalipse.

O caso número 2 da série A, é tipicamente uma psicose reactiva, mas os casos números 1, 2, 4 e 5 da série B admitem uma causalidade muito difusa, sem que possa falar-se realmente de um acontecimento motivador particular. Aqui é a guerra, essa guerra colonial que com muita frequência se manifesta como um autêntico genocídio, esta guerra que perturba e despedaça o mundo é o que constitui o acontecimento motivador. Psicose reactiva, se quer utilizar-se um rótulo já estabelecido, mas dando-lhe aqui uma prioridade singular à guerra concebida na sua totalidade e nas suas particularidades de guerra colonial.

Depois das duas grandes guerras mundiais, não faltaram publicações sobre a patologia mental dos militares participantes na acção e dos civis vítimas do êxodo ou dos bombardeios. A fisionomia inédita de certos quadros psiquiátricos assinalados aqui confirma, se isso fosse necessário, que esta guerra colonial é original mesmo na patologia que produz.

Outra noção muito arreigada merece, em nossa opinião, uma ligeira reflexão: trata-se da relativa benignidade desses transtornos reactivos. E certamente puderam descrever-se, ainda que de forma sempre excepcional, psicoses secundárias, isto é, casos onde o conjunto da personalidade está definitivamente deslocado. Parece-nos, pelo contrário, que a regra geral aqui é frequente a malignidade dos processos patológicos. São perturbações que persistem durante meses, atacando fortemente o eu e deixando quase sempre como mazela uma fragilidade pràticamente perceptível à primeira vista. Evidentemente, o futuro desses enfermos está hipotecado. Um exemplo ilustrará o nosso ponto de vista.

Num dos países africanos independentes há vários anos, tivemos a

oportunidade de receber um patriota, antigo membro da resistência. Este homem, de uns trinta anos, vinha pedir-nos conselho e alívio porque, ao aproximar-se uma determinada época do ano, era afectado por insónias, acompanhadas de ansiedade e de ideias fixas dc autodestruição. A data crítica era aquela em que, por Instruções da sua rede clandestina, havia colocado uma bomba em qualquer lado. Dez pessoas tinham morrido no atentado[(42)].

Esse militante, que nunca pensou renegar a sua acção passada, sabia claramente o preço que a sua pessoa tinha de pagar pela independência nacional. Alguns casos-limite como este colocam o problema da responsabilidade no quadro revolucionário.

As observações que fazemos aqui dizem respeito ao período que vai de 1954 a 1959. Alguns doentes foram tratados na Argélia, em centros hospitalares ou como clientes particulares. Os outros foram tratados nas instalações sanitárias do Exército de Libertação Nacional.

Série A

Reunimos aqui cinco casos. Referem-se a argelinos ou a europeus que apresentaram, após acontecimentos muito precisos, perturbações mentais de tipo reactivo.

CASO N.° 1 — Impotência num argelino como consequência da violação de sua mulher.

B... é um homem de 26 anos. É-nos enviado pelo Serviço Sanitário da Frente de Libertação Nacional, porque padece de enxaquecas rebeldes e insónias. Ex-motorista de táxi, militou desde a idade dos 18 anos nos partidos nacionalistas. A partir de 1955 é membro de uma célula da F. L. N. Por várias ocasiões, utiliza o seu automóvel para o transporte de propaganda e dos dirigentes políticos. Frente ao agravamento da repressão, a F. L. N. decide levar a guerra aos centros urbanos. B... deve conduzir, então, alguns comandos até às cercanias dos pontos de ataque e, por vezes, tem de os esperar.

Um dia, porém, em plena cidade europeia, depois de uma acção relativamente importante, um cerco extremamente grave obriga-o a abandonar o seu táxi e o comando dispersa-se. B..., que consegue escapar ao adversário, refugia-se em casa de um amigo e uns dias depois, sem ter regressado ao seu domicílio, dirige-se por instrução dos seus responsáveis ao «maquis» mais próximo.

Durante vários meses não recebe notícias de sua mulher nem de sua filhinha de vinte meses. Em contrapartida, sabe que a polícia o procurou durante semanas na cidade. Após dois anos de permanência no «maquis», recebe de sua mulher uma mensagem em que lhe pede que a esqueça. Ela foi desonrada. Não deve, pois, pensar cm prosseguir a vida comum com ela. Terrivelmente preocupado, pede ao seu comandante autorização para ir clandestinamente ao seu domicílio. Negaram-lhe essa autorização. Por outro lado, tomam-se medidas

para que um membro da F. L. N. estabeleça contacto com a mulher e os pais de B...

Duas semanas depois, uma informação pormenorizada chega ao comandante da unidade de B...

Pouco depois de descobrir o seu táxi abandonado (encontraram-se ali dois carregadores de metralhadora), soldados franceses acompanhados por polícias dirigiram-se ao seu domicílio. Por o não terem encontrado, levaram sua mulher e tiveram-na presa durante mais de uma semana.

Interrogaram-na sobre as amizades do seu marido e durante dois dias esbofetearam-na brutalmente. Mas no terceiro dia um militar francês — ela não sabe bem se se trata de um oficial — fez sair os outros e violou-a. Pouco depois outro, desta vez em presença de mais alguns, violou-a também e disselhe: «Se algum dia voltares a ver o teu asqueroso marido, não te esqueças de lhe dizer o que te fizemos».

Permanece ali mais uma semana, sem sofrer qualquer interrogatório. Depois, transportam-na de novo a sua casa. Ao contar o sucedido a sua mãe, esta convence-a de que deve dizer tudo a seu marido. Por isso, ao entrar em contacto com B... confessa-lhe a sua desonra.

Passado o primeiro choque, e participando além disso numa acção ininterrupta, B... recupera-se. Durante alguns meses, escuta múltiplos relatos de mulheres argelinas violadas ou torturadas; ele terá a oportunidade de ver outros maridos de mulheres violadas e a sua desgraça pessoal, a sua dignidade de marido ofendido passam para o segundo plano.

Em 1958, é encarregado de uma missão no exterior. Ao voltar a reunir-se com a sua unidade, uma desacostumada distracção e insónias frequentes inquietam os seus camaradas e superiores. Atrasa-se a sua partida e decide-se fazer uma consulta médica. É neste momento que o vemos. Bom contacto imediato. Semblante móvel, talvez demasiado. Os sorrisos parecem um pouco exagerados. Euforia superficial: «tudo vai bem... tudo vai bem... Agora, sinto-me melhor. Dê-me alguns reconstituintes, algumas vitaminas e deixe-me regressar».

Percebe-se por debaixo disto uma ansiedade básica. Em seguida, é hospitalizado.

Desde o segundo dia, o optimismo aparente afunda-se e é um deprimido pensativo, anoréctico, metido numa cama, que temos na nossa frente. Escapa-se às discussões políticas e manifesta um desinteresse notório por tudo o que se refere à luta nacional. Evita escutar as notícias relativas à guerra de libertação. O processo para abordar as suas dificuldades é muito trabalhoso, mas no fim de alguns dias podemos reconstruir a sua história: Durante a sua permanência no exterior, tenta uma aventura sexual que fracassa. Pensando que se trata de uma fadiga normal depois das marchas forçadas e dos períodos de subalimentação, volta a tentar duas semanas mais tarde. Novo fracasso. Fala a um camarada, que o aconselha a tomar vitamina B12. Toma essa vitamina em forma de

comprimidos. Nova tentativa e novo fracasso. Porém, uns momentos antes do acto, sente um desejo de rasgar uma fotografia de sua filha. Essa relação simbólica podia evocar a existência de impulsos incestuosos inconscientes. Não obstante, várias entrevistas e um sonho (o enfermo assiste à rápida putrefacção de um gatito de cheiro insuportável) conduzem-nos para outra direcção. «Essa menina, disse-nos um dia (trata-se de sua filha), tem algo de pútrido». A partir deste período, as insónias tomam-se muito pertinentes e, apesar de uma dose bastante grande de tranquilizantes, desenvolve-se um estado de excitação angustiosa que perturba consideravelmente o Serviço. Fala-nos, então, de sua mulher pela primeira vez e, rindo, diz-nos: «Ela jáprovou os franceses». É nesse momento que reconstruímos toda a história. Conta-nos o desenrolar dos acontecimentos. Diz-nos que antes de qualquer tentativa sexual pensa sempre em sua mulher. Todas as suas confidências parecem-nos de interesse fundamental.

> «Casei-me com essa rapariga, mas eu gostava da minha prima. Mas os pais da minha prima fizeram o seu matrimónio com outro. Então, aceitei a primeira mulher que me propuseram os meus pais. Era agradável, mas eu não a amava. Dizia sempre a mim mesmo: és jovem... espera um pouco e quando encontrares a que te convenha, divorciar-te-ás e farás um bom casamento. Por isso, afastei-me dela cada vez mais. Nos últimos tempos, chegava a comer e a dormir quase sem lhe falar.
>
> «No «maquis», quando soube que a haviam violado os franceses, senti em princípio raiva por esses porcos. Depois, disse: «Oh, não é grave; depois de tudo isso não a mataram. Poderá recomeçar a sua vida». E algumas semanas após dei conta de que a haviam violado porque me procuravam. Na verdade, castigaram-na apenas pelo seu silêncio. Poderia pelo menos revelar muito bem o nome de um militante, a partir do qual poderiam descobrir toda a rede, destruí-la e mesmo prender-me. Não era, pois uma simples violação, por ócio e por sadismo, como tive ocasião de ver nos aduares, e a violação de uma mulher obstinada, que aceitava tudo pra não vender o seu marido. E esse marido era eu. Essa mulher salvou-me a vida e protegeu toda a rede clandestina. Por minha causa, desonraram-na. Por isso, ela não me dizia: «Olha o que sofri por ti». Dizia-me o contrário: «Esquece-me, refaz a tua vida, eu estou desonrada».
>
> «A partir deste momento decidi voltar para a minha mulher depois da guerra, porque devo dizer-te que vi muitos camponeses enxugar as lágrimas de suas mulheres que foram violadas perante ele mesmos. Isto comoveu-me muito. Devo confessar-te que em princípio não podia compreender a sua atitude. Mas progressivamente tivemos que intervir nessas histórias, para as explicar aos civis. Eu vi alguns civis que se ofereceram como

voluntários para se casarem com uma jovem violada pelos militares franceses e embaraçada, tudo isto me levou a ver de outra maneira o problema de minha mulher.

«Decidi voltar para ela, mas, todavia, não sei como reagiria ao vê-la. E muitas vezes, ao ver a fotografia da minha filha, penso que ela foi também violada. Como se tudo o que viesse de minha mulher estivesse apodrecido. Se a tivessem torturado, se lhe tivessem partido os dentes, se lhe tivessem partido um braço, não me importava. Mas como é possível esquecer isso? E por que teria ela de me contar tudo?»

Pergunta-me, então, se a sua «debilidade sexual» era provocada, em minha opinião, pelas suas confusões.

Resposta: «Não seria impossível».

Senta-se na cama:

— Que farias tu se te acontecesse isto?

— Não sei...

— Voltarias para a tua mulher?

— Creio que sim...

— Ah, vês... não estás completamente seguro...

Leva as mãos à cabeça e, depois de uns instantes, sai do quarto.

A partir desse dia, aceita progressivamente escutar as discussões políticas, enquanto as enxaquecas e a anorexia desaparecem consideràvelmente.

No fim de duas semanas, regressa à sua unidade, dizendo-me:

«Quando chegar a independência, voltarei para minha mulher. Se as coisas não correrem bem, virei ver-te a Argel».

CASO N.° 2 — Impulsos homicidas indiferenciados num evadido de uma liquidação colectiva.

S..., de 37 anos, fellah. Vive num aduar em Constantina. Não se ocupou nunca de política. Desde os princípios da guerra, a sua região é cenário de batalhas violentas entre as forças argelinas e o exército francês. S... tem ocasião, assim, de ver mortos e feridos. Mas continua a manter-se à margem. De tempo a tempos, como todo o povo, os camponeses da sua aldeia ajudam os combatentes argelinos que estão de passagem. Mas um dia, em princípios de 1958, tem lugar uma emboscada de que resultam várias mortes, não longe do aduar. As forças inimigas organizam uma operação e sitiam a cidade, vazia de soldados. Todos os habitantes são reunidos e interrogados. Ninguém responde. Umas horas depois, um oficial francês chega de helicóptero e diz: «Este aduar dá muito que falar; destruam-no!» Os soldado começam a queimar as casas, enquanto as mulheres

tratam de recolher algumas roupas ou de salvar algumas reservas, mas são repelidas a golpes de coronha. Alguns camponeses aproveitam essa confusão para se evadirem. O oficial dá ordem para reunir os homens que restam e fá-los conduzir até junto de um rio, onde começa a matança. Vinte e nove homens são mortos à queima-roupa. S... é ferido por duas balas que lhe atravessam, respectivamente, a coxa direita e o braço esquerdo, ocasionando-lhe esta última uma fractura do fémur.

S... desmaia e recupera depois no meio de um grupo do Exército de Libertação Nacional. É atendido pelo Serviço Sanitário e sai quando é possível mudar-se. No caminho, o seu comportamento cada vez mais anormal não deixa de inquietar a escolta. Pede uma espingarda, considerando-se assim como civil e nega-se a marchar na frente de alguém. Não deseja que ninguém o acompanhe. Uma noite apodera-se da arma de um combatente e dispara atabalhoadamente sobre os soldados adormecidos. Desde esse momento marchará com as mãos amarradas e assim chegará ao Centro.

Começa por nos dizer que não matou e que lhes fez uma boa partida. Pouco a pouco, podemos reconstituir a história do seu assassinato frustrado. S... não está angustiado, mas excitado em demasia, com fases de violenta agitação, acompanhadas de bramidos. Não despedaça nada, mas fatiga todo o mundo com a sua incessante tagarelice e o Serviço mantém-se em permanente alerta devido à sua manifesta decisão de «matar todo o mundo». Durante a sua hospitalização, ataca com armas improvisadas oito doentes. Os enfermeiros e os médicos também não escapam. Chegamos a perguntar se não estaremos em presença de uma dessas formas larvares de epilepsia caracterizada por uma agressividade global quase sempre em erecção.

Faz-se uma cura de sono. A partir do terceiro dia, uma visita quotidiana vai permitir-nos compreender melhor a dinâmica do processo psicológico. A desordem mental desaparece progressivamente. Eis aqui algumas passagens das declarações do enfermo: «Deus está comigo... mas, então, não está com os que morreram... Tive muita sorte... Na vida, é preciso matar para se não ser morto... Quando penso que não sabia das suas histórias... Há franceses entre nós. Disfarçam-se de árabes. É necessário matá-los. Dá-me uma metralhadora. Todos esses falsos árabes são franceses... e não me deixam tranquilo. Quando quero dormir, entram no meu quarto. Mas agora já os conheço. Todos me querem matar. Mas eu defender-me-ei. Matarei todos sem excepção. Degolarei um após outro e a ti também. Vocês querem eliminar-me, mas terão de agir de outra forma. Não me importará a sua morte. Os pequenos, os grandes, as mulheres, as crianças, os cães, os pássaros, os burros... chegará a vez de todo o mundo... Depois, poderei dormir sossegado...»

Tudo isto é expresso numa linguagem cortante, numa atitude hostil, altaneira e depreciativa.

Após três semanas, a excitação desaparece, mas uma reserva, uma certa tendência para a solidão, fazem-nos recear uma evolução mais grave. No

entanto, depois de um mês, solicita a sua saída para aprender um ofício compatível com a sua doença. Confia-se-lhe, então, o Serviço Social da F. N. L. Yimo-lo seis meses depois disso. Continuava bem.

CASO N.° 3 — Psicose de angústia grave com sintomas de despersonalização depois do brutal assassinato de uma mulher.

Dj..., ex-estudante, militar no A. L. N., 19 anos. Quando chega ao Centro a sua doença já data de alguns meses. A sua aparência é característica: muito deprimido, os lábios secos, as mãos constantemente suadas. Incessantes pulsações batem no seu peito. Insónias prolongadas. Duas tentativas de suicídio desde o começo das suas perturbações. Durante a conversação, adopta atitudes de alucinada escuta. Por vezes, o seu olhar fixa-se durante alguns instantes num ponto do espaço, enquanto o seu semblante se anima e dá a impressão de que o enfermo assiste a qualquer espectáculo. Pensamentos enganosos. Alguns fenómenos conhecidos em psiquiatria com o nome de barreira: um gesto ou uma frase esboçados são bruscamente interrompidos sem qualquer razão. Mas, sobretudo, um elemento vai chamar particularmente a nossa atenção: o enfermo fala-nos do sangue que perdeu, das suas artérias que se esvaziam, do seu coração que falha. Suplica-nos para deter a hemorragia, para não permitir que o «vampirizem» também no hospital. Por momentos, consegue falar-nos e pede um lápis. Escreve: «Já não tenho voz, toda a minha vida se escapa». Esta despersonalização faz-nos pensar numa evolução muito grave.

Várias vezes no decorrer das nossas conversas, o doente fala-nos de uma mulher que, pela noite, vem persegui-lo. Como já me contaram que a sua mãe morreu e a quem ele queria muito, nada poderia consolá-lo dessa perda (a voz emudeceu consideràvelmente nesse momento e apareceram algumas lágrimas), dirijo a investigação sobre a imagem maternal. Como lhe peço que descreva essa mulher que o obceca e até o persegue, declara-me que não é uma desconhecida, que a conhece muito bem, porque ele mesmo a matou. Coloca-se, então, o problema de saber se estamos frente a um complexo de culpa inconsciente depois da morte da mãe, como o descreve Freud em «Duelo e Melancolia». Pedimos ao enfermo que nos fale mais largamente dessa mulher, dado que a conhece bem e ele mesmo a matou. É dessa forma que reconstituímos a história seguinte: «Da cidade onde estudava fui para o «maquis». Depois de alguns meses, tive notícias de minha casa. Inteirei-me de que minha mãe havia sido assassinada à queima-roupa por um soldado francês e duas das minhas irmãs foram conduzidas ao quartel. Até agora ignoro o que lhes aconteceu. Transtornou-me terrivelmente a morte de minha mãe. Como o meu pai morrera há vários anos, eu era o único homem da família e a minha única ambição foi sempre a de chegar a ser alguém para melhorar a existência de minha mãe e das minhas irmãs. Um dia chegámos a uma propriedade de colonos onde o gerente, colonialista activo, matou já dois civis argelinos. Chegámos a sua casa pela noite. Mas não estava. Não havia mais ninguém senão a sua mulher. Ao ver-nos, suplicou que não a matássemos: «Sei que vêm pelo meu marido, mas ele não está... quantas vezes lhe disse que se

não metesse em política». Decidimos esperar pelo marido. Mas eu olhava a mulher e pensava na minha mãe. Estava sentada numa poltrona e parecia ausente. Perguntava-me por que não a matávamos. E, num certo momento, ela deu conta de que eu a olhava. Lançou-se sobre mim e gritou: «Eu lhe suplico... não me mate... Tenho filhos». Um segundo depois estava morta. Matei-a com o meu cutelo. O chefe desarmou-me e deu ordem para partirmos. Uns dias depois fui interrogado pelo chefe do sector. Pensava que iam matar-me, mas não me importava[(43)]. Então, comecei a vomitar após as refeições, a dormir muito mal. Desde esse momento, essa mulher vem todas as noites reclamar o meu sangue. E onde está o sangue da minha mãe?»

Pela noite, quando o enfermo se deita, o quarto «enche-se de mulheres», todas parecidas. É uma reedição em múltiplos exemplares de uma única mulher. Todas têm um golpe aberto no ventre. Estão exangues, pálidas e terrivelmente delgadas. Essas mulheres fustigam o jovem doente e exigem-lhe que lhes devolva o seu sangue perdido. Nesse momento, um ruído de água que corre chega ao quarto, amplifica-se até evocar a torrente de uma cascata e o doente vê como se enche de sangue, do seu sangue, o chão do seu quarto, enquanto as mulheres se tornam cada vez mais satisfeitas e as suas feridas começam a fechar-se. Banhado em suor e terrivelmente angustiado, o doente acorda e continua agitado até ao amanhecer.

O jovem enfermo é atendido com cuidado durante algumas semanas e os fenómenos oníricos (pesadelos) desapareceram completamente. No entanto, mantém-se uma grande falha na sua personalidade. Quando pensa na sua mãe, surge como dupla sombra essa mulher com o ventre aberto. Por pouco científico que isto possa parecer, pensamos que apenas o tempo poderá trazer alguma melhoria à personalidade desintegrada desse homem.

CASO N.° 4 — Um agente de polícia europeu deprimido encontra no hospital uma das suas vítimas, um patriota argelino vítima de pânico.

A..., de 28 anos, casado, sem filhos. Tomamos conhecimento de que há vários anos ele e sua mulher foram submetidos a um tratamento, infelizmente sem êxito, para terem filhos. Os seus superiores enviam-no por transtornos no comportamento.

O primeiro contacto revela-se bom. Espontâneamente, o doente fala-nos das suas dificuldades; entendimento satisfatório com a sua mulher e os seus sogros. Boas relações com os seus camaradas de trabalho; aliás, goza da estima dos seus superiores. O que o atormenta é que de noite ouve gritos que o não deixam dormir. E confessa-nos que desde há várias semanas, antes de se deitar, fecha as persianas e as janelas (estamos no Verão), perante o desespero de sua mulher que sufoca de calor. Além disso, enche os ouvidos de algodão para atenuar a violência dos gritos. Algumas vezes, a meio da noite, chega a ligar o aparelho de televisão ou ouve música para não escutar esses clamores nocturnos. Então, A... começa a contar-nos largamente o seu drama: Há vários

meses, destacaram-no para uma brigada anti-F. L. N. Em princípio, estava encarregado da vigilância de alguns estabelecimentos ou cafés. Mas após algumas semanas, trabalha quase incessantemente no Comissariado. Nessa altura, pratica interrogatórios, o que nunca se faz sem «maus tratos». «É que não querem nunca confessar».

> «Algumas vezes — explica — dão vontade de lhes dizer que se tivessem um pouco de piedade de nós falariam sem os obrigarmos a sofrer durante horas para arrancar palavra por palavra as suas informações. Mas quem lhes pode explicar alguma coisa! A todas as perguntas respondem: «Não sei». Nem sequer são homens. Se se lhes pergunta onde vivem, respondem: «Não sei». Então, bem entendido, é preciso sabê-lo. Mas gritam muito. Ao princípio, ria-me. Mas depois comecei a inquietar-me. Agora, basta que oiça alguém gritar e posso dizer-lhe em que fase do interrogatório se encontra. Aquele que apanhou dois violentos socos ou o golpe de uma matraca atrás da orelha, tem uma certa maneira de falar, de gritar, de dizer que está inocente. Depois de estar duas horas bem amarrado pelos punhos, tem outra voz. Depois dabaignoire, outra voz. E assim sucessivamente. Mas é sobretudo após a «electricidade» que se torna insuportável. Dir-se-ia que em qualquer momento vai morrer. Existem, claro, os que não gritam: são os duros. Mas pensam que vão ser mortos em seguida. Não, não nos interessa matá-los. O que precisamos é da informação. A esses, procura-se fazê-los gritar e, mais tarde ou mais cedo, gritam. Isso já é uma vitória. Depois, continuamos. Notem que nós desejávamos evitar isso. Mas eles não nos facilitam a tarefa. Agora, oiço esses gritos mesmo em minha casa. Sobretudo os gritos de alguns que morreram no comissariado. Doutor, repugna-me este trabalho. Se você me curar, pedirei a minha transferência para a França. Se não ma concederem, apresentarei a minha demissão».

Perante este panorama, prescrevo uma licença por doença. Como o interessado recusa a hospitalização, atendo-o em consulta privada. Um dia, pouco antes da consulta, chamam-me urgentemente. Quando A... chega a minha casa, minha mulher convida-o a esperar-me, mas ele prefere ir ao hospital buscar-me. Uns minutos depois, ao regressar para casa, encontro-o no caminho. Está apoiado numa árvore, com um aspecto manifestamente abatido, trémulo, banhado em suor, em plena crise de angústia. Faço-o subir para o automóvel e levo-o para minha casa. Uma vez instalado no sofá, conta-me que encontrou no hospital um dos meus doentes que havia sido interrogado nos locais da polícia (é um patriota argelino) e que é tratado devido a «perturbações pós-comocionais de pânico». Inteiro-me, então, de que esse polícia participou de maneira activa nas torturas infligidas àquele doente. Receito-lhe alguns sedativos que acalmam a angústia de A... Quando se foi embora, dirijo-me ao pavilhão onde está

hospitalizado o patriota. O pessoal não deu conta de nada. O enfermo não aparece, apesar de tudo. Por fim, é descoberto num lavabo onde tentava suicidar-se (ele tinha reconhecido o polícia e pensava que unto vinha buscá-lo para o conduzir novamente ao posto do polícia).

Seguidamente, A... voltou a visitar-me várias vezes e, após uma evidente melhoria, conseguiu fazer repatriar-se por razões de saúde. Quanto ao patriota argelino, o pessoal precisou de muito tempo para o convencer de que se tratava de uma ilusão, que os polícias não podiam vir ao hospital, que ele estava cansado e encontrava-se ali para ser curado, etc...

CASO N.° 5 — Um inspector europeu tortura a sua mulher e os seus filhos.

R..., de 30 anos, vem consultar-me de livre vontade. É inspector de polícia e, desde há algumas semanas, compreende que «alguma coisa não caminha bem». Casado, três filhos. Fuma muito: cinco maços de cigarros por dia. Não tem apetite e muitas vezes é afectado por pesadelos. Tais pesadelos não têm características próprias. O que mais o aflige é o que ele chama as suas «crises de loucura». Em primeiro lugar, não gosta que o contrariem: «Doutor, explique-me isso. Quando enfrento uma oposição, dá-me vontade de me ferir. Mesmo fora do trabalho, dão-me ganas de maltratar quem se atravessa no caminho. Por qualquer coisa. Por exemplo, vou buscar os jornais ao quiosque. Está muita gente. Forçosamente devo esperar. Estendo o braço (o dono do quiosque é meu amigo) para recolher os jornais. Alguém da bicha diz-me com ar de desafio: «Espere a sua vez». Pois bem, dá-me vontade de o golpear e digo para mim: «Meu velho, se te agarrasse umas tantas horas, não te ficaria tempo para essas fanfarronices».

Não suporta o barulho. Em sua casa, a cada instante, sente vontade de golpear todos. E de facto chega a golpear os seus filhos, mesmo o mais pequeno de vinte meses, com uma rara selvageria.

Mas o que o encheu de pânico foi uma noite, quando a sua mulher o criticou bastante por ter ferido os filhos (chegou a dizer-lhe: «Por Deus, estás a ficar louco...», lançou-se sobre ela, agarrou-a e atou-a a uma cadeira, dizendo-lhe: «Vou ensinar-te, de uma vez por todas, quem é o patrão nesta casa».

Felizmente, os seus filhos começaram a chorar e a gritar. Compreendeu, então, a gravidade do seu comportamento, largou a sua mulher e no dia seguinte resolveu consultar um médico «especialista de nervos». Diz que «antes não era assim», que quase nunca castigava os seus filhos e não se zangava com a sua mulher. Os fenómenos actuais apareceram depois «dos acontecimentos». «É que agora fazemos trabalhos de infantaria. A semana passada, por exemplo, estivemos em operações como se pertencêssemos ao exército. Esses senhores do governo dizem que não há guerra na Argélia e que as forças da ordem, isto é, a polícia, devem restabelecer a calma. Mas a verdade é que há guerra na Argélia e quando derem conta disso será tarde. O que me fatiga são as torturas. Sabe você o que isto significa?... Algumas vezes, torturo durante dez horas seguidas...»

— Que sente ao torturar?

— Cansa-me... É verdade que há descansos, mas trata-se de saber em que momento se deve deixar o companheiro substituir-nos. Todos pensam que estão na altura de obterem as informações e não querem deixar voar o pássaro para outro que, naturalmente, receberá os elogios. Então, deixamo-lo... ou não o deixamos...

> «Às vezes chegamos a oferecer dinheiro ao tipo, o nosso próprio dinheiro, para o fazer falar. O problema para nós é, na realidade, o seguinte: és capaz de fazer falar esse tipo? É um problema de êxito pessoal; estabelece-se uma competição... No fim, temos os braços esfrangalhados. Então, empregam-se os «senegaleses». Mas eles golpeiam muito forte e dão cabo do tipo em meia hora, muito depressa e isso não é eficaz. É preciso ser inteligente para fazer bem esse trabalho. É necessário saber em que momento comprimir e quando aliviar. É uma questão de faro. Quando o tipo está maduro, não merece a pena continuar a golpear. Por isso, nós mesmos temos de fazer o trabalho: vigiar do melhor modo a sua marcha. Eu não aprovo aqueles que mandam preparar os tipos e, de tempos a tempos, vejo como a coisa está. O que importa, sobretudo, é dar a impressão ao tipo de que não sairá vivo das nossas mãos. Perguntar-se-á, então, para quê falar se isso lhe não salvará a vida. Nesse caso não haveria qualquer possibilidade de conseguir obter alguma coisa. É absolutamente necessário que tenha esperança: é a esperança que o faz falar.
>
> «Mas o que mais me aborrece é o problema da minha mulher. Sem dúvida, há ali algo transtornado. Você tem de me curar isso, Doutor».

Como os seus superiores lhe negaram a licença e, aliás, o doente não queria o certificado de um psiquiatra, empreendemos um tratamento em «plena actividade». Fàcilmente, podem adivinhar-se os fracassos de semelhante fórmula. Esse homem sabia perfeitamente que todas as suas perturbações eram provocadas directamente pelo tipo de actividade realizada nas salas de interrogatório, mesmo que atribuísse globalmente a responsabilidade aos «acontecimentos». Como não pensava (seria um contra-senso) deixar de torturar (era necessário que se demitisse), pediu-me sem rodeios que o ajudasse a torturar os patriotas argelinos sem remorsos de consciência, sem transtornos de comportamento, com serenidade.[(44)]

Série B

Reunimos aqui alguns casos ou grupos de casos em que o acontecimento motivador é, em primeiro lugar, a atmosfera de guerra total que reina na Argélia.

CASO N.° 1 — Assassinato por dois jovens argelinos de 13 e 14 anos de seu

companheiro de jogos europeu.

Trata-se de um exame médico-legal. Dois jovens argelinos de 13 e 14 anos, alunos de uma escola primária, são acusados de matarem um seu companheiro europeu. Confessaram ter cometido esse acto. O crime é reconstituído e as fotografias são incluídas no processo. Vê-se um dos rapazes a segurar a vítima, enquanto o outro a ataca com um cutelo. Os jovens acusados não rectificam as suas declarações. Sustentamos com eles algumas entrevistas. Reproduzimos agora as suas principais declarações: a) O de 13 anos:

«Não nos dávamos mal com ele. Todas as quintas-feiras íamos acampar para junto do bosque, na colina, um pouco adiante da aldeia. Era nosso camarada. Já não ia à escola, porque queria ser mação como o seu pai. Um dia, decidimos matá-lo, porque os europeus querem matar todos os árabes. Nós não podemos assassinar os «grandes». Mas como ele tem a nossa idade, já podemos. Não sabíamos como matá-lo. Queríamos atirá-lo a um fosso, mas talvez ficasse apenas ferido. Então, agarramos num cutelo e matamo-lo.

— Mas porque o escolheram a ele?

— Porque brincava connosco. Um outro talvez não subisse connosco até ao alto.

— Portanto, não era um amigo?

— Porque querem também matar-nos? O seu pai, que é miliciano, diz que é necessário degolar-nos a todos.

— Mas, ele não te tinha dito nada?

— Ele? Não.

— Sabes que ele agora está morto?

— Sim.

— Que é a morte?

— É quando tudo se acabou e se vai para o céu.

— Foste tu que o mataste?

— Sim.

— Não te aflige teres morto alguém?

— Não, porque eles querem matar-nos, então...

— Não te aborreces de estares preso?

— Não.

b) O de 14 anos:

Este jovem acusado contrasta claramente com o seu companheiro. É quase já um homem, um adulto pelo aspecto muscular, a fisionomia, o tom e o conteúdo das suas respostas. Também não nega ter morto o seu colega. Porque o matou?

Não responde, mas pergunta-me se vi algum europeu na prisão. Nunca um europeu foi preso por assassinar um argelino. Respondo-lhe que, efectivamente, nunca vi europeus encarcerados.

— E, sem dúvida, são mortos argelinos todos os dias, não é verdade?

— Sim.

— Então, porque existem apenas argelinos nos cárceres? Pode você explicar-me?

— Não, mas diz-me: porque mataste esse rapaz que era teu amigo?

— Vou explicar-lhe... Você ouviu falar do caso de Rivet?[(45)]

— Sim.

— Dois dos meus parentes foram assassinados nesse dia. Entre nós, diz-se que os franceses haviam prometido matar-nos a todos, um após outro. Foi preso algum francês por todos esses argelinos que foram assassinados?

— Não sei.

— Pois bem, ninguém foi preso. Eu queria subir ao djebel, mas sou muito jovem. Então, decidi com X... que havia de matar um europeu.

— Porquê ?

— Que devíamos nós fazer, em sua opinião?

— Não sei. Mas tu és um rapaz e o que está a acontecer é coisa para gente grande.

— Mas também matam os rapazes.

— Todavia, isso não era razão para matares o teu amigo.

— Já o matei; agora façam-me o que quiserem.

— Fez-te alguma coisa esse rapaz?

— Não, não me fez nada.

— Então ?...

— Já está...

CASO N.° 2 — Delírio de culpabilidade e conduta suicida disfarçada em «acto terrorista» num jovem argelino de 22 anos.

Este doente é enviado ao hospital pela autoridade judicial francesa. Esta medida toma-se depois de um exame médico-legal feito por psiquiatras franceses que trabalham na Argélia.

Trata-se de um homem enfraquecido, em pleno estado de confusão. O corpo está coberto de equimoses e duas fracturas no queixo impossibilitam toda a absorção de alimentos. Durante mais de duas semanas haverá necessidade de alimentar o enfermo através de várias injecções.

No fim de duas semanas interrompe-se o vazio do seu pensamento; pode estabelecer-se um contacto e conseguimos reconstruir a história dramática deste jovem:

Durante a sua adolescência praticou o escutismo com estranho fervor. Tomou-se um dos principais responsáveis do movimento escuteiro muçulmano. Mas aos 19 anos abandonou totalmente o escutismo para se ocupar apenas da sua profissão. Mecanógrafo, estuda com tenacidade e sonha chegar a ser um grande especialista no seu ofício. O 1.° de Novembro de 1954 surpreende-o absorvido por problemas estritamente profissionais. Não tem sobre o momento qualquer reacção a respeito da luta nacional. Já não acompanhava os seus antigos companheiros. Definir-se-á a si mesmo nessa altura como «dedicado a aperfeiçoar as suas capacidades técnicas».

No entanto, em meados de 1955, durante um serão familiar, tem subitamente a impressão de que os seus pais o consideram como um traidor. Após alguns dias, essa impressão fugidia desvanece-se, mas vem-lhe a inquietude, um certo mal-estar que não consegue compreender.

Decide, então, fazer rapidamente as suas refeições, foge do meio familiar e recolhe-se no seu quarto. Evita todos os contactos. Nessas condições produz-se a catástrofe. Um dia, em plena rua, cerca da meia hora, ouve claramente uma voz que o acusa de cobarde. Volta-se, mas não vê ninguém. Apressa o passo e resolve não ir trabalhar. Fecha-se no seu quarto e não janta. Durante a noite, estala a crise. Ao longo de três horas escuta toda a espécie de insultos, vozes no seu cérebro e na noite: «traidor... cobarde... todos os teus irmãos morrem... traidor... traidor...»

Domína-o uma angústia indescritível: «O meu coração bateu durante 18 horas num ritmo de 130 pulsações por minuto. Pensava que ia morrer».

Desde então o doente não pode engolir nada. Emagrece a olhos vistos, confina-se a uma obscuridade absoluta, nega-se a abrir a porta do quarto a seu pais. Ao terceiro dia, põe-se a rezar. Está recolhido, diz-me, 17 a 18 horas diárias. Ao quarto dia, impulsivamente, «como um louco», com «uma barba que também devia fazê-lo parecer louco», sem casaco nem gravata, sai para a cidade. Uma vez na rua, não sabe para onde há-de ir; mas caminha e no fim de algum tempo encontra-se na cidade europeia. O seu aspecto físico (o aspecto de europeu) parece protegê-lo dos interrogatórios e controlos das patrulhas francesas.

Mas perto dele argelinos e argelinas são arrastados, maltratados, insultados, revistados... Paradoxalmente, ele não traz consigo qualquer documento. Essa amabilidade espontânea das patrulhas inimigas para com ele, confirma-lhe o seu delírio: «todo o mundo sabe que está com os franceses. Os próprios soldados têm ordem: deixam-no tranquilo».

Além disso, o olhar dos argelinos presos, com as mãos atrás da nuca, esperando serem revistados, parece-lhe carregado de desprezo. Vítima de uma

agitação irreprimível, afasta-se a grandes passos. Chega depois frente ao edifício do estado-maior francês. Junto das grades, há vários militares com a metralhadora nas mãos. Aproxima-se dos soldados, lança-se sobre um deles e procura arrebatar-lhe a metralhadora, gritando: «Sou argelino».

Ràpidamente dominado, é conduzido aos postos de polícia, onde teimam em fazê-lo confessar os nomes dos seus chefes e os dos distintos membros da rede a que pertence. No fim de alguns dias, os polícias e os militares compreendem que se trata de um doente. Decidem submetê-lo a exame, e este diagnostica a existência de perturbações mentais e prescreve a sua hospitalização. «O que eu queria, diz-nos, era morrer. Ainda no quartel da polícia, pensava e esperava que após as torturas me matariam. Sentia-me satisfeito pelos golpes, porque isso provava que me consideravam também como o seu inimigo. Já não podia escutar essas acusações sem reagir. Não sou um cobarde. Não sou uma mulher. Não sou um traidor».[(46)]

CASO N.° 3 — Atitude neurótica de uma jovem francesa, cujo pai, alto funcionário, é morto numa emboscada.

Esta jovem de 21 anos, estudante, consulta-me por pequenos fenómenos de angústia que a afectam nos seus estudos e nas suas relações sociais. As mãos constantemente suadas, com períodos verdadeiramente inquietantes em que o suor «lhe corre pelas mãos». Opressões toráxicas, acompanhadas de enxaquecas nocturnas. Morde as unhas. Mas o que lhe desperta a atenção é, sobretudo, a facilidade do contacto, manifestamente muito rápido, enquanto se sente, subjacente, numa grande angústia. A morte de seu pai, recente segundo a data que indica, é referida pela doente com tal ligeireza que orientamos depressa as nossas investigações sobre as relações de seu pai. A exposição que nos faz, clara, absolutamente lúcida, de uma lucidez que raia a insensibilidade, vai revelar, precisamente pelo racionalismo, o transtorno desta jovem, a natureza e origem do seu conflito.

> «O meu pai era um alto funcionário. Tinha sob a sua responsabilidade uma imensa região rural. Desde que começaram a acontecer coisas, lançou-se na caça de argelinos com uma raiva furiosa. Chegava a não comer, a não dormir, de tal modo o excitava ter de reprimir a rebelião. Assisti, sem poder fazer nada, à lenta metamorfose de meu pai. Por fim, decidi não voltar a vê-lo, de não permanecer na cidade. Efectivamente, cada vez que ia a casa, estava noites inteiras acordada, porque os gritos que chegavam de baixo não deixavam de me preocupar: no sótão e nos quartos vazios, torturava-se argelinos para obter informações. Você não pode imaginar como é espantoso ouvir gritar assim toda a noite. Algumas vezes pergunto-me como pode um ser humano suportar — não falo já de torturar —, mas simplesmente escutar esses gritos de sofrimento. E aquilo durava. Finalmente, deixei de ir a casa... As poucas vezes que meu pai vinha ver-me à cidade, não podia olhá-lo

de frente sem me sentir horrivelmente oprimida e horrorizada. Era-me cada vez mais difícil abraçá-lo.

«É que eu vivi muito tempo na aldeia. Conheci quase todas as famílias. Os jovens argelinos da minha idade e eu jogámos e brincámos juntos quando éramos pequenos. Cada vez que chegava a casa, meu pai contava-me novas prisões. Chegou uma altura em que já não me atrevia a caminhar pela rua; tinha a impressão de encontrar o ódio por todos os lados. No fundo de mim mesma, dava razão a esses argelinos. Se eu fosse argelina, estaria na luta de guerrilhas».

Um dia, no entanto, recebe um telegrama com a notícia de que seu pai está gravemente ferido. Vai ao hospital e encontra o pai em estado de coma. Pouco depois, ele morre. No decorrer de uma missão de reconhecimento com um destacamento militar, havia sido ferido: a patrulha caiu numa emboscada preparada pelo Exército Nacional Argelino.

«O funeral repugnou-me — diz. Todos esses oficiais que vinham chorar pela morte de meu pai, cujas «altas qualidades morais haviam conquistado a população indígena», causava-me náuseas. Toda a gente sabia que era falso. Ninguém ignorava que meu pai dirigia os centros de interrogatório de toda a região. Todos sabiam que o número de mortos na tortura era de dez diários e vinham contar mentiras sobre a devoção, a abnegação, o amor à pátria, etc... Devo dizer que agora as palavras não têm para mim nenhum valor, ou não muito em todo o caso. Regressei imediatamente à cidade e evitei ver todas as autoridades. Propuseram-me algumas subvenções, mas eu recusei-as. Não quero o seu dinheiro. É o preço do sangue vertido pelo meu pai. Não quero. Trabalharei».

CASO N.° 4 — Perturbações do comportamento em rapazes argelinos menores de 10 anos.

Trata-se de refugiados. São filhos de combatentes ou de civis mortos pelos franceses. Estão distribuídos por diferentes centros, na Tunísia e em Marrocos. Esses rapazes vão à escola. Organizam-se partidas de jogos, brincadeiras colectivas. Os rapazes são vigiados regularmente por médicos. Assim temos a oportunidade de examinar alguns:

a. Existe nos diversos rapazes um amor muito marcado pelas imagens paternais. Tudo o que se parece com o pai ou a mãe, é procurado com. grande tenacidade e zelosamente conservado.

b. Percebe-se neles, de uma maneira geral, um horror ao ruído. Esse rapazes preocupam-se muito com as reprimendas. Têm uma exigência elevada de calma e de afecto.

c. Em muitos deles, há casos de insónias com sonambulismo.

d. Enuresia periódica.

e. Tendência sádica. Um jogo frequente: uma folha de papel é furada colericamente, fazendo-lhe muitos buracos. Todos os lápis estão mordiscados e mordem as unhas frequentemente de forma desesperante. São vulgares as disputas entre eles, apesar de no fundo terem grande afeição uns aos outros.

CASO N.° 5 — Psicose puerperal entre as refugicúdas.

Chamamos psicose puerperal às perturbações mentais que afectam a mulher como consequência da maternidade.

Essas perturbações podem aparecer imediatamente antes ou poucas semanas depois do parto. A determinação destas enfermidades é muito complexa. Mas pensa-se que as duas causas principais são um transtorno no funcionamento das glândulas endócrinas e a existência de um «choque afectivo». Este último termo, apesar de vago, designa o que o povo chama «forte emoção».

Nas fronteiras tunisianas e marroquinas, depois da decisão tomada pelo governo francês de praticar em centenas de quilómetros a política do glacis e da terra queimada, encontram-se cerca de 300 000 refugiados. Sabemos o estado precário em que vivem. Comissões da Cruz Vermelha Internacional acudiram várias vezes a esses lugares e, após terem comprovado a extrema miséria e a precariedade das condições de vida, recomendaram aos organismos internacionais a intensificação da ajuda a esses refugiados. Era previsível, pois, dada a subalimentação que reina nesses campos, que as mulheres mostrassem uma predisposição especial para a psicose puerperal.

As frequentes invasões de tropas francesas para aplicar «o direito de seguir e de perseguir», os ataques aéreos, os bombardeamentos — é sabido que os bombardeios de territórios marroquinos e tunisianos pelo exército francês são incontáveis, e Sakiet-Sidi-Youssef, a aldeia mártir da Tunísia, é o caso mais sangrento —, a situação de desintegração familiar, consequência das condições de êxodo, mantêm entre os refugiados uma atmosfera de insegurança permanente. São poucas as argelinas refugiadas que deram à luz sem apresentarem perturbações mentais.

Essas perturbações revestem-se de diversas formas. São agitações que podem tomar algumas vezes aspectos de fúria, ou fortes depressões imóveis com repetidas tentativas de suicídio ou, por fim, estados de angústia com pranto, lamentações, implorações de misericórdia, etc... Também o conteúdo do delírio varia. Encontramos assim um delírio de perseguição vaga, que se refere a alguém, ou uma agressividade delirante contra os franceses, que querem matar o filho por nascer ou recém-nascido, ou uma impressão de morte iminente; neste caso, as doentes imploram a invisíveis verdugos que não matem os seus filhos...

Também é necessário assinalar que os conteúdos fundamentais não são limpos pelo alívio e a regressão dos transtornos. A situação das enfermas curadas mantém e mostra esses núcleos patológicos.

Série C: Modificações afectivo-intelectuais e perturbações mentais depois da tortura.

Agruparemos nesta série os enfermos mais ou menos graves, cujos transtornos apareceram imediatamente depois ou durante as torturas. Descreveremos vários subgrupos, porque temos advertido que a cada tipo de tortura correspondiam, independentemente de uma perturbação leve ou profunda da personalidade, tipos mórbidos característicos.

GRUPO N. 1 — Depois das torturas indiferenciadas chamadas preventivas.

Aludimos aqui aos métodos brutais onde se trata menos de torturar do que fazer falar. O princípio segundo o qual, além de certo limite, o sofrimento se torna intolerável, adquire aqui singular importância. O fim é, pois, chegar o mais ràpidamente possível a esse limite. Não se praticam requintes. Produz-se um ataque maciço e multiforme: vários polícias batem ao mesmo tempo; quatro polícias de pé rodeiam o prisioneiro e aplicam-lhe pontapés, enquanto outro polícia lhe queima o peito com um cigarro e outro martela-lhe as plantas dos pés com chicotadas de bastão. Alguns dos métodos de tortura postos em prática na Argélia pareceram-nos particularmente atrozes, referindo-nos sempre às confidências dos torturados:

a) Injecção de água pela boca, acompanhada de clister a forte pressão com água de sabão[(47)].

b) Introdução de uma garrafa pelo ânus.

Duas formas de suplício chamado «da imobilidade»:

c) O prisioneiro é colocado de joelhos, com os braços paralelos ao chão, as palmas das mãos voltadas para cima, o busto e a cabeça direitos. Não se lhe permite qualquer movimento. Atrás do prisioneiro, um polícia sentado numa cadeira fá-lo voltar à imobilidade a golpes de matraca.

d) O prisioneiro está de pé, com a cara voltada para a parede, os braços levantados e as mãos encostadas também à parede. Aqui, ao menor movimento, ao menor sinal de relaxamento, caíam-lhe em cima os golpes novamente.

Indiquemos agora que existem duas categorias de torturados :

1. Os que sabem alguma coisa.

2. Os que não sabem nada.

1. Os que sabem alguma coisa, quase nunca acorrem depois aos hospitais. Não se ignora que aquele patriota foi torturado nas prisões francesas, mas não o encontramos como enfermo[(48)].

2. Pelo contrário, os que não sabem nada vêm frequentemente consultar-nos. Não falamos aqui dos argelinos torturados no decorrer de um ratissage ou de um cerco. Também esses vêm ver-nos como enfermos. Falamos

expressamente daqueles argelinos, não organizados, que são presos e conduzidos aos locais de polícia ou às quintas destinadas a interrogatórios, para serem submetidos à tortura.

Quadros Psiquiátricos Encontrados

a) Depressões agitadas: quatro casos.

São doentes tristes, sem angústia real, deprimidos, confinados a maior parte do tempo à cama, que fogem ao contacto e que, bruscamente, desenvolvem uma agitação muito violenta, cujo significado é sempre difícil de entender.

b) Anorexia mental: cinco casos.

Estes enfermos colocam problemas graves, porque essa anorexia mental é acompanhada de horror a todo o contacto corporal com os outros. O enfermeiro que se aproxima do doente e procura tocar-lhe, tomar-lhe a mão, por exemplo, é imediatamente afastado com rigidez. Não é possível praticar a alimentação artificial nem administrar medicamentos(49).

c) Instabilidade motriz: onze casos.

Aqui referimo-nos a doentes que não podem permanecer quietos. Constantemente solitários, torna-se difícil que aceitem fechar-se a sós com o médico no seu consultório.

Dois sentimentos nos pareceram frequentes neste primeiro grupo de torturados:

Primeiro, o da injustiça. O facto de ter sido torturado por coisa de nada, durante dias e noites, parece ter quebrado alguma coisa nestes homens. Um destes martirizados havia tido uma experiência particularmente penosa: depois de alguns dias de inúteis torturas, os polícias convenceram-se de que se tratava de um homem pacífico, totalmente alheio a qualquer rede da F. L. N. Apesar desta convicção, um inspector de polícia disse: «Não o deixem ir assim. Apertem um pouco mais. Assim quando estiver lá fora, manter-se-á tranquilo»(50).

Depois, uma indiferença a qualquer argumento moral. Para esses doentes, não há causa justa. Uma causa torturada é uma causa débil. É necessário, pois, antes de mais, aumentar a sua força e não discutir se a causa está ou não bem fundada. Somente conta a força.

GRUPO N.° 2 — Depois das torturas com electricidade.

Nesse grupo reunimos os patriotas argelinos torturada principalmente com a electricidade. Com efeito, enquanto antes a electricidade fazia parte de um conjunto de processos de tortura, a partir de Setembro de 1956 certos interrogatórios realizaram-se exclusivamente com eletricidade.

Quadros Psiquiátricos Encontrados

a) Cenestopatias localizadas ou generalizadas: três casos.

Trata-se de doentes que experimentam uma sensação de formigueiro em todo o corpo, forte impressão de que lhes arancam as mãos, lhes estalam a cabeça, lhes travam a língua.

b) Apatia, abulia, desinteresse: sete casos.

São enfermos inertes, sem projectos, sem saída, que apenas vivem o dia.

c) Horror à electricidade:

Medo de acender a luz, medo de ouvir o rádio, medo do telefone. Impossibilidade absoluta para o médico de evocar sequer a possibilidade de um tratamento por electro-choque.

GRUPO N.° 3 — Depois do «soro da verdade».

É conhecido o princípio em que se baseia este procedimento. Perante um enfermo que parece sofrer de um conflito interior inconsciente que a conversa não consegue revelar, recorre-se a métodos de exploração química. O pentotal, por injecções intravenosas, é a substância mais comumente utilizada com o fim de libertar o doente de um conflito que parece superar as suas possibilidades de adaptação. Para libertar o enfermo desse «corpo estranho», intervém o médico(51). De qualquer modo, percebeu-se a dificuldade de controlar a dissolução progressiva dos problemas psíquicos. Não era raro presenciar agravamentos espectaculares ou o aparecimento de novos quadros absolutamente inexplicáveis. Por isso, em geral, abandonou-se mais ou menos essa técnica.

Na Argélia, os médicos militares e os psiquiatras tiveram grandes possibilidades de experimentação nos postos de polícia. Se, nas neuroses, o pentotal derruba as barreiras que se opõem à exteriorização do conflito interior, nos patriotas argelinos deve romper, igualmente, a barreira política e facilitar a obtenção de confissões do prisioneiro sem necessidade de recorrer à electricidade (a tradição médica tende a evitar o sofrimento). É a forma médica da «guerra subversiva».

O argumento é o seguinte. Primeiro: «Eu sou médico, não sou polícia. Estou aqui para te ajudar». Assim se obtém, no fim de alguns dias, a confiança do prisioneiro(52). Depois: «Vou dar-te algumas injecções porque estás muito mal». Durante alguns dias, realiza-se qualquer tratamento: vitaminas, tónicos cardíacos, soros açucarados. Ao quarto ou quinto dia, uma injecção intravenosa de pentotal. Começa o interrogatório.

Quadros Psiquiátricos Encontrados

a) Estereotipias verbais:

O doente repete continuamente frases como: «Não disse nada. Têm de acreditar-me, eu não falei». Estas frases estereotipadas são acompanhadas de uma angústia permanente. O enfermo ignora, com efeito, se puderam arrancar-lhe algumas informações. A culpabilidade a respeito da causa defendida e dos

irmãos cujos nomes e direcções haja podido revelar, pesa aqui de maneira dramática. Nenhuma afirmação pode restabelecer a calma com essas consciências destroçadas.

b) Percepção intelectual ou sensorial opaca:

O enfermo não pode afirmar a existência de um objectivo definido. Assimila um raciocínio, mas de maneira indiferenciada. Não distingue, fundamentalmente, o verdadeiro do falso. Tudo é verdadeiro e tudo é falso ao mesmo tempo.

c) Horror às entrevistas pessoais:

Este medo deriva da impressão aguda de que poderá, em qualquer momento, ser novamente interrogado.

d) Inibição:

O doente está na defensiva: regista palavra por palavra a resposta projectada. Daí a impressão de quase inibição, com diminuição da actividade psíquica, interrupção das frases, retrocessos, etc...

É claro que estes enfermos negam-se obstinadamente a qualquer injecção intravenosa.

GRUPO N.° 4 — Depois da lavagem ao cérebro.

Falou-se muito ultimamente da «acção psicológica» na Argélia. Não queremos proceder ao estudo crítico destes métodos. Bastar-nos-á evocar aqui as consequências psiquiátricas. Existem duas categorias de centros de tortura para a lavagem ao cérebro na Argélia.

1 — Para os Intelectuais

Aqui o princípio consiste em fazer com que o prisioneiro actue de harmonia com determinado papel. É evidente a escola psico-sociológica a que isto nos remete(53).

a) Fazer o jogo da colaboração.

O intelectual é convidado a colaborar, elaborando justificações dessa colaboração. Obriga-se, pois, a levar uma dupla existência: é um patriota conhecido como tal que, preventivamente, foi retirado da circulação. O fim da acção empreendida é atacar, desde o mais fundo, os elementos que constituem a consciência nacional. Não deve apenas colaborar, mas tem também ordem para discutir «livremente» com os opositores e reticentes e procurar convencê-los. É uma maneira airosa de fazê-lo designar os patriotas, de servir de delator. Se porventura diz não encontrar opositores, designa-se-lhe ou pede-se-lhe que actue como se se tratasse de opositores.

b) Fazer exposições sobre o valor da obra francesa esobre os fundamentos positivos da colonização.

Para realizar esta tarefa, são largamente precisos muitos «conselheiros

políticos»: funcionários de assuntos coloniais, ou melhor ainda: psicólogos, socio-psicólogos, sociólogos, *etc.*

c) Colocar os argumentos da Revolução Argelina e combatê-los um por um.

A Argélia não é uma Nação, não foi nunca uma Nação, não será nunca uma Nação.

Não existe o «povo argelino».

O patriotismo argelino não tem sentido.

Os «fellagas» são ambiciosos, criminosos, pobres tipos enganados.

Por sua vez, cada intelectual deve fazer uma exposição sobre estes temas e a exposição deve ser convincente. As notas (as famosas «recompensas») são atribuídas e totalizadas no fim de cada mês. Servirão de elementos de apreciação para decidir ou não a saída do intelectual.

d) Levar uma vida colectiva absolutamente patológica.

Estar só é um acto de rebelião. Por isso, é necessário estar sempre com alguém. O silêncio está igualmente proibido. É preciso pensar em voz alta.

Testemunho

Trata-se de um universitário internado e submetido durante alguns meses à lavagem ao cérebro. Os responsáveis do campo, num dado momento, felicitam-no pelos progressos realizados e anunciam-lhe a sua próxima libertação.

Conhecendo as manobras do inimigo, abstém-se de tomar a sério a notícia. A técnica consiste, de facto, em anunciar aos prisioneiros a sua saída e, uns dias antes da data fixada, organizar uma sessão de crítica colectiva.

Ao finalizar a sessão, toma-se frequentemente a decisão de suspender a libertação, dado que o prisioneiro não parece apresentar todos os sintomas de uma cura definitiva. A sessão, dizem os psicólogos presentes, demonstrou a persistência do vírus nacionalista.

Desta vez, portanto, não se trata de um subterfúgio. O prisioneiro é libertado. Uma vez fora, na cidade e no seio da sua família, o antigo prisioneiro felicita-se de haver apresentado muito bem o seu papel. Alegra-se por poder ocupar de novo o seu lugar na luta nacional e procura estabelecer contacto com os seus responsáveis. Nesse momento, uma ideia lancinante e terrível atravessa-lhe o espírito. Talvez não tenha enganado ninguém, nem os carcereiros, nem os companheiros detidos, nem sobretudo a si mesmo.

Onde terminaria o jogo?

Neste caso, é necessário restabelecer a confiança, suprimir a hipoteca da culpabilidade.

Quadros Psiquiátricos Encontrados

a) Horror de qualquer discussão colectiva.

Quando se encontram três ou quatro, a inibição reaparece, a desconfiança, a reticência impõem-se com particular densidade.

b) Impossibilidade de explicar e defender determinada posição.

O pensamento desenvolve-se por dualidades opostas. Tudo o que se afirma pode negar-se, no mesmo instante, com idêntica força. É certamente a série de coisas mais dolorosa que temos encontrado nesta guerra. Uma personalidade obcecada é o fruto da «acção psicológica» posta ao serviço do colonialismo na Argélia.

2 —Para os Não-Intelectuais

Nos centros como Berrouaghia, não se parte já da subjectividade para modificar as atitudes do indivíduo. Apoiam-se, pelo contrário, no corpo que se quebra, esperando que a consciência nacional se desintegre. É um verdadeiro processo de domesticação. A recompensa traduz-se na ausência de torturas ou a possibilidade de se alimentar.

a) É necessário reconhecer que não se pertence à F. L. N. É preciso gritá-lo em grupo. É preciso repeti-lo durante algumas horas.

b) Depois, é necessário reconhecer que se pertenceu à F. L. N. e se compreendeu que isso estava mal. Portanto, abaixo a F. L. N.

Depois desta fase, vem outra: o futuro da Argélia é francês, não pode ser senão francês.

Sem a França, a Argélia volta à Idade Média.

Enfim, alguém é francês. Viva a França!

Os transtornos encontrados aqui não são graves. É o corpo enfermo e doloroso que necessita de repouso e de paz.

Série D: Perturbações psicossomáticas.

A guerra colonial da Argélia não teve apenas como consequência a multiplicação das perturbações mentais e o favorecer a eclosão de fenómenos mórbidos específicos. Fora da patologia da tortura, da patologia da torturado e da do torturador, existe na Argélia uma patologia da atmosfera, a que faz dizer comummente aos médicos frente a um enfermo que não conseguem compreender: «Tudo isto acabará com a maldita guerra».

Agruparemos nesta quarta série as enfermidades observadas entre os argelinos, alguns dos quais foram internados em campos de concentração. A característica peculiar destas enfermidades é que são de tipo psicossomático.

Chamamos patologia psicossomática ao conjunto de desordens orgânicas cuja eclosão é favorecida por uma situação conflituosa(54). Psicossomática, porque a causa é de origem psíquica. Esta patologia é considerada como uma maneira a que tem de responder o organismo, isto é, de adaptar-se ao conflito que

enfrenta, sendo a perturbação ao mesmo tempo sintoma e cura. Mais precisamente, diz-se que o organismo (uma vez mais trata-se da unidade córtico-visceral, psicossomática dos antigos) supera o conflito por maus caminhos, mas, em resumidas contas, económicas. É o mal menor que o organismo escolhe para evitar a catástrofe.

Em geral, esta patologia é muito bem conhecida na actualidade, ainda que os distintos métodos terapêuticos propostos (relaxamento, sugestão) nos pareçam muito aleatórios. Durante a Segunda Guerra Mundial, na Inglaterra, no decorrer dos bombardeios e na União Soviética nas populações sitiadas, especialmente em Estalinegrado, as descrições de transtornos aparecidos multiplicaram-se. Hoje, sabe-se perfeitamente que não é preciso estar ferido com uma bala para sofrer no corpo ou no cérebro a existência da guerra. Como qualquer guerra, a guerra da Argélia criou o seu contingente de enfermidades córtico-viscerais. Se se exceptua o grupo g, todas as perturbações observadas na Argélia foram descritas nas guerras «clássicas». O grupo g pareceu-nos específico da guerra colonial da Argélia. Esta forma particular de patologia (a contracção muscular generalizada) já havia chamado a atenção antes de estalar a Revolução. Mas os médicos que a descreviam consideravam-na um estigma congénito do indígena, uma originalidade (?) do seu sistema nervoso, onde se afirmava estar a prova de um predomínio no colonizado do sistema extra-piramidal(55). Esta contracção é, na realidade, simplesmente o acompanhamento postural, a aparição nos músculos do colonizado da sua rigidez, da sua reticência, da sua recusa perante a autoridade colonial.

Quadros Psiquiátricos Encontrados

a) Úlceras de estômago.

Muito numerosas. As dores predominam durante a noite com vómitos, emagrecimento, tristeza e morosidade, sendo uma excepção a irritabilidade. Deve assinalar-se que a maioria destes doentes são muito jovens: dos 18 a 25 anos. Regra geral, nunca aconselhamos a intervenção cirúrgica. Duas vezes fez-se uma gastrectomia. Nesses dois casos houve necessidade de voltar a intervir nesse mesmo ano.

b) Cólicas nefríticas:

Também aqui encontramos sofrimentos com paroxismo nocturno. Evidentemente, quase nunca existem cálculos. Estas cólicas podem produzir-se, que é raro, em pessoas de 14 a 16 anos.

c) Transtornos da menstruação:

Esta patologia é muito conhecida e não nos deteremos nela. Mesmo que as mulheres permaneçam três ou quatro meses sem mênstruo ou que essas dores intensas se repercutam sobre o carácter e o comportamento, tudo isso acompanha as regras.

d) Hipersónias por tremores idipáticos:

Trata-se de adultos jovens, privados de qualquer repouso por um tremor generalizado, frequente, semelhante a um Parkinson total. Também nestes casos os «espíritos científicos» poderiam referir-se a um determinismo extra-piramidal.

e) Precoces cabelos brancos:

Entre os que se escapam dos centros de interrogatório, os cabelos embranquecem subitamente, por madeixas, por regiões ou mesmo inteiramente. Com frequência estas perturbações são acompanhadas de astenia profunda, com desinteresse e impotência sexual f) Taquicardias paroxísticas:

O ritmo cardíaco acelera-se bruscamente: 120, 130, 140 pulsações por minuto. Estas taquicardias são acompanhadas de angústia, da impressão de morte iminente e o fim da crise é assinalado por uma copiosa transpiração.

g) Contracção generalizada, rigidez muscular:

Trata-se de doentes de sexo masculino que têm uma dificuldade progressiva (em dois casos o seu aparecimento foi brutal) para a execução de certos movimentos: subir escadas, andar depressa, correr. A causa desta dificuldade reside numa rigidez característica que lembra irresistivelmente uma pancada em certas regiões do cérebro (núcleos cinzentos centrais). É uma rigidez em extensão e a marcha faz-se em pequenos passos. A flexão passiva dos membros inferiores é quase impossível. Nenhum descanso se pode obter. Contraído, incapaz do menor relaxamento voluntário, o enfermo parece feito de uma só peça. O rosto permanece fixo, mas exprime um alto grau de desorientação.

O doente não parece poder «desmobilizar os seus nervos». Constantemente está em tensão, à espera, entre a vida e a morte. Eis o que nos dizia um deles: «Veja, já estou rígido como um morto»[(56)].

A Impulsividade Criminosa do Norte-Africano na Guerra de Libertação Nacional

Não é necessário apenas que se combata pela liberdade do povo. Também é preciso ensinar a esse povo e a nós mesmos, durante o tempo da luta, a dimensão do homem. Deve remontar-se pelos caminhos da história, da história do homem condenado pelos homens e provocar, tornar possível o reencontro com o seu povo e com os outros homens.

Na verdade, o militante que se entregou a uma luta armada, a uma luta nacional, tem a intenção de conhecer todas as degradações infligidas ao homem pela opressão colonial. O militante tem por vezes a impressão fatigada de que deve conduzir a tudo o seu povo, tirá-lo do poço, da caverna. O militante compreende a cada passo que não tem apenas de rechaçar as forças inimigas, mas também os núcleos de desespero cristalizados no corpo do colonizado. O período de opressão é doloroso, mas a luta, ao reabilitar o homem oprimido, desenvolve um processo de reintegração extremamente fecundo e decisivo. A luta vitoriosa de um povo não consagra somente o triunfo dos seus direitos.

Procura, aliás, para esse povo densidade, coerência, homogeneidade. Porque o colonialismo não fez outra coisa senão despersonalizar o colonizado. Esta despersonalização ressente-se igualmente no plano colectivo ao nível das estruturas sociais. O povo colonizado vê-se reduzido, então, a um conjunto de indivíduos que não encontram a sua razão de ser, senão em presença do colonizador.

A luta de um povo pela sua libertação leva-o, segundo as circunstâncias, a recusar ou a fazer estalar as supostas verdades instaladas na sua consciência pela administração civil colonial, a ocupação militar, a exploração económica. E apenas a luta pode exorcizar realmente essas mentiras «obre o homem que inferiorizam e literalmente mutilam os mais conscientes de todos nós.

Quantas vezes, em Paris ou em Aix, em Argel ou em Hasse-Terre, temos visto alguns colonizados protestarem com violência sobre a suposta preguiça do negro, do argelino ou do vietnamês. E, sem dúvida, não é verdade que num regime colonial, um fellah dedicado ardorosamente ao trabalho, um negro que recusasse o descanso, seriam simplesmente indivíduos patológicos? A preguiça do colonizado é a sabotagem consciente à máquina colonial; é, no plano biológico, um sistema de auto-protecção notável e, em todo o caso, trata-se de um atraso seguro infligido à vontade do ocupante na totalidade do país.

A resistência das florestas e dos pântanos à penetração estrangeira, é aliada natural do colonizado. Haveria que compreendê-lo e deixar de argumentar e de afirmar que o negro é um grande trabalhador e o bicot um arroteador excepcional. No regime colonial, a verdade dobicot, a verdade do negro, é não mover sequer o dedo mindinho, não ajudar o opressor a aproveitar-se melhor da sua presa. O dever do colonizado, que todavia não amadureceu a sua consciência política nem decidiu recusar a opressão, é fazer com que lhe arranquem literalmente o menor gesto. É uma manifestação muito concreta da não-cooperação, em todo o caso de uma cooperação mínima.

Estas observações, que se aplicam às relações do colonizado e do trabalho, poderiam aplicar-se igualmente ao respeito do colonizado pelas leis do opressor, ao pagamento regular dos impostos, às relações do colonizado com o sistema colonial. No regime colonial, a gratidão, a sinceridade, a honra, são palavras vazias. Nos últimos anos, tive ocasião de comprovar um facto clássico: a honra, a dignidade, o respeito à palavra dada, não podem manifestar-se senão dentro do quadro de uma homogeneidade nacional e internacional. Quando vós e os vossos semelhantes forem liquidados como cães, não lhes resta outra coisa senão utilizar todos os meios para restabelecerem a vossa importância como homens. É necessário, então, pesar o mais possível o corpo do torturador para que o espírito extraviado nalgum lado recupere por fim a sua dimensão universal. Nestes últimos anos, tive a oportunidade de presenciar na Argélia combatente como a honra, a entrega de si mesmo, o amor à vida, o desprezo da morte, podiam revestir-se de formas extraordinárias. Trata-se de uma comprovação trivial que os mais furiosos colonialistas não puderam deixar de fazer: o combatente

argelino tem uma maneira singular de lutar e de morrer e nenhuma referência ao Islamismo ou ao Paraíso Prometido podem explicar essa generosidade de si próprio quando se trata de proteger o povo ou de salvar os irmãos. E esse silêncio esmagador — o corpo, bem entendido, grita — esse silêncio destrói o torturador. Encontramos aqui a velha lei que impede a certa parte de nós próprios que permaneça imóvel quando a nação se põe em marcha, quando o homem reivindica e afirma ao mesmo tempo a sua humanidade ilimitada.

Entre as características do povo argelino que havia estabelecido o colonialismo, deter-nos-emos na sua pavorosa criminalidade. Antes de 1954, os magistrados, polícias, advogados, jornalistas, médicos-legistas, convinham unânimemente que a criminalidade do argelino era um problema. O argelino, afirmava-se, é um criminoso nato. Elaborou-se uma teoria, fizeram-se provas científicas. Esta teoria foi objecto, durante mais de 20 anos, de ensino universitário. Estudantes argelinos de medicina receberam esse ensino e, pouco a pouco, imperceptivelmente, depois de se adaptarem ao colonialismo, as elites adaptaram-se também às taras naturais do povo argelino. Preguiçosos, mentirosos, ladrões, assassinos, tudo isso eram sintomas natos do argelino.

Propomo-nos expor aqui esta teoria oficial, recordar as suas bases concretas e a sua argumentação científica. Depois, recolheremos os factos e procuraremos reinterpretá-los.

O argelino mata frequentemente: É um facto, dirão os magistrados, que quatro dos cinco processos instaurados se referem a golpes e a feridas. A taxa de criminalidade na Argélia é uma das mais importantes, das mais elevadas do mundo, afirmam. Não há pequenos delinquentes. Quando o argelino, e isto aplica-se a todos os norte-africanos, se coloca fora da lei, fá-lo sempre no máximo.

O argelino mata selvaticamente: E, em primeiro lugar, a arma preferida é o cutelo. Os magistrados «que conhecem o país» formaram uma breve filosofia acerca disto. Os habitantes de Kabylia, por exemplo, preferem a pistola ou a espingarda. Os árabes da planura têm predilecção pelo cutelo. Alguns magistrados perguntam a si próprios se o argelino necessita de ver sangue. O argelino, dirão, precisa sentir o calor do sangue, banhar-se no sangue da vítima. Esses magistrados, esses polícias, esses médicos, dissertam muito sèriamente sobre as relações da alma muçulmana com o sangue[(57)]. Certo número de magistrados chegam a afirmar que para o argelino matar um homem é, antes de mais, degolá-lo. A selvageria do argelino manifesta-se sobretudo pela multiplicidade das feridas, a inutilidade de algumas infligidas depois da morte. As autópsias estabelecem seguramente isto: o assassino dá a impressão, pela gravidade de todas as feridas infligidas, que desejou matar um número incalculável de vezes.

O argelino mata por nada: Com frequência, magistrados e polícias hesitam perante os motivos do assassinato: um gesto, uma alusão, uma expressão ambígua, uma discussão junto de uma oliveira possuída em comum, uma rês que

avança na oitava parte de um hectare... Frente ao assassinato, algumas vezes frente ao duplo ou triplo assassinato, a causa procurada, o motivo que se espera justifique esses assassinatos, determina-se numa trivialidade desesperante. Daí a impressão habitual de que o grupo social oculta os verdadeiros motivos.

Por último, o roubo praticado por um argelino realiza-se sempre com ferimento, acompanhado ou não de assassinato, mas sempre com agressão contra o proprietário.

Todos estes elementos reunidos em feixe sobre a criminalidade argelina, pareceram ser suficientes para especificar o facto e elaborar uma tentativa de sistematização.

Observações semelhantes, apesar de menos ricas, foram feitas em Marrocos e na Tunísia e falou-se cada vez mais da criminalidade norte-africana. Durante mais de 30 anos, debaixo da direcção constante do professor Porot, professor de psiquiatria na Faculdade de Argel, várias equipas vão definir as modalidades de expressão desta criminalidade e propor uma interpretação sociológica, funcional, anatómica.

Utilizaremos aqui os principais trabalhos dedicados a este problema pela escola psiquiátrica da Faculdade de Argel. As conclusões das investigações realizadas durante mais de 20 anos foram objecto, recordamo-lo, do magistrais cursos na cátedra de psiquiatria.

Assim foi como os médicos argelinos diplomados nu Faculdade de Argel tiveram de ouvir e de aprender quo o argelino é um criminoso nato. Recordo-me de um colega que expunha muito sèriamente essas teorias aprendidas. E acrescentava: «É duro de engolir, mas está cientificamente provado».

O norte-africano é um criminoso, o seu instinto depredador é conhecido, a sua agressividade maciça é perceptível ao simples olhar. O norte-africano gosta dos extremos; por isso, nunca se pode ter integralmente confiança. Hoje o maior amigo, amanhã o maior inimigo. Impermeável aos matizes, o cartesianismo é-lhe fundamentalmente estranho, o sentido do equilíbrio, da ponderação, da medida exacta, esbarra com as suas inclinações mais íntimas. O norte-africano é um violento, hereditàriamente violento. Existe nele uma impossibilidade de disciplinar e de canalizar os seus impulsos. Sim, o argelino é um impulsivo nato.

Mas, esclareça-se, essa impulsividade é fortemente agressiva e geralmente homicida. É assim que se explica o comportamento não ortodoxo do melancólico argelino. Os psiquiatras franceses da Argélia encontraram-se perante um problema difícil. Estavam habituados, frente a um doente de melancolia, a temer o suicídio. Mas o melancólico argelino mata. Esta enfermidade da consciência moral que é sempre acompanhada de auto-acusação e de tendências autodestrutivas, reveste-se no argelino de formas heterodestrutivas. O argelino melancólico não se suicida. Mata. É a melancolia homicida bem estudada pelo professor Porot na tese do seu discípulo Monserrat.

Como explica a escola argelina esta anomalia? Primeiro, diz a escola de

Argel, matar-se é voltar sobre si mesmo, contemplar-se, praticar a introspecção. Mas o argelino é rebelde à vida interior. Não existe vida interior no norte-africano, pelo contrário, desembaraça-se das suas preocupações lançando-se sobre o que o rodeia. Não analisa. Como a melancolia é por definição uma enfermidade da consciência moral, é claro que o argelino não pode padecer senão de pseudomelancolias, dado que tanto a precaridade da sua consciência como a fragilidade do seu sentimento moral são bem conhecidas. Esta incapacidade do argelino para analisar uma situação, para organizar um panorama mental, compreende-se perfeitamente se nos referimos aos tipos de causas propostas pelos autores franceses.

E, em primeiro lugar, dizem respeito às aptidões intelectuais. O argelino é um débil mental. Se se quer compreender bem este facto, deve recordar-se a semiologia estabelecida pela escola de Argel. O indígena, diz-se, apresenta as seguintes características:

- nenhuma ou escassa emotividade;
- crédulo e sugestionável em extremo;
- teimosia pertinente;
- puerilismo mental, sem o espírito curioso da criança ocidental;
- facilidade dos acidentes e das reacções pitiáticas(58).

O argelino não compreende o conjunto. As questões que se colocam referem-se sempre aos pormenores e excluem qualquer síntese. Pontilhoso, agarrado aos objectos, perdido no detalhe, insensível à ideia, rebelde aos conceitos. A expressão verbal reduz-se ao mínimo. O gesto sempre impulsivo e agressivo. Incapaz de interpretar o pormenor a partir do conjunto, o argelino absolutiza o elemento e toma a parte pelo todo. Assim, haverá reacções globais perante incitações parcelares e insignificantes como uma figueira, um gesto, um carneiro que penetrou noutro terreno. A agressividade em estado puro(59).

Abandonando a fase descritiva, a escola de Argel aborda o plano explicativo. É em 1935, no Congresso de Alienistas e Neurologistas de língua francesa que se celebrava em Bruxelas, que o professor Porot define as bases científicas da sua teoria. Discutindo a comunicação de Baruk sobre a histeria, dizia que o «indígena norte-africano, cujas actividades superiores e corticais estão pouco evoluídas, é um ser primitivo cuja vida em essência vegetativa e instintiva está dominada sobretudo pelo seu diencéfalo».

Para medir bem a importância desta descoberta do professor Porot deve recordar-se que a característica da espécie humana, quando é comparada com os outros vertebrados, é a corticalização. O diencéfalo é uma das partes mais primitivas do cérebro e o homem é, principalmente, o vertebrado que domina o córtex.

Para o professor Porot, a vida do indígena norte-africano está dominada pelas instâncias diencefálicas. Isto equivale a dizer que o indígena norte-africano

está, em certo sentido, privado do córtex cerebral. O professor Porot não evita esta contradição e em Abril de 1939, na Sud Médical et Chirurgical, define, em colaboração com o seu discípulo Sutter, actualmente professor de psiquiatria em Argel:

> «O primitivismo não é uma falta de maturidade, uma interrupção no desenvolvimento do psiquismo intelectual. É uma condição social chegada ao termo da sua evolução, adapta-se de maneira lógica a uma vida diferente da nossa».

Finalmente, os professores abordam a própria base da doutrina:

> «esse primitivismo não é apenas uma forma resultante de uma educação especial, tem raízes muito mais profundas e até pensamos que possa ter o seu substracto numa disposição particular da arquitectónica, pelo menos da hierarquia dinâmica dos centros nervosos».

Como se vê, a impulsividade do argelino, a frequência e os caracteres dos seus assassinatos, as suas constantes tendências para a delinquência, o seu primitivismo, não são um acaso. Estamos na presença de um comportamento coerente, de uma vida coerente cientificamente explicável. O argelino não tem córtex cerebral ou, para ser mais preciso, predomina nele, como nos vertebrados inferiores, o diencéfalo. As funções corticais, se existem, são muito frágeis, pràticamente não integradas na dinâmica da existência. Não há, pois, nem mistério nem paradoxo. A reticência do colonizador para confiar uma responsabilidade ao indígena não é racismo nem paternalismo, mas simplesmente uma apreciação científica das possibilidades biologicamente limitadas do colonizado.

Terminemos esta revisão referindo-nos a uma conclusão, sobre a África em geral, do doutor Carothers, perito da Organização Mundial de Saúde. Este especialista internacional reuniu num livro publicado em 1954[(60)] o essencial das suas observações.

O doutor Carothers trabalhava na África central e oriental, mas as suas conclusões coincidem com as da escola norte-africana. Para o perito internacional, com efeito,

> «o africano utiliza muito raramente os seus lóbulos frontais. Todas as particularidades da psiquiatria africana podem atribuir-se a uma preguiça frontal»[(61)]

Para se fazer entender, o doutor Carothers estabeleço uma comparação muito viva. Assim, estabelece que o africano normal é umeuropeu lobomizado. É sabido que a escola anglo-saxónica havia desejado encontrar uma terapêutica radical de certas formas graves de enfermidades mentais praticando a exclusão de uma parte importante do cérebro. As grandes perturbações da personalidade

comprovadas conduziram depois para o abandono deste método. Segundo o doutor Carothers, a semelhança existente entre o indígena africano normal e olobomizado europeu é notável.

O doutor Carothers, depois de estudar os trabalhos dos diferentes investigadores que trabalham em África, propõe-nos uma conclusão que estabelece uma concepção unitária do africano. «Estes são — escreve — os elementos de casos que se não referem às categorias europeias. Foram recolhidos nas diferentes regiões da África oriental, ocidental, meridional e em geral cada um dos autores tinha pouco ou nenhum conhecimento dos trabalhos dos outros. A semelhança essencial desses trabalhos é, pois, absolutamente assinalável»[(62)].

Anotemos, antes de terminar, que o doutor Carothers definia a rebelião dos Mau-Mau com a expressão de um complexo inconsciente de frustração, cuja repetição poderia evitar-se cientificamente mediante adaptações psicológicas espectaculares.

Assim, pois, um comportamento inabitual: a frequência da criminalidade do argelino, a trivialidade dos motivos descobertos, o carácter homicida e sempre muito sanguinário das lutas, colocava um sério problema aos observadores. A explicação proposta, que se converteu em matéria de ensino, parece ser, em última análise, a seguinte: a disposição das estruturas cerebrais do norte-africano explica por uma vez a preguiça do indígena, a sua incapacidade intelectual e social e a sua impulsividade quase animal. A impulsividade criminal do norte-africano é a transgressão à ordem do comportamento de certa disposição do sistema nervoso. É uma reacção neurològicamente compreensível, inscrita na natureza das coisas, da coisa biologicamente organizada. A não integração dos lóbulos frontais na dinâmica cerebral explica a preguiça, os crimes, os roubos, as violações, a mentira. E a conclusão deu-me um subprefeito — agora prefeito—:

«A esses seres naturais — dizia —, que obedecem cegamente às leis da natureza, devem opor-se quadros estritos e implacáveis. É necessário domesticar a natureza, não a convencer».

Disciplinar, domesticar, reduzir e agora pacificar são os vocábulos mais utilizados pelos colonialistas nos territórios ocupados.

Se temos exposto largamente as teorias dos homens de ciência colonialista, foi menos para mostrar a sua pobreza e o seu absurdo do que para abordar um problema teórico e prático extremamente importante. De facto, entre as questões que se colocavam à revolução, entre os temas que podiam ser debatidos no plano da explicação política e a desmistificação, a criminalidade argelina não representava senão um subsector. Mas precisamente as entrevistas que tiveram lugar em torno deste assunto foram até tal ponto fecundas que nos permitiram aprofundar e destacar melhor a noção de libertação individual e social. Quando na prática revolucionária se aborda perante os quadros e os militantes a questão da criminalidade argelina; quando se expõe o número médio de crimes, de

delitos, de roubos do período anterior à revolução; quando se explica que a fisionomia de um crime, a frequência dos delitos se produzem em função das relações existentes entre os homens e as mulheres, entre os homens e o estado e que todos compreendem; quando se assiste com um simples olhar ao deturpar da noção de argelino ou de norte-africano criminoso por vocação, noção que estava igualmente fixada na consciência do argelino porque, na verdade, «somos coléricos, tumultuosos, maus... assim é..então, sim, pode dizer-se que a revolução progride.

O problema teórico importante é que em qualquer momento e em todos os lados deve tornar-se explícito, desmistificador, suprimir o insulto ao homem que é em si. Não se deve esperar que a nação produza novos homens. Não se deve esperar que, em perpétua renovação revolucionária, os homens se transformem insensivelmente. É verdade que estes dois processos são importantes, mas deve ajudar-se a consciência. A prática revolucionária, se quer ser globalmente libertadora e excepcionalmente fecunda, exige que nada de insólito subsista. Sente-se com singular força a necessidade de totalizar o acontecimento, de levar tudo consigo, de regulamentar tudo, de ser responsável por tudo. A consciência não se nega, então, a voltar atrás, a marcar passo se for necessário. Por isso, na marcha de uma unidade de combate sobre o terreno, o fim de uma emboscada não significa descanso, mas o momento de encaminhar também a consciência, porque tudo deve seguir a par.

Sim, espontâneamente, o argelino dava razão aos magistrados e aos polícias(63). Deve tomar-se, pois, essa criminalidade argelina vivida no plano do narcisismo como manifestação da autêntica virilidade e colocar novamente o problema no plano da história colonial. Por exemplo, demonstrar que a criminalidade dos argelinos em França difere fundamentalmente da criminalidade dos argelinos submetidos à exploração directamente colonial.

Uma segunda coisa devia chamar a nossa atenção: na Argélia, a criminalidade argelina desenvolve-se pràticamente em círculo fechado. Os argelinos roubavam-se entre si, despedaçavam-se entre si, matavam-se entre si. Na Argélia, o argelino apenas atacava os franceses e evitava as lutas com franceses. Na França, pelo contrário, o emigrante criará uma criminalidade intersocial, entre os diferentes grupos.

Na França, a criminalidade argelina diminui. Dirige-se sobretudo aos franceses e os motivos são radicalmente novos. Um paradoxo ajudou-nos consideràvelmente a desmistificar os militantes: desde 1954 comprova-se um quase desaparecimento dos delitos comuns. Já não existem disputas, não há razões insignificantes que provoquem a morte de um homem. Já não existem cóleras explosivas porque o vizinho tenha olhado de frente a cara de minha mulher ou o seu ombro esquerdo. A luta nacional parece ter canalizado todas as cóleras, nacionalizado todos os movimentos afectivos ou emocionais. Os juízes e os advogados franceses já o haviam comprovado, mas era preciso que o militante tivesse consciência disso, tinha de se lhe fazer conhecer as razões.

Resta a explicação.

Será necessário dizer que a guerra, terreno privilegiado de expressão de uma agressividade por fim socializada, canaliza até ao ocupante os gestos congènitamente criminais? É uma comprovação trivial que as grandes sacudidelas sociais diminuem a frequência da delinquência e das perturbações mentais. Podia explicar-se perfeitamente esta regressão da criminalidade argelina, assim, pela existência de uma guerra que rompia a Argélia em duas, recusando ao lado inimigo o maquinismo judicial e administrativo.

Mas, nas regiões de Magreb já libertadas, este mesmo fenómeno assinalado no decurso das lutas de libertação mantém-se e define-se com a independência. Parece, pois, que o contexto colonial é suficientemente original para autorizar uma reinterpretação da criminalidade. É o que temos feito pelos combatentes. Agora todo o mundo sabe, entre nós, que a criminalidade não é consequência do carácter nato do argelino nem da organização do seu sistema nervoso. A guerra da Argélia, as guerras de libertação nacional, fazem surgir os verdadeiros protagonistas. Na situação colonial, como se demonstrou, os indígenas vivem entre eles. Tendem a servir-se reciprocamente de palco. Cada um oculta ao outro o inimigo nacional. Depois, fatigado por uma dura tarefa de dezasseis horas, o colonizado tomba na sua esteira e essa criança quo, do outro lado da cortina, chora e não o deixa dormir, é de facto um pequeno argelino. Quando vai pedir um pouco de sémola ou um pouco de azeite ao dono da tenda de comestíveis, a quem já deve alguns centos de francos e lhe negam o favor, ele enche-se de uma enorme raiva e um ávido desejo de matar o merceeiro que é um argelino. Quando, depois de o haver evitado durante algumas semanas, se encontra um dia encurralado pelo caid que lhe reclama «impostos», nem sequer tem o prazer de odiar o administrador europeu; aí está ocaid que atrai esse ódio e é um argelino.

Exposto a tentativas de assassinato quotidianas: fome, expulsão do quarto que não pagou, o seio maternal vazio, as crianças esqueléticas, as obras paradas, os desempregados que pululam ao redor do gerente como corvos, o indígena chega a ver o seu semelhante como um inimigo implacável. Se ele esfola os pés descalços nas duras pedras do caminho, foi o indígena quem as colocou ali e quando se dispõe a recolher as suas poucas uvas, sabe que os filhos de X..., pela noite, as foram comer. Sim, no período colonial na Argélia e em todos os lados, podem fazer-se muitas coisas por um quilo de sémola. É possível matar várias pessoas. Faz falta a imaginação para compreender estas coisas. Oh, a memória! Nos campos de concentração os homens mataram-se por um bocado de pão. Recordo-me de uma cena horrível. Era em Orão em 1944. Do campo onde esperávamos ser embarcados, os militares lançavam pedaços de pão a pequenos argelinos que os disputavam com raiva e ódio. Os veterinários poderiam explicar estes fenómenos, recordando o famoso peck-order que se produz nos currais. A farinha de milho que é distribuída é objecto, na verdade, de uma competição implacável. Algumas vezes, os mais fortes, devoram todos os bocados, enquanto outros menos agressivos emagrecem a olhos vistos. Toda a colónia tende a

converter-se num imenso curral, num imenso campo de concentração, onde a única lei é a do cutelo.

Na Argélia, tudo mudou com a guerra de Libertação Nacional. As reservas inteiras de uma família ou de uma metcha podem ser oferecidas numa única noite a uma companhia que vem de passagem. O único burro da família pode ser emprestado para assegurar o transporte de um ferido. E quando, vários dias depois, o proprietário se inteira da morte do seu animal metralhado por um avião, não se lançará em imprecações e ameaças. Não falará da morte do seu animal, mas perguntará, inquieto, se o ferido está são e salvo.

No regime colonial, qualquer coisa pode fazer-se por um quilo de pão ou um miserável borrego... As relações do homem com a matéria, com o mundo, com a história, são na fase colonial relações com os alimentos. Para um colonizado num contexto de opressão como o da Argélia, viver não é incarnar valores, inscrever-se no desenvolvimento coerente e fecundo de um mundo. Viver é não morrer. Existir é manter a vida. Cada data é uma vitória. Não um resultado do labor realizado, mas uma vitória concebida como triunfo da vida. Assim, cruzar os braços, permitir que o borrego coma a erva do vizinho, não são uma negação da propriedade dos outros, a transgressão de uma lei ou uma falta de respeito. São tentativas de assassinato. K necessário ter visto em Kabylia homens e mulheres irem buscar terra durante semanas ao fundo do vale e transportá-la em pequenas canastras, para compreender que um roubo é uma tentativa de assassinato e não um gesto pouco amistoso ou ilegal. É que a única perspectiva é esse estômago cada vez mais reduzido, cada vez menos exigente, é verdade, mas que, de qualquer maneira, é necessário contentar. A quem dirigir-se? O francês está na planície com os polícias, o exército e os tanques. Na montanha somente existem argelinos. Acolá, o céu com as suas promessas de além-túmulo; lá em baixo, os franceses com as suas promessas bem concretas de prisão, de sovas, de execuções. Forçosamente, recai-se sobre si próprio. Aqui, descobre-se o núcleo desse ódio a si mesmo que caracteriza os conflitos raciais nas sociedades segregadas.

A criminalidade do argelino, a sua impulsividade, a violência dos seus assassinatos, não são, portanto, a consequência de uma organização do sistema nervoso nem de uma originalidade de carácter, mas o produto directo da situação colonial. Que os combatentes argelinos hajam discutido este problema, que não hajam temido pôr em dúvida as crenças que o colonialismo lhes havia inculcado, hajam compreendido que cada qual era o espelho do outro e que, na verdade, cada um se suicidava ao lançar-se sobre o outro, devia ter uma importância primordial na consciência revolucionária. Uma vez mais, o objectivo do colonizado que luta é provocar o fim da dominação. Mas igualmente deve velar pela liquidação de todas as mentiras introduzidas no seu corpo pela opressão. Num regime colonial, tal como existia na Argélia, as ideias professadas pelo colonialismo não influíam somente na minoria europeia, mas também no argelino. A libertação total é a que concerne a todos os sectores da personalidade. A emboscada ou o corpo-a-corpo, a tortura ou a matança de seus

irmãos, enraízam a determinação de vencer, renovam o subconsciente e alimentam a imaginação. Quando a nação se desamarra totalmente, o homem novo não é um produto a posteriori dessa nação, mas coexiste, desenvolve-se e triunfa com ela. Esta exigência dialéctica explica a reticência perante as colonizações adaptadas e as reformas de fachada. A independência não é uma palavra que deva exorcizar-se, mas uma condição indispensável para a existência de homens e mulheres realmente libertados, quer dizer, donos de todos os meios materiais que tornam possível a transformação radical da sociedade.

Conclusão

Camaradas: é necessário decidir a partir deste momento uma mudança de rumo. A grande noite em que estivemos submersos, é preciso sacudi-la e sair dela. O novo dia que já se descobre, deve encontrar-nos firmes, despertos e resolutos.

Devemos esquecer os sonhos, abandonar as nossas velhas crenças e as nossas amizades anteriores. Não percamos o tempo em estéreis litanias ou em mimetismos nauseabundos. Deixemos essa Europa que não deixa de falar do homem ao mesmo tempo que o assassina onde quer que o encontra, em todas as esquinas das suas próprias ruas, em todas as partes do mundo.

Há séculos que a Europa deteve o progresso dos outros homens e os submeteu aos seus desígnios e à sua glória; há séculos que, em nome de uma falsa «aventura espiritual» sufoca quase toda a humanidade. Olhem-na hoje a oscilar entre a desintegração atómica e a desintegração espiritual.

E, sem dúvida, no seu interior, no plano das realizações, pode dizer-se que triunfou em tudo.

A Europa assumiu a direcção do mundo com ardor, com cinismo e com violência. E vejam como se estende e se multiplica à sombra dos seus monumentos. Cada movimento da Europa fez estalar os limites do espaço e do pensamento. A Europa rejeitou toda a humildade, toda a modéstia, mas também toda a solicitude, toda a ternura.

Apenas se mostrou parcimoniosa com o homem, sòmente foi mesquinha, carniceira, homicida com o homem.

Então, camaradas, como não compreender que temos alguma coisa de melhor a fazer do que seguir essa Europa?

Essa Europa que nunca deixou de falar do homem, que jamais deixou de proclamar que só a preocupava o homem, agora sabemos com que sofrimentos pagou a humanidade cada uma das vitórias do seu espírito.

Camaradas, o jogo europeu terminou definitivamente, é preciso encontrar outra coisa. Podemos fazer qualquer coisa sob a condição de não imitar a Europa, sob condição de não nos deixarmos obsidiar pelo desejo de alcançar a Europa.

A Europa adquiriu tal velocidade, louca e desordenada, que escapa agora a qualquer condutor, a qualquer razão e atinge uma vertigem terrível num abismo de que devemos afastar-nos o mais rapidamente possível.

É verdade, claro, que precisamos de um modelo, de esquemas, de exemplos. Para muitos de nós, o modelo europeu é o mais exaltante. Mas nas páginas anteriores vimos as desgraças a que nos levava esta imitação. As realizações europeias, a técnica europeia, o estilo europeu, devem deixar de nos tentar e de nos desequilibrar.

Quando procuro o homem na técnica e no estilo europeu, vejo uma sucessão de negações do homem, uma avalanche de assassinatos.

A condição humana, os projectos do homem, a colaboração entre os homens em tarefas que acrescentem a totalidade do homem, são problemas novos que exigem verdadeiros inventos.

Decidamos não imitar a Europa e orientemos os nossos músculos e os nossos cérebros numa direcção nova. Tratemos de inventar o homem total que a Europa foi incapaz de fazer triunfar.

Há dois séculos, uma antiga colónia europeia decidiu imitar a Europa. Conseguiu-o a tal ponto que os Estados Unidos da América se converteram num monstro onde as taras, as enfermidades e a desumanidade da Europa alcançaram terríveis dimensões.

Camaradas, não teremos outra coisa a fazer senão criar uma terceira Europa? O Ocidente quis ser uma aventura do espírito. E em nome do espírito, do espírito europeu, bem entendido, a Europa justificou os seus crimes e legitimou a escravidão que mantém em quatro quintas partes da humanidade.

Sim, o espírito europeu teve singulares fundamentos. Toda a reflexão europeia se desenvolveu em sítios cada vez mais desertos, cada vez mais escarpados. Assim se adquiriu o costume de encontrar ali cada vez menos o homem.

Um diálogo permanente consigo mesmo, um narcisismo mais obsceno, não deixaram de preparar o terreno num quase delírio, onde o trabalho cerebral se converte num sofrimento, onde as realidades não são já as do homem vivo, que trabalha e se forma a si próprio, mas palavras, diversos grupos de palavras, as tensões aparecidas dos significados contidos nas palavras. Houve europeus, sem dúvida, que convidaram os trabalhadores europeus a romper com esse narcisismo e a quebrar com essa irrealidade.

Em geral, os trabalhadores europeus responderam a essas chamadas. Porque os trabalhadores também acreditaram participar na aventura prodigiosa do espírito europeu.

Todos os elementos de uma solução dos grandes problemas da humanidade existiram, em diferentes momentos, no pensamento da Europa. Mas os actos dos homens europeus não responderam à missão que lhes correspondia e consistia em reflectir violentamente sobre esses elementos, em modificar o seu aspecto, o seu ser, em modificá-los, em levar, finalmente, o problema do homem a um nível incomparàvelmente superior.

Hoje, assistimos a um verdadeiro êxtase da Europa. Fujamos, camaradas, desse movimento imóvel onde a dialéctica se transformou pouco a pouco em lógica do equilíbrio. É preciso reformular o problema do homem. É necessário reformular o problema da realidade cerebral, da massa cerebral de toda a humanidade, cujas conexões precisam multiplicar-se, cujas redes devem

diversificar-se e cujas mensagens temos de re-humanizar.

Camaradas, temos demasiado trabalho para nos divertirmos com os jogos da retaguarda. A Europa fez o que tinha a fazer e, em resumo, fê-lo bem; deixemos de a acusar, mas digamos-lhe firmemente que não deve continuar a fazer tanto barulho. Já não temos nada a temer dela, deixemos, pois, de a invejar.

O Terceiro Mundo está agora frente à Europa como uma massa colossal, cujo projecto deve ser tratar da resolução dos problemas a que essa Europa não soube dar solução.

Mas, então, não se deve falar de rendimentos, de intensificação, de ritmo. Não, não se trata de regressar à Natureza. Trata-se concretamente de não conduzir os homens por direcções que os mutilem, de não impor ao cérebro ritmos que rapidamente o obliteram e perturbam. Com o pretexto de alcançar a Europa não se deve forçar o homem, arrancá-lo de si mesmo, da sua intimidade, não se deve cansá-lo, nem assassiná-lo.

Não queremos alcançar ninguém. Mas queremos marchar constantemente, de noite e de dia, em companhia do homem, de todos os homens. Trata-se de não alargar a caravana, porque, então, cada fila apenas compreende a que a precede e os homens que não se reconhecem já, encontram-se e falam cada vez menos.

Trata-se, para o Terceiro Mundo, de recomeçar uma história do homem que tome em conta ao mesmo tempo as teses, algumas vezes prodigiosas, sustentadas pela Europa, mas também os crimes da Europa, o mais odioso dos quais foi, no seio do homem, o esquartejamento patológico das suas funções e a desintegração da sua unidade; dentro do quadro de uma colectividade, a ruptura, a estratificação, as tensões sangrentas alimentadas pelas classes; na imensa escala da humanidade, por último, os ódios raciais, a escravidão, a exploração e, sobretudo, o genocídio tão sangrento que representa a exclusão de mil e quinhentos milhões de homens.

Não paguemos, pois, camaradas, um tributo à Europa, criando estados, instituições e sociedades inspiradas nela.

A humanidade espera alguma coisa de nós que não seja essa imitação caricatural e em geral indecorosa.

Se queremos transformar a África numa nova Europa, a América numa nova Europa, confiemos, então, aos europeus os destinos dos nossos países. Saberão fazê-lo melhor que os mais dotados de nós.

Mas se queremos que a humanidade avance com audácia, se queremos elevá-la a um nível diferente do que foi imposto pela Europa, então é necessário inventar e descobrir.

Se queremos responder à esperança dos nossos povos, não devemos fixar-nos apenas na Europa.

Além disso, se queremos responder à esperança dos europeus, não devemos

reflectir uma imagem, mesmo ideal, da sua sociedade e do seu pensamento pelos quais sentem de quando em quando uma imensa náusea.

Pela Europa, por nós próprios e pela humanidade, camaradas, é necessário mudar de pele, desenvolver um pensamento novo, tratar de formar um homem novo.



Visite o Arquivo Marxista na Internet

Ebook convertido por: Fernando Antônio de Souza Araújo em Agosto/2016

Fonte do texto: Arquivo Frantz Fanon

Notas

(1) Exército de Libertação Nacional. — (N. do T.) (retornar ao texto)

(2) O raton era o próprio natural da Argélia; o mesmo que argelino. (N. do T.) (retornar ao texto)

(3) Reunião de países unidos por uma aliança comum à Coroa britânica ou pelo reconhecimento de soberania da Grã-Bretanha como chefe do «Commonwealth». (N. do T.). (retornar ao texto)

(4) O apartheid é a segregação sistemática das pessoas de cor que, em todas as circunstâncias, são separadas dos brancos. O Governo nacionalista da África do Sul fez do «apartheid» lei do país. (N. do T.) (retornar ao texto)

(5) Já demonstrámos, em Peau Noire, Masques Blancs (Éditions du Seuil), o mecanismo desse mundo maniqueu. (retornar ao texto)

(6) Espécie de camponês do Egipto (N. do T.) (retornar ao texto)

(7) Ver o capítulo 5, «Guerra colonial e perturbações mentais». (retornar ao texto)

(8) Nome que os árabes dão a seres, benéficos ou maléficos, superiores aos homens, inferiores aos anjos. (N. do T.) (retornar ao texto)

(9) Culto africano que os negros importaram da América. (N. do T.) (retornar ao texto)

(10) Friedrich Engels, Anti-Dühring, 2.ª parte, capitulo III: «Théorie de la violence». Éditions Sociales, pág. 199. (retornar ao texto)

(11) Presidente da República da Costa do Marfim, nascido em Yamoussonkro em 1905. (N. do T.) (retornar ao texto)

(12) Pode suceder que o dirigente preso seja a expressão autêntica das massas colonizadas. Nesse caso, o colonialismo aproveitará a sua detenção para lançar novos dirigentes. (retornar ao texto)

(13) É evidente que essa limpeza total destrói o que se queria salvar. É o que assinala Sartre quando diz: «Em suma, pelo facto mesmo de as repetir (as ideias racistas), revela-se que a união simultânea de todos contra os indígenas é irrealizável, que é somente recorrência cíclica e que, além disso, essa união não poderia fazer-se como agrupamento activo para matar todos os colonizados, tentação perpétua e absurda do colono que equivale, se não for realizável doutro modo, a suprimir de um único golpe a própria colonização». Critique de la raison dialectique, pág. 346. (retornar ao texto)

(14) Aimé Césaire, «Les Armes Miraculeuses» (Et les chienssè taissaient) págs. 133-137, Gallimard. (retornar ao texto)

(15) É necessário determo-nos neste período para se medir a importância desta decisão do poder francês na Argélia. Assim, no n.º 4, de 28 de Março de 1957, deRésistance Algérienne, pode ler-se: «Em resposta à Assembleia Geral das Nações Unidas, o governo francês acaba de decidir na Argélia a criação de milícias urbanas. Já se verteu muito sangue, diz-se na O. N. U. Lacoste protesta: «Armemos os civis». As duas partes são convidadas a entrar em contacto para chegar a um acordo sobre uma solução democrática e pacifica, recomendada pela O. N. U. Lacoste decreta que, doravante, todo o europeu estará armado e deverá disparar sobre todos os que lhe parecerem suspeitos. Lacoste responde: é preciso sistematizar a repressão, organizar a caça aos argelinos. E, simbolicamente, entrega os poderes civis aos militares, os poderes militares aos civis. O círculo fecha-se. Ao centro, o argelino, desarmado, esfomeado, encurralado, golpeado, linchado, assassinado como suspeito. Hoje, na Argélia, não existe um só francês que não esteja autorizado, mesmo convidado, a usar a sua arma. Nem um só francês na Argélia, um mês após o apelo da O. N. U. à calma, que não tenha a obrigação de descobrir, de inventar e de perseguir os suspeitos. Um mês depois de ser votada a moção final da Assembleia Geral das Nações Unidas, nem um único francês na Argélia ficou alheio à mais tremenda empresa de extermínio dos tempos modernos. Solução democrática? De acordo, acede Lacoste, comecemos por eliminar

os argelinos. Para isso, armemos os civis e deixemo-los agir. A imprensa francesa, em geral, acolheu sem reservas a criação desses grupos armados. Milícias fascistas, chamou-se-lhes. Sim. Mas, ao nível do indivíduo e do direito das gentes, que é o fascismo senão o colonialismo no seio dos países tradicionalmente colonialistas? Firmaram-se assassinatos sistematicamente legalizados e recomendados. Mas não mostra a carne argelina, desde há cento e trinta anos, feridas cada vez mais abertas, cada vez em maior número, cada vez mais fundas? Atenção, aconselha Kenne-Vignes, parlamentar do M. R. P., não se corre o risco, ao formar as milícias, de abrir um abismo entre as duas comunidades da Argélia? Sim. Mas não é o estatuto colonial a servidão organizada de todo um povo? A revolução argelina é exactamente a impugnação dessa servidão e desse abismo. A revolução argelina dirige-se à nação ocupante e diz-lhe: «Tirai os garfos da carne argelina, assassinada e ferida! Dai voz ao povo argelino» A criação dessas milícias — afirmou-se — permitirá apressar as tarefas do exército. Libertará unidades cuja missão será proteger as fronteiras tunesina e marroquina. Um exército de seiscentos mil homens. A quase totalidade da Marinha e da Aviação. Uma polícia enorme, de surpreendentes recursos, que mobilizou os principais ex-torturaãores dos povos tunesino e marroquino. Unidades territoriais de cem mil homens. É necessário aliviar o exército. Devem formar-se milícias urbanas. O frenesi histérico e criminoso de Lacoste é imposto mesmo aos franceses mais perspicazes. A verdade é que a criação dessas milícias encontra-se justificada na sua própria contradição. As tarefas do exército francês são infinitas. Fixa-se-lhe como objectivo voltar a colocar a mordaça na boca dos argelinos e fechar-lhes a porta do futuro. Sobretudo, não se analisa, não se compreende, não se mede a profundidade nem a densidade da revolução argelina; chefes de distrito, chefes de zona, chefes de rua, chefes de edifício, chefes de pavimento... Ao enquadramento superficial, acrescenta-se agora o enquadramento vertical. Em 48 horas, duas mil candidaturas são registadas. Os europeus da Argélia responderam prontamente à chamada de Lacoste para o assassinato. Cada europeu, a partir deste momento, deverá fazer o recenseamento no seu sector dos argelinos sobreviventes. Informações, «resposta rápida» ao terrorismo, denúncia dos suspeitos, liquidação dos «fugitivos», reforço dos serviços da polícia. Bem entendido, é necessário aliviar as tarefas do exército. A caça aos ratons que tem lugar à superfície, acrescenta-se agora a caça à luz do dia. Ao assassinato improvisado, alia-se agora o assassinato planificado. Detenham o derramamento de sangue, aconselhava a O. N. U. O melhor meio para o alcançar, replica Lacoste, é que não haja mais sangue para derramar. O povo argelino, depois de ter sido livre das hordas de Massu, é confiado aos cuidados das milícias urbanas. Ao decidir a formação dessas milícias, Lacoste avisa claramente que não deixará ninguém interferir com a sua guerra. Prova de que existe um limite para a podridão. É verdade que está prisioneiro, mas que satisfação a sua por ver todo o mundo também perdido. «O povo argelino, depois de cada uma destas decisões, aumenta a contracção dos seus músculos e a intensidade da sua luta. O povo argelino, após cada um desses assassinatos, solicitados e organizados, estrutura mais ainda a sua tomada de consciência e solidifica a sua resistência. Sim. As tarefas do exército francês são infinitas. Porque a unidade do povo argelino é ainda infinita» (retornar ao texto)

(16) Por isso, o princípio das hostilidades não tem prisioneiros. Apenas mediante a politização dos quadros, os dirigentes fazem admitir às massas: 1) que os que vêm da metrópole nem sempre são voluntários e algumas vezes mesmo lhes repugna esta guerra; 2) que o interesse actual da luta exige que o movimento manifeste na sua acção o respeito a certos convénios internacionais; 3) que um exército que faz prisioneiros é um exército e deixa de ser considerado como um grupo de assaltantes da estrada; 4) que, em qualquer caso, a possessão de prisioneiros constitui um meio de pressão não desprezível para proteger os nossos militantes detidos pelo inimigo. (retornar ao texto)

(17) Magistrado indígena que, na África do Norte, exerce funções de polícia, administração e impostos. (N. do T.) (retornar ao texto)

(18) No actual contexto internacional, o capitalismo não exerce unicamente o bloqueio económico contra as colónias africanas ou asiáticas. Os Estados Unidos, com a operação anti-castrista, abrem no continente americano um novo capítulo da história da libertação laboriosa do homem. A América Latina, formada por países independentes com representação na O. N. U. e com moeda própria, deveria constituir uma lição para a Africa. Essas antigas colónias, desde a sua libertação, sofrem no meio do terror e da privação a lei de bronze do capitalismo ocidental. A libertação de África, o desenvolvimento da consciência dos homens permitiram aos povos latino-americanos romper com a velha dança das ditaduras, que se sucediam em iguais regimes. Castro toma o poder em Cuba e entrega-o ao povo. Esta heresia é tomada como uma calamidade nacional pelos «ianques» e os Estados Unidos organizam brigadas contra-revolucionárias, fabricam um governo provisório, incendeiam as colheitas de cana de açúcar, decidem por fim estrangular desapiedadamente o povo cubano. Mas vai ser tarefa difícil. O povo cubano sofrerá, mas acabará por vencer. O presidente brasileiro Jânio Quadros, numa declaração de importância histórica, afirmou que o seu país defenderia por todos os meios a Revolução Cubana. Também os Estados Unidos retrocederão um dia perante a vontade dos povos. Esse dia festejá-lo-emos, porque será um dia decisivo para os homens e mulheres do mundo inteiro. O dólar que em resumidas contas está garantido somente pelos escravos espalhados por todo o globo, nos poços de petróleo do Médio

Oriente, nas minas do Perú ou do Congo, nas plantações da United Fruit ou da Firestone, deixará de dominar então com todo o seu poder esses escravos que o criaram e continuam a alimentá-lo, com a cabeça e o ventre vazios, com a sua própria substância. (retornar ao texto)

(19) Alguns países favorecidos por uma numerosa povoação europeia chegam à independência com construções e avenidas e têm tendência para esquecer o país que está por trás, miserável e esfomeado. Ironia da sorte: por uma espécie de silêncio cúmplice, funcionam como se ás suas cidades fossem contemporâneas da independência. (retornar ao texto)

(20) Mas é verdade que a Alemanha não reparou integralmente os crimes de guerra. As indemnizações impostas à nação vencida não foram reclamadas na sua totalidade, porque as nações afectadas incluiram a Alemanha no seu sistema defensivo, anticomunista. É esta a preocupação permanente que anima os países colonialistas quando tratam de obter das suas antigas colónias, à falta da inclusão no sistema ocidental, bases militares e escravos. De comum acordo, decidiram esquecer as suas reivindicações em nome da estratégia da OTAN, em nome do mundo livre. E temos visto como a Alemanha recebe, em vagas sucessivas, dólares e máquinas. Uma Alemanha recuperada, forte e poderosa, era uma necessidade premente para o mundo ocidental. O interesse, bem entendido, da Europa chamada livre, exigia uma Alemanha próspera, reconstruída e capaz de servir de primeira fortaleza frente às eventuais hordas «vermelhas». A Alemanha aproveitou maravilhosamente a crise europeia. Os Estados Unidos e os demais estados europeus sentem uma legítima amargura perante essa Alemanha, ontem de joelhos, que lhes opõe agora, no mercado económico, uma competição implacável. (retornar ao texto)

(21) «Distinguir radicalmente a edificação do socialismo, na Europa, das «relações com o Terceiro Mundo» (como se não tivéssemos com este apenas relações de exteriorização), é, conscientemente ou não, favorecer a herança colonial sobre a libertação dos países subdesenvolvidos, querer construir um socialismo de luxo sobre os frutos da rapina imperial — como, dentro de um gang, se repartiria mais ou menos equitativamente o espólio, sem deixar de distribuir alguma coisa aos pobres como prática de boas acções, esquecendo que foi a eles que se roubou». Mareei Péju, Mourir pour de Gaulle? Artigo publicado na revista Temps Moáernes, n.° 175-176, Outubro-Novembro de 1960. (retornar ao texto)

(22) Região agreste da África do Norte. (N. do T.) (retornar ao texto)

(23) Habitantes de Kabylia, nome pelo qual se designam diversos maciços da Argélia. (N. do T.) (retornar ao texto)

(24) Refere-se, evidentemente, a francos antigos, ou seja, o equivalente a perto de seiscentos escudos. (N. do T.) (retornar ao texto)

(25) Nome pelo qual os muçulmanos designam os cristãos» (N. do T.) (retornar ao texto)

(26) Mamadou Dia, «Nations africaínes et solvdaritè mondiale», PUP, pág. 140. (retornar ao texto)

(27) Mamadou Dia, obra cit. (retornar ao texto)

(28) Povo de raça negra fixado principalmente no Senegal. (N. do T.) (retornar ao texto)

(29) Povo africano de origem berbere ou etíope que está hoje fixado, sobretudo, na Guiné e no Mali. (N. do T.) (retornar ao texto)

(30) Fecundação realizada entre gâmetas que estão separar dos, mas que tiveram origem comum (no mesmo invólucro celular). (N. do T.) (retornar ao texto)

(31) Personagem poderosa e divina dos selvagens da América do Norte. (N. do T.) (retornar ao texto)

(32) Palavra árabe que significa montanha. (N. do T.) (retornar ao texto)

(33) Le leader polítique considéré comme le représentant d'une culture. Comunicação apresentada no Segundo Congresso de Escritores e Artistas Negros, Roma, 1959. (retornar ao texto)

(34) Povo do Mali, junto das margens do Niger. Fixado na cidade de Gao depois do século XIII, esse povo ocupou Tomboucton no século XV e constituiu um império que se estendeu até ao século XVII. (N. do T.) (retornar ao texto)

(35) Palavra grega que designa a dispersão dos judeus através do mundo no século II da nossa época. (N. do T.) (retornar ao texto)

(36) René Depestre, Face a la nuit. (retornar ao texto)

(37) René Depestre, Face à la nuit. (retornar ao texto)

(38) René Char, Partage Formel. (retornar ao texto)

(39) Grupos de negros do Sudão. (N. do T.) (retornar ao texto)

(40) Na última distribuição de prémios em Dacar, o presidente da República do Senegal, Leopold Senghor, decidiu incluir nos programas o estudo do conceito de «negritude». Se a preocupação manifestada pelo presidente senegalês é de carácter histórico, deve estar-se de acordo com ele. Se, pelo contrário, se trata de fabricar consciências negras, é simplesmente voltar as costas à história que já deu ordem de desaparecimento à maioria dos negros. (retornar ao texto)

(41) Na introdução não publicada nas duas primeiras edições do L'An V de la Révolution Algérienne já assinalávamos que toda uma geração de argelinos, submersa no homicídio gratuito e colectivo com as consequências psico-afectivas que isto supõe, seria a herança humana da França, na Argélia. Os franceses que condenam a tortura na Argélia adoptam constantemente um ponto de vista estritamente francês. Não é uma censura, é uma comprovação: quer proteger-se a consciência dos torturadores actuais e, sobretudo, trata-se de evitar a podridão moral da juventude francesa. Não podemos deixar de estar de acordo com esta Intenção. Algumas observações reunidas aqui, principalmente os casos 4 e 5 da série A, ilustram e justificam tristemente esse temor dos democratas franceses. Mas o nosso propósito, em todo o caso, é demonstrar que a tortura sofrida desloca profundamente, não podia ser de outra forma, a personalidade do torturado. (retornar ao texto)

(42) As circunstâncias de aparição desses transtornos, são interessantes por mais de uma razão. Vários meses depois da independência do seu país, havia conhecido alguns cidadãos da antiga nação colonialista. Haviam-lhe parecido simpáticos. Esses homens e mulheres saudavam a independência obtida e rendiam homenagens sem reservas ao valor dos patriotas na luta de libertação nacional. Aquele militante experimentou, então, uma espécie de vertigem. Perguntou-se com angústia se entre as vítimas da bomba não existiriam pessoas semelhantes aos seus interlocutores. De facto o café atacado era um reduto de notáveis racistas, mas nada impedia que qualquer outro ali entrasse para tomar alguma coisa. Desde o dia em que sentiu essa primeira vertigem, o homem tratou de evitar pensar nos acontecimentos passados. Mas, paradoxalmente, uns dias antes da data que o afligia, apareceram as primeiras perturbações.' Desde então repetem-se com regularidade. Por outras palavras, os nossos actos não deixam nunca de nos perseguir. A sua aparência, a sua ordem, as suas motivações, podem perfeitamente modificar-se de maneira profunda a posteriori. Não é uma das menores ciladas que nos mostra a História e as suas múltiplas determinações. Mas podemos escapar à vertigem? Quem pode afirmar que a vertigem não nos assedia toda a vida? (retornar ao texto)

(43) Depois do exame médico-legal em que pus em evidência o carácter patológico do acto, o procedimento judicial iniciado pelo estado-maior do A. L. N. interrompeu-se. (retornar ao texto)

(44) Esta observação situa-nos perante um sistema coerente que não deixa nada intacto. O verdugo que ama os pássaros ou goza a calma de uma sinfonia ou de uma sonata, isso é simplesmente uma fase. Posteriormente, existe apenas uma consciência que se inscreve de forma total no plano de um sadismo radical e absoluto. (retornar ao texto)

(45) Rivet é uma aldeia que, a partir de certo dia de 1956, se fez célebre na região de Algérois. Uma noite, a aldeia foi invadida por milicianos franceses que, após fazerem levantá-los da cama, assassinaram quarenta homens. (retornar ao texto)

(46) No decorrer do ano de 1955, os casos deste tipo foram muito numerosos na Argélia. Desgraçadamente,

nem todos os doentes tiveram a oportunidade de chegar ao hospital. (retornar ao texto)

(47) Este tipo de tortura provoca grande número de mortes. Depois desses clisteres a forte pressão, com efeito, a mucosa intestinal sofre lesões múltiplas que provocam microperfurações intestinais. As embolias gasosas e as peritonites são, depois, muito frequentes. (retornar ao texto)

(48) Falamos evidentemente de argelinos que, sabendo alguma coisa, não confessaram sob tortura, porque qualquer argelino que fale é assassinado pouco depois. (retornar ao texto)

(49) O corpo médico deve revezar-se, dia e noite, ao lado do enfermo num trabalho de explicação. É evidente que a fórmula «forcemos um pouco o doente», não pode ser aqui utilizada de forma válida. (retornar ao texto)

(50) Esta tortura preventiva converte-se, em algumas regiões, em «repressão preventiva». Foi assim que em Rivet, quando reinava a calma, os colonos, para não serem apanhados desprevenidos (as regiões mais próximas começavam a agitar-se), decidiram suprimir pura e simplesmente os membros eventuais da F. L. N.; mais de quarenta argelinos foram assassinados num só dia. (retornar ao texto)

(51) Na verdade, não é nada estranho. O conflito é sòmente o resultado da evolução dinâmica da personalidade, onde não poderia haver um «corpo estranho». Digamos que se trata antes de um corpo mal integrado. (retornar ao texto)

(52) Citaremos também o caso dos psiquiatras pertencentes aos grupos «Presença francesa» que, designados para examinar um prisioneiro, tinham o costume de proclamar, desde o primeiro contacto, a sua grande amizade com o advogado de defesa e afirmar que ambos (o advogado e ele) tirariam dali o prisioneiro. Todos os presos examinados nestas condições foram guilhotinados. Estes psiquiatras jactavam-se perante nós pela forma elegante como venciam as «resistências». (retornar ao texto)

(53) É sabido que nos Estados Unidos se desenvolveu uma corrente psico-sociológica. Os expoentes desta escola pensam que o drama do indivíduo contemporâneo está contido no facto de que já não desempenha um papel, que o mecanismo social o limita apenas a ser uma roda. Daí a terapêutica proposta para permitir ao homem que represente determinados papéis numa verdadeira actividade lúcida. Se representa qualquer papel, se inclusive muda de função num mesmo dia, é possível pôr-se simbolicamente no lugar de qualquer outro. Os psiquiatras das fábricas dos Estados Unidos fazem prodígios, segundo parece, com a psicoterapia de grupo dos operários. Permite-lhes, com efeito, assemelhar-se com determinados heróis. A tensão das relações entre patrões e operários diminui consideràvelmente. (retornar ao texto)

(54) Esta designação que expressa uma concepção idealista é abandonada progressivamente. Na verdade, a terminologia córtico-visceral herdada dos trabalhos soviéticos — sobretudo de Pavlov — tem ao menos a vantagem de pôr o cérebro no seu lugar, quer dizer, de considerá-lo como a matriz onde se elabora precisamente o psiquismo. (retornar ao texto)

(55) Quanto mais nos elevamos no plano neurológico, menos se é extra-piramidal. Como se vê, tudo parecia concordar. (retornar ao texto)

(56) É supérfluo acrescentar que não se trata de uma contracção histérica. (retornar ao texto)

(57) É sabido, com efeito, que o islamismo obriga a não consumir carne sem se assegurar antes de que ao animal foi tirado todo o seu sangue. Por isso, as reses são degoladas. (retornar ao texto)

(58) Professor A. Porot, Annales Médico-Psychologiques, 1918. (retornar ao texto)

(59) Na boca do decano dos juízes de uma câmara de Argel esta agressividade do argelino traduz-se pelo seu amor à «fantasia». «Toda esta revolta — dizia em 1955 —, é um erro considerá-la política. De tempos a tempos tem de sair esse amor do barulho que sentem!» Para o etnólogo, estabelecer uma série de testes e de jogos projectivos susceptíveis de canalizarem os instintos agressivos globais do indígena, poderia, em 1955-1956, deter a revolução nos Aurés. (retornar ao texto)

(60) Carothers, «Psychologie normale et pathologique de l'Africain», Études Ethno-Psychiatriques. Masson.

(retornar ao texto)

(61) Op. cit., pág. 176. (retornar ao texto)

(62) Op. cit., pág. 178. (retornar ao texto)

(63) É claro que, aliás, essa identificação à imagem produzida pelo europeu era muito ambivalente. O europeu, com efeito, parecia render uma homenagem — igualmente ambivalente — ao argelino violento, apaixonado, brutal, zeloso, soberbo, orgulhoso, que joga com a sua vida por causa de um pequeno motivo ou por uma palavra, *etc.* Assinalemos de passagem que nos confrontos com o francês da França, os europeus da Argélia tendem cada vez mais a identificar-se com esta imagem do argelino por oposição ao francês. (retornar ao texto)